

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS**

**ANDREZA DA SILVA VIEIRA**

**A VILA DE SÃO PAULO DE PIRATININGA E A GÊNESE DE UMA  
NOVA IDENTIDADE (1562-1640)**

**TESE DE DOUTORADO**

**MARINGÁ  
2024**

**ANDREZA DA SILVA VIEIRA**

**A VILA DE SÃO PAULO DE PIRATININGA E A GÊNESE DE UMA  
NOVA IDENTIDADE (1562-1640)**

Tese apresentada por ANDREZA DA SILVA VIEIRA ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: HISTÓRIA

Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas

Orientador: Prof. Dr. SEZINANDO LUIZ MENEZES.

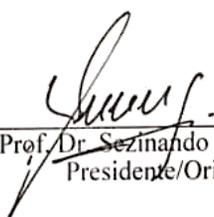
**MARINGÁ  
2024**

ANDREZA DA SILVA VIEIRA

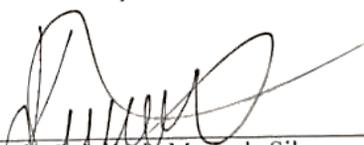
**A VILA DE SÃO PAULO DE PIRATININGA E A GÊNESE DE UMA NOVA  
IDENTIDADE (1562-1640)**

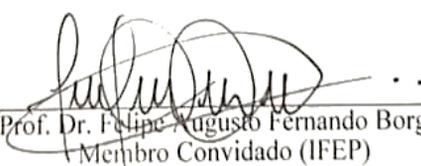
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

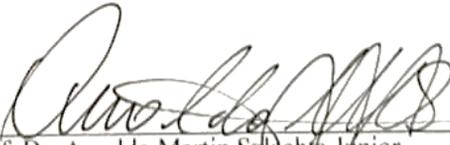
**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes  
Presidente/Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota  
Membro Corpo Docente (UEM)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Karla Maria da Silva  
Membro Corpo Docente (UEM)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Felipe Augusto Fernando Borges  
Membro Convidado (IFEP)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Junior  
Membro Convidado (UFPE)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V658v

Vieira, Andreza da Silva

A vila de São Paulo de Piratininga e a gênese de uma nova identidade (1562-1640) /  
Andreza da Silva Vieira. -- Maringá, PR, 2024.  
269 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas,  
Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. São Paulo (cidade) - Século XVI e XVII. 2. Identidade. 3. Cartas jesuíticas. 4.  
Câmara Municipal de São Paulo - Atas - (1562 e 1640). I. Menezes, Sezinando Luiz ,  
orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.  
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.032

Este trabalho é dedicado àqueles que almejam estudar História para promover um conhecimento cada vez mais acessível a todas e a todos os brasileiros.

## AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é compreender verdadeiramente que o processo do doutorado está terminando. É um momento emotivo em que paramos para reviver e sentir tantas coisas que fizeram parte da caminhada acadêmica. Não apenas isso, mas entender efetivamente que o montante final de todas as pequenas ações diárias, aquelas que julgávamos não ser suficientes e que foram realizadas no mesmo rumo para alcançar o resultado dessa pesquisa, deu à luz a essas informações. Elas deram certo.

Agradeço ao meu estimado professor e amigo Sezinando, que confiou dois projetos de iniciação científica a uma caloura de graduação há dez anos, acreditou numa dissertação de mestrado, publicou alguns artigos e que continua presente, mais uma vez. Sou e serei eternamente grata pela orientação, pela amizade, pelo afinho e dedicação em me auxiliar durante todo esse processo acadêmico. Agradeço pela ternura, responsabilidade e pela paciência ao ser um guia tão necessário pelo caminho acadêmico. Dentre muitas vidas, serei mais uma que foi profundamente impactada pelo profissionalismo, mas também pela vivência desse professor humano que sempre me incentivou a trilhar a academia.

Agradeço aos professores Karla e Lucio pelas contribuições realizadas na qualificação, que foram importantes para a reorganização das ideias e para o resultado desta tese. Gostaria de registrar meu agradecimento especial à professora Karla, que também me orientou em momentos decisivos do processo acadêmico, fornecendo possibilidades e ideias que me fizeram acreditar mais no meu trabalho.

Sou grata ao Laboratório de Estudos do Império Português e a todos os seus membros, que permaneceram ao meu lado durante todo o processo de doutorado, inclusive durante a pandemia de COVID-19. Foi durante nossas reuniões quinzenais que tive a oportunidade de aliviar o medo e encontrar coragem para continuar. Foi nas reuniões que pude amadurecer diversas teorias que fazem parte dos resultados. Pertencer a esse grupo fez com que eu me sentisse mais fortalecida. Agradeço não apenas pelas contribuições acadêmicas, mas também pelos nossos encontros e momentos de descontração. Agradeço ao LEIP por ter sido a minha grande rede de apoio ao longo do processo. Aos professores Arnaldo e Felipe, que, além de pesquisadores acadêmicos, tiveram um papel importante no meu desenvolvimento pessoal enquanto participantes do LEIP, agradeço o olhar atento e dedicado para esta pesquisa e os resultados desta tese.

Agradeço ao meu amigo Célio Juvenal Costa, que o LEIP me proporcionou. Faltam-me palavras para expressar o quão importante você foi e continua sendo para mim. Nossa amizade

ultrapassou as barreiras acadêmicas e é uma das mais preciosas que tenho. Agradeço pelas trocas, aprendizagens e, sobretudo, pelas vivências compartilhadas. Quando penso na minha futura carreira acadêmica, vejo você como inspiração de humanidade, honestidade e, principalmente, de vulnerabilidade. Apesar das nossas pequenas divergências, sei que nossa amizade perdurará para sempre.

Além disso, sou imensamente grata à minha amiga do coração, Gislaine, a minha Gi. Nossa amizade se tem feito presente desde os meus primeiros passos na graduação até este momento. Agradeço por todos os cafés, momentos compartilhados, abraços e conversas sinceras. Sua amizade me mostrou como é possível existir laços verdadeiros, onde podemos ser nós mesmos, sem medo de julgamentos ou críticas. Ter você ao meu lado nesta jornada foi parte essencial desse processo.

Agradeço ao meu pai, Raimundo Vieira, e à minha mãe, Eva da Silva Vieira. Foram essas duas pessoas que, antes de quaisquer outras, confiaram em mim. Desde pequena, fui incentivada todos os dias a alcançar o que eu quisesse. E é por esse motivo que estou aqui. Sou grata por todos os nossos encontros e desencontros. Sou ainda mais grata porque, apesar de tudo o que já passamos juntos, vocês continuam encontrando motivos para me incentivar. Não consigo enumerar tudo o que foi feito por vocês durante minha vida, mas cada gesto, cada ação está guardada em minha memória e em meu coração. Serei eternamente grata pela vida de vocês.

E nessa jornada da vida, tive a honra e o privilégio de conhecer uma das pessoas mais importantes para a conclusão desta tese. Obrigada, Nathan, por ter me reconhecido em meio a tantas coisas da vida. Agradeço a leveza que você trouxe à minha vida. Você apareceu quando eu mais precisava.

Sou grata às minhas amigas, professoras da Educação Básica: Renata, Jéssica e Lívia. Durante todo o percurso acadêmico, precisei simultaneamente atuar como docente, uma parte de minha vocação e meu trabalho. Por isso, sou grata a essas pessoas incríveis que estiveram comigo, me apoiando e me dando forças em momentos difíceis da profissão. Agradeço com especial carinho a Renata, que compartilhou seu conhecimento em Língua Portuguesa para me auxiliar nas correções ortográficas e gramaticais desta tese.

Enfim, sou muito grata a todas as pessoas que fizeram parte desse processo de desenvolvimento, direta ou indiretamente. As conversas, as trocas e as vivências me ajudaram a ser e viver quem sou, e isso teve um impacto direto no desenvolvimento desta tese. Para concluir, sou grata à Andreza do passado, que apesar dos desafios, nunca desistiu do que almejava e acreditava ser possível. E é por ela que estamos aqui hoje.

Oswald de Andrade escreveu um poema que se chama “Erro de português”, em que ele fala assim:

“Quando o português chegou debaixo duma bruta chuva  
vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
o índio tinha despido  
o português”.

Porém, se pudéssemos continuar, diríamos:

“Apesar disso, ao longo do tempo,  
o índio despiu o português  
mesmo assim.  
E sem perceber,  
o português foi deixando de ser  
para aprender a viver  
com quem sabia  
da chuva e do sol”.

VIEIRA, Andreza da Silva. **A VILA DE SÃO PAULO DE PIRATININGA E A GÊNESE E UMA NOVA IDENTIDADE (1562-1640)** 269f. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes. Maringá, 2024.

## RESUMO

Esta tese integra as produções do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), vinculado à Universidade Estadual de Maringá, e tem como objetivo analisar a formação de uma nova identidade na região de São Paulo de Piratininga nos séculos XVI e XVII. Para isso, observamos as mudanças nas vivências dos portugueses e dos nativos indígenas do território, a partir da realidade local presente no planalto de Piratininga. Examinamos os relacionamentos dos moradores da vila com os grupos indígenas e com o sertão, parte integrante desse cenário. Para nossa análise, utilizamos as Atas da Câmara de São Paulo, escritas entre 1562 e 1640, e as cartas jesuíticas contemporâneas. Essas fontes servem para contrastar ideias e descrever diversas situações. Iniciamos discutindo como essas referências nos permitem compreender os desenvolvimentos da vila, inicialmente focados em questões administrativas portuguesas, mas progressivamente incorporando novas ideias através da interação local com os nativos. Desenvolvemos três categorias analíticas para explicar essa desnaturalização portuguesa e indígena e a formação de uma nova identidade em um grupo de pessoas etnicamente diferentes. São elas: "normatização", representada pelas leis e questões administrativas da Coroa portuguesa e da Companhia de Jesus; "violação", evidenciada pelas descrições diárias progressivas nas atas camaristas e nas cartas jesuíticas, apontando para mudanças na vida local. Da "violação" progressiva à regra, a "normatização" leva a uma terceira categoria analítica, traduzida pela aquisição de novos costumes, hábitos e identidade. Chamamos essa categoria de "integração", pois a naturalidade portuguesa e indígena precisava dividir espaço. Além disso, ambos os grupos foram resultado de suas relações sociais, junto com a realidade física do planalto de Piratininga. Em contato, esses moradores desenvolveram novos comportamentos e, conseqüentemente, uma nova realidade. Embora compreendamos a disposição e a capacidade de mudança do indivíduo dentro de seu ambiente, isso não se desvia do discurso e padrão de pensamento contemporâneo. A mudança de identidade tomou formas claras. A necessidade individual, o contato com o território e as experiências locais criaram uma população com características únicas.

**Palavras-chave:** Vila de São Paulo; Práticas sociais; Atas da Câmara; Cartas jesuíticas; Sertão.

VIEIRA, Andreza da Silva. **SÃO PAULO DE PIRATININGA'S VILLAGE AND THE GENESIS OF A NEW IDENTITY (1562-1640)** 269p. Doctored Thesis (History PhD) - State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes. Maringá, 2024.

### ABSTRACT

This thesis is part of the productions of the Laboratory of Portuguese Empire Studies (LEIP) at the State University of Maringá, aiming to analyze the formation of a new identity in the São Paulo de Piratininga region during the 16th and 17th centuries. To achieve this, we observe the changes in the lives of both the Portuguese and indigenous natives within the local reality of the Piratininga plateau. We examine the relationships between the village residents, indigenous societies, and the hinterland, all integral to this context. For our analysis, we rely on the São Paulo Town Council Minutes, written between 1562 and 1640, and contemporary Jesuit letters. These sources serve to contrast ideas and depict various situations. We begin by discussing how these references allow us to understand the village's developments, initially focusing on Portuguese administrative issues, but gradually incorporating new ideas through local interaction with the natives. We have developed three analytical categories to explain this Portuguese and indigenous denaturalization and the establishment of a new identity within a group of ethnically different people. These categories are: "normalization," represented by laws and administrative issues from the Portuguese Crown and the Society of Jesus; "violation," evidenced by progressive daily descriptions in the town council records and Jesuit letters, indicating changes in local life. From progressive "violation" to rule, "normalization" leads to a third analytical category, translated by the acquisition of new customs, habits, and identity. We refer to this category as "integration," as Portuguese and indigenous naturalness had to share space. In addition, both groups were the result of their social relationships, along with the physical reality of the Piratininga plateau. In contact, these residents developed new behaviors and, therefore, a new reality. Although we understand the individual's willingness and ability to change within their environment, this does not deviate from the contemporary discourse and thinking pattern. Identity change took clear forms. Individual necessity, contact with the territory, and local experiences created a population with unique characteristics.

**Keywords:** São Paulo Village; social practices; Chamber Acts; Jesuit letters; Hinterland.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Representação das vestimentas dos moradores de São Paulo nos séculos XVI e XVII .....	46
Figura 2 – Organograma sobre as diferentes línguas brasileiras, incluindo o Tronco Tupi .....	59
Figura 3 – Mapa sobre a localização das vilas e aldeamentos na Capitania de São Vicente (XVI e XVII) .....	170

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. PERSONAGENS E INSTITUIÇÕES NO PLANALTO: A CÂMARA DE SÃO PAULO E A COMPANHIA DE JESUS .....	22
1.1 A Câmara de São Paulo de Piratininga.....	24
1.1.1 A Câmara da vila como local de difusão da política portuguesa.....	28
1.1.2 A Câmara enquanto espaço de interiorização.....	35
1.2 A Companhia de Jesus no planalto de Piratininga .....	54
1.2.1 A Companhia de Jesus como instituição cristã .....	58
1.2.2 A Companhia de Jesus como instituição moralizante .....	66
2. VIVÊNCIAS E TENDÊNCIAS: O PROCESSO CIVILIZATÓRIO NO PLANALTO DE PIRATININGA .....	82
2.1 As vivências: conhecendo o planalto de Piratininga nos primeiros anos .....	83
2.1.1 Aprendendo a sobreviver no planalto .....	85
2.1.2 Aprendendo a se comunicar no planalto.....	91
2.2 As tendências: o contato das ideias europeias no planalto .....	103
2.2.1 Disseminando o cristianismo no planalto .....	105
2.2.2 Disseminando a civilidade ocidental no planalto .....	113
3. AS PERSONAGENS NATIVAS DO PLANALTO: OS GRUPOS INDÍGENAS E O SERTÃO.....	132
3.1 A participação dos grupos indígenas nas narrativas históricas.....	138
3.1.1 Narrativas e visões preenchidas por estereótipos .....	140
3.1.2 Narrativas e visões excludentes .....	152
3.2 Sentidos e percepções sobre o ideal e a realidade do sertão.....	162
3.2.1 Sertão como espaço geográfico .....	164
3.2.2 Sertão como fator de mudança .....	170
4. A GÊNESE E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO PLANALTO DE PIRATININGA ..	189
4.1 As permanências sociais e a convivência no planalto de Piratininga.....	191
4.1.1 As permanências da sociedade portuguesa no planalto.....	196
4.1.2 As permanências das sociedades indígenas no planalto.....	209
4.2 A “integração” e a convivência da nova identidade no planalto de Piratininga.....	219
4.2.1 A “integração” política no território do planalto .....	228
4.2.2 A “integração” social no território do planalto.....	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	257
REFERÊNCIAS .....	263

## INTRODUÇÃO

O texto que se segue é fruto de pesquisas desenvolvidas ao longo de quatro anos junto ao Programa de Pós-Graduação de História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com o respaldo do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP). Esta tese é dedicada ao estudo das transformações dos diferentes grupos que coabitaram o planalto de Piratininga e a vila de São Paulo entre os séculos XVI e XVII. Não somente isso, mas também analisa as permanências da sua forma de vida anterior nesses grupos, já que serão norteadoras da gênese de uma nova identidade na região.

O trabalho traz os resultados obtidos nas investigações dos registros realizados pelos camaristas de São Paulo durante o período e das narrativas produzidas pelos padres jesuítas em suas cartas. Acompanhando esses dois grupos, visualizamos sob seus olhares a vida de diferentes grupos indígenas e como estes interagiam com os moradores de São Paulo. E, a partir dessas narrativas, percebemos a possibilidade de compreender que a essência identitária se fez dessas duas dicotomias: das permanências sociais de diferentes grupos, assim como suas mudanças a partir do espaço em que estavam inseridos.

A ideia motivadora desta investigação foi comprovar que o morador da vila de São Paulo já não era, culturalmente, português, antes mesmo dos séculos XVIII e XIX, quando as identidades de diferentes regiões começaram a ser vistas com maior clareza pelos historiadores. Verificamos as possibilidades contidas nas entrelinhas de diferentes fontes, que, apesar de oficiais e de terem objetivos específicos, nos permitiram observar informações que corroboram a comprovação das mudanças de identidade dos moradores do planalto.

A análise buscou considerar que, mesmo que esses habitantes não tivessem percepção das transformações, tanto os residentes da vila quanto os padres jesuítas foram impactados pelas novas formas de organização social praticadas por diferentes grupos nativos. Além disso, o sertão foi um elemento que impulsionou as mudanças no estilo de vida da população local. Ou seja, apesar de os moradores de São Paulo - incluindo os padres - se considerarem como indivíduos de uma civilização superior, eles dependiam das ações constantes dos grupos indígenas aliados para sua sobrevivência e para aprender sobre a vida no interior e suas possibilidades.

A expressão “identidade”, para nós, esclarece o conjunto de características que distinguem uma pessoa. Neste contexto, compreendemos que a identidade da vila de São Paulo

se caracteriza por uma série de atributos, como a forma de interação com o ambiente em que viviam. As escolhas coletivas relacionadas ao estilo de vida na localidade, as adaptações religiosas no cristianismo, a culinária e as modificações no vestuário se assemelhavam mais aos nativos do território do que aos portugueses. Esses hábitos representaram transformações significativas na vida dos moradores.

As fontes usadas nesta investigação são as atas da Câmara de São Paulo, produzidas entre os anos de 1560 até 1640, apesar de termos focado nossas análises a partir da década de 80. Além dessas fontes, também examinamos várias cartas jesuíticas que abrangem o mesmo período, pois entendemos que apenas as atas não seriam suficientes para compreender as dimensões e as mudanças ocorridas no planalto. Portanto, partimos da hipótese de que houve uma transformação na essência do morador da vila, o que, conseqüentemente, gerou uma nova identidade.

No entanto, não estamos afirmando com isso que o português tenha deixado de considerar o indígena como inferior. Da mesma forma, não estamos dizendo que a identidade de São Paulo é única em relação às outras. Nosso objetivo é apenas destacar o surgimento de uma identidade específica, diferente daquela concebida pelos portugueses e daquela que predominava no território do planalto. Para que essa identidade emergisse, os indivíduos adotaram diversas estratégias de invasão, captura e controle de outros grupos. A população de São Paulo aprendeu técnicas de sobrevivência com os nativos, ao mesmo tempo em que foi descartando algumas ideias portuguesas.

A fim de elucidar nosso posicionamento em relação à nova identidade que surgiu em São Paulo, ressaltamos que o processo foi marcado por violência e pela perda de conhecimentos indígenas. Contudo, ao mesmo tempo, diversos saberes indígenas essenciais para a sobrevivência do território foram preservados, integrando-se ao conhecimento acumulado pelo morador. Em outras palavras, a identidade aqui representada é uma nova forma de vida que se originou a partir das experiências de diferentes grupos e de suas vivências, resultando em uma identidade própria.

A escolha do tema decorreu de dois fatores. O primeiro está associado à continuidade da pesquisa realizada para a dissertação, na qual pudemos examinar a organização diária dos moradores na vila. No doutorado, inicialmente, imaginamos ser capazes de observar as dissensões entre os moradores e as instituições portuguesas, como a Coroa, e as reações contrárias às ações dos jesuítas, incluindo a expulsão dos padres da vila. Ao desenvolver o trabalho, notamos, entretanto, a necessidade de aprofundar a pesquisa, uma vez que essas situações não foram casos isolados. Outros momentos e mudanças, mesmo que sutis, ocorreram

no cotidiano. Ao reunir esses eventos, seria possível perceber a magnitude e o reflexo dessas variações no território e na vida das pessoas.

O segundo fator está relacionado a um descontentamento genuíno que temos em relação à narrativa histórica de parte dos livros didáticos da educação básica brasileira. Como professores da rede básica de ensino há mais de 7 anos, notamos como a história repete visões generalizadas. Ainda não se faz presente a ideia de que, com o contato dos portugueses com os nativos, houve produções de novas identidades na construção do país. Nas discussões históricas realizadas para a população, a ideia da existência de uma identidade diferente dos portugueses se manifesta apenas a partir da independência do Brasil em 1822. No entanto, discordamos dessa perspectiva. Observamos como a identidade portuguesa não esteve isolada durante a formação da identidade brasileira. Outros aspectos, hábitos e costumes tiveram importância, tanto quanto os lusitanos. Alguns livros didáticos entendem que até 1822 o território que posteriormente formaria o Brasil teve características predominantemente portuguesas. Essa visão desconsidera uma diversidade considerável de hábitos e a formação de novas identidades.

As três personagens estudadas por nós possuem características próprias, mas também compartilham semelhanças. Os moradores de São Paulo, os jesuítas e os grupos indígenas partilharam os mesmos espaços: o sertão e o planalto. Essa designação foi atribuída pelos administradores portugueses, os quais consideravam essas áreas como isoladas, de difícil sobrevivência e distantes do contato com a administração central. O sertão assumiu significados diversos, dependendo da perspectiva de quem o observava ou dos interesses envolvidos. Foi precisamente nessas regiões que o indivíduo da vila pôde ter acesso a novas formas de ser e agir. Neste trabalho, adotamos a denominação de “sertão” por compreender que a definição - ao menos naquele momento - não se referia a um local específico ou a um formato geográfico, mas sim a tudo aquilo que não fazia parte dos territórios onde a Coroa portuguesa tinha acesso e poderia interferir diretamente. Quando um morador mencionava ter ido ao sertão, por exemplo, se referia a qualquer lugar que não estivesse sob a jurisdição portuguesa.<sup>1</sup>

A realização desse trabalho foi grandemente influenciada pela escolha da localização e da documentação. Optamos por utilizar materiais digitalizados disponíveis online, dado que não foi possível obtermos uma bolsa de estudos. Essa limitação restringiu nosso escopo, uma vez que enfrentaríamos dificuldades em acessar Arquivos Históricos presenciais, participar de

---

<sup>1</sup> Entendemos que, ao longo da historiografia da História Colonial, foram utilizados diferentes conceitos para explicar a designação de sertão. Portanto, nesta tese de doutoramento, utilizaremos o conceito criado pelos próprios moradores da vila de São Paulo nos séculos XVI e XVII. Eles compreendiam o sertão como regiões distantes, mas também como áreas com possibilidade de extração de recursos e escravização de pessoas para a mão de obra. Essa ideia corroborou, posteriormente, para a organização das entradas, expedições realizadas ao longo do século XVII.

congressos ou obter acesso a obras clássicas. Trabalhamos ao longo de todo o processo de desenvolvimento do doutoramento, alternando nosso modus operandi de professora de história para pesquisadora acadêmica. Sabemos que empregamos todos os esforços possíveis para que os resultados dessa pesquisa fossem satisfatórios.

Utilizamos as Atas de São Paulo e conjuntos de cartas dos jesuítas organizados em diferentes obras, como as cartas de Manuel da Nóbrega, de José de Anchieta e de Antônio Vieira. Além disso, percorremos toda a trajetória de compreensão da organização da Companhia de Jesus por meio dos vários volumes da obra de Serafim Leite. Para auxiliar na investigação sobre a vida e a organização indígena, consultamos produções históricas renomadas, tais como *História Geral da Civilização Brasileira, Caminhos e Fronteiras, Monções, Raízes do Brasil*, obras de Sérgio Buarque de Holanda. Nos utilizamos também das análises de John Manuel Monteiro nas obras *Índios no estado de São Paulo* e *Negros da Terra*, além da documentação produzida pelos próprios jesuítas e moradores da vila, realizando as devidas ressalvas e separações, por serem documentos de caráter parcial.

Dentre as fontes consultadas, empenhamo-nos para viabilizar a compreensão da grafia dos documentos. No início desse processo, enfrentamos muitas dificuldades para acompanhar as diferentes formas de escrita de cada um dos escrivães que atuaram na Câmara. As primeiras reuniões ocorridas de 1558 até aproximadamente 1585 demandaram de nós, pesquisadores, leituras repetidas, auxiliadas por um dos primeiros dicionários da gramática de Raphael de Bluteau<sup>2</sup>, lançado em 1728. Apesar de ter sido produzido quase duzentos anos após a escrita das reuniões, o dicionário nos foi muito útil no estágio inicial de aproximação do historiador com suas fontes. Esse foi um dos motivos que nos levaram a realizar as transcrições em notas de rodapé dessas primeiras atas em nosso trabalho, visando facilitar a leitura. As atas que sucederam essa data demarcada por nós apresentaram uma grafia menos intrincada, portanto, entendemos que seria possível ao leitor compreendê-las.

Em relação aos documentos utilizados na pesquisa, algo deve ser mencionado nesta introdução. É impraticável obter fontes do período estudado que sejam neutras. As Atas, elaboradas pelos representantes da vila, foram uma estratégia adotada pela Coroa portuguesa para ter documentação oficial registrada, de modo que quando os capitães alcançassem as vilas, os vereadores pudessem apresentar o que havia sido realizado durante sua ausência. Essa necessidade de supervisão fazia com que os moradores precisassem justificar suas ações, ou até

---

<sup>2</sup> Rafael Bluteau foi um religioso e lexicógrafo da língua portuguesa. Foi autor da obra *Vocabulário Português e Latino*. Mais tarde, Antonio de Moraes Silva modernizou e ampliou, dando origem a um dos primeiros *Dicionários da Língua Portuguesa*.

mesmo ocultar algumas delas, evitando multas e prisões dos moradores. A título de exemplo, em alguns momentos, os vereadores afirmam que a vila se dirigia ao sertão para realizar guerra contra as ações de indígenas que haviam atacado o território anteriormente. Os padres, por sua vez, argumentam que os moradores utilizavam dessa narrativa como pretexto para os ataques e apresamento dos indígenas, planejados desde o início. Em outras palavras, temos dois pontos de vista sobre a mesma realidade. Isso ocorre também com os jesuítas, que precisavam enviar relatórios constantes para seus superiores, informando sobre o que estava acontecendo e quais ações estavam sendo tomadas. Assim como os moradores de São Paulo, os jesuítas não divulgaram questões que não fossem edificantes para o objetivo central. Um exemplo disso se evidencia em ações. Como já afirmado por Sérgio Buarque de Holanda, muitos padres foram aprendendo com os curandeiros indígenas táticas de cura para doenças, o que foi frequentemente aplicado no cotidiano, mesmo sendo visto como algo pecaminoso. Em resumo, destaca-se a importância desses dois grupos históricos e das produções realizadas por eles, uma vez que um documento contradiz o outro e aponta para diferentes posições dentro da mesma realidade e período. Desse modo, utilizamos esses processos para a produção de uma pesquisa que possa abranger o máximo de análises distintas possíveis.

Assim, abordamos alguns pontos que podem ser questionados em relação à metodologia utilizada. No âmbito da pesquisa de fontes e bibliografia, uma incerteza nos acompanhou durante todo o processo de escrita da tese: qual conceito usaríamos para designar a formação de uma nova identidade na vila de São Paulo? Muitos autores empregam o conceito de homogeneização, como se houvesse essa possibilidade dentro da sociedade, para explicar a organização do espaço. Outros consideram o processo de hibridização para justificar diferentes procedimentos e colaborações que ocorreram entre distintos povos e espaços em um determinado grupo social.

Percebemos esses dois termos com uma conotação positiva, como se essa situação tivesse apenas aspectos favoráveis. Em nossa compreensão, notamos que seria interessante utilizar três conceitos para explicar a organização identitária de São Paulo. O primeiro seria a “normatização”, que representa o objetivo inicial da administração portuguesa no planalto, seus propósitos e ações práticas de organização. O segundo, a “violação”, diz respeito ao território, ao sertão, e ao contato que os moradores tiveram com os habitantes locais, os grupos indígenas. Contato este que produziu novos questionamentos, principalmente a administração portuguesa e suas ações. Portanto, esse processo foi decisivo para o resultado da identidade, presente no terceiro conceito. Definimos para esse último processo o conceito de “integração”, mas o utilizamos com ressalvas. Ao afirmar que algo está integrado, estamos dizendo que faz parte de

um determinado local, organização social. Ao mesmo tempo, significa que esse indivíduo é ativo, participante das estruturas que compõem o cotidiano. Ou seja, para nós, “integração” representa o resultado de todas as situações negativas e positivas ocorridas entre os vereadores, população, jesuítas e povos indígenas. Temos consciência de que não há um conceito ideal que consiga englobar toda a complexidade das ações ocorridas no território. Existem situações em que utilizamos expressões diferentes, representando partes específicas da narrativa. Neste caso, optamos por usar os três conceitos para dar visibilidade aos diferentes processos e resultados da vila nesse período.

Nosso trabalho buscou dar voz não apenas aos camaristas e aos jesuítas, mas também à população - frequentemente em oposição às ações da Câmara - e aos indivíduos indígenas e seus descendentes que tiveram contato com essa nova formação identitária. Compreendemos que, nesse processo, existem outras vozes, provenientes de diferentes povos. Reconhecemos as limitações de nossas fontes históricas, que foram bastante parciais em relação aos indivíduos nativos. Entendemos que esse não era o propósito inicial desses documentos, que não buscavam abordar a sociedade e a organização desses indivíduos. Dentro de todas as possibilidades, procuramos resgatar do esquecimento, ao menos um pouco, essas vozes tão participativas no processo de construção identitária de São Paulo. A nosso ver, realizar uma pesquisa histórica preocupada com essas diferentes construções pode gerar novos questionamentos e possibilidades de trabalho, não apenas na vida acadêmica, mas também no desenrolar do processo identitário do Brasil enquanto nação, que ainda demanda revisões e atualizações constantes.

A análise que empreendemos demandou uma cuidadosa seleção e um conjunto de conceitos preliminares. No estágio inicial de nosso projeto de pesquisa, concebemos a possibilidade de investigar o processo de emancipação dos moradores de São Paulo em relação às ordenações portuguesas, tomando como ponto de partida um determinado personagem histórico chamado Amador Bueno. De acordo com autores como Rodrigo Bentes Monteiro (1999), a aclamação de Amador Bueno aponta uma tentativa de separação dos moradores com a dinastia bragantina e conseqüentemente a formação de um grupo diferenciado em São Paulo.

No entanto, nos deparamos com duas questões fundamentais que nos impediram de prosseguir nessa direção. Primeiramente, constatamos que a noção de emancipação em São Paulo era complexa e multifacetada, visto que, apesar de eventualmente se oporem às imposições metropolitanas, os moradores frequentemente se valiam da burocracia portuguesa para alcançar seus objetivos. Em segundo lugar, percebemos que esses mesmos moradores não se viam como agentes de emancipação, mas sim como representantes da identidade portuguesa

no planalto de São Paulo. Foi assim que identificamos nossa problemática central: por que, apesar de se identificarem como portugueses, esses moradores adotaram ações diversas?

A busca por essa resposta foi o impulso para o desenvolvimento de nossa tese. Reconhecemos, entretanto, que uma abordagem limitada às Atas da Câmara não seria suficiente. Portanto, buscamos um contraponto e encontramos nas cartas jesuíticas uma oportunidade para dialogar com as atas das reuniões dos camaristas. Ao longo de nossa investigação, tornou-se evidente como as fontes disponíveis nos suscitavam inúmeras indagações. Essas fontes, por sua natureza subjetiva, exigiram uma análise criteriosa. Tanto as cartas quanto as atas documentavam a vida indígena, embora de forma superficial. E, apesar disso, foi possível observar a participação desses povos na construção da identidade de São Paulo, mesmo nas entrelinhas.

Durante os anos de 1562 a 1640, observaram-se diversas situações ao redor do planeta, com destaque para o substancial aumento do contato entre povos que nunca haviam se encontrado até aquele momento. A chegada de populações na América proporcionou novos formatos de relacionamentos entre os moradores do território e os estrangeiros, culminando em rivalidades, alianças e, também, na aprendizagem individual e na formação de novas identidades. Essas situações puderam ser observadas em São Paulo a partir dos documentos produzidos no período.

Ao tentar organizar administrativamente o território e impor sanções àqueles que desobedecessem, a Coroa portuguesa auxiliou na formação de diferentes visões dos moradores sobre esse posicionamento. Para este trabalho, focalizamos em duas delas. A primeira diz respeito ao entendimento dos moradores representados pelos oficiais da vila de São Paulo que não concordavam com a contrariedade do aprisionamento indígena. O segundo ponto aborda as ações de defesa e crítica que os padres tiveram contra os moradores de São Paulo, buscando a proteção da liberdade indígena.

Essa dicotomia originou dissensões na história da vila de São Paulo, pois os padres denunciavam as atividades dos moradores, enquanto os camaristas apontavam para os conflitos existentes entre eles e os jesuítas. Portanto, era de se esperar que houvesse uma solução para o impasse ao longo do tempo. O que ocorreu, de fato, foi uma atitude cada vez mais frequente dos moradores em ignorar essa proibição e questionar as ações eclesiais. As reações, de certa forma, foram inesperadas.

O planalto de Piratininga foi palco de acordos, confrontos e aprendizagens. A chegada de novos moradores provenientes da Europa, a formação de uma vila, a chegada dos padres com a catequização, o contato com os grupos indígenas e com o sertão. Tudo isso proporcionou

novas possibilidades de contato e acesso. Gerou-se necessidades emergentes, como sobreviver à fome, obter lucro no território, organizar a vila além de conhecer e criar estratégias relacionadas ao convívio com os povos locais.

Num primeiro momento, entendemos que a vila de São Paulo se formou com a chegada gradual de moradores europeus ao território do planalto de Piratininga. Os primeiros portugueses a alcançarem a região foram os padres da Companhia de Jesus, em meados de 1550. Foi por meio deles que se estabeleceram intercâmbios de informações com alguns grupos indígenas, resultando em pactos de moradia. Com a consolidação dessas alianças, colonos portugueses começaram a chegar, visando a organização do território e a busca por riquezas. A população, inicialmente reduzida, aumentou à medida que os homens portugueses se casavam com mulheres indígenas, com a chegada de mais colonos e por meio das estruturas sociais que foram progressivamente implementadas.

Num segundo momento, percebemos que a vila não apenas refletia as características dos povos lusitanos. Constantemente, recebia informações e referências dos grupos indígenas, destacando assim os conhecimentos e personagens indígenas como figuras históricas relevantes para a organização de São Paulo. Além disso, o local escolhido para estabelecer moradia exerceu influência nos processos sociais. O “sertão”, como eles o denominavam, ou “sertões”, conforme nós entendemos, em contato com a vila, gerou saberes, ideias e novas estruturas sociais. Dada a diversidade de interesses, era natural que a vila de São Paulo produzisse novas realidades.

Na verdade, as novas realidades que passaram a integrar o cotidiano dos moradores relacionam-se ao desdobramento de diferentes interações sociais, objetivos distintos entre as personagens, ao contato dos indivíduos com o sertão, a vivência da religiosidade cristã e à interação com a administração portuguesa. Ao acessarmos a documentação desse período, torna-se evidente como o cotidiano exerceu um papel decisivo na abertura de novas possibilidades. Nesse processo, percebemos as transformações na maneira de ser e agir dos moradores da vila de São Paulo.

Neste estudo, examinamos diversas ações, decisões e reações que se desdobraram entre os habitantes da vila de São Paulo durante os séculos XVI e XVII, mais precisamente desde a fundação oficial em 1562 até o desfecho da União Ibérica em 1640. As narrativas investigadas permeiam distintos cenários e intenções, exemplificadas pelas correspondências produzidas pelos padres jesuítas que tiveram acesso às informações. Também analisamos as descrições provenientes das reuniões dos oficiais da Câmara da vila nesse período. Ao todo, foram examinadas cerca de 80 anos em 1500 páginas que englobavam procurações, encontros e

respostas recebidas. Adicionalmente, estudamos aproximadamente 80 cartas divulgadas pelos jesuítas acerca de suas atividades nos locais que tiveram contato. As fontes históricas produzidas proporcionaram uma base sólida para as discussões elaboradas em nosso trabalho.

Sentimo-nos gratos e felizes por compartilhar os resultados deste estudo, que representa o esforço e a dedicação de quatro anos de pesquisa. Agradecemos a todos que nos apoiaram e incentivaram durante esta jornada acadêmica desafiadora.

## **1. PERSONAGENS E INSTITUIÇÕES NO PLANALTO: A CÂMARA DE SÃO PAULO E A COMPANHIA DE JESUS**

Com o passar dos séculos, a América se organizou de formas diversas, fundamentada nas relações de poder presentes em cada região. A chegada dos portugueses ocasionou transformações sociais nos espaços compartilhados por diversos grupos. No entanto, destaca-se que essas mudanças sociais já estavam em curso antes da chegada dos europeus. Estudos referentes aos séculos XVI e XVII indicam uma movimentação populacional significativa na região sul da América do Sul antes da chegada dos invasores. Contudo, devido à escassez de documentação sobre o período prévio à chegada dos portugueses, utilizamos seus registros como ponto de partida para a análise em nossa pesquisa.

O vasto território conhecido como América foi organizado e reorganizado ao longo do tempo, moldado pelas complexas relações sociais entre os diversos grupos e sociedades que coexistiram em cada espaço. A chegada dos portugueses à região acarretou consequências e transformações significativas, tanto para eles, enquanto grupo invasor do território, quanto para os espaços compartilhados e os diferentes grupos sociais que o habitavam. Todos foram impactados por esse processo. Na região sul, diversas etnias ocupavam e partilhavam o espaço, conectando-se por meio de caminhos tanto aquáticos quanto terrestres.

A chegada dos europeus veio envolta em uma falsa impressão por parte dos moradores do Velho Mundo. Eles entendiam as sociedades existentes no território como inferiores, carentes de organização cultural e religiosa dignas de reconhecimento. Outra concepção disseminada na época, inclusive como incentivo àqueles que embarcavam de um continente para outro, era a suposta facilidade em dominar e controlar os nativos americanos. O questionamento e as mudanças de percepções ocorreram à medida que os encontros entre os grupos se concretizaram, levando a entendimentos, alianças, mas também a conflitos.

Diferentes grupos sociais portugueses desembarcaram no território com algo em comum: a necessidade de organizar o espaço de maneira que se alinhasse às suas visões de mundo e sociedade. Ao perceber os moradores como inferiores, entendiam ser importante o controle, ensino e administração territorial. Contudo, na documentação dos séculos XVI e XVII, não identificamos indivíduos que enfatizaram a importância das populações locais. Imersos em sua própria época, esses personagens não conseguiram reconhecer, nos primeiros anos de contato, a relevância desses grupos para sua própria subsistência.

Anthony John Russell-Wood (2014), historiador especializado no universo português e que dedicou atenção ao papel do Brasil na organização colonial moderna de Portugal,

argumentou que o estabelecimento dos portugueses na América desencadeou mais de três séculos de conflitos entre indígenas e colonizadores. A natureza dos Tupiniquim, suas rivalidades intertribais e as ambições europeias tornaram a guerra praticamente inevitável (Russel-Wood, 2014). Surgiram alianças complexas e volúveis, moldadas pelos interesses específicos de cada parte. Os grupos, fragmentados e frequentemente em conflito, exploraram habilmente as hostilidades europeias em benefício próprio. É provável que os europeus que contaram com o auxílio indígena desconhecem os planos ocultos de seus aliados. As interações acabaram sendo devastadoras e resultaram em doenças e inúmeras mortes causadas por vírus e bactérias aos quais os nativos nunca haviam sido expostos.

Na década de 1580, os índios encontravam-se extintos em redor de São Paulo, alargando os paulistas suas atividades predatórias, estendendo-se a montante até os Tocantins. Essas atividades adquirem um menor relevo quando comparadas com os ataques brutais e massacres cometidos pelos paulistas contra as províncias jesuítas de Guaíra, Tapé, Uruguai e Itatim entre 1616 e meados do século. Não obstante essa violência, o maior flagelo foi a doença, a qual destruiu tribos inteiras em um processo contínuo, à medida que estas eram expostas aos intrusos europeus (Russel-Wood, 2014, p. 288).

Diante das reais dificuldades e da tentativa de relatar a vida no território, foram produzidos documentos, como cartas, Atas e relatórios. Observamos que a realidade portuguesa é algo preestabelecido pelos narradores, uma vez que a superioridade em relação às etnias americanas já estava definida na base da organização social lusitana. O movimento de expansão territorial também foi impulsionado por motivações religiosas, pelas quais os indivíduos se viam no propósito e dever de disseminar o cristianismo entre os grupos que consideravam ser ignorantes.

Esse sentimento de superioridade étnica, no entanto, não implicou em supremacia de um grupo sobre o outro. As invasões e explorações não foram tranquilas, muito menos controláveis. Os viajantes muitas vezes tiveram que se subordinar às influências locais, características de cada região. Foi necessário realizar acordos, compreender e aceitar a estrutura das diversas organizações. Essas novas perspectivas, embora possam não ter sido percebidas nos escritos quinhentistas, serão a nossa aposta historiográfica. Num primeiro momento, essas experiências foram consideradas superficiais e insignificantes aos olhos dos invasores. Entretanto, a partir de uma análise mais atenta do pesquisador, é possível identificar narrativas importantes que entram em conflito com os documentos escritos e as ideias propostas por esses emissários da história.

Portanto, o objetivo desta introdução foi demonstrar a grande dependência dos portugueses em relação aos grupos indígenas americanos. Os próximos tópicos abordarão temáticas nitidamente portuguesas, como a organização do planalto pela Câmara de São Paulo e as ações religiosas dos jesuítas no território. Por isso, toda a discussão anterior foi realizada para evidenciar que estamos cientes de que, por trás de cada organização administrativa lusitana, estiveram presentes diferentes sociedades nativas. Apesar das documentações não relatarem isso com a precisão que nós, historiadores, gostaríamos de observar, é possível entender que fizeram parte de todo o processo. Além disso, a construção da vila de São Paulo e, posteriormente da Câmara, ocorreu porque os portugueses se aliaram com os grupos indígenas do planalto de Piratininga. A existência desse espaço dependia da aliança. Por esse motivo, cada vila teve sua particularidade, de acordo com cada região e relações sociais existentes, já que o território americano estava dividido entre as mais diferentes etnias. Assim, focaremos nas particularidades presentes no território de Piratininga, concentrando-nos na organização da vila de São Paulo.

### **1.1 A Câmara de São Paulo de Piratininga**

A Câmara representou, de fato, a instituição administrativa portuguesa no território americano. Além disso, funcionou como ponto de encontro e contato dos moradores com as questões oficiais e burocráticas do Império. Nesse espaço, eram oficializados os relacionamentos entre líderes masculinos das famílias da vila, tanto entre si quanto com as peculiaridades do território. Era um local de trocas e aprendizagem. Mais que isso, a Câmara buscou caracterizar a vivência local. Como já mencionamos anteriormente, o enredo e a construção da história das comunidades estavam entrelaçados com a existência das comunidades indígenas, seus costumes e comportamentos.

Assim, a demarcação do território resultou de alianças feitas a partir do contato entre as etnias locais e os primeiros lusitanos. As instalações administrativas não foram construídas casualmente, mas sim por meio dessas alianças. Sem a proteção de um grupo nativo local familiarizado com o território e as nuances cotidianas, qualquer espaço que os portugueses tentassem ocupar na América estaria sujeito a invasões e, provavelmente, destruição. Naquele período de organização territorial, a localização era muito importante, ponto inicial para a construção das estruturas. Na capitania de São Vicente, por exemplo, as ordens centrais para a criação de vilas partiram de Martim Afonso de Souza, que reconheceu duas das povoações

indígenas do território como parte de vilas portuguesas já que estavam em contato com os lusitanos desde meados de 1550.

Instalados e protegidos pelas alianças com nativos, aos poucos os lusos se expandiram pelo território. As diversas etnias que ocupavam o espaço foram identificadas como “Tupis” pelos europeus devidas às semelhanças linguísticas (Sposito, 2012). De acordo com Fernanda Sposito, historiadora da América colonial, especialmente dos povos indígenas e de políticas coloniais, outros grupos fizeram parte do território assinalado, tais como os guaranis.

De língua similar, os grupos denominados “guaranis” espalhavam-se por uma grande faixa no sentido latitudinal, do interior do continente até a costa atlântica, na altura do atual Estado de Santa Catarina, em território pertencente à Coroa de Espanha, mas cujos limites com os domínios portugueses foram, ao longo do período estudado, de contornos imprecisos (Sposito, 2012, p. 32).

Outras etnias estiveram presentes no cenário aqui estudado, tais como paiaguás, guaicurús, gualachos, agaces, querandis, caracarás, curuniacis, orejones, xaraiés, calchaquís, chiriguanos, chiriguanás, frentones, charruas, pampas; eram moradores e transeuntes no Rio da Prata e Paraguai. Já os grupos maromimis, guarulhos, biopebas, guaianás, bilreiros, kaiapós, pés largos, puris abarcaram no território de São Vicente (Sposito, 2012). É importante salientar a diversidade e a complexidade dos grupos indígenas, pois acabaram por adentrar e permear o espaço onde a vila de São Paulo se fixou. A presença de Tupiniquim e Guaranis esteve na narrativa histórica como grande aliada dos lusitanos durante todo o processo dos séculos XVI e XVII.

Nesse período, o viajante que escalava a Serra do Mar conseguia avistar ao final dela um simples pedaço de terra rodeado por taipas: esse foi o início da vila de São Paulo. No século XVI, a construção mais importante foi dos portões, parte principal do muro construído pelos jesuítas para a defesa. De acordo com a obra do arquiteto Wilson Maia Fina, publicada na década de 1960, “era a Vila cintada por um forte muro de taipas rústicas, cobertas de sapé, tendo em cada porta de entrada, por detrás, uma guarita, abrigo de onde uma sentinela vigiava os campos” (Fina, 1962, p. 12).

Em uma das obras de Edmundo Zenha, pesquisador dedicado à história de São Paulo, ele narrou a vila como um espaço simples e humilde. O interior, circunscrito pelo muro, era composto por uma Igreja e algumas casas feitas de barro e ripas cruzadas, semelhantes às habitações dos indígenas. “As humildes vilas brasileiras, lamparinas de civilização que o português custosamente acendia pela vasta costa, tiveram seu nascedouro subordinado a um programa elaborado em Lisboa” (Zenha, 1947, p. 25). Apesar de sua simplicidade, São Paulo

foi designada à categoria de vila administrativa lusitana, impondo obrigações como a instituição de oficiais da Câmara, moradores com a responsabilidade efetiva de organização.

Os oficiais eram eleitos por uma parte da população, principalmente homens brancos e portugueses a princípio, os quais formavam um conselho para definir espaços, valores, medidas e impostos. “O voto era universal — todos votavam, e a eleição era indireta, uma vez que os homens-bons e o povo votavam em seis eleitores — uma espécie de colégio eleitoral — e estes é que escolhiam os futuros oficiais” (Zenha, 1947, p. 79). Teoricamente, os “homens bons” deveriam ser os indivíduos mais ricos e notáveis da povoação, destinados a exercer os cargos municipais. Contudo, considerando que o território, inicialmente, foi ocupado por degredados, colonos simples e sem muita influência, isso nem sempre ocorria.

*O primum vivere* nos primeiros anos de São Paulo quinhentista, a questão primordial era a do povoamento. Viesse quem viesse, contanto não fosse ladrão!, haviam dito os vereadores da Vila à rainha D. Catarina. Assim, teve a Câmara de fechar os olhos para os antecedentes de muitos munícipes, e deixar que entre os *homens bons* da Vila se alistassem muitas pessoas cujo passado não era dos mais límpidos. Que importa! Mais do que nunca, governar era acima de tudo povoar. Viessem homens!” Escopetas disponíveis para o rechaçar do índio e defesa da conquista branca! (Taunay, 2003, p. 359).

Professor, tradutor, lexicógrafo e ocupado com estudos historiográficos, Afonso d’Escragnolle Taunay especializou-se como pesquisador do bandeirismo, do período colonial brasileiro e da arte do Brasil. Por ter sido um lexicógrafo de reconhecido mérito, Taunay auxiliou na popularização das fontes documentais acerca da vila e da Câmara de São Paulo. Sua fala sobre o local demonstra a capacidade dos moradores em se readaptar às ordens vindas de Portugal quando precisavam. Sabemos que a necessidade os colocou em tal posição de confronto administrativo, mas conforme o tempo, outras ações aconteceram nessa mesma linha de justificativa.

Percebemos que apesar da proibição por lei da participação nas eleições de homens simples, de degredados e judeus para cargos, a normativa foi desconsiderada incontáveis vezes.

Era neste particular que a corporação sofreu seus mais rudes golpes no Brasil. É possível que em Portugal estas categorias de pessoas fossem afastadas sistematicamente dos cargos municipais; no Brasil, entanto, por inúmeras razões, não se levantou nenhum empecilho a qualquer delas, nem aos mecânicos, nem aos degradados, nem aos judeus na pele dos cristãos novos, nem aos estrangeiros. E isto contribuiu para aluir de uma vez a instituição de homens-bons (Zenha, 1947, p. 92).

Os moradores tentavam suprir os cargos previstos nas Ordenações do reino, mas as pessoas não estavam preparadas e não havia condições materiais para exercê-los (Prezia, 2008). Benedito Prezia, antropólogo e pesquisador focado em etnologia indígena e na história de São Paulo quinhentista e seiscentista afirmou que a escassez de “homens bons” e a repetição das mesmas pessoas em cargos diferentes gerou privilégios e maior participação de determinadas famílias em São Paulo. Esse fato promoveu disputas políticas e econômicas de clãs familiares nos séculos posteriores.

Diante dessa discussão, percebemos duas situações importantes que nortearão o desenvolvimento da vila de São Paulo: a primeira relaciona-se à condição institucional — enquanto território português —, coagida a se adequar às regras e formas de organização padrão replicadas em outras regiões, inclusive nos demais espaços da América. A segunda situação diz respeito à condição territorial, ao espaço geográfico e às relações sociais daquele espaço. Isso envolve os relacionamentos com os nativos, as alianças necessárias e as rebeliões que participaram. Para essa discussão, adicionamos algumas particularidades do planalto, como a falta de investimento em comparação às vilas da região nordeste, o que conseqüentemente os privou de produtos europeus e dos objetos, roupas e modos que assemelhavam a vida portuguesa. Outras particularidades que trabalharemos serão percebidas nas ações individuais de diferentes moradores do planalto.

Esse panorama geral demonstra a dificuldade que os moradores tiveram para lidar com suas necessidades. As dificuldades baseavam-se na organização da vida nos moldes estabelecidos por Portugal, devido aos problemas e dificuldades da ocupação do espaço e ao relacionamento com os nativos em um único local. Como resultado, para estudo e análise, entendemos ser importante dividir esse momento administrativo da Câmara em dois segmentos: o primeiro representa o que deveria ser feito institucionalmente, na teoria; enquanto o segundo segmento remete à realidade e às condições desse espaço. Sem uma intencionalidade específica, ao longo da narrativa histórica, esses dois segmentos produziram analogicamente uma terceira situação, objeto de nossos estudos. Essa terceira situação representa as características e conseqüências do resultado do funcionamento da instituição portuguesa em contato com o espaço e as vivências do planalto. O resultado dessa nova modalidade fornece abertura às nossas discussões e narrativas dos grupos sociais que viveram na região, as relações sociais e a identidade dos indivíduos.

A Câmara assumiu e representou os desejos dos moradores e, ao mesmo tempo, procurou padronizar a vida no planalto. Permaneceu entre a teoria e a realidade: foi uma instituição que fez ponte e conectou os dois conceitos. Houve outras instituições norteadoras,

as quais analisaremos nas discussões subsequentes, mas entendemos que a construção da Câmara se mostrou tão necessária a ponto de ela permanecer ativa mesmo quando a população não se sentia pertencente ao espaço. São Paulo de Piratininga e suas extensões surgiram inicialmente como uma ideia, que, com o passar dos anos, misturou-se com as vivências e modos de ser dos indivíduos no território.

#### 1.1.1 A Câmara da vila como local de difusão da política portuguesa

Desde sua instituição, a Câmara ordenou a conduta moral dos indivíduos, seja indígena, branco, mestiço; regulamentou o cumprimento das ordens *del rei* e de suas justiças. Apesar dos obstáculos materiais e geográficos, participava da empresa ultramarina portuguesa. A partir da consolidação das Câmaras enquanto órgãos decisivos e de influência, os colonos passaram a se organizar com base em status e poder. Foi assim que o colégio jesuítico e a Câmara se tornaram dois termos de uma antítese e de conflitos basilares para a formação do território de São Paulo.

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Sheila Lima dedicou-se à análise das revoltas coloniais no período da Restauração Portuguesa no século XVII, enfatizando as relações entre os camaristas e os padres no planalto de São Paulo. Em seus escritos, a autora entende que a ação jesuítica exigiu uma grande dedicação ao mundo religioso, fazendo com que se normalizassem ações violentas em nome dos propósitos cristãos.

O primeiro, que tinha a obediência por virtude máxima, representava o princípio da autoridade em nome de uma razão transcendente e de rígida observância da moral católica; o segundo, que encarnava os “direitos” individuais e os interesses comuns, defendia um sentido de vida diferente, afirmando, por vezes através da violência, o primado da jurisdição civil sobre a eclesiástica e, conseqüentemente, a adaptação às realidades locais e aos livres instintos despertados pelo novo ambiente (Lima, 2006b, p. 55-56).

Esses dois perfis citados por Lima (2006b) e que foram desenvolvidos pelas instituições da Câmara e dos padres da Companhia de Jesus produziram traços peculiares em relação ao comportamento e à tomada de decisão dos indivíduos. Assim, a proposta de nossos estudos é mostrar que a vivência na vila de São Paulo produziu novas identidades antes do século XVIII e XIX, séculos conhecidos pelos historiadores como momentos da formação identitária brasileira. A análise historiográfica presente muitas vezes nos livros didáticos entende que antes desse período havia, de fato, indivíduos nativos, africanos e portugueses, em sociedades distintas. Nada mais.

No entanto, queremos demonstrar que tanto os portugueses que estavam no território participando do processo de construção da colônia brasileira quanto os demais indivíduos, ao se relacionarem, produziram novas identidades. No caso dos colonos, esses deixam de ser portugueses aos poucos, e esse fato se evidencia quando deixam de cumprir totalmente as regras estabelecidas por Portugal e registram esses acontecimentos. As Atas da Câmara e as cartas jesuíticas nos pontuam diversos elementos no cotidiano de São Paulo que corroboram para essa perda de identidade portuguesa e o início de novas identidades. O indivíduo moralmente é português, mas com sua vivência própria se transforma e leva essas transformações para as novas gerações.

Para explicar essa desnaturalização portuguesa e a constituição de uma nova identidade num grupo de pessoas etnicamente portuguesas, desenvolvemos três categorias de análise. Inicialmente, a “normatização”, representada pelas leis e questões administrativas provenientes da Coroa portuguesa. Em seguida, a “violação”, a partir das descrições cotidianas das Atas e das cartas jesuíticas que evidenciam as adaptações diárias feitas pelos moradores. O contato com as sociedades indígenas e o sertão simbolizou e materializou, de certa forma, a “violação” evidenciada, pois proporcionou novos olhares para o mundo dos moradores. Por último, uma terceira categoria de análise, traduzida por essa aquisição de novos costumes, de hábitos, de identidade. A essa categoria chamaremos de “integração”, pois a naturalidade portuguesa precisou dividir espaço com a realidade física da América. Fizemos essa breve explanação para justificar ao leitor a narrativa e a dinâmica que serão desenvolvidas nas próximas páginas, já que intercalaremos essas categorias durante todo o tempo nos capítulos que seguirão.

As categorias de análise serão aplicadas nos três grupos que consideramos a base para a construção social da vila de São Paulo: grupos indígenas - em especial os Tupiniquim - e o seu modo de vida e o contato no planalto; os jesuítas e sua religiosidade marcada pelos aldeamentos e expansões missionárias; e os colonos, com destaque às suas ações, representadas pelos oficiais camaristas. Seguindo essa metodologia, utilizamos as categorias de análise sob diferentes modelos: separadamente, observando cada uma das especificidades dos indivíduos; concomitantemente, comparando ações com base num mesmo acontecimento; e por último, analisando os vínculos que ocorreram. O objetivo da nossa tese não é de forma alguma fragmentá-los. Pelo contrário, queremos mostrar que foram as conexões criadas e corriqueiras que, como resultado, integraram diferentes costumes entre esses três grupos. A junção e a dependência entre eles serão um dos aspectos que abordaremos.

Consideramos importante explicar o funcionamento da Câmara enquanto instituição que dava voz a uma parte da população ativa de São Paulo. Além disso, vamos observá-la, enquanto

órgão, e verificar como se relacionou com os indígenas e jesuítas, observando diferentes fontes e realizando os devidos diálogos. Assim, o capítulo fala, inicialmente, sobre os oficiais e os jesuítas e pontua a “normatização” representada pelas leis e os objetivos centrais.

Nosso objetivo neste capítulo será explicar a primeira categoria de análise: a “normatização”, caracterizada pelas questões administrativas. Abordaremos o funcionamento da Câmara de São Paulo, dos oficiais, organização da vila e, por conseguinte, o funcionamento da Companhia de Jesus e seus diferentes intentos, como o processo de aldeamento.

Charles Boxer, historiador inglês que se debruçou sobre a história dos encontros de portugueses com outros povos durante a Idade Moderna, afirmou que, administrativamente, as vilas possuíam o senado da Câmara, as irmandades de caridade e as confrarias laicas, instituições mais importantes do Império Marítimo Português (Boxer, 2002). Nos séculos XVI e XVII, São Paulo de Piratininga teve na Câmara e na Companhia de Jesus a base para sua organização. Foram órgãos importantes que forneciam um sentimento de linearidade e pertencimento a uma pequena população, em um espaço tão longínquo da Europa e isolado na própria colônia. A Câmara gerenciava questões políticas, econômicas e sociais e a Igreja conduzia os propósitos cristãos tão necessários naquela identidade, como as missas, a catequização, a moralização e permanência dos costumes ibéricos (Vieira, 2019).

As determinações lusitanas eram transmitidas por moradores que - apesar de oficiais e de sua categoria elevada a “homens-bons” -, estavam inseridos numa realidade paralela à Península Ibérica. Sonia Siqueira, professora de História Ibérica pela Universidade de São Paulo (USP) afirmou que “o Rei legislava de longe. Dava ordens a serem cumpridas pelos colonizadores. Ordens cumpridas muito frouxamente” (Siqueira, 2016, p. 53). A administração central tentava aplicar normas por vezes inviáveis, de acordo com o ponto de vista dos camaristas (Atas, 1967).

Enquanto o trabalho dos governadores se perdia em medidas gerais que nunca chegaram a abranger eficazmente o todo, inânidas como ficavam ao dilatarem-se pela extensão que pretendiam seu termo com eficiência, passando a ser o centro da vida colonial ao seu redor. A força municipal acreditava-se a cada momento que era solicitada o que não acontecia, quase sempre, com a autoridade do govêrno-geral” (Zenha, 1945, p. 118).

Essas situações abriram precedentes para repetidos conflitos entre os oficiais da vila e os representantes portugueses da América. E, na prática, forneceram cargos extraoficiais para a Câmara, condizentes com a vivência de cada vila nos diferentes espaços. Apesar de suas responsabilidades particulares, esse órgão unificava e transmitia ideias e Ordenações

portuguesas. Com o passar dos anos, notamos que passou a ser utilizada pelos moradores como um filtro entre aquilo que era imposto pela Coroa e a realidade local, pois nem sempre essas ações se efetivaram no território. Percebemos que, de todas as leis e orientações recebidas, os oficiais selecionavam aquelas pertinentes aos interesses locais. O que era recebido e visto como inapropriado, rejeitavam. Por diversas vezes esses momentos foram registrados nas Atas da Câmara, e as ordens descritas pelo escrivão - a mando dos vereadores e do procurador do conselho - como algo paralelo e distante do que viviam (Atas, 1967). A Câmara passou a ter uma função adicional, pois além de porta-voz, era instituição de controle e administração por vezes autônomas às ações exigidas pela Coroa portuguesa.

Como porta-voz, a Câmara transmitia aos moradores informações, regras, impostos e as resoluções feitas na Europa, no governo-geral, além daquelas feitas pelos próprios camaristas. Era através dos oficiais eleitos que se cobravam e aplicavam as leis e elegiam anualmente grupos de homens, que seriam responsáveis por funções específicas. Em razão da pequena quantidade de homens portugueses em São Paulo nos primeiros séculos, os cargos foram algumas vezes impostos aos moradores, os quais nem sempre tinham interesse em atuar. Por essa razão, a Câmara começou a ameaçar os moradores ao dizer que, se não assumissem o cargo, seriam obrigados a pagar pesadas multas. Apesar da obrigatoriedade, houve uma circulação de oficiais nos cargos, mas às vezes moradores que haviam participado em algum ano voltavam a ser instituídos para cargos diferentes (Vieira, 2019).

Para estudarmos sobre as funções e organização inicial das estruturas portuguesas, recorreremos às Ordenações Manuelinas. Publicadas pela primeira vez em 1514, mas tendo sua versão definitiva em 1521, ano da morte de D. Manuel I, essas leis foram obra da reunião das leis promulgadas até então com as Ordenações Afonsinas, leis anteriores. A invenção da imprensa e a necessidade de correção e atualização das normas contidas na Ordenação anterior foram usadas como justificativas para a elaboração das novas leis.

Dentro da estrutura de cinco livros, temos capítulos específicos que abordam a organização das vilas e de seus administradores, os camaristas. As funções desses moradores selecionados se dividiam entre juiz, vereadores, almotacés, procurador do conselho, alcaldes, porteiro e escrivão. O juiz ficava responsável pela segurança da vila e distribuição de alimentos, os vereadores administravam os bens do conselho, zelavam pelas construções e buscavam mantê-las em funcionamento. Os almotacés fiscalizavam a entrada e saída dos produtos comercializados, seus respectivos pesos e medidas, distribuía, fiscalizava as carnes, cuidava da produção dos oficiais mecânicos fiscalizando as medidas dos tecidos e a qualidade dos artefatos vendidos. O procurador verificava o trabalho realizado pelos oficiais e se tanto eles quanto os

moradores estavam de acordo com os regimentos. Os alcaides vigiavam o território e alertava sobre possíveis ataques, os porteiros anunciavam nas ruas, em altas vozes, as decisões tomadas pelos oficiais, enquanto os escrivães descreviam as reuniões, narrando as informações de cada um dos encontros dos camaristas (Ordenações Manuelinas, 1797).

As Câmaras municipais eram instrumentos centrais da política da Coroa, de pacificação do interior e, psicologicamente, representaram uma providência arguta. Simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração; provocaram as aspirações de ascensão social dos paulistas muito conscientes de status e que passaram a concorrer para os cargos de vereadores; as Câmaras tornaram-se veículos da opinião pública, constituindo-se como uma válvula de escape para a expressão de ressentimentos locais em relação às medidas fiscais da Coroa, ao mesmo tempo em que encorajavam o desenvolvimento de uma consciência municipal através da prestação de serviços públicos (Russell-Wood, 2014, p. 306).

De acordo com as normativas, a Câmara deveria existir independentemente da quantidade de moradores numa vila e, no caso de São Paulo, percebemos, nos primeiros séculos, uma pequena população. O espaço delimitado geograficamente não possuía muitas casas nem moradores, tendo em vista a existência de um movimento populacional expressivo em direção ao sertão. Por se encontrar além da Serra do Mar - cerca de 67 km de Santos, no litoral -, havia dificuldades expressivas de contato e comunicação com as demais vilas e com a Europa. É importante lembrar que para ter uma Câmara era necessário ter o status jurídico de vila, determinado pelo capitão. Não era qualquer povoado que poderia ter uma Câmara representativa.

Serafim Leite, historiador no século XX e padre da Companhia de Jesus, coletou documentos e produziu uma obra gigantesca acerca da vivência dos clérigos da Europa Moderna em outros continentes. Ele aponta em vários momentos descrições sobre a vila de São Paulo e seu território, a qual foi organizada pelos jesuítas que chegaram ao planalto.

Piratinga, no interior, separada quase 14 léguas de Santos, fica a muitos graus para o sul do Equador e goza de clima europeu [...]. Toda a região, a três léguas da costa, é fechada por altíssimos montes, sobre os quais há o planalto capacíssimo de campos. O caminho é extremamente difícil, a uma légua<sup>3</sup> da raiz dos montes, por estreitos carreiros, a pique até ao cimo, como quem sobe para o céu (Leite, 2006, p. 289).

---

<sup>3</sup> As distâncias mencionadas no documento original, "14 léguas", "três léguas" e "uma légua", foram convertidas para quilômetros para facilitar a compreensão moderna. Considerando que uma légua terrestre portuguesa equivale aproximadamente a 6,6 quilômetros, as distâncias referidas são de aproximadamente 92,4 quilômetros, 19,8 quilômetros e 6,6 quilômetros, respectivamente.

A exposição acima nos fornece um panorama sobre a realidade populacional. A dificuldade de comunicação era própria da época. Em razão da distância do litoral e da inexistência de estradas, os viajantes utilizavam os caminhos milenares dos indígenas. Para o transporte, empregavam animais de carga para subirem as escarpas da serra.

O transporte possui papel significativo na dinâmica das vilas e no desenvolvimento das atividades produtivas. A moradia também é um dos fatores que gera dinamismo. A circulação de mercadorias e pessoas colabora expressivamente para a dinâmica do espaço populacional. Em função dessa conjuntura, os espaços coletivos como a Câmara e a Igreja católica fornecem as bases para a infraestrutura, e, conseqüentemente, os meios de comunicação passam a ser organizados. Em São Paulo, observamos que vários moradores do planalto permaneceram mais no interior do que na vila propriamente dita, o que gerou mudanças nas relações entre o espaço e a população. Lana de Souza Cavalcanti, professora titular da Universidade Federal de Goiás (UEG), destaca que o acesso aos bens econômicos é uma das vias para vivenciar a realidade social. Assim, a produção, a circulação e a moradia são elementos da dinâmica interna que condicionam e produzem as práticas cotidianas (Cavalcanti, 1999). Importante ressaltar que a comunicação do período não se limitou apenas às cartas:

Além do mais, como o consumo é social, há um partilhamento de significados nos objetos de consumo (material ou não) e no consumo de objetos. Ele é o elemento de comunicação entre as pessoas, mesmo que subordinado ao controle político, econômico e ideológico do mercado (Cavalcanti, 1999, p. 51).

A vivência com o interior, a busca por riquezas, mantimentos e o distanciamento significativo em relação às demais vilas litorâneas promoveram a São Paulo uma dinâmica específica.

Se o principal motivo da vinda para a Colônia era o ganho, trazia o português para cá, no âmago de sua personalidade, os traços culturais do seu mundo. Mundo cristão, com suas inquietações e preconceitos. Mundo Católico ortodoxo, com suas intolerâncias. Mundo barroco com seus contrastes, seus exageros, suas hesitações. Mundo que se modernizava, abalando com as críticas, os valores tradicionais da autoridade, hierarquia, religião, reformulando-os. Mundo em que se esboçavam modificações das estruturas e nas atitudes em face da vida (Siqueira, 2016, p. 33).

A maneira portuguesa de viver (alimentação, comunicação, hábitos e costumes) passou por reformulações. Inicialmente, essas mudanças não foram percebidas, pois transformações individuais como essas, vinculadas ao meio social, são por vezes imperceptíveis para quem

permeia o espaço. O sociólogo alemão Norbert Elias foi responsável pelo desenvolvimento de uma teoria que auxiliou no campo dos processos de interação humana nos espaços. De acordo com suas análises, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles mesmos são desprovidos de objetivo específico (Elias, 2011). Isso significa que, apesar da tentativa dos governos em organizar os indivíduos, percebemos que esses objetivos podem ser alterados de acordo com as ideias individuais. Ou seja, os indivíduos em uma sociedade atuam e fazem escolhas constantemente, em uma rede de interdependência mútuas.

A partir dessas discussões teóricas sobre a vida em sociedade, percebemos como o governo tenta, de diferentes formas, atuar no social e no individual na organização de um território. No caso de São Paulo, vila criada e administrativamente organizada pelos portugueses, isso não foi diferente. Houve várias normas e leis enviadas ao território para que os moradores as aplicassem e reproduzissem. Entretanto, as ordens que foram produzidas pelos governadores e capitães basearam-se em desejos e vontades administrativas externas.

Em diferentes citações reproduzidas nas Atas de São Paulo, os moradores registraram algumas vezes nas reuniões da Câmara sua insatisfação em receber declarações e informações gerais da Coroa portuguesa, que não condiziam com a realidade local, mas que precisavam ser cumpridas<sup>4</sup> (Atas, 1967). As particularidades locais e seus problemas foram questões de lutas dos moradores, que se sentiam deslocados dos objetivos de Portugal em diversos momentos.

[...] Só faremos lembrança a Vmc. que si sua pessoa ou cousa muito sua desta Capitania não acudir com brevidade póde entender que não terá cá nada, pois que estão as cousas desta terra com a candeia na mão e cedo se despovoará, porque assim os capitães e ouvidores que Vmc. manda, como os que cada quinze dias nos mettem os governadores geraes em outra cousa não entendem, nem estudam sinão como nos hão de esfolar, destruir e affrontar, e nisto gastam o seu tempo; elles não vêm nos governar e reger, nem augmentar a terra que o Sr. Martim Affonso de Sousa ganhou e S. M. lhe deu com tão avantajadas mercês e favores (Actas, 1915, p. 497 e 498)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Optamos por analisar as Atas agrupando-as por assunto, em vez de seguir uma ordem cronológica anual, respeitando as reincidências e considerando a quantidade de informações presentes. A abordagem adotada organiza nossa tese por eixos temáticos, levando em conta as discussões produzidas, resultando em uma análise não linear dos anos de 1560 até 1640. Para fornecer contexto ao leitor, vale destacar que as documentações escritas até o início de 1600 apresentam uma escrita de difícil leitura. Portanto, optamos por incluir pequenas transcrições dessas partes em notas de rodapé. A partir de 1600, a documentação torna-se mais acessível, permitindo uma leitura mais fluida, razão pela qual decidimos não utilizar notas de rodapé em citação desse período.

<sup>5</sup> Achemos interessante realizar uma nota de rodapé com algumas citações retiradas das Atas dos séculos XVI. A escrita era muito complexa de compreender, principalmente porque não havia uma norma ortográfica padrão na língua portuguesa. Cada pessoa escrevia de acordo com a fonética, gerando diferenças nas escritas de muitos escrivães das Atas da Câmara de São Paulo. Portanto, as citações que entendemos que o leitor poderá ter dificuldade em compreender, foram reescritas com a linguagem usual ao longo do trabalho. Importante ressaltar que a transcrição desses documentos foi feita pelos autora da tese.

Este documento de 1606 possui grande relevância para a nossa pesquisa, por esse motivo utilizaremos partes dele em diferentes momentos do estudo, seja para abordar a relação com os indígenas, os problemas administrativos ou a insatisfação dos moradores em relação às ordens dos capitães. O trecho retirado se refere a uma carta organizada pelos representantes da vila, os quais demonstraram visível descontentamento com a falta de compreensão da administração central às particularidades do planalto. A carta descreve a insatisfação desses moradores com a distância, com os problemas de comunicação e das lideranças que apenas cobravam atuações, sem compreender o local.

Notamos que a Câmara passou a ter uma nova função, pois ao existir e contemplar a realidade, os indivíduos e as situações que ocorreram no território, os oficiais foram porta-vozes de novas ideias, de questionamentos, de costumes nitidamente desconexos ao mundo português, mas coesos ao sertão, ao planalto, à identidade de São Paulo. A Câmara se transformou em local de criação e transmissão de suas próprias ideias.

#### 1.1.2 A Câmara enquanto espaço de interiorização

A vila de São Paulo não permaneceu estática em nenhum momento ao longo de seu processo de construção. As dinâmicas sociais, econômicas e a vida transformavam os indivíduos e, conseqüentemente, o território. A Câmara representava e conectava os moradores, fornecendo, simultaneamente, os recados e as informações que chegavam pelo litoral. A instituição também passou por transformações à medida que as mudanças ocorreram, apesar da organização portuguesa prever apenas as Ordenações administrativas e a prática delas. Dessa forma, o espaço tornou-se um ponto de encontro das famílias - ou, ao menos, de seus patriarcas - que viviam diariamente espalhadas pelo planalto e pelo sertão. Tornou-se um local representativo, que gradualmente se adaptou aos desejos e vontades do povoado, bem como às necessidades de sobrevivência. Como resultado dessas ações implementadas pela Câmara, surgiram desentendimentos dos moradores com os líderes de Portugal, com os jesuítas e, muitas vezes, com os próprios representantes da vila.

A ligação entre o planalto e o litoral era estabelecida por meio de cartas endereçadas a órgãos como a Câmara e aos padres da Companhia de Jesus. As informações centrais da Coroa portuguesa eram recebidas nos portos - no caso da capitania de São Vicente; já as cartas chegavam nas vilas litorâneas de Santos e São Vicente - e eram enviadas aos seus respectivos destinatários. É importante destacar a diferença de velocidade com que a comunicação ocorria nos séculos XVI e XVII. As correspondências, salvo imprevistos, navegavam e alcançavam

seus destinatários aproximadamente um mês e meio depois, considerando-se os residentes nas vilas próximas ao mar. Havia uma distinção na comunicação entre as vilas de Santos e São Vicente em comparação com São Paulo: os habitantes do litoral recebiam informações diretamente, dada a proximidade com o litoral. Por outro lado, São Paulo enfrentava um obstáculo maior, dependia de mensageiros que precisavam subir a Serra, um processo que demandava alguns dias adicionais. Frequentemente, as cartas eram guardadas até que algum morador se dirigisse ao litoral, geralmente por motivos comerciais; ao retornar, esse residente trazia consigo e entregava aos moradores do planalto. Isso significa que o período necessário para a transmissão de informações na vila de Piratininga era significativamente maior do que nas demais.

Essa conjuntura gerou nos moradores um sentimento de isolamento; devido a essa dificuldade de contato, era comum que não obtivessem resposta para seus pedidos e requisições, ou quando as recebiam, já se passavam meses desde as discussões. Apresentamos essa exposição para argumentar que a atração pelo interior decorre do isolamento. A migração da população para o interior do território foi uma das formas encontradas para, de certa maneira, sobreviverem ao se conectarem a esses espaços. Devido à escassez de contato com as vilas da capitania, os moradores começaram a buscar, no interior, recursos e benefícios. Nos primeiros séculos, isso se manifestou na demanda por mão de obra indígena, minérios como ouro e prata e atividades agrícolas. Conseqüentemente, a vila, aos poucos, se despovoou. A ausência dos moradores da vila se prolongava, conferindo ao espaço um aspecto de abandono. Administrativamente, tal situação colocava Portugal em dificuldades, pois a escassez de residentes favorecia invasões de outros grupos na região que levou anos para ser demarcada como parte da Coroa.

Caçadores de homens, escravagistas, pombeiros; “iam buscar homens, aonde quer fossem terras de Castela quer terras de Portugal. Não iam a esses sertões para os ocupar e povoar; iam buscar homens, ‘descer todo o gentio para as suas vilas’, e deixavam as terras ao abandono’. No princípio durante o ciclo ainda da caça ao índio, sem preocupações territoriais, o conflito agudo surgiu no momento, em que os caçadores de homens acharam que eram mais fácil trazê-los das aldeias ou povos onde eles já se achavam agrupados a caminho da civilização do que do sertão incertos (Leite, 2006, p. 248).

A situação descrita gerou uma particularidade: os moradores de São Paulo receberam terras dentro da vila para habitarem, mas, com as expedições ao sertão, conquistaram novas terras e organizaram novos espaços. Por isso, grande parte dos habitantes possuía um pedaço de terra dentro da vila e outro fora dela, os famosos roçados.

Apesar deste incipiente baluarte, poucos moradores viviam na vila, estando a maioria na zona rural. Esses homens rudes, muitos deles aventureiros e com uma família mestiça, optaram pelo isolamento rural, que lembrava a aldeia tupi. O sítio e a fazenda sobrepujaram a cidade. Poucas casas havia na vila, e eram usadas apenas para negócios de final de semana, por ocasião das festas religiosas e procissões e quando vinham participar das sessões da Câmara (Prezia, 2008, p. 2).

Assim, o cotidiano era dividido entre a vila - destinada aos contatos administrativos, comerciais e religiosos - e o espaço rural - dedicado à produção, extração e aprisionamento de nativos -, no qual passavam a maior parte do tempo. “A vila vivia, frequentemente, com ar de abandonada. Nela, os fazendeiros vizinhos possuíam casas que habitavam em ocasiões de festa, deixando-as fechadas o resto do ano” (Taunay, 2003, p. 29).

Inicialmente, existia um muro que cercava a vila, construído pelos jesuítas e seus aliados Tupiniquim, exigindo certa manutenção dos moradores ao longo do tempo. No entanto, à medida que o cotidiano se desenvolvia, o muro tornou-se um obstáculo entre o sertão e a administração portuguesa, compartilhada pelos moradores. Para facilitar o acesso aos roçados no sertão, começaram a desmanchar partes do muro entre suas casas, embora isso fosse proibido, sujeito a multa. Essa situação era comum nas Atas da Câmara; o muro dificultava o deslocamento dos moradores entre os dois espaços. Com o tempo, os jesuítas passaram a considerar o muro como um obstáculo, assim como os residentes do interior do espaço. Em uma das reuniões de 1583, os camaristas registraram a falta de um trecho do muro e responsabilizaram os padres.

Ao primeiro dia do mes de julho de mill e quinhentos e oitemta e tres anos nesta vila de são paulo nas cazas do comselho dela forão juntos os hofisiais da camara hos abaixo asinados p<sup>a</sup> acordarem algumas couzas necessarias p<sup>a</sup> bem do povo e loguo na dita camara pelo procurador do comselho g<sup>co</sup> madr<sup>a</sup> em auzensia de guaspar nunes foi requerido na dita camara aos hofisiais que suas merces mãdasem fazer hũ auto de pretestação de hũ pequeno de muro da vila que hos padres da companhia de jesu mãdarão deribar p<sup>a</sup> que a todo tempo vimdo superior deles lho fazer a saber e lho fazer alevãotar ho quall eles loguo mãdarão que se fizese p<sup>a</sup> que a todo tempo do mũdo diguo todo tẽpo se saber como hou por que ho derlubaram [...] (Atas, 1967, p. 217).

Como os oficiais não possuíam jurisdição legal sobre as ações dos padres, eles solicitaram que a situação fosse relatada aos superiores religiosos em Portugal, para que ficassem cientes dos prejuízos causados pelos padres do planalto. O muro deixou de ser relevante para a maioria daqueles que transitavam pelo planalto, principalmente porque a vida

dessas pessoas se dividia entre as atividades dentro da vila e o sertão, envolvendo expedições e fazendas. No entanto, existia uma normativa que estabelecia que o muro deveria permanecer para proteger a vila, e os camaristas tentaram mantê-la, impondo multas àqueles que a desobedecessem. Com o passar dos anos e a persistência dos moradores em desobedecer, o muro deixou de ser um tópico de discussão em reuniões e aos poucos foi sendo abandonado devido à falta de manutenção. Assim, os moradores já não tinham mais o muro, facilitando as idas e vindas da vila ao sertão.

Geograficamente, sertão significa uma área agreste, onde a terra é árida e o clima se torna mais seco. Para os habitantes da colônia, entretanto, o termo era bem menos definido. O sertão representava a ausência de limites, seja territorial ou administrativo. Era um território sem lei.

Por muito que se entrasse no sertão, este mais ainda se prolongava, assumindo a vaga designação de interior do sertão. O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou um fim exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito (Russel-Wood, 2014, p. 280).

Seja pelos aldeamentos jesuíticos, seja pelas plantações, seja pelas entradas, os moradores se dispersaram por todo o planalto. Por esse motivo, o muro deixou de ser símbolo de proteção para transformar-se em obstáculo. Em 1575, Domingo Rodrigues foi multado pelos oficiais da Câmara em cinco tostões porque abriu uma porta - como chamavam as aberturas não oficiais - no muro. Como não concordou com a decisão, Domingo recorreu à decisão do capitão e ouvidor Jerônimo Leitão, superior hierarquicamente aos camaristas.

REQUERIMENTO: - Sñr capitão he ouvidor - dys dominguos roiz mor na vyla de são palo de peratinigua q̄ ele tynha hũa porta no baluarte caido q̄ he seu quintal por a qual se syrvia a tres ou coatro anos e aguora hos ofiziaes desta vyla lha fizerão tapar e por q̄ ele tem muita necessidade dela aberta pa se servir por ela por causa da tera ser pobre he as necessidades delas são mtas e mtas vezes sua molher por ser pobre cõ suas escravas vão a roza e pa se os hyrẽ coreu ã roda como podem pede a v m respeitando ysto lhe de licencia pa que ele a posa tornar a abryr pa que sua molher e cunhada e escravas se posão servyr dela ate que elle sopricante venha do rio de janeiro pa onde esta de caminho ã companhia de vosa merce no q̄ recbera justica e merce [...] (Atas, 1967, p. 78)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> [...] REQUERIMENTO: Senhor capitão e ouvidor - Diz Domingos Rodrigues, morador na vila de São Paulo de Piratininga, que tinha uma porta aberta em seu quintal e se utilizava dela já há três ou quatro anos. Porém os oficiais da vila o obrigaram a tapar, e ele precisa muito dela. Como a terra é pobre e as necessidades são muitas, sua mulher muitas vezes vai a roça trabalhar com suas escravas e para sair da vila é longe, andariam em círculos. Assim, pede a vossa mercê, com todo o respeito, que lhe dê autorização para que voltem a usar a porta e abri-la

Essa citação abarca vários aspectos da rotina dos residentes e como o muro deixou de ser importante para se tornar um obstáculo no século XVI. Domingo justificou sua ação e disse que precisavam abrir uma parte do muro para facilitar a organização do dia a dia: sua esposa e escravas saíam da vila para ir até a roça diariamente e, com o muro fechado, a saída era dificultada porque, de acordo com ele, precisavam andar em círculos. Pensando nas categorias de análise desenvolvidas, aplicadas à essa citação, temos a “normatização”, representada pelo dever de manter o muro pelos oficiais. A “violação” pôde ser evidenciada pelas ações de Domingo Rodrigues e sua família ao não obedecerem. Por sua vez, a “integração” passou a existir quando Domingo justificou sua ação e a recusa em aceitar a multa. Nesse momento específico, a ação demonstra que a “violação” teve um papel maior do que a “normatização” em si.

O sertão e as pessoas que o habitavam tinham uma carta na manga que os faziam tão independentes das ações administrativas da Coroa: a eficácia de seu refúgio e a hipótese de uma oportunidade residiam essencialmente em sua inacessibilidade, graças à distância e topografia entre elas e os representantes da administração da coroa. Eram homens “transfronteiriços”, uma vez que viviam além dos mecanismos de controle social ou legal (Russel-Wood, 2014, p. 281).

Portanto, as povoações do planalto passaram por mudanças durante a metade do século XVI em diante com a constituição das primeiras fazendas, patrimônios das famílias senhoriais. Igor Lima, doutor em História, desenvolveu pesquisas sobre os temas de gênero, produções têxteis e vestuário nas áreas de História de São Paulo Colonial; ele descreve a ideia de que, antes da constituição das fazendas, a vida econômica de São Paulo “era marcada por pequenas propriedades domésticas, com sítios de produções variadas como feijões, trigo, roças de mandioca, milho, criações de gado vacum, bem como da cultura algodoeira (...)” (Lima, 2006, p. 141).

As fontes do período não fornecem informações precisas sobre a quantidade de moradores em São Paulo em meados do século XVI. José de Anchieta<sup>7</sup> registrou a presença de, aproximadamente, vinte pessoas, entre os quais estavam os pretendentes à Companhia que ainda não haviam sido admitidos (Leite, 2006).

---

novamente para que sua mulher, cunhada e escravas possam servir dela até que ele volte do Rio de Janeiro, onde está a caminho em companhia [...] (Atas, 1967, p. 78). Tradução nossa.

<sup>7</sup> José de Anchieta foi um padre jesuíta espanhol que ingressou na Companhia de Jesus no Reino de Portugal, e um dos fundadores de São Paulo no século XVI.

Falando da necessidade de intimar a Câmara aos habitantes da Vila a realizar os consertos exigidos pelo mau estado das estradas, dizia Álvaro Netto, procurador do Concelho: “que a Vila passava de cem moradores”, isto é, cem cidadãos, o que nos leva a supor uns cento e poucos fogos ou famílias, e umas mil pessoas, quiçá mil e quinhentas, nesse número incluindo-se os escravos. Diversos termos subsequentes a essa ata comprovam a estimativa aproximada do procurador de 1583 (Taunay, 2003, p. 358).

Na década de 1570 e 1580, São Paulo possuía 120 residentes brancos, enquanto cem anos mais tarde, há um aumento expressivo no número de habitantes. Em 1622, o planalto contava com mais de 300 homens e 1500 indígenas Carijó, mas na vila de São Paulo, o número de moradores não ultrapassava 190 (Lima, 2006).

Andando o tempo, aquela pequena casa, acrescentada com outras, e com afluência de gente, cresceu tanto, que hoje se calculam 2000 os seus moradores exceto os eclesiásticos e escravos, e facilmente ganha a primazia entre as mais célebres vilas do Brasil. Os colonos lavram a terra e a cultivam com o trabalho dos índios, que cativam e tomam à força nas guerras do sertão, pelo que odeiam os Portugueses e estão sempre dispostos a ciladas; e sem dúvida há matéria abundante e certa para estes ódios na sua abatida ou perdida liberdade (Leite, 2006, p. 290).

A narrativa de António Pinto, em 1653, aponta para um baixo número populacional de brancos no período quinhentista. Não devemos esquecer que essa contagem não incluía mulheres, negros e indígenas e, apesar do apagamento documental, eles estiveram presentes em todo o processo histórico.

É possível que não houvesse mais do que 25 famílias neste início de vila. Taunay calcula entre 10 a 15 o número de pessoas por família, incluindo os escravos. Fica difícil a estimativa, pois a documentação é falha, já que os inventários que se conservaram são do final do século. Parece ser razoável estimar cerca de 12 pessoas por família, alcançando um total de cerca de 350 moradores, incluindo os jesuítas, seus agregados e as famílias indígenas (Prezia, 2008, p. 285).

As famílias foram se instalando e construindo suas residências no planalto ao redor da igreja. Famílias provenientes do litoral ou aquelas formadas por meio de novos casamentos entre brancos e indígenas conseguiam adquirir terrenos na vila ao justificarem sua vinda e seus objetivos aos oficiais (Prezia, 2008).

O casamento entre indígenas e brancos foi frequente por diversos motivos, sendo um deles relacionado à falta de mulheres brancas no território. Outro motivo é que, como os grupos nativos utilizavam o casamento como formalização de alianças, muitos colonos participaram

desse processo em nome da boa convivência e das trocas comerciais. João Ramalho, um português degredado, por exemplo, casou-se com uma das filhas do cacique Tibiriçá, dos Tupiniquim. Manoel da Nóbrega, jesuíta da Companhia, afirmava que Ramalho tinha muitas mulheres e muitos filhos que participavam das guerras em nome dos nativos. Além disso, faziam-se festas com os indígenas e andavam nus na maior parte do tempo (Lima, 2006). Os Tupiniquim foram grandes aliados dos portugueses durante esses dois séculos, apesar da proibição da Coroa, que se opunha a esse tipo de aliança. As famílias, portanto, foram constituídas com hábitos e ideias de diferentes grupos, não apenas dos lusitanos. O cotidiano de São Paulo tem especificidades relativas ao modo de ser português, mas também ao modo de ser de grupos oriundos de diversas sociedades indígenas.

A mulher indígena desempenhou um papel significativo no processo interétnico, sendo uma figura ativa e a ponte que possibilitou o acesso aos costumes e hábitos de diferentes grupos. Nesse processo de interação, a descendência resultante desses dois grupos pôde incorporar conceitos de ambas as possibilidades e visões de mundo. “Em termos culturais, as ligações com as mulheres índias proporcionaram uma aculturação informal que deixou sua marca nos hábitos alimentares, na sociabilização, no mobiliário doméstico e na educação dos mestiços, que, por influência paterna, se identificavam como Portugueses” (Costa, 2007, p. 109)<sup>8</sup>.

Em menor quantidade, as mulheres portuguesas brancas também estiveram presentes no território e conseguiram ascender socialmente, em alguns casos receberam títulos de senhoras de escravizados indígenas e africanos.

Conseguiram administrar a mão-de-obra cativa e realizar papéis econômicos relativamente significativos como a mercancia e os ofícios de tecelãs. Além disso, adquiriam *status*, casando com a governança da terra, possuindo riquezas como engenhos, lavouras canavieiras, cativos, joias, vestes e indumentárias de luxo originárias do Velho Mundo (Lima, 2006, p. 111).

A população feminina de São Paulo era composta, em sua maioria, por mulheres indígenas, mas também incluía mulheres brancas como D. Ana Pimentel, uma nobre de Salamanca que governou a região. “Uma das medidas mais destacadas de D. Ana Pimentel, [...] foi a revogação da ordem do marido [Martim Afonso de Souza] da proibição de europeus nos campos de Piratininga. Essa atitude incentivou o povoamento da capitania de São Vicente”

---

<sup>8</sup> João Paulo Oliveira e Costa é Professor catedrático de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa desde 2009. Possui uma vasta obra historiográfica que destacam temas como cristianismo, religião e política no século XVI.

(Lima, 2006, p. 123). Apesar das exceções, as primeiras famílias da capitania formaram-se por uniões consanguíneas entre nativos e europeus.

Cada família seguia sua rotina de maneira particular, mas as primeiras atividades realizadas, no planalto, pelos moradores em geral, foram a pecuária e a criação de gado. Em suas viagens pela região, jesuítas relataram a existência de uma vila pobre, simples, com escassez de produtos e sem condições de sustento. Para manter o status e a visibilidade portuguesa, teoricamente os moradores eram obrigados a importar muitos produtos europeus devido à falta desses recursos no território. Como nem todos conseguiam, esses artigos passaram a ser símbolos de status e riqueza. “Na América portuguesa, os valores extraeconômicos, como os ideais nobiliárquicos de fidalguia e nobreza, eram significativos, sendo constante o desejo por objetos de luxo” (Lima, 2006, p. 112). De acordo com Holanda (1994), historiador e escritor de um dos clássicos da historiografia brasileira, “*Raízes do Brasil*”, por ser um produto constantemente escasso, o calçado gozava desse prestígio de riqueza, visto como prova de nobreza ou importância social para quem o usava no planalto de Piratininga.

Cotidianamente, os moradores dormiam em redes de algodão, seguindo a tradição indígena, e em casas de taipa de pilão, prática trazida do Oriente pelos portugueses. Muitas vezes, as casas não possuíam nenhum tipo de mobiliário; eram simples e rústicas. As roupas eram igualmente simples, e os sapatos, algo raro. Andar descalço passou a fazer parte do estereótipo de quem morava na vila de São Paulo. “[...] o visitador Pe. Jácomo Monteiro, ao passar por Piratininga, deixou registrado que os homens andavam com pés descalços, com arcos e flechas, que são suas armas ordinárias” (Prezia, 2008, p. 287 e 288). A alimentação baseava-se no que era típico da região, do solo e da temperatura. A produção alimentícia contava com a ajuda dos povos indígenas, que ensinaram os novos moradores a reconhecerem e a utilizar alimentos até então desconhecidos por eles. A proteína diária vinha mais do peixe do que da caça.

A alimentação era igualmente simples e de tradição indígena, não muito diferente daquela encontrada pelos jesuítas quando ali chegaram, em 1554. A base alimentar era a mandioca, complementada pelo milho, cará, mangará (ou magarito), abóbora da terra (moranga), batata-doce, fava, e pela formiga içá, que se comia assada, tida como “manjar delicado”, prato aprendido dos indígenas. Havia também a carne de caças, como “macacos, gamos [veados] certos animais semelhantes a lagartos [jacarés], pardais [perdizes] e outros animais selvagens, mas estas coisas raras vezes”. No lugar do vinho, bebia-se o cauim, que era “água cozida com milho, ao qual se mistura mel, se o há”, descrevia o jesuíta ao referir-se à alimentação que se tinha no planalto (Prezia, 2008, p. 286).

Uma das ideias salientadas pelos jesuítas era a pobreza local, pobreza que se traduzia na falta de produtos de origem europeia. O planalto ofereceu condições para o desenvolvimento, seja na agricultura, seja na pecuária, e isso foi se concretizando ao longo dos anos. Entretanto, a ausência de produtos europeus, somado às dificuldades de contato e comunicação, persistiu. Não havia trigo, vinho, azeite, quando recebiam, eram em pequenas quantidades.

É possível perceber nuances nos primeiros cem anos da vila de São Paulo. Por vezes, nos documentos da Câmara, registra-se um tipo de morador que, ao ser analisado, parece bastante utópico. As ações registradas, voltadas para o bem geral da colonização portuguesa, não condizem com as narrativas feitas pelos jesuítas, que também viviam no local. O que estamos tentando demonstrar é que, nas Atas, os camaristas pareciam ter controle do espaço e afirmavam que todas as Ordenações portuguesas estavam sendo cumpridas. Por outro lado, os jesuítas que passaram pelo planalto criticam veementemente os moradores e oficiais da Câmara por tentarem ignorar e burlar as leis da Coroa, principalmente aquelas que diziam respeito ao controle das populações nativas. Ou seja, a população de São Paulo desejava provar o comprometimento com as Ordenações de Portugal, mas, ao mesmo tempo, houve registros dos descumprimentos efetuados ao longo do tempo.

Em 1592 os moradores rejeitaram uma das ordens dadas pelo capitão no que diz respeito a produção e venda de produtos agrícolas. Não satisfeitos, ainda ameaçaram desfazer a vila e o espaço territorial português caso o que estavam solicitando não fosse acatado pelas autoridades.

Anno do nasimẽto de nosso snor jhu xpõ de mill e quinhentos e noventa e dous annos em hos dias do mes de maio nesta villa de são paulo e camara della se ajuntarão os offiçiaes nella e sendo hai juntos a requerimẽto do procurador do conselho e mais povo mãdarão fazer este auto em como elle dito procurador lhes requeria da p<sup>te</sup> de sua magestade mãdasen suas merçes fazer este auto em como hera en dano de todo este povo seren [...] e obriguados a levar as farinhas ao mar a entregallas na provedoria porquoãto não tinhão pose para iso nẽ hera huzo nẽ custume en nhũa parte do mundo os lavradores fazeren mais q̄ dar o q̄ tiveren en suas cazas paguãdoselhe e q̄ protestavão todos a não levaren taes farinhas porq̄ ãtes querião ir ahonde os mãdaren comprir degredos e outras penas q̄ perder suas fazendas q̄ hobriguarenno en tall tempo a levar as ditas farinhas estãdo como estamos en guerra ha dous ou tres annos e hos contrarios cada dia batendo a porta e q̄ pois o s<sup>or</sup> provedor p<sup>o</sup> cubas prometeo de dar indios p<sup>a</sup> levar as farinhas q̄ hos mãde dar e asin mãde hũ resebedor q̄ as tome por conta de sua magestade como ate guora se fez en p<sup>tugal</sup> e nesta tera e alem de tudo iso q̄ esta detreminado q̄ se fasa guerra e he necessario toda a farinha nesta villa dondẽ se han de reformar e aviar todos os moradores e soldados q̄ ão de ir a dita guerra pelas quoaes rezõis e respeitos e p<sup>f</sup> não se mataren os indios e escravos cõ as carguas não hera ben obriguaren aos moradores a levar as taes farinhas ao mar e assin ha poucos indios na terra e outros ãdão vigiãdo a terra e são idos aguora pelo q̄ requerirão a elles ditos

offiçiaes mãdasen fazer este auto e de tudo fizesen sabedor ao dito provedor e q̄ fazend oelle o contrario e querer que os moradores levẽ as taes farinhas lhe encamparão a terra e se irão fora della digo e q̄ protestavão não encorrer em penas nenhũas e apelão dellas p<sup>a</sup> o s<sup>or</sup> guovernador gerall e ouvidor gerall e de tudo se fez este auto em que asinarão os moradores auqi asinados e pelos mais q̄ falltão asinou o procurador do conselho e eu belchior da costa o escrevi (Atas, 1967, p. 442 e 443).

Este requerimento é interessante para nossa análise porque nos mostra como as Ordenações eram recebidas e devolvidas para os capitães responsáveis. Nesse trecho, os moradores demonstram insatisfação por serem obrigados a oferecer suas produções de forma impositiva, sob penas de degredo e multa. O trecho nos direciona à capacidade da própria Câmara de São Paulo em rejeitar a ordem e justificar a recusa para seus superiores. Essas rejeições ocorreram de diferentes maneiras: as ordens de proibição do apresamento indígena no território, por exemplo, muitas vezes foram ignoradas.

Com as invasões dos moradores nos territórios indígenas e nos aldeamentos jesuíticos, os jesuítas sofreram para colocar suas ideias cristãs em prática, pois, como eram também portugueses, foram associados pelos moradores nativos como violentos e apresadores, sem espaço para diálogo. Em 1565, José de Anchieta narra a tentativa de realizar acordos com alguns moradores nativos tendo em vista a desconfiança que tinham, já que grupos como os de São Paulo os invadiam, prendiam e escravizavam.

Nós outros nos ficámos em terra, o Padre Manuel da Nobrega e eu, e pousámos em casa de um Índio principal que havia muito tempo que haviam salteado, por engano dos Portugueses com outros muitos, e haviam escapado fugindo do navio, com uns ferros nos pés, e andando toda a noite, e ainda que tinha razão por isto de ter-nos grande odio, determinou de olvidar-se dele e convertê-lo todo em amor, mostrando-se como um dos principais autores desta paz, movido tambem por palavras de uma India que tinha em sua casa, a qual em o mesmo tempo fôra salteada e vendida por escrava contra toda razão e justiça, a qual tinha dado grandes novas de nós outros, que não queríamos consentir que os que eram salteados fossem cativos, e não queríamos confessar a seu senhor dela, até que a pusesse em sua liberdade, e outras muitas cousas de nossos costumes e maneira de vida, com que deu algum conhecimento e crédito de nós outros indios seus parentes, e ela tinha cuidado de nos dar de comer e procurá-lo com muito amor e diligência e ainda de avisar-nos de algumas cousas, se porventura os seus maquinavam contra nós outros (Anchieta, 1933, p. 200 e 201).

Percebe-se que os camaristas procuraram ocultar, nas páginas das Atas, as ações que os aproximavam da realidade do planalto, ao mesmo tempo em que registravam as ações exigidas

pela Coroa. Como exemplo, apresentamos um trecho retirado de uma ata de 1583, na qual os camaristas proibem a população “portuguesa”<sup>9</sup> morar nas aldeias indígenas próximas.

hoje ho prim<sup>o</sup> dia do mes de junho hera de mill e quinhentos he hoitenta e tres anos nesta vila de sam paulo nas cazas do conselho [...] e asi mais requereo a suas merces que pozesem postura que nheuma pessoa de qualquer qualidade he comdisão que seja não fasam cazas nas aldeas dos imdios nem em seus arabaldes menos de dozentas brasas e querendo fazer menos pidira lisenca aos hofisiais que ao tal tempo servirem e isto por rezão de muitos encovenientes e agravos que se fazem aos imdios na dita aldeia asim a de rirai e a dos pinheiros e asi as mais que estão feitas e se fizerem so pena de sinco cruzados ametade p<sup>a</sup> quativos e conselho he acuzador e seis mezes de degredo p<sup>a</sup> o forte de sua magestade e de como asi ho mãdarão e asertarão na dita camara ho asinarão auqi eu jm<sup>o</sup> masiell escrivão da camara que esto escrevi (Atas, 1967, p. 210 e 211).

O evento descrito na ata de 1583 nos apresenta diferentes possibilidades de análise, sendo uma delas particularmente significativa, uma vez que uma proibição implica uma ação já realizada pelos moradores. Ou seja, entendemos que já havia acontecido de moradores da vila abandonarem esse espaço para viver com os grupos indígenas. A relação constante e familiar com as sociedades indígenas e seus integrantes emerge como um problema a ser resolvido legalmente pelos representantes de Portugal, servindo como amostra das diferenças identitárias que exploramos.

A produção das cartas jesuíticas, por sua vez, atendia a outros interesses. Alguns jesuítas descreveram as ações realizadas pelos residentes de São Paulo, muitas das quais envolviam o persistente aprisionamento de indígenas, embora essas ações não fossem registradas na documentação camarista. “Em São Vicente [capitania], os ministérios revestiram a dupla feição de todos os ministérios do Brasil: saneamento moral contra as mancebias; saneamento social contra o cativo injusto dos índios” (Leite, 2006, p. 259).

Manoel da Nóbrega, em 1553, quando veio a capitania de São Vicente comentou: “esta terra está tão estragada que é necessário levar alicerces de novo”. Achou gente de “má qualidade”, dizia ele; mas não toda. Separa-os a questão da liberdade dos índios. Os escravagistas hostilizam-nos quanto podem; “os que estão livres desta praga amam-nos muito” (Leite, 2006, p.252).

---

<sup>9</sup> Diante das discussões metodológicas e das categorias de análises propostas no início do capítulo, compreendemos que o morador de São Paulo não mais se enquadrava na categoria de indivíduo português. Utilizamos a palavra “portuguesa” entre aspas para destacar a seguinte ideia: apesar de esses moradores se perceberem como portugueses, suas ações já os estavam distanciando dessa categoria.

[...] iam buscar homens, aonde quer fossem terras de Castela quer terras de Portugal. Não iam a esses sertões para os ocupar e povoar; iam buscar homens, “descer todo o gentio para as suas vilas”, e deixavam as terras ao abandono. No princípio durante o ciclo ainda da caça ao índio, sem preocupações territoriais, o conflito agudo surgiu no momento, em que os caçadores de homens acharam que eram mais fácil trazê-los das aldeias ou povos onde eles já se achavam agrupados a caminho da civilização do que do sertão incertos (Leite, 2006, p. 248).

As nuances tornam-se evidentes quando observamos apenas um tipo de documentação. Ao colocarmos os dois tipos de fontes em diálogo, elas nos revelam uma disparidade marcante entre aquilo que era proposto e o que de fato ocorria no cotidiano. As Atas e as cartas jesuíticas apresentam perspectivas que abrangem desde mudanças na vestimenta e alimentação até a construção de um cotidiano e rotina que chegava a ser semelhante àquela dos grupos indígenas com os quais a população tinha contato. A própria dinâmica de organização social das mulheres era divergente em relação ao concebido primordialmente nos padrões lusitanos.

Em relação a esse aspecto, destaca-se uma observação registrada pelo padre Fernão Cardim, um missionário da Companhia de Jesus do século XVI. Ao examinar as vestimentas das pessoas nos espaços portugueses da América, notou algo que os diferenciava. Quando aborda os moradores de Pernambuco, Cardim afirma: “Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos” (Cardim, 1925, p. 334). Em São Paulo, uma terra isolada, esse luxo era desconhecido. Quando o padre visitou, havia “grande falta de vestido, porque não vão os navios a S. Vicente senão tarde e pouco” (Cardim, 1925, p. 357). Os piratininganos vestiam-se de “burel<sup>10</sup>, e pelotes<sup>11</sup> pardos e azues, de pertinas compridas, como antigamente se vestiam”, usando somente aos domingos “roupões ou bernéus<sup>12</sup> de cacheira sem capa” (Cardim, 1925, p. 356).

---

<sup>10</sup> Tecido grosseiro de lã.

<sup>11</sup> Espécie de casaco masculino sem mangas

<sup>12</sup> Vestimenta ampla e comprida. Talvez tivesse alguma semelhança com o antigo balandrau, só que mais comprido do que este último.

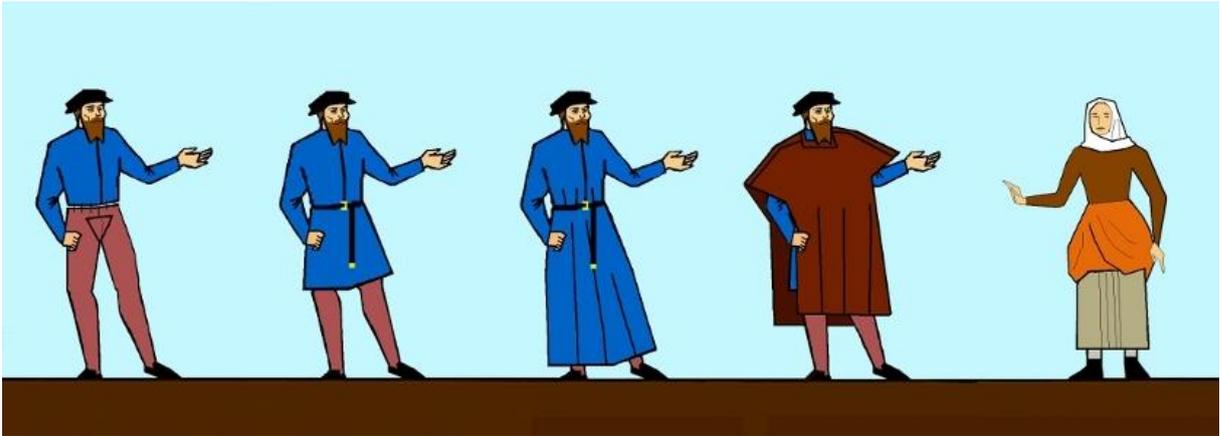


Figura 1 – Representação das vestimentas dos moradores de São Paulo nos séculos XVI e XVII. Disponível em <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info27/i-estudos2.htm>> Acesso em 18/06/24.

A figura oferece uma composição visual e destaca diferentes vestimentas dos séculos XVI e XVIII. Na extremidade esquerda, um homem veste um gibão e calças de tecido, conferindo-lhe uma aparência refinada. Sobreposto ao gibão, o pelote cintado com petrina comprida acrescenta um toque de sofisticação ao traje. Ao centro, outro homem exhibe um roupão, num estilo mais despojado. À sua direita, destaca-se um homem com um bernéu, elemento que confere charme peculiar e evoca certa diferenciação social. Finalizando a composição, uma mulher vestida com trajes populares ibéricos representa a moda feminina da mesma época. Cada elemento visual proporciona uma visão das vestimentas que marcaram esse período histórico.

Nossos argumentos retomam o tema discutido em nossa pesquisa. Certos aspectos foram planejados para orientar o funcionamento da Câmara, moldar a moral e os costumes dos indivíduos com o intuito de refletir a vivência portuguesa em todas as localidades sob sua jurisdição. Contudo, isso não se concretizou exatamente como desejado. O cotidiano e as necessidades da população em um local específico não são completamente controláveis. Apesar das insistências e tentativas dos órgãos administrativos e cristãos, as Ordenações, as discussões morais, religiosas e administrativas não foram impostas sem passar por alterações, mesmo que mínimas. Notamos que a vila de São Paulo foi gradualmente se distanciando do formato das organizações de regiões pertencentes ao Nordeste, por exemplo. A realidade era outra.

Na segunda metade do século XVI e na primeira do XVII, a Câmara de São Paulo assume efetivamente sua dupla personalidade ao alternar entre a implementação de medidas necessárias à organização portuguesa e a rejeição de Ordenações consideradas desnecessárias aos olhos dos moradores - ao menos da maioria - e insignificantes para seus objetivos locais.

As Atas caracterizaram a vida no planalto, mas são fontes parciais de leitura e interpretação. Devemos estar cientes de que fornecem visões induzidas sobre os acontecimentos, ou seja, são tendenciosas para aquilo que desejam que os leitores concordem.

A documentação evidencia o entendimento dos oficiais e da maioria da população sobre como deveriam ser e agir. As cartas jesuíticas e as Atas foram produzidas em contextos distintos e com objetivos diferentes. No entanto, tanto a Câmara quanto os jesuítas buscavam, de certa forma, um objetivo em comum: a reprodução da vida portuguesa. Ao indicar as ações consideradas corretas, aquelas exigidas por quem os gerenciava - a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus -, buscava-se controlar as ações dos moradores, mesmo aqueles que estavam longe do reino.

No caso das Atas, o registro das ações e da tomada de diferentes medidas pela Câmara era verificada regularmente pelos ouvidores da capitania.

O que for Ouvidor das Terras da Rainha deve andar continuamente em Noffa Corte, e defembarguar na Rolaçam os feitos crimes que a ella vierem das ditas Terras por apellaçam, affi como cada huũ dos Noffos Ouvidores. E defembarguará os feitos ciueis por fi, e das fentenças definitiuas que nelles der poderam agrauar as partes, que fe dellas fentirem agrauados, daquella contia de que he rdenado que poffam agrauar das fentenças do Corregedor de Noffa Corte. E das interlucatorias, e mandados que mandar, e pofer nos feitos ciueis, fe terá a fórma no agrauo dellas, que Diffemos neste Liuro no Titulo Dos Defembargadores do Agrauo (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 96)<sup>13</sup>.

Partindo desse pressuposto, os Ouvidores - líderes da administração da Coroa em terras distantes - tinham liberdade e poder para atuar em diversos espaços. Participavam como fiscais das ações lusitanas no território. E por esse motivo, as Atas foram produzidas de acordo com a organização exigida pela Coroa: serviam para auxiliar a inspeção que, em tese, deveria ser feita com certa frequência. Daí a importância e a existência do cargo de escrivão. Àqueles designados para a função da escrita, precisavam - novamente, em tese -, seguir uma série de medidas que os tornariam fiscais e delatores das diferentes ações realizadas pelos moradores e camaristas.

Fieis, e entendidos deuem feer os Efcruaẽs da Noffa Corte, e que faibam bem efcreuer e notar, de maneira que as Cartas e Notas que elles fezerem, que de Noffa corte faem, moftrem ferem feitas por homens de bom fifo, e entendimento.

---

<sup>13</sup> Os Ouvidores das terras da rainha deverão ficar próximos da nossa corte e desembargar a relação de todos os crimes cometidos nas terras de sua responsabilidade. E desembargará os feitos civis que ocorreram, as sentenças definitivas que podem gerar outras consequências; quem se sentir ofendido pelas Ordenações que foram feitas e que possam agravar as sentenças do Corregedor da nossa corte. E das falas, os mandatos feitos, a posse na área cível que terá formato e poderá se injuriar; o que não concordamos neste livro no Título dos Desembargadores das Injúrias (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 96).

1. Poer Efcriuam pertence a Nós, e nom a outra peffoa algũa, porque em elles he pofta guarda, e lealdade das CARTas, e Autos que fe fazem em Noffa Corte, e por tanto o lugar de tam grande guarda, e fieldade como efta, nom he conueniente que ninhuũ aja poderio para outorguar fe nom Nós.

2. E os ditos Efcriuaês antes de efcreuerem em feus Officios juraram na Chancelaria, que o façam bem e fielmente, e fem perlongua, e nom fe mouam por amor, nem defamor, nem medo, nem roguo, nem dom que lhes prometam, nem dem, e fobre todo guardem fegredo, e todas as outras coufas que a Noffo feruiço pertencem, naquello que elles ham de fazer em feus Officios.

3. Os Efcriuaês da Corte ham de feer examinados polo Chanceler Moor, tanto que ouuerem Noffo Mandado, porque lhe Fazemos Merce do Officio, ante que ajam as CARTas delle, fe fabem efcreuer, e notar em tal maneira, que fejam pera os ditos Officios pertencentes, ou fe fam enfamados de tal infamia ou fufpeiçam, que honeftamente nom caibam em elles; e fegundo o que achar polo exame, affi deue mandar-lhes fazer as Cartas dos Officios, ou notificar a Nós feus defectos, pera Fazermos como for Noffa Merce (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 148 e 149)<sup>14</sup>.

A normativa acima, retirada das Ordenações, aponta uma responsabilidade incisiva atribuída ao cargo do escrivão. Na teoria, esse cargo deveria ser ocupado por indivíduos empenhados em fazer o melhor possível para auxiliar na organização da vila, da cidade e, conseqüentemente, do Império português.

O fato é que o cargo de escrivão na vila de São Paulo teve seus altos e baixos. Houve diferentes situações: por vezes, não havia pessoas adequadas para assumir esse cargo diante de todas as exigências. Nesse caso, entramos novamente em nosso segundo viés metodológico: a “violação”. A conjectura determinava as situações, mas a realidade requisitou outras; uma adaptação precisou ser colocada em prática para cumprir aquilo que fora solicitado.

Não fazia sentido para os vereadores, juizes ou procuradores do conselho pontuar, em suas reuniões, casos que trouxessem à tona circunstâncias que os aproximassem dos grupos nativos e os distanciassem da moralidade portuguesa. Em teoria, as Atas deveriam ser produzidas em formato de registro para que o ouvidor (outras vezes o capitão, em São Paulo)

---

<sup>14</sup> Fiéis e entendidos deverão ser os escrivães da nossa corte; devem saber escrever bem e fazer notas contábeis de maneira que as cartas e notas que forem fazer, vindas da nossa corte, mostre que foram feitas por homens de prudência e entendidos.

1. O escrivão nos pertence e não a outra pessoa. A eles é posta a cautela, o cuidado e a lealdade das cartas e autos que forem feitos em nossa corte. Por pertencerem a um cargo de tão grande prudência e fidelidade como esta, não é conveniente que ninguém deverá outorgar alguma coisa senão nós.

2. Os ditos escrivães, antes de escreverem em seus cargos, juraram na chancelaria para fazerem bem e fielmente, sem demora. Não deverão se mover por amor, por ódio, nem medo nem rogo. Não deverá ser movido por nada do que lhes prometam, nem deem algo. Sobre tudo isso deverão guardar segredo e todas as outras coisas que a nosso serviço pertencem, além do que deverão fazer em seus cargos.

3. Os escrivães da corte serão examinados pelo chanceler-mor quando souberem do nosso mandado porque devemos lhes colocar a mercê do ofício antes que comecem a realizar o ofício. Precisa-se saber se sabe escrever e realizar notas de tal maneira que produzam para os oficiais que pertencem. Precisa-se saber se possuem boa fama, ou quaisquer suspeitas de infâmia que não cabe a um oficial desse cargo. Quem for examinado deverá mandar fazer o registro nas cartas do ofício ou notificar seus defeitos para que se segue aquilo que é requisitado pela nossa mercê (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 148 e 149).

pudesse conferir atitudes tomadas pelos oficiais. Por ter essa característica, os oficiais forneceram dados durante as fiscalizações feitas pelos administradores nas diferentes vilas da América.

Os camaristas de São Paulo preferiram omitir ocorrências que os colocassem em prejuízo e malquistos pelos líderes da Coroa portuguesa. Seguindo nossa metodologia, a organização de São Paulo foi feita pela Câmara; percebemos, entretanto, oscilações entre uma lei e outra a partir da documentação produzida e registrada. Ainda na teoria, cada um dos encontros precisava ser transcrito e registrado, contemplando o que fora decidido, as mudanças tomadas. Como qualquer documentação, as Atas foram parciais, intencionais e sua produção dependia de uma série de fatores. Muitas vezes o escrivão deixou de fazer o registro diário por falta de papel e até de tinta na vila.

E na dita camara mandarão os señrs officiaes q̄ ce compricẽ e guoardacẽ as pusturas cõteudas no llivro da camara q̄ estam e servio no ano de mill e quinhentos e setenta e seis anos d̄igo e setenta e quatro ano e q̄ fosẽ apreguoadas e imxucataadas cõ as penas nellas cõteudas as quoaes não mandarão aqui treladar p̄f não gastar papell p̄f o não aver na terra e o asinarão aqui eu frutuoso da costa t<sup>am</sup> e escrivão da camara q̄ o escrevi (Atas, 1967, p. 96)<sup>15</sup>.

Esse tipo de situação foi frequente em todo o século XVI e XVII. Em 1592 foi registrado algo semelhante:

Aos vinte seis dias do mês de setembro do anno de mill e quinhentos e novẽta e dous mandarão fazer esta declaração os offiçiaes da camara como por faltar papel neste livro ajuntarão aqui quatro folhas anumeradas em cima e asinadas por baixo pelo vreador ato preto e asinarão no asento atras e eu belchior da costa o escrevi (Atas, 1967, p. 448)<sup>16</sup>.

Em outros momentos, os registros das Atas não ocorreram por falta de escrivão. A dificuldade em obter pessoas que soubessem ler e escrever na vila foi um problema real e constante, agravante para o silenciamento de situações e informações da vila. Por falta de pessoas em São Paulo, foram trazidos letrados de outras regiões para realizar esse trabalho e, pela distância, acabavam morando no território. Alguns deles chegaram a ficar anos sem receber

---

<sup>15</sup> E na dita Câmara os senhores oficiais ordenaram que se cumprissem os registros e posturas contidas no livro que estão em serviço no ano de 1576, digo 1574. Elas devem ser apregoadas sob as penas de multas que aqui não foram transcritas para não gastar papel já que não há na terra. E assinaram aqui [...] (Atas, 1967, p. 96).

<sup>16</sup> Em vinte e seis de setembro de 1592 os oficiais da Câmara mandaram fazer esta declaração, mas como falta papel neste livro, foi necessário juntar 4 folhas numeradas em cima e assinadas por baixo pelo vereador Antônio Preto e assinaram na parte de trás. Eu Belchior da Costa escrevi (Atas, 1967, p. 448).

pagamento. Como consequência, recusaram-se a trabalhar na Câmara. Outros, registravam seus serviços e exigiam pagamento antecipado, como foi o caso do escrivão João Fernandes, no século XVI.

E verdade q̄ eu j<sup>o</sup> fiz escrivão sou hobrigado a servir este ano de escrivão da quâmara pr quãoto gracia roiz e allvaro anes vereadores se cõcertarão comigo pa servir como dito e pr hũ asinado q̄ deles ditos tenho per honde se hobrigarão a me pagar cinco tostois pelo meu servico eu j<sup>o</sup> fiz q̄ o escrevi oje treze dias de fevereiro de mill e quinhentos e secêta e tres anos (Atas, 1967, p. 23)<sup>17</sup>.

Ser escrivão não era motivo de glória; era um trabalho que precisava ser feito. E, apesar da desvalorização, foram os registros produzidos por esse cargo que nos possibilitaram estudos e análises de São Paulo.

Socorriam-se as nossas Câmaras de funcionários inferiores para as diversas tarefas exigidas pelo govêrno local. Um, indispensável, era o escrivão que reduzia a escrito os fatos importantes tratados nas sessões. A êles devemos número infinito de informações interessantes passadas ao papel numa ortografia bárbara e em períodos de construção a mais estranha. O serviço que êstes pobres rabiscadores prestaram à história é imenso. Mal remunerados, em povoações ralas de gente e de vida ativa minguada, deviam levar mofina existência os notários daquelas eras (Zenha, 1947, p. 68).

Além disso, há o fator de silenciamento deliberado ao consideramos a ausência pontual e consciente nas Atas sobre informações que poderiam ser prejudiciais ao desempenho dos interesses locais caso a Coroa Portuguesa tomasse ciência. Os relatos periódicos sobre os acontecimentos eram obrigatórios; a proposição de mudanças e presença de crescimento regional também faziam parte das descrições desejadas. Tudo isso norteava a escrita e as motivações da Câmara. Percebemos, ainda, um objetivo secundário nas Atas, composto de expectativas que não eram bem-vistas pela Coroa, mas que fazia sentido aos ideais naturalistas do planalto.

As leis portuguesas contidas inicialmente nas Ordenações Manuelinas forneceram pontos de organização para as cidades e vilas portuguesas que, ao decorrer dos anos, foram aplicadas nos demais territórios reconhecidos pela Coroa como parte do Império. A

---

<sup>17</sup> É verdade, eu João Fernandes, escrivão, sou obrigado a servir esse ano na Câmara enquanto escrivão. Assim, Garcia Rodrigues e Alvaro Anes, vereadores, acordaram que para que servisse como escrivão na vila, por um assinado deles se obrigaram a pagar cinco tostões pelo meu serviço. Eu João Fernandes quem o escrevi hoje, treze dias de fevereiro de 1563 (Atas, 1967, p. 23).

independência da Câmara de cada vila esteve contida nas leis, desde que continuassem respeitando os princípios gerais e a dependência à monarquia lusitana.

Confiraram em todas as coufas que comprir a prol comum, e de pois que affi confirarem, ante que façam as Pofturas, e Vereações, ou as desfaçam, e as outras coufas, chamem os Juizes, e homens bons, que foem andar no regimento da Terra, e diguam-lhes aquello que viirem, e confirarem, e o que com elles acordarem fe coufa leue for, façam-na loguo poer em efcripto, e guardar; e em as coufas grandes, e graues, de pois que por todos for acordado, ou por a maior parte delles, façam chamar o Concelho, e diguam-lhe as coufas quaes fam, e o proueito, ou dâno que lhes poderecrecer, affi como fe ouueffem demanda fobre fua Jurifdiçam, ou fe lha filham, ou lhe vam contra feus foros, e cuftumes, de fuifa, que nom poffam efcufar demanda, ou em outros feitos femelhantes; e o que por todos, ou pola maior parte delles for acordado, affi o façam loguo poer em efcripto no Liuro da Vereaçam, e dem feu acordo aa execuçam (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 325, 326)<sup>18</sup>.

Percebemos que as Ordenações garantiam à Câmara certa liberdade para tomar decisões devido a impossibilidade da administração ibérica central se fazer presente diariamente em todos os territórios.

E AS Pofturas, e Vereações que affi forem feitas, e outorguadas, o Corregedor da Comarca nom lhas poffa reuoguar, nem outro ninhuã Official, ou Defembargadores Noffos, ante as façam comprir, e guardar, e faber fe as dam a boa execuçam, quando pola Cidade, ou Villa o dito Corregedor vier. Porem fe ao fazer da Poftura os que mais poucos forem em vozes quiferem agrauar, por lhes parecer que a fua tençam he mihor que os das mais vozes, poderam agrauar pera os Defembargadores do AGrauo da Noffa Rolaçam ; a qual agrauo tiraram aa fua cufta, e nom do Concelho, e o que for determinado em Noffa Rolaçam fe guardará, e comprirá (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 326)<sup>19</sup>.

Em várias ocasiões, os oficiais da vila de São Paulo se recusaram a acatar as ordens de seus superiores, com diversas justificativas. Uma delas era a de que diversas ordens deixaram

---

<sup>18</sup> Configurou-se em todas as coisas que deverão ser cumpridas em prol do bem comum. Depois de publicadas aqui, que se façam as posturas e vereações ou as desfaçam. Outras coisas que não foram publicadas, chamem os Juizes e homens bons, que respeitam os regimentos portugueses. Digam-lhes aquilo que viram e o que aconteceu e tudo o que concordarem deve ser colocado em escrito e logo obedecer; e em situações mais complexas e graves, depois que por todos for votado ou pelo menos pela maior parte deles, chamem o conselho. Ao chamar digam-lhes o que houve, o proveito ou dano que poderá acontecer assim como outras situações que demandam opiniões sobre sua jurisdição se algo for contrário às suas ordens, costumes, não execução do que foi pedido; ou em outros feitos semelhantes. O que por todos ou pela maior parte for aprovado, logo coloquem em escrito no Livro da Vereação e deem ordens para que seja executado (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 325, 326).

<sup>19</sup> As posturas e as vereações que aqui forem feitas e outorgadas não devem ser revogadas por nenhum Corregedor da Comarca ou nossos Desembargadores. Antes, devem cumpri-las, guardar e fazer se estão sendo bem executadas na cidade ou vila quando forem visitar. Porém se ao fazer essa postura e houver alguns poucos que querem anular por entender que há uma forma melhor de agir, poderão solicitar aos Desembargadores, que responderão em nosso nome; poderão realizar algo em sua custa e não do Concelho; o que for determinado em nossa decisão se guardará e cumprirá (Ordenações Manuelinas, 1797, p. 326).

de ser pertinentes diante da realidade em que viviam. Em janeiro de 1606, os juízes e vereadores se reuniram após diversos acontecimentos e redigiram uma carta crítica direcionada ao capitão de São Vicente. Essa citação já foi utilizada ao analisar uma parte de suas ideias anteriormente, porém, agora nos concentraremos num segundo viés da narrativa. Nessa carta, eles enfatizam como os governantes não compreendiam a realidade local e a população, exigindo mais do que eles poderiam oferecer.

#### Carta ao donatario da Capitania

Com o capitão João Pereira de Sousa, que Deus levou, recebemos nesta Camara uma carta de Vmc. o anno passado na qual nos manda que lhe escrevamos miudamente tudo o que apparecer. Alguns traslados de cartas se acham aqui das que escreveram a Vmc. mas parece que não lhe foram dadas. O que de presente se poderá avisar muito papel e tempo era necessario, porque são tão varias e de tanta altura as cousas que cada dia succedem, que não falta materia de escrever e avisar e se poderá dizer de chorar. [...] elles não vêm nos governar e reger, nem augmentar a terra que o Sr. Martim Affonso de Sousa ganhou e S. M. lhe deu com tão avantajadas mercês e favores. Vai isto em tal maneira e razão, que pelo ecclesiastico e pelo secular não ha outra cousa sinão pedir e apanhar, e um que nos pedem e outro que nos tomam tudo é seu e ainda lhes ficamos devendo. E si falamos prendem-nos e excommungam-nos, e fazem de nós o que querem, que como somos pobres e temos o remedio tão longe não ha outro recurso sinão abaixar a cerviz e soffrer o mal que nos põem [...] (Actas, 1915, p. 497 e 498).

Nesse caso específico, o trecho é parte de uma carta escrita pelos oficiais, direcionada ao novo donatário da capitania de São Vicente. Percebemos, claramente, o objetivo de chamar a atenção do donatário para a relação complexa, problemática e, muitas vezes, unidirecional - de acordo com a perspectiva local - que se arrastava há anos. Os oficiais demonstraram o quanto se sentiam incompreendidos e insatisfeitos com a falta de proteção recebida e como as ordens recebidas, em diferentes ocasiões, haviam deixado de fazer sentido na realidade do dia a dia.

Segundo os camaristas, os líderes administrativos da capitania não compreendiam suas realidades e necessidades. Na carta, os oficiais afirmavam que seus problemas não diferiam dos enfrentados pelos grupos eclesiais locais - algo raramente mencionado na documentação. Eles alegavam que tanto eles quanto os jesuítas não recebiam as devidas respostas às suas demandas. No entanto, há uma dualidade, pois também mencionavam que eram obrigados a aceitar as ordens e demonstrar certa submissão. Contudo, as Atas e as narrativas jesuíticas indicam um caminho diferente dessa narrativa. Este tema merece uma atenção mais aprofundada, que será explorada nos próximos capítulos. Adiantamos, com base em nossa análise, que os oficiais não foram submissos na maioria dos casos. As fontes devem ser lidas sob essa perspectiva, pois, ao mesmo tempo que levantam questões importantes, também

evidenciam as necessidades momentâneas que incentivaram os moradores a dissimularem em diversas situações, visando alcançar seus objetivos locais.

Ao longo dos anos, a Câmara validou discursos mais condizentes com situações próprias do planalto. Com suas devidas proporções, as Atas passaram a descrever e defender ações dos moradores em prol da sobrevivência familiar. Por outro lado, ideias que chegavam às reuniões, provenientes da Coroa portuguesa, foram postergadas diante dos contratempos daqueles que viviam no espaço. Pareceres sobre o apresamento indígena tiveram amparo oficial, justificado, em ata, como situação econômica inevitável. Foi assim que a Câmara se tornou símbolo da interiorização, assim como das vontades individuais, das ideias e dos empenhos sociais daquele povo.

## **1.2 A Companhia de Jesus no planalto de Piratininga**

Além da Câmara, instituições religiosas como a Companhia de Jesus marcaram presença na vila de São Paulo. A sociedade formada no planalto experimentou uma dualidade ao receber informações que representavam os anseios da metrópole, ao mesmo tempo em que vivenciava um contato cada vez mais intenso com a população nativa. Ao longo do tempo, esse convívio resultou em novos comportamentos nos indivíduos. Apesar de ser pequena, isolada e ter poucos habitantes, a vila apresentava divisões sociais, cada uma refletindo objetivos distintos. Essa dinâmica relacional começou a se manifestar ao ocorrerem trocas e interações com um novo território. Os jesuítas desempenharam um papel significativo nesse processo, exercendo influência tanto nas esferas políticas, por meio de alianças com diferentes grupos nativos, quanto nas identitárias, ao difundirem as ideias lusitanas entre os habitantes locais e aqueles portugueses que negligenciaram as normas morais tão relevantes para os ocidentais.

A criação da Companhia de Jesus emergiu no contexto da Reforma Protestante no século XVI. Inicialmente estabelecida em 1534, a Companhia não foi concebida com um caráter educativo e missionário, mas sim como uma das formas de reconquistar a cidade de Jerusalém. Embora não tenha sido a única ordem a surgir nesse período, nem a única de importância, a Companhia se destacou em São Paulo e em outras regiões da América. Célio Juvenal Costa<sup>20</sup> argumenta que, na expansão ibérica, a história das missões e as ações dos jesuítas não devem ser dissociadas da reforma católica. Pelo contrário, devem ser vistas como uma iniciativa que

---

<sup>20</sup> Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, Brasil.

proporcionou resultados positivos ao expansionismo cristão nas terras da Península Ibérica (Costa, 2004).

Buscavam, os inicianos, ir ao espírito das cousas, fixar-se no fim por que foi instituída cada cousa e depurá-la das aderências do tempo: atacar pontos nevrálgicos de cada estado e grupo social. Por isso a Companhia ofereceu soluções que o movimento exigia: supôs e subentendeu uma teologia diametralmente oposta à dos reformadores protestantes. Opôs ao fatalismo quietista de Lutero e ao predestinacionismo de Calvino, uma espiritualidade de esforço, um trabalho interior cooperando com a graça. Ofereceu às almas uma nova espiritualidade não porque tenham os jesuítas inovado, mas sim no sentido de retorno às fontes de encontro mais vivo da tradição, conciliando os dois princípios de progresso e fidelidade (Lima, 2006b, p. 41).

A Companhia de Jesus desempenhou um papel significativo na disseminação da religião cristã entre os não-cristãos, enfrentando os desafios de converter os gentios. Quando chegou o momento de colocar essas intenções em prática, tanto os líderes quanto os próprios padres perceberam que as informações teóricas não seriam suficientes para orientar suas ações. Assim, eles adotaram uma abordagem abrangente, que envolveu formação religiosa, gramatical, filosófica, além de conhecimento específico sobre os grupos nativos com os quais pretendiam estabelecer contato. Munidos desses subsídios, os padres desenvolveram estratégias de ensino personalizadas, levando em consideração as experiências individuais de cada clérigo.

Entre os jesuítas essa preocupação conciliar foi elevada à máxima potência, na medida em que a formação em Letras, em Filosofia e em Teologia abrangia todo um extenso e rigoroso conteúdo escolástico aliado às mais recentes discussões teológicas, revelando a prioridade de se fazer uma formação mais profissional dos futuros sacerdotes. Na formação dos jesuítas, pela estrutura dos seminários, pelas classes, pela organização interna, pelas inovações e pela busca de uniformidade, apontavam-se, assevera Mullett, três aspectos importantes: a liturgia, a pregação e a confissão; que são três momentos privilegiados da atuação dos padres, através dos quais, se dava prioritariamente a evangelização seja entre os próprios cristãos, seja entre os gentios. Os jesuítas aprendiam tanto o conteúdo cristão como a melhor forma de transmiti-lo (Costa, 2004, p. 129).

Seja no continente asiático ou americano, os jesuítas aprendiam a língua local para se comunicar. Essas ações faziam parte da formação do jesuíta, tanto moral quanto intelectual; ele precisava estar preparado para a realidade com a qual havia concordado previamente em enfrentar. Percebemos que, independentemente do local em que estavam, os jesuítas realizavam ações semelhantes, ações aprendidas ao longo de sua formação identitária e teórica como jesuítas. Assim como Norbert Elias, entendemos que a maneira como o indivíduo se vê e se

conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação da qual faz parte, com a qual ele aprendeu ao longo da vida (Elias, 1994b).

O mistério da transformação especificamente sócio-histórica só começa a se desfazer quando se compreendem o seguinte: que essas mudanças não precisam ser causadas nem por alterações da natureza, externas aos seres humanos, nem por alterações de um “espírito” interno aos indivíduos ou nações (...). O “ambiente” que se modificou (...) foi apenas o ambiente que as pessoas formam umas para as outras. Durante esses séculos, o céu permaneceu mais ou menos o mesmo, tal como aconteceu com a natureza orgânica do homem e com a estrutura geológica da Terra. A única coisa que mudou e se deslocou numa direção específica foi a forma da vida comunitária, a estrutura da sociedade ocidental e, com ela, a influência social sobre o indivíduo e sobre a forma de suas funções psíquicas (Elias, 1994, p. 45).

Fazemos essa análise porque reconhecemos a importância de entender não apenas os jesuítas, mas também a população de São Paulo em sua realidade, naquilo que acreditavam e faziam. José Maria de Paiva, professor titular da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e pesquisador de história da educação, cultura brasileira e educação jesuítica, destaca que a Idade Moderna e o cotidiano dos moradores da Europa Ocidental foram fundamentados em pilares significativamente distintos dos nossos, os quais descendem do Iluminismo (Paiva, 2012).

Sendo pós-iluministas, nossa sociedade tem desafios para entender a vivência num período histórico em que não se separava a religiosidade das ações individuais das pessoas.

A compreensão de realidade que os portugueses tinham naquele momento era por meio de marcos teológicos cristãos, o que justificava a ordem social e o poder político. Tudo isso moldava o discurso, os valores, os comportamentos, hábitos, etiqueta, a visão de mundo e até as relações interculturais, modelando assim cada movimento da vida social. Dentre outras coisas, Deus participava ativamente da vida dos homens (Paiva, 2012, p. 24).

De modo geral, todos compartilhavam da mesma crença (Siqueira, 2016). Existiam interpretações diversas dessa fé, mas a visão religiosa era partilhada por todos. Nesse contexto, percebemos que a história é um sistema de pressões exercidas por pessoas sobre outras (Elias, 1994). Na Europa Ocidental da Idade Moderna, essa pressão era exercida em várias áreas, principalmente na religiosidade. Deus desempenhava um papel na vida das pessoas, desde o rei até o menor dos súditos, justificando a realidade por meio d'Ele. “Deus não é uma opção: Ele é a razão, primeira e última, de a sociedade portuguesa ser; Ele dá sentido e, ao mesmo tempo, deseja que a sociedade alcance sua perfeição. Por isso, Ele se faz presente: Ele ajuda” (Paiva, 2012, p. 53).

A vontade de ingressar no clero, de se tornar padre, dedicar-se aos colégios e empreender missões por terras inóspitas, portanto, deve ser compreendida como uma vocação — uma disposição pessoal e espiritual para seguir uma vida dedicada à fé. Eles atuavam no serviço religioso ao ministrar em colégios e durante suas participações missionárias em terras desconhecidas. Vocação sugere uma convicção e um compromisso voluntário com os princípios e valores cristãos, ela guia a escolha de dedicar a vida para seguir uma carreira clerical.

Entre os valores ideais, por exemplo, o heroísmo. Heroísmo individual, que devia ser largamente comprovado para além da prática real dos votos de castidade e perpétua pobreza. O ideal de ordem tão buscado no tempo era rigorosamente perseguido no programa que cumpriam os jesuítas de disciplinarem-se a si mesmos, e obedecerem aos altos princípios do Instituto. Princípio essencial das Constituições era a obediência *perinde ac si cadáver esset* que levava ao despojamento dos próprios sentimentos, das afeições individuais e inclinava a vontade diante do Superior da Congregação “por respeito a Jesus Cristo que ele representa”. Isso implicava numa hierarquia estrita, numa disciplina férrea. Implicava na busca dos interesses da Sociedade de Jesus, em primeiro lugar, antes dos interesses ou desejos de seus membros (Lima, 2006b, p. 42).

Em 1584, José de Anchieta descreveu os inúmeros perigos que os padres inacianos estavam dispostos a enfrentar em nome da fé. Apesar de sua parcialidade como personagem histórico, utilizamos as narrativas do jesuíta para analisar e estudar esse período específico. Anchieta produziu um documento que antecipou situações reais às quais os religiosos se submeteram na Capitania de São Vicente no século XVI.

Os perigos e trabalhos que nisto se passam, pela diversidade dos lugares a que acodem, se podem conjeturar: perigos de cobras, de que ha grandissima cópia nesta terra, de diversas especies, que ordinariamente matam com sua peçonha, de que frequentissimamente quasi por milagre são livrados e alguns mordidos sem perigar; perigos de onças ou tigres, que tambem são muitos pelos desertos e matos por onde é necessário caminhar; perigos de inimigos de que algumas vezes por providência divina têm escapado; tormentas por mar e naufragios, passagens de rios caudalosos, tudo isso é ordinario; calmas muitas vezes excessivas que parece chegar um homem a ponto de morte, de que vêm a passar gravissimas enfermidades; frio principalmente na Capitania de S. Vicente, no campo, onde já por vezes se acharam Indios mortos de frio e assim acontecia muitas vezes, ao menos aos princípios, a maior parte da noite não poder dormir de frio nos matos pro falta de roupa e de fogo, porque nem calça nem sapato havia, e assim andavam as pernas queimadas das geadas e chuvas muitas e mui grossas e contínuas, e com isto grandes enchentes de rios e muitas vezes se passam aguas muito frias por longo espaço pela cinta e ás vezes pelos peitos; e todo o dia com chuva muito grossa e fria gastando depois grande parte da noite em enxugar a roupa ao fogo sem haver outra que mudar. E contudo, nada disto se estima e muitas vezes por acudir a batizar ou

confessar um escravo de um Português se andam seis e sete leguas a pé, e ás vezes sem comer; fomes, sêdes *et alia hujusmodi* [e outras situações desse modo]; e finalmente, a nada disto se negam os nossos, mas sem diferença de tempos, noites nem dias, lhes acodem e muitas vezes sem ser chamados os andam a buscar pelas fazendas de seus senhores, onde estão desamparados (Anchieta, 1933, p. 336 -337).

A carta fornece uma visão dos perigos e das dificuldades enfrentadas, desde ameaças como cobras venenosas e onças, até obstáculos climáticos como tormentas, naufrágios, passagens de rios caudalosos e condições difíceis de frio. A descrição mostra como os missionários enfrentaram não apenas os desafios climáticos, mas também a escassez de recursos como vestimentas adequadas e fogo. Percebemos que o autor procura valorizar e retratar o jesuíta como um personagem heroico. Conforme Anchieta (1933), mesmo diante das adversidades, os jesuítas continuavam a atender chamados para batismos e confissões, frequentemente percorriam longas distâncias a pé e desprotegidos. A passagem destaca a abnegação dos jesuítas, que deixavam uma vida comum para se dedicarem ao serviço espiritual.

Nesse contexto, notamos que para os jesuítas, a busca por riquezas ficava em segundo plano, enquanto a vontade de converter pessoas em diferentes territórios era o objetivo maior, uma crença disseminada de que essas ações deveriam ser realizadas por um conjunto de indivíduos. E seria esse grupo - os cristãos portugueses - que traria salvação para o mundo, compartilharia os ensinamentos cristãos, seus fundamentos e colheria os resultados positivos.

O desejo de tornar-se padre jesuíta implicava uma série de aprendizados teóricos e práticos, incluindo o domínio da língua nativa, o conhecimento e aplicação da gramática vernácula, bem como a capacidade de adquirir e transmitir informações. Cada jesuíta que viveu no planalto passou por esse processo analítico e educacional. Os conhecimentos e crenças adquiridos demonstravam que os grupos indígenas eram inocentes em relação ao cristianismo, e os clérigos jesuítas eram encarregados de ser seus mentores.

Esses padres, impulsionados por uma ideia cristã persistente, empreenderam viagens para diversas localidades além-mar. Como resultado, trouxeram consigo ideias e, tanto quanto possível, transmitiram aprendizados. No entanto, neste tópico, concentraremos nossa análise nas tentativas determinantes para a expansão e a consolidação da moral e religiosidade cristã na América.

### 1.2.1 A Companhia de Jesus como instituição cristã

A presença de missionários ansiosos pela expansão do cristianismo ocorreu em um contexto de justificativas modernas. Foi necessário estabelecer um sistema hierárquico entre os

povos; e os lusitanos se posicionaram como líderes da moral religiosa e representantes dos costumes. Dessa forma, permaneceram no topo da pirâmide que eles mesmos criaram, enquanto os grupos nativos, aos quais tinham acesso por meio das viagens marítimas, foram designados como seres que precisavam de monitoramento e assistência.

Essa metodologia foi colocada em prática. O sistema de tutela era uma das obrigações na América, onde os nativos gentios, ou seja, aqueles que desconheciam a moral cristã, eram protegidos pelos portugueses e incentivados a aprender. Ao enfrentar a resistência dos indígenas, os jesuítas buscaram tutelar as crianças e os jovens para que pudessem difundir as ideias cristãs entre seus familiares posteriormente.

José de Anchieta, nascido em 1534, entrou para Companhia de Jesus e chegou ao Brasil em 1553 com a missão de catequizar os indígenas. Quando desembarcou no Brasil, deparou-se com a necessidade de compreender os povos do litoral para estabelecer comunicação com os nativos. Os indígenas, por sua vez, falavam diversos dialetos do Tupi. A diferença entre dialeto e língua reside na variação dentro de uma língua, ou seja, se dois grupos falam línguas diferentes, estas não apresentam semelhanças. Um exemplo disso são as línguas portuguesa, francesa e espanhola, que, embora originadas do latim, são distintas entre si. Não era o caso dos grupos que habitavam o litoral do Brasil. Naquela época, existiam vários dialetos da língua Tupi falados e, embora semelhantes, eram distintos uns dos outros, o que implica que, a cada chegada dos padres a aldeias diferentes, era necessário aprender novamente o dialeto específico.

Uma solução encontrada por Anchieta foi utilizar a estrutura gramatical do latim, compreendendo pronomes, verbos, adjetivos e conjugação verbal, para criar uma estrutura gramatical a partir de expressões linguísticas dos dialetos tupis falados pelos nativos. Isso resultou em um Tupi ideal, inexistente e não falado. Entretanto, como compartilhava palavras comuns com os dialetos indígenas, tornava-se possível a comunicação. Dessa forma, Anchieta desenvolveu uma gramática denominada “Arte de Grammatica da Lingva mais vsada na Costa do Brasil” (1595). Antes mesmo de chegar à América, os padres preparavam-se estudando a publicação onde continha a língua geral, e, assim, chegavam ao território capazes de se comunicar com diversos grupos nativos.

Neste contexto da Reforma houve a disseminação da língua geral no litoral do Brasil, à medida que os padres a utilizavam com outros grupos nativos. Na vila de São Paulo, durante o século XVIII, a língua geral ainda era mais falada do que o português. Isso se justificava pelo fato de que muitos homens brancos, inicialmente casados com mulheres indígenas, utilizavam a língua geral em contextos familiares, enquanto o português prevalecia no comércio, especialmente em Santos e São Vicente.

É relevante observar que, houveram diferentes línguas brasileiras. O Tupi é uma designação para o Tronco Linguístico e portanto, Tupi-Guarani é a designação para a família linguística. Os grupos Tupiniquim e Tupinambá, que habitavam São Paulo de Piratininga, eram falantes de línguas Tupi. Ou seja, não havia um “povo Tupi”.

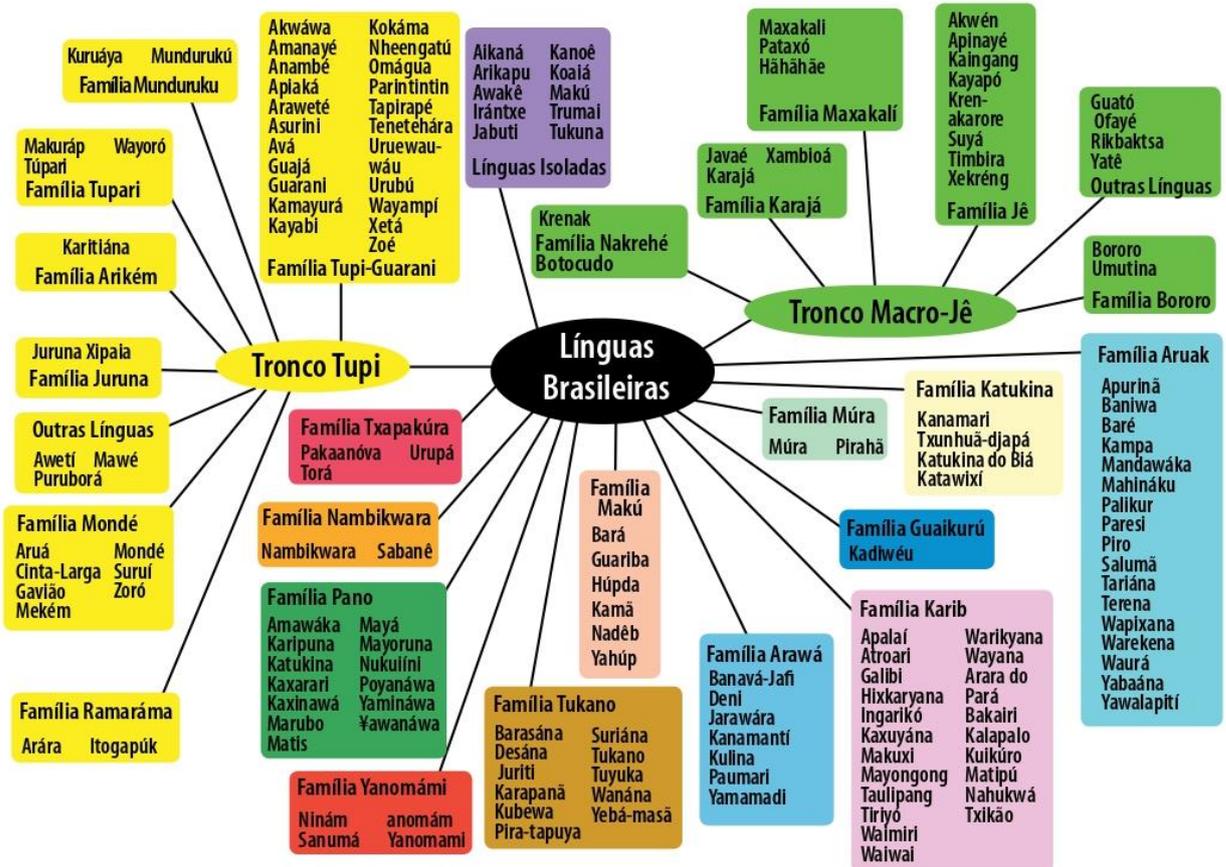


Figura 2 – Organograma sobre as diferentes línguas brasileiras, incluindo o Tronco Tupi (MAIA, 2006).

Além da língua geral Tupi, desenvolvida por Anchieta, foram criadas outras línguas gerais para se comunicar com grupos indígenas que não utilizavam deste tronco linguístico e habitavam nas regiões norte, por exemplo. Essa prática foi repetida em outros lugares.

A partir desse processo de contato e aprendizagem, os jesuítas utilizaram de outras formas de ensino. Uma dessas formas aplicadas foi o uso de poesias e peças de teatro para auxiliar na conversão do indígena ao cristianismo. Assim, em uma de suas cartas, Anchieta revela um exemplo desse tipo de ensino feito às crianças nativas:

No que diz respeito á doutrinação dos meninos, suficientemente me explanei nas cartas antecedetes. Duas vezes por dia se réunem na escola, e todos eles, principalmente de manhã, porque depois do meio dia, cada um precisa de provêr á sua subsistência, caçando, ou pescando; e se não trabalharem, não

comem. O principal cuidado que deles se tem, consiste no ensino dos rudimentos da fé, sem omitir o conhecimento das letras, ás quais tanto se afeiçoam, que se nessa ocasião se não deixassem seduzir, talvez outra se não pudesse encontrar. Em materia de fé, respondem por certas fórmulas que se lhes ensinam: alguns mesmo sem elas (Anchieta, 1933, p. 89).

A citação oferece uma visão detalhada do processo de educação aplicado às crianças indígenas na América. Ao frequentarem as escolas, os meninos eram incentivados a aprender a leitura, sendo posteriormente instruídos nos princípios do cristianismo. Apesar da imposição e das tensões com as comunidades nativas, os padres inicianos foram fervorosos defensores dos indígenas no território. Eles defendiam que a tutela dos nativos deveria ser conduzida pelos padres, o que resultou em constantes conflitos com os habitantes de São Paulo, que buscavam escravizar e vender os indígenas como mão de obra. Enquanto os seculares, representados pelos oficiais da Câmara, tinham como objetivo principal a exploração, a extração de riquezas e o uso da mão de obra que envolvia a captura e venda dos nativos, os jesuítas estavam focados na catequização e proteção dos indígenas. Essa divergência levou a aprisionamentos e invasões aos aldeamentos jesuítas, resultando em conflitos significativos entre os moradores e os jesuítas.

Especialista em história indígena, com vasta experiência em pesquisa documental nas Américas, Europa e Índia, John Manuel Monteiro analisa e produz novos questionamentos acerca da visão indígena suscitada pelos portugueses, suas implicações e consequências para aquela sociedade.

Mais especificamente, a questão era sobre como, e em que condições, os índios recém-contratados seriam integrados à sociedade luso-brasileira, com cada parte sugerindo estratégias diferentes para a dominação dos aborígenes. Os moradores, carecendo de mão-de-obra para transformar suas modestas lavouras em empresas rentáveis, pretendiam ter direito ao trabalho dos índios, por meio de um sistema escravista ou de administração particular. Os jesuítas, temendo o desaparecimento dos índios sob um regime escravista, interessavam-se pela preservação e catequese da população indígena, através da formação de aldeias missionárias relativamente isoladas da população portuguesa. A Coroa, por seu lado, mais conciliatória, preocupava-se tanto com a preservação da população indígena quanto com a rentabilidade das empresas coloniais. O plano de aldeias reais surgiu como solução provisória para esses conflitos. Seriam administradas por religiosos, porém integradas parcialmente à economia colonial, colocando mão-de-obra assalariada à disposição dos moradores (Monteiro, 1984, p. 26-27).

O trecho destaca a justificativa dada pelos moradores do planalto às suas ações. A população da vila desejava tornar suas lavouras rentáveis e por isso viram como solução a mão

de obra indígena. Para proteger os nativos e suas ações catequizadoras, os jesuítas propuseram a formação de aldeias missionárias isoladas dos moradores. O trecho revela as tensões e negociações que ocorreram, sob interesses diversos, no contexto de Piratininga.

Assim como nossa realidade atual fornece diferentes panoramas e possibilidades, o pensamento cristão quinhentista não foi hegemônico. Entendemos, sim, que indivíduos se posicionaram contrários à escravidão indígena, da mesma forma que outros não concordaram com os aldeamentos; prevaleceu nos séculos subsequentes, entretanto, tratamento violento, abusos e repressão cultural (Monteiro, 1984). Tanto os moradores seculares como os jesuítas utilizaram sistemas de coibição, mas sob diferentes justificativas: mão de obra na monocultura pelos moradores locais e criação dos aldeamentos e expansão do cristianismo para os jesuítas.

Os contatos entre moradores e nativos indígenas passaram por diferentes fases: busca por controle, aliança e dominação. Apesar de terem claros seus objetivos e as ações a serem tomadas, ao longo dos anos, os jesuítas foram, gradualmente, se integrando ao ambiente no qual atuavam, muitas vezes de maneira inconsciente. Isso implica que, além de ensinar, eles também absorveram novos hábitos e costumes, que, por vezes, foram incorporados ao seu cotidiano. Ao viverem em território distinto, tanto os indivíduos nativos quanto os jesuítas são afetados, evidenciando que a sociedade não se desvincula do indivíduo, conforme discutido por Elias (1994b). Dessa forma, as interações moldaram não apenas os nativos, mas também os jesuítas, o que resultou em transformações na forma de viver para ambas as partes.

A “astúcia da razão” é uma tentativa provisória, ainda envolta em devaneios, de expressar o fato de que a autonomia daquilo a que alguém chama “nós” é mais poderosa do que os planos e objetivos de qualquer “eu” individual. O entrelaçamento das necessidades e intenções de muitas pessoas sujeita cada uma delas individualmente a compulsões que nenhuma pretendeu (Elias, 1994, p. 57-58).

Os jesuítas que viveram na América relataram aprendizados reais, instruindo-se não apenas pela teoria, mas pelo contato direto, pelos problemas enfrentados e pelas soluções encontradas. A aprendizagem concreta sobre alimentação, moradia, vestimentas e relacionamentos conferiu novas características a esses personagens. A vida dos clérigos foi moldada por interações e interesses relacionados ao espaço vivido. Os jesuítas adaptaram-se às regiões e, assim, suas ações apresentaram particularidades, apesar de terem constituído um grupo social bastante específico. O entrelaçamento das necessidades e intenções ocorreu com diferentes grupos indígenas ao entrarem em contato com os europeus. Em pouco mais de dois

séculos, o indivíduo de São Paulo atravessou diversas fases, alterando visivelmente sua identidade.

Ao mesmo tempo que os moradores aproveitavam-se da continuidade de alguns traços de cultura indígena, alteravam profundamente outros. Especializações surgiam que não tinham precedentes indígenas, como os ofícios mecânicos necessários à economia colonial. Também começaram a aparecer vendedores índios, que mercavam produtos, especialmente couros, nas vilas de São Paulo. Um desenvolvimento paralelo pode-se notar com o surgimento da figura do índio vaqueiro, que trabalhava sozinho ou com companheiros nos currais dos paulistas, principalmente a partir do fim do século XVII (Monteiro, 1984, p. 38).

A chegada da expedição liderada por Tomé de Sousa contou com a presença de diversos padres jesuítas, entre eles José de Anchieta. Esses religiosos acompanharam a expedição com o objetivo de auxiliar e monitorar diversas incursões pela costa e pelo interior. Em julho de 1553, os jesuítas desembarcaram na Baía de Todos os Santos, acompanhados por D. Duarte da Costa, o segundo governador do Brasil, e pelo padre Luiz da Grã, que posteriormente se tornaria o provincial dos jesuítas. Na época, Anchieta tinha apenas vinte anos de idade.

Anchieta aprendeu os dialetos tupi, de estrutura congênere, e como discutido anteriormente, propôs uma gramática acessível aos jesuítas em documentos escritos. A arte da língua, ainda manuscrita, foi revisada e tornou-se obrigatória a partir de 1560 pelo padre Luiz da Grã (Anchieta, 1988). Produziu, assim, um dicionário da língua Tupi com informações que pudessem auxiliar os clérigos a caminho da América e forneceu conhecimento prévio do território e dos grupos com os quais os próximos padres viajantes teriam contato.

Esse processo relaciona-se às estratégias dos europeus de se estabelecerem entre as populações nativas, utilizando-se das línguas locais para dominar. Essa gramática foi denominada pelos estudiosos como língua geral e foi utilizada no contato dos portugueses de São Paulo com os povos indígenas nos territórios onde se formariam, futuramente, os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins (Sposito, 2012). De acordo com relatos, padre Leonardo Nunes conduziu Anchieta e quase todos os outros para o sul; a vila de Santo André e os campos de Piratininga foram locais escolhidos para o trabalho da conversão indígena, longe do contato marítimo e das más influências.

No Rio ficou Manoel da Nóbrega como reitor do novo Colégio e poucos anos mais viveu. Anchieta seguiu para o Sul, nos anos seguintes aparece como superior de São Vicente ou Piratininga ou simples sacerdote, descendo rios encachoeirados como o Tieté, de que um salto ainda perpetua sua lembrança,

perambulando na infindável praia de Itanhaém, que ainda hoje guarda o aspecto sob que Anchieta a conheceu, ideando e representando autos, espécie de antecipação de cinema, literatura para quem não sabia ler, poetando em quatro línguas tupí, latim, português e castelhano (Anchieta, 1988, p. 26).

A partir dos relatos e das inscrições feitas pelos inacianos, é possível visualizar o contato desses agrupamentos sociais. O sucesso da formação da vila enquanto espaço administrativo e físico ocorreu graças ao contato direto e constante dos jesuítas (Leite, 2006). Os padres desempenharam um papel missionário, catequizador e intermediário dos interesses econômicos dos moradores, além das prioridades religiosas cristãs da Companhia. Além das descrições feitas sobre as populações, os jesuítas elaboraram relatos dos locais onde tiveram contato com essa população. Na citação abaixo, Anchieta descreve o território do planalto no século XVI.

A quarta vila da Capitania de S. Vicente é Piratininga, que está 10 ou 12 leguas pelo sertão e terra a dentro. Vão por lá por umas serras tão altas que dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e ás vezes de gatinhas por não se despenharem e por ser o caminho tão mau e ter tão ruim serventia padecem os moradores e os nossos grande trabalho. E” intitulada vila de S. Paulo, situada a um rio caudal; terá 120 fogos de Portugueses; não tem cura nem há outros sacerdotes senão os nossos, nem os Portugueses os querem aceitar; é terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados, de bois, porcos, cavalos, etc., e abastada de muitos mantimentos. Nelas se dão uvas e fazem vinho, marmelos em grande quantidade e se fazem muitas marmeladas, romãs e outras árvores de fruto da terra de Portugal (Anchieta, 1988, p. 423).

Percebe-se que o padre registra não apenas a distância, mas também a participação municipal, a quantidade de moradores, a organização diária e o modo de vida dos habitantes locais, inclui ainda os padres que ocupavam o espaço. Diante das descrições, nota-se que, no dia a dia, eles não mantiveram o padrão indumentário dos clérigos europeus.

Os nossos Padres e Irmãos vestem e calçam propriamente como em Portugal dos mesmos panos que lá, mas faltam-lhes muitas vezes, mas não se amofinam, porque a terra não pede muita roupa e quanto mais leve e velha tanto é melhor e folgam com ela; e o andarem descalços é uso da terra e não lhes dá tanta pena e trabalho como se fora na Europa e desta maneira o fazem também os mui ricos e honrados da terra (Anchieta, 1988, p. 426-427).

Podemos entender que a vida dos clérigos foi moldada por interações e interesses relacionados ao espaço vivido. Acreditamos que a falta de recursos tenha sido um dos fatores que impulsionaram as aprendizagens dos portugueses com os indígenas. Diante da escassez de produtos, orientações e até mesmo respostas da Coroa, os moradores da vila utilizaram todos os recursos locais disponíveis, inclusive a ausência. A interação com os grupos indígenas

proporcionou subsídios para que adaptassem suas ações e desenvolvessem novas ideias. Essa dinâmica ocorreu tanto entre os moradores de São Paulo quanto entre os padres. Apesar de persistirem na promoção das ideias lusitanas, ambos os grupos precisavam estar abertos a mudanças e adaptações quando necessário.

Em outra passagem, o padre Anchieta também aborda a vida indígena ao reconhecer a multiplicidade étnica. Em seus escritos, entretanto, não houve uma preocupação para compreender singularidades. Acima de tudo, o objetivo da exposição era estudo cujo objetivo era captar lideranças e aplicar estratégias missionárias.

Os Índios desta província são inumeráveis pela terra a dentro, de várias nações e costumes e linguagem e muitos deles são como selvagens e não se lhes póde entender sua lingua e há pouco remédio para sua salvação, exceto alguns inocentes ou adultos que se btizam *in extremis* e se vão para o céu. Os mais políticos entre eles são os Tupinambás, senhores da Baía, e Tupinaquins e outros que se convertem, que dantes viviam pela costa do mar e outros que se convertem, que dantes viviam pela costa do mar e ainda todos êstes são gente e mui pouca capacidade natural, se bem que para sua salvação têm juízo bastante e não são tão boçais e rudes como por lá se imagina (Anchieta, 1988, p. 433).

A análise do parágrafo está clara. O padre Anchieta observava a organização política dos indígenas para melhor interagir com cada grupo social. No entanto, ao descrever esses grupos, ele revela uma visão que se utiliza de termos como “selvagens”, “inocentes” e “mui pouca capacidade natural”. Observamos que o padre percebe a necessidade de catequização dos povos nativos e visualiza a capacidade de alcançar esse objetivo, pois acredita que esses povos carecem profundamente de salvação.

Importante lembrar que nossa abordagem não visa criticar os padres jesuítas, mas sim analisar as ideias presentes em suas narrativas. Compreendemos as limitações temporais e históricas das personagens aqui analisadas, considerando que a religiosidade portuguesa - previamente abordada -, não permitia aos indivíduos portugueses e cristãos a perspectiva de inclusão de outros sujeitos que não se adequassem aos padrões e costumes cristãos, conforme sua classificação de consciência humana. Em todo o caso, a produção realizada pelos jesuítas, de caráter parcial e deliberado, continua sendo uma das principais fontes de acesso à história, já que oferece uma narrativa histórica crucial para o entendimento desse momento tão relevante para o desenvolvimento da história brasileira posterior.

As descrições de Anchieta proporcionaram visões sobre o envolvimento dos jesuítas na formação da vila de São Paulo. O relato sobre Piratininga destacou as dificuldades geográficas

enfrentadas e a visão otimista dos jesuítas no território ao enfatizar sua fertilidade, criação de gado e produção de alimentos. A vestimenta e o estilo de vida dos padres apontam para a capacidade dos inacianos em se adaptar às condições locais, às realidades de cada espaço. Além disso, as citações abordaram considerações significativas sobre os povos indígenas, suas diversas nações. Como jesuíta, Anchieta destacou em suas cartas os esforços da ordem em compreender e evangelizar os grupos indígenas. Dessa forma, as narrativas de Anchieta documentaram as experiências vividas e assinalaram para o papel ativo dos jesuítas durante o período colonial.

### 1.2.2 A Companhia de Jesus como instituição moralizante

Ao longo das discussões, notamos a persistente tentativa do invasor português de edificar e consolidar seu modo de vida em novos espaços. O que muitas vezes não foi considerado como questão central naquele momento é que, para atingir tal objetivo, seria necessário moldar o formato de vida lusitano diante de uma realidade já existente e dinâmica: a diversidade das sociedades indígenas. Diante desse desafio, as ideias originais precisaram ser adaptadas.

Zygmunt Bauman, filósofo, sociólogo, professor e escritor polonês contemporâneo, entende que, quando grupos sociais distintos se encontram, a perspectiva inicial entre eles é a de buscar semelhanças e partes identificáveis para facilitar a comunicação. Além disso, surge uma preocupação quase instintiva em examinar elementos presentes ou ausentes entre suas perspectivas e os de outrem.

Mas ambos os mestres tomaram como ponto de partida a noção de que a cultura de uma sociedade é uma totalidade empírica constituída de um número limitado de partes prontamente identificáveis, e que, quando comparamos duas sociedades, nossa preocupação é ver se os mesmos tipos de partes estão presentes ou não, nos dois casos (Bauman, 2012, p. 113).

A passagem anterior indica uma situação recorrente entre grupos com distintos modos de vida. No cenário dos portugueses do século XVII, eles percebiam os conceitos de outras sociedades e buscavam modificá-los. Ou seja, procuravam identificar lacunas e desenvolver maneiras de reproduzir seus próprios significados. Teoricamente, compreendemos que situações como essa não deveriam ocorrer, pois representam perspectivas distorcidas e omitem a consciência exclusiva de um grupo social sobre si mesmo. No entanto, no contexto histórico analisado, essa dinâmica não foi considerada, seja na documentação luso-europeia, seja nas ações desse povo, pois não era possível ao entendimento da época.

A frota de Tomé de Sousa trouxe alguns passageiros que, ao longo dos séculos, representaram a política indigenista na América (Monteiro, 1994). Apesar da relativa autonomia, os jesuítas serviram nos primeiros anos aos interesses da Coroa como instrumentos da política de desenvolvimento do território americano. O projeto jesuítico almejava aproximar grupos indígenas de um conhecimento considerado autêntico e verdadeiro para o mundo europeu, buscando, inicialmente, um contato mútuo e pacífico. Vale lembrar que a Companhia nasceu em meio ao clima da reforma espiritual, com sua base fundamentada na liderança de padre Inácio de Loyola.

A primeira atitude de Santo Inácio foi própria dos reformadores da época tridentina: ver as necessidades, estudar os problemas da realidade, analisar a situação, diagnosticar a natureza da enfermidade. Não se empenhou em salvar práticas e devoções que em outros tempos tinham tido uma função providencial mas que não sintonizavam com a sensibilidade do momento. A preocupação básica de Santo Inácio era de que não se perdessem os valores perenes, e que estes passassem ao mundo em formação. Santo Inácio queria “que os apóstolos andassem sempre previdentes e atentos para descobrir as chaves da sociedade e a situação do momento em que se encontrassem”. Aceitava o novo sem vacilações, mas não se deixava arrastar por ele (Lima, 2006b, p. 41).

Percebe-se que o líder inaciano desejava transmitir os conhecimentos cristãos ocidentais, principalmente os religiosos, aos territórios em contato. Os clérigos liderariam a formação de um novo mundo, semelhante ao que conheciam, mas aprimorado. Para alcançar esse objetivo, precisaram incorporar a vivência de outros povos em sua realidade. Conhecer as partes identificáveis, nesse caso, as diferenças entre os grupos, era uma parte importante do processo. Dessa forma, teriam recursos para criar estratégias de ensino e catequização. Assim, a realidade territorial e identitária das sociedades indígenas começou a fazer parte da consciência dos jesuítas, já prevista em sua formação inicial. Era necessário vivenciar aquela existência para desenvolver estratégias e, somente então, implementá-las. A expectativa positiva do projeto entusiasmava tanto os missionários quanto os colonos.

No contexto do século XVI, a expectativa positiva que o projeto jesuítico suscitava empolgava não apenas os missionários como também a Coroa e até os colonos. Para um defensor do sistema escrevendo no início do século XVII, os aldeamentos seriam cruciais na defesa das zonas açucareiras do Nordeste contra ameaças externas - as visitas periódicas de corsários ingleses e holandeses - e internas, especialmente aquelas representadas pelos Tapuia do interior e pelos escravos aquilombados. Já para os colonos, a existência de aldeamentos robustos e produtivos ofereceriam uma reserva de trabalhadores livres disponíveis para a economia colonial, assim conciliando o ideal da

liberdade com o objetivo maior de desenvolver a Colônia (Monteiro, 1994, p. 43-44).

Após a expedição de Tomé de Souza em 1553, os jesuítas que chegaram à costa brasileira encarregaram-se de organizar os aldeamentos, espaços destinados à convivência indígena e adaptados às vivências portuguesas e à religiosidade cristã. A nomenclatura “aldeamento” foi estabelecida de acordo com o regimento de D. João III, em 1548, para Tomé de Sousa, que buscava denominar esses espaços como Aldeias de *El-Rei*, diferenciando-os de outros agrupamentos indígenas administrados particularmente pelos lusitanos (Leite, 2006). As aldeias religiosas estavam diretamente subordinadas ao governador-geral do Brasil, que nomeava os Institutos Religiosos. Os missionários recebiam designações dos governadores-gerais, governadores da repartição do sul e capitães-mores.

As Aldeias de *El-Rei* ficavam fora da alçada imediata das Câmaras locais, e os Missionários eram indicados directamente pelos Reitores dos Colégios ou Provinciais, com os poderes que lhes doavam as Leis, os Reis e Governadores, com que ficavam em cada Aldeia com os poderes de pároco e simultâneamente de regente secular ou civil (Leite, 1945, p. 229).

A individualidade burocrática da Câmara e dos padres da Companhia de Jesus, coexistindo em uma vila relativamente pequena, resultou em conflitos de interesses ao longo dos séculos no planalto de Piratininga. As Câmaras chegaram a assumir uma posição secular na administração das Aldeias, com poderes especiais concedidos pelos governadores, considerados legítimos, ou interpretando-os conforme sua conveniência, o que, segundo Serafim Leite (1945), era visto como ilegal, abusivo e, geralmente, condenado pelas autoridades superiores.

O projeto missionário não se alinhou com a vivência dos colonos, que buscavam nos aldeamentos mão de obra já instruída e pacífica. Percebemos que os moradores portugueses não conseguiram se aproximar de maneira eficaz de todos os grupos indígenas; estes logo notaram a falta de vantagens em uma produção coletiva exigida pelos portugueses e que, além disso, deveriam abandonar seus costumes e tradições.

Ao longo do século XVI, a principal frente de ação adotada pelos missionários foi a luta contra os pajés e caraíbas que, certamente, representavam a última e mais poderosa linha de defesa das tradições indígenas. Especialmente concentrada, a ofensiva contra os “feiticeiros” justificava-se na certeza de que a presença e influência carismática dos pajés ameaçavam subverter o trabalho dos próprios padres. Certa vez, Anchieta observou que a obra missioneira em São Paulo encontrava seu mais forte rival num profeta carismático “ao qual todos seguem e veneram como a um grande santo”, e que tinha a intenção de

destruir a Igreja católica. No interior dos aldeamentos, segundo Nóbrega, os pajés espalhavam que a água do batismo constituía a causa das doenças que naquela altura assolavam as populações nativas (Monteiro, 1994, p. 48).

Em consonância com essas duas realidades, os aldeamentos não ofereceram segurança nem conforto aos envolvidos, como supostamente deveriam. Pelo contrário, pairava no ar o receio da invasão, de revoltas e da morte. Pajés e caraíbas, líderes dos agrupamentos nativos, encabeçavam revoltas contra aqueles que tentavam impor novos costumes; enquanto isso, colonos de São Paulo organizavam estratégias de invasão e aprisionamento aos aldeamentos jesuíticos, e clérigos se empenhavam numa tentativa conciliatória entre as duas situações.

O projeto buscava uma realidade difícil de alcançar, pois a possibilidade de homogeneização ou de uma submissão pacífica dos grupos indígenas pressupõe que todos os indivíduos nativos aceitariam condições em que não eram valorizados nem priorizados. Apesar de contribuir para a estratégia jesuítica de homogeneização, os aldeamentos apresentaram altas taxas de mortalidade ao longo dos séculos (Monteiro, 1994).

Nesta perspectiva, Monteiro (1994) argumenta que o papel dos jesuítas na narrativa historiográfica não se deu da forma como aparece na historiografia convencional, como aqueles que produziram uma gramática Tupi e lideraram a organização dos aldeamentos. Para o autor, na verdade, os jesuítas foram capazes de promover um acordo intermediário inicial entre certos grupos, facilitando a entrada e o estabelecimento dos portugueses e de suas ideias. No entanto, esse fato não resultou em, nem representou a paz, nem mesmo a submissão de um grupo sobre o outro no território.

Cientes da rebelião das facções tupiniquim contra os aliados portugueses, os Tupinambá enxergaram a oportunidade de estabelecer uma aliança com os portugueses para combater seus rivais tradicionais - os Tupiniquim. De fato, Anchieta confessou que o único motivo para a negociação da parte dos Tamoio foi “o desejo grande têm de guerrear com seus inimigos tupis, que até agora foram nossos amigos, e pouco há se levantaram contra nós...” (Monteiro, 1994, p. 40).

De acordo com o relato de Anchieta, notamos que os Tupinambá aceitaram essa aliança, em específico, por reconhecer a oportunidade de estabelecer uma parceria para enfrentar seus rivais, os Tupiniquim. Ou seja, os acordos ocorriam a partir de interesses de todos os envolvidos, o que era reconhecido até mesmo pelos jesuítas. Portanto, o projeto missionário abriu possibilidades intercontinentais para as sociedades presentes no planalto de Piratininga. E, apesar de não ter sido completado da forma como fora planejado e imaginado, produziu muitos resultados, resultados esses que nós, enquanto historiadores, devemos notar. Foram

estabelecidos inúmeros diálogos entre os novos moradores e os antigos habitantes do interior; não fosse a existência e execução desse projeto, teria sido muito mais difícil a fixação de moradia dos portugueses. Os grupos indígenas já se organizavam em articulações por séculos, o que também dificultou abordagens individuais naquele espaço (Monteiro, 1994).

Esse movimento de fundação de novas vilas teve um duplo caráter, complementar e contraditório, síntese da própria colonização: ao mesmo tempo em que demonstra o desenvolvimento dos lusos na capitania de São Vicente, em sua expansão para novas áreas, buscando terras a cultivar, minério a explorar e apresentando-se como uma solução para as disputas entre as elites da vila de São Paulo, ao lhes proporcionar novos espaços de mando e riqueza, é alimentada pela aniquilação/submissão das populações autóctones (Sposito, 2012, p. 43).

As missões religiosas desempenharam um papel secundário, embora decisivo, na construção da vila de São Paulo e, por conseguinte, na manutenção territorial. As batalhas e alianças locais estiveram profundamente interligadas na formação desse ambiente. Apesar de o projeto missionário não ter alcançado o sucesso esperado, a ação dos jesuítas desenvolveu a vila, que acabou adotando características diferentes das planejadas para uma típica vila portuguesa. Uma sociedade emergiu de forma espontânea - no sentido de não ter sido totalmente controlada por nenhum dos grupos que vivenciaram esse período - e adaptou-se às novas perspectivas da realidade.

É preciso notar que a sociedade intercultural brasileira nasceu quer de uma hibridação espontânea, quer de uma aculturação mais reflectida (ainda que experimentalista), proveniente do trabalho missionário, no qual se destacaram os Jesuítas. A conversão do Índio passava necessariamente não só pela aceitação da mensagem de Cristo, mas também pela rejeição do modelo de organização social e cultural, renegando práticas como a antropofagia, a poligamia e a autoridade dos feiticeiros (*pajés*). Os missionários confrontaram-se com uma tarefa profundamente difícil, à qual acrescia as dificuldades próprias de uma sociedade europeia que se tentava implantar a milhares de quilômetros do seu pólo gerador. Os membros da Companhia, bem como os das demais Ordens que os seguiram, viram-se a braços com a dupla tarefa de evangelizar os Índios e vigiar as práticas dos colonos que, regra geral, interiorizavam a ideia de que “a sul do Equador não havia pecado” (Costa, 2007, p. 110).

Ao longo de toda a nossa escrita, é inevitável abordar as relações de poder. Ao refletirmos sobre o que foi registrado e os objetivos estabelecidos, é essencial ter em mente a existência de uma linha tênue entre os propósitos principais e o que efetivamente aconteceu. Embora possa parecer redundante ao leitor abordar repetidamente essa ideia durante a nossa narrativa, consideramos relevante reforçar nossa posição ao longo da escrita para conscientizar

periodicamente o leitor. Em outras palavras, as mudanças locais, os anseios e os costumes nem sempre são percebidos pelas personagens históricas no exato momento em que ocorrem.

Com o termo “todo”, geralmente nos referimos a algo mais ou menos harmonioso. Mas a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa. Mas, se não a harmonia, ao menos a palavra “todo” evocamos a ideia de alguma coisa completa em si, de uma formação de contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível e mais ou menos visível. As sociedades, porém, não têm essa forma perceptível. Não possuem estruturas passíveis de serem vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro. Trata-se, na verdade, de um fluxo contínuo, uma mudança mais rápida ou mais lenta das formas vivas; nele, só com grande dificuldade o olhar consegue discernir um ponto fixo (Elias, 1994, p. 20).

Norbert Elias (1994) sugere não apenas a falta de linearidade na vida individual dos indivíduos, mas também a ausência de algo harmônico. As aspirações e os desejos de um grupo, ou até mesmo dos indivíduos, estão interligados a fatores difíceis de controlar. Um desses fatores, por exemplo, é o acaso, que introduz situações imprevisíveis conectadas aos desejos e às ações efetivas. Por isso, é difícil criar ou prever estruturas rígidas, uma vez que os indivíduos não possuem essa característica, muito menos as sociedades.

Como historiadores, precisamos analisar e compreender que há uma diferença substancial entre o que se busca fazer e o que se precisa fazer, ou o que, de fato, foi feito. Quando o indivíduo se depara com a realidade cotidiana e as situações impostas que fogem de seu controle, ele não consegue ter a perspectiva que o historiador tem, pois esta não está imbuída em seu campo de visão. O indivíduo está inconsciente da situação analisada durante seu dia a dia. Por isso, as mudanças ocorrem e nem sempre são documentadas pelas personagens, já que não conseguem ser imparciais, sendo essa uma questão primordial da análise realizada aqui.

Dentro dessa discussão, utilizaremos alguns conceitos e discussões realizadas pelo filósofo, professor e crítico literário inglês Terry Eagleton, um dos precursores do *Cultural Studies*, escola que emergiu na Inglaterra nos anos 1950. Ao olhar para o período e os grupos sociais europeus estudados nessa pesquisa, o termo ‘cultura’ foi entendido como sinônimo de civilização, e os moradores da Europa aplicaram essa ideia às ações dos grupos nativos. Para exemplificar, os jesuítas publicaram ideias em vários de seus escritos afirmando que algumas sociedades eram evidentemente superiores a outras. Eagleton (2005) entende que esse termo foi utilizado como justificativa para as hierarquizações entre alguns grupos sobre outros.

‘que certa nação julga indispensável para o círculo de seus pensamentos’, escreve Herder, ‘nunca entrou na mente de uma outra, e por outra ainda foi julgado ultrajante’. A origem da idéia de cultura como um modo de vida característico, então, está estreitamente ligada a um pendor romântico anticolonialista por sociedades ‘exóticas’ subjugadas. O exotismo ressurgirá no século XX nos aspectos primitivistas do modernismo, um primitivismo que segue de mãos dadas com o crescimento da moderna antropologia cultural. (Eagleton, 2005, p. 24).

Na verdade, não foi apenas o conceito de cultura que esteve em questão para os portugueses, mas, sim, uma seleção particular de valores culturais. A moralidade cristã desejava que o gentio fosse abençoado com sentimentos refinados e maneiras agradáveis; que se portasse adequadamente, disposto a sacrificar seus interesses pelo bem da religião. E sabemos que, por mais vigorosas que essas prescrições possam ser, elas não são politicamente inocentes (Eagleton, 2005).

É importante salientar ao leitor que não temos como perspectiva analisar as sociedades que vivenciaram a vila de São Paulo sob a égide da cultura, mas compreendemos que os portugueses realizaram tal análise ao chegarem ao território. Se abordássemos esses aspectos, a análise histórica teria que ser relegada a segundo plano, visto que as observações sobre os nativos do território foram moldadas por olhares pré-concebidos, com estruturas e ideias de superioridade por parte dos portugueses.

Na condução desta pesquisa, foi necessário compreender as questões conceituais que envolvem as ideias sobre cultura. Em algumas partes do texto, essas discussões estarão presentes como parte de nossa organização teórica. No entanto, para analisar as diferentes sociedades originárias presentes no período estudado, seria essencial contar com um arcabouço arqueológico significativo. Portanto, reiteramos ao leitor que nosso objetivo não será analisar as culturas em si, mas sim as relações sociais que permearam os processos territoriais do planalto de Piratininga. Essas situações nos proporcionam diferentes possibilidades de análise sobre aquele período, assim como as influências de diferentes grupos em momentos específicos da história.

De volta à discussão, a Companhia de Jesus implementou reformas religiosas nos diversos espaços. Na região da vila de São Paulo, em específico, percebemos que sua realização mais notável foi a elaboração das estruturas que, sob a ótica cristã, o planalto necessitava. Logo, o formato expositivo das ideias na produção documental seguiu essa perspectiva: inspecionar e indicar as ações dos moradores.

Portanto, ao analisar a documentação produzida pelos jesuítas, constatamos uma forma de discurso diferente daquela organizada pelos oficiais da Câmara, líderes administrativos.

Esses dois formatos discursivos confrontam-se no século XVII, pois as motivações desses dois grupos, que compartilhavam o mesmo espaço, entraram em conflito. Teoricamente, não deveria haver razões para que a população de São Paulo e os jesuítas discordassem no formato de vida. Inicialmente, esses grupos parecem semelhantes por serem oriundos de Portugal. No entanto, a vivência os colocou quase como díspares, gerando ambiguidades que, por consequência, resultarão em problematizações diante dos diferentes acontecimentos. E são esses eventos que serão explorados em nossa narrativa.

Retornando à discussão primária, no final do século XVI, a tensão entre os camaristas e jesuítas se acumulava, como bem demonstram os registros. Sob o ponto de vista dos moradores de São Paulo, estava ocorrendo uma grande injustiça sobre eles, graças aos padres.

Em 1598, com a tensão se acumulando, os principais colonos protestaram junto à Câmara municipal de São Paulo contra a “grande opressão” que sofriam nas mãos dos jesuítas e das autoridades, que impediam a negociação com os índios aldeados (seus “amigos e vizinhos”), sendo antes necessária a autorização do capitão-mor, frequentemente ausente da vila. Propunham, nessa ocasião, que a Câmara permitisse “os homens trazerem índios mansos para o seu serviço por pouco tempo para poucas coisas”, mediante a anuência de qualquer vereador, driblando assim a autoridade do capitão-mor. Tal medida não surtiria suficientemente, porque mesmo dispensando o consentimento do capitão-mor, os colonos teriam que enfrentar a interferência dos padres nos próprios aldeamentos (Siqueira, 2012, p. 45).

Os conflitos ocorreram em 1616; foram graves em 1628 e piores em 1633 (Leite, 1945). Precusores de diferentes narrativas, a argumentação e o confronto físico entre parte da população de São Paulo e os padres inacianos advieram por seus distintos pareceres sobre métodos de relacionamento com a população nativa. O problema estava centrado na dificuldade de compreensão ideológica dos grupos. Enquanto os jesuítas enxergavam os aldeamentos como espaços de cristianização, moradores de São Paulo os utilizavam como meio de acesso à mão de obra.

Serafim Leite (1945) narrou um dos conflitos mais significativos entre os dois grupos em 1633; ele afirma que a invasão dos colonos portugueses não teria sido vista com tanta importância caso os jesuítas não fossem religiosos, funcionários do Estado, e não tivessem recorrido aos meios legais após o confronto.

O caso revestiu aspecto mais violento em 1633. Alguns moradores querendo Índios para o seu serviço, e tendo-os à mão, para que haviam de dar-se ao trabalho de os ir buscar longe e com risco? A Aldeia era de *El-Rei*, e os Jesuítas estavam nela, não por autoridade própria, nem da Câmara, mas por autoridade

superior, real ou nacional, que lhes confiara essas funções, da qual os não tinha destituído. Mas sempre foi fácil, em todos os tempos e lugares, não apenas em S. Paulo, fazer crer a quem sabe pouco de leis, o contrário da lei com alguma aparência dela, quando em crê-lo vão interesses materiais próprios. Os vereadores desse ano, invocando uma velha provisão, que não se aplicava a S. Paulo, nem a Câmara estava incumbida de executar, declararam que os Padres estavam “contra a jurisdição real”, e queriam saber quem era do seu parecer. Não faltaram zelosos da “autoridade real”, e em Agosto de 1633, foram à inermes Aldeia de Marueri, e tomaram conta dela (Leite, 1945, p. 237).

Leite (1945) destacou algo valioso para nossa pesquisa. O fato de dois grupos portugueses estarem em conflito proporcionou um desafio adicional aos inacianos em suas tentativas de implementação do cristianismo. Isto é, enfrentaram as resistências indígenas e dos moradores de São Paulo ao construírem os aldeamentos no planalto de Piratininga. Nesse caso, os vereadores, em nome da “autoridade real”, foram até a aldeia de Marueri, em 1633, e a invadiram, o que agravou o conflito entre eles e os inacianos.

Vale lembrar que as aldeias possuíam terras próprias para o sustento e para a fixação de moradias, sem depender da administração secular. No distrito de São Paulo, foram quatro as aldeias de S. Majestade confiadas aos jesuítas: São Miguel, Pinheiros, Marueri, Maramomins ou Guarulhos. Por meio dessa provisão que lhes dava “direito”, os moradores poderiam administrar os locais como lhes fossem melhor convenientes. Mas os jesuítas recorreram à decisão; com os feitos de 1628 e os testemunhos de 1630, o rei condenou a exorbitância em 9 de dezembro de 1633. A justiça levava anos para que fosse cumprida.

Faço saber aos que esta Provisão virem que os oficiais da Câmara da Vila de São Paulo, e o Ouvidor dela, que serviram o ano presente de seiscentos e trinta e três, António Raposo Tavares, Pero Leme, Lucas Fernandes Pinto, Paulo do Amaral, Sebastião Ramos de Medeiros, me enviaram uns autos a mim e ao meu Governador Geral do Estado do Brasil, informando-me como foram à *Aldeia de Maruiri*, em que estavam os Padres da Companhia, a título de tomarem posse dela, oferecendo o traslado de uma Provisão minha, em que mandava estivessem clérigos nas Aldeias; e tomando informação de todo o conteúdo o Desembargador Jorge da Silva Mascarenhas, meu Ouvidor Geral e Provedor-mor da minha fazenda do Estado do Brasil, se achou que os autos não continham por que judicialmente se lhes deva deferir, antes provas de excesso temerário, e extorsão com que haviam procedido contra os Padres da Companhia, que assistem nas ditas Aldeias, tendo-as de cêrco largo tempo, quebrando-lhes as portas do seu recolhimento, profanando a Igreja e coisas sagradas, a que acresce a suspeita de que o intento principal dos ditos Officiais, e o mais povo daquela Capitania, é cativar os Índios livres, por serem a isto costumados, encontrando em tudo minhas leis e Ordenações, excedendo os termos ordinários por que nelas mando se proceda, pelo que tudo merecem o castigo que sua culpa requer:

“Hei por bem de os privar de os officios, que estão servindo, e declaro por nulo tudo o que o dito Ouvidor e mais officiais da Câmara fizeram e processaram

depois de declarados, e hei por boa a posse que os ditos Padres da Companhia têm da Administração das Aldeias, de que se trata, e, se necessário é, *lhe confirmo e dou de novo a dita Administração*, para que a tenham e usem dela, assim como até agora não fizeram”. Dada na Baía aos nove dias do mês de Dezembro de mil seiscientos e trinta e três anos. *El-Rei* nosso Senhor o mandou por Diogo Luiz de Oliveira.

Mandando a Provisão castigar os perturbadores, ao registrar-se em S. Paulo, são elucidativos os *cumpra-se*:

Pedro da Mota Leite, Capitão-mor, quer exceptuar do castigo a António Raposo Tavares (que era capitão e ouvidor).

Amador Bueno quer que se castigue: *cumpra-se tôda*.

Os de S. Vicente: não nos devemos meter nisso.

Os de Santos: *cumpra-se tôda*.

A Câmara de S. Paulo: *cumpra-se tôda* (Leite, 1945, p. 237-239).

Não deveria haver disputa pelo controle administrativo da região de São Paulo, já que, teoricamente, cada um dos grupos, fossem os oficiais ou os clérigos, eles faziam parte de jurisdições distintas. O ocorrido, entretanto, atravessou o Oceano Atlântico e chegou à Corte portuguesa, exigindo posicionamento do rei sobre a questão. Nesta provisão específica que foi citada anteriormente, o monarca estabeleceu ações e cobranças aos moradores de São Paulo pela destruição feita aos aldeamentos. Todavia, provisões como essa demoravam para chegar, e às vezes não chegavam. O rei legislava de longe e dava ordens que eram cumpridas de forma bastante frouxa.

A despeito disso, os padres amargaram o ódio dos índios, o que por vezes resultou em assassinatos daqueles que tentavam catequizá-los. Na concorrência com os colonizadores laicos, sofrendo a oposição de autoridades locais e no cenário europeu frente ao papel que desempenhavam na colônia, a Companhia de Jesus teve muitas propostas e auxílios negados, culminando com seus membros sendo expulsos algumas vezes dos domínios coloniais (Siqueira, 2012, p. 50-51).

Percebemos que a Companhia de Jesus teve dificuldades ao competir com a administração local secular, pois enfrentou resistência inclusive no cenário europeu quanto à relevância de seu papel. A vila do planalto manteve conflitos com a Companhia em relação à liberdade indígena ao longo dos anos. Enquanto alguns moradores desrespeitaram as leis, outros as defenderam. À medida que se tornava cada vez mais insuficiente o projeto dos aldeamentos para suprir a necessidade de mão de obra, os colonos intensificaram outros meios de recrutamento de indígenas para os trabalhos manuais (Monteiro, 1994).

Ao longo do século XVII, colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios

na condição de “serviços obrigatórios”. Estas frequentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão-de-obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando - ainda que de forma modesta - a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional. Sem este fluxo constante de novos cativos, a frágil população indígena do planalto logo teria desaparecido, porque, a exemplo da escravidão negra do litoral nordestino, a reprodução física da instituição dependia, em última instância, do abastecimento externo. Porém, ao contrário da sua contrapartida senhorial do litoral, os paulistas deram as costas para o circuito comercial do Atlântico e, desenvolvendo formas distintas de organização empresarial, tomaram em suas próprias mãos a tarefa de constituir uma força de trabalho (Monteiro, 1994, p. 57).

Este trecho aborda questões pertinentes. A primeira delas é que uma das consequências do projeto jesuítico foi a projeção e o aumento de uma rivalidade entre colonos e jesuítas num mesmo território. A segunda é que as expedições organizadas pelos moradores de São Paulo tiveram enfoque em mão de obra que pudesse ser vendida e utilizada nas lavouras do planalto. Expedições que passaram a orientar a realidade territorial. O que levou grupos indígenas a se deslocarem no espaço geográfico. Por último, o trecho acima demonstra que as expedições de São Paulo proporcionaram organizações distintas, baseadas na existência e na exigência daquele presente. Ou seja, os grupos indígenas do planalto tiveram que habituar-se à situação e entender que fugir do território seria a opção menos violenta e com maiores chances de sobrevivência. Por isso Monteiro (1994) afirma que houve certo fluxo constante de indígenas cativos no território. Os capturados serviam de mão de obra, mas, ao mesmo tempo, eram sobreviventes de sociedades e de ideias particulares que, aos poucos, iam se desfazendo enquanto grupo social. Vale lembrar que, em todo processo, a vivência dos próprios colonos foi também se desfazendo e criando padronizações.

Igualmente, o relacionamento dos jesuítas com os diferentes grupos indígenas - em especial as sociedades Tupiniquim, muito presente no planalto de São Paulo - não foi uniforme. Inseridos em diferentes contextos, grupos étnicos e espaços geográficos, os clérigos caminhavam pelo planalto crenes de que estavam fazendo a melhor ação para todos os agrupamentos que ali habitavam. A demarcação da vida portuguesa deveria ser disposta com os aspectos teológicos cristãos (Paiva, 2012). A cosmovisão Tupiniquim, por sua vez, era outra.

Assim, a guerra, o cativo e o sacrifício dos prisioneiros constituíam as bases das relações entre aldeias Tupi no Brasil pré-colonial. As batalhas frequentemente congregavam guerreiros de diversas unidades locais; em Piratininga, por exemplo, mesmo na presença dos jesuítas, os Tupiniquim hospedavam outros grupos locais na preparação de ataques contra os Tupinambá. E, após as vitórias ou derrotas, aliados e parentes reuniam-se nas

aldeias anfitriãs: nas vitórias, para saborear a vingança; nas derrotas, para reconstruir aldeias destruídas e recompor populações destroçadas. A dinâmica das relações entre unidades locais, expressa nos termos do conflito ou da aliança, por sua vez, forneceu uma das chaves do êxito - ou fracasso - dos europeus, na sua busca pelo controle sobre a população nativa (Monteiro, 1994, p. 28).

Como podemos perceber, são concepções de vida divergentes. O planalto foi palco de diferentes práticas e representações utilizadas por indivíduos que não conseguiam compreender o mundo do outro. A isso não atribuímos como intolerância, mas a limitações temporais. A liberdade, o direito de expressão e as trocas, comuns à realidade do pesquisador atual e desta pesquisa, são resultados de um mundo iluminista, distante e além do que esses grupos viveram. Ao se dedicar aos estudos sobre a civilização ocidental, Patricia O'Brien analisa temas como a teoria cultural e para a autora, o Estado, o corpo, a sociedade, a economia não são objetos estáveis, e sim discursivos (O'Brien, 1992).

Diferiam a sociedade portuguesa e a ameríndia porque viviam diversos tempos sócio-culturais. A análise de um dos aspectos fundamentais da vida espiritual, o das crenças e práticas religiosas, pode servir de exemplificação da distância cultural que medeava entre brancos e índios. A maneira de comportarem-se ambos diante do extraterreno evidencia a dessemelhança entre eles. Quanto maior essa dessemelhança, menor a proximidade no espaço cultural (Siqueira, 2016, p. 46).

As duas citações acima se complementam de maneira significativa. Quando O'Brien (1992) destaca que temas teóricos são mais discursivos do que objetos estáveis, ela faz, de certa forma, uma crítica a quem analisa a história de maneira engessada. Isso pode ser exemplificado ao observarmos os portugueses, que ao tentarem colocar em prática algumas ações, enfrentaram dificuldades em vários sentidos. Essa afirmação se alinha com a observação de Siqueira (2016), que destaca que o modo de vida dos moradores evidenciava a disparidade entre eles, não apenas entre grupos nativos e portugueses, mas também entre os próprios portugueses.

Ao contrário da população comum de São Paulo, que mantinha sobretudo contatos econômicos e bélicos com os indígenas, os jesuítas buscavam um contato espiritual mais profundo. Esse tipo de interação implicava motivações distintas, como a busca por uma compreensão mínima da sociedade nativa e, conseqüentemente, diferentes interesses. Em uma de suas narrativas, o jesuíta José de Anchieta (1988) aborda o cotidiano dos Tupiniquim e Tupinambá como uma maneira de demonstrar aos demais a vivência e as possibilidades.

Não casam de ordinário até que tomem ou matem algum homem e, se o matam, tomam por insígnia sarjar-se o corpo por tal modo e artifício que ficam

mui galantes e pintados e nisto têm grande primor. Vivem muitos juntos em umas casas mui grandes de palma que chamam ócas e com tanta paz que põem espanto, e com terem as casas sem portas e suas cousas sem chave por nenhum modo furtam uns aos outros (Anchieta, 1988, p. 434).

Neste breve trecho, observamos o cotidiano dos grupos indígenas, conforme descrito pelo religioso português. O que mais chamou sua atenção foram os rituais de casamento e as pinturas corporais. Além disso, destaca-se o fato de viverem coletivamente em grandes casas desprovidas de portas e chaves e, notavelmente, não havia ocorrência de furtos entre eles, indicando um sistema muito diferente daquele vivenciado pelos estrangeiros.

No contexto, aceitar viver sob tais moldes representava, do ponto de vista cristão, uma recusa à verdade aprendida: a existência do mundo visível e invisível, constituído por Deus e regido por Ele (Siqueira, 2016). Ressalta-se a cosmovisão cristã que possuíam, de contemplar Deus em todas as criaturas, de enxergar Deus em todas as partes e levar Deus para todos os lugares, pois essa cosmovisão, em contato com o território e as vivências, trouxe novas funções e desígnios aos padres.

O estudioso desse momento português não pode se esquecer de que a História não se faz por rupturas, mas por processo contínuo, em que as experiências se ajustam, produzindo novas formas sociais. Não há como se estampar uma imagem fixa da realidade portuguesa quinhentista - um universo teológico-jurídico - retórico, moldurando-lhe definitivamente o modo de ser. Cada um destes aspectos e sua inter-relação se modificam no curso da História. A demarcação da cultura pelos parâmetros teológicos tanto pode abrigar uma interpretação rígida: dogmática e apologética, quanto uma interpretação “humanista” e espiritualista, de valorização e independentização do homem, quanto ainda uma interpretação misturada com tradições não-cristãs, atendendo mais a interesses do viver que a verdades acabadas. O universo teológico não é fixo, como tampouco o são o jurídico e o retórico (Paiva, 2012, p. 41).

Paiva (2012) nos direciona para esse cuidado de analisar as documentações. O olhar desse indivíduo da modernidade - como Anchieta, por exemplo -, foi marcado por parâmetros teológicos, os quais o levou a tomar atitudes questionáveis nos dias de hoje. As permanências religiosas ocorreram durante o tempo em que os portugueses estiveram na América. Assim como os portugueses tinham seus parâmetros, as diferentes sociedades indígenas também os possuíam.

Não há como negar que o estranhamento foi mútuo. A verdade cristã não foi buscada, mas imposta. Muitos nativos evitaram a catequização e recorreram à violência para repeli-la.

Os grupos indígenas integrantes de uma sociedade bélica buscaram estabelecer contatos comerciais por meio de alianças e não, necessariamente, pela religião.

Em lugares onde a aquisição de armamento europeu, por parte dos índios, não encontrava fortes empecilhos, deram-se mesmo casos em que a indústria do arco e da flecha veio a decair e foi rapidamente esquecida. Bem providos de armas de fogo e bem municiados, eles podiam enfrentar muitas vezes o europeu com iguais recursos, sem falar na vantagem de conhecerem melhor o terreno. O perigo que isso representava tornou-se logo patente, e em muitos casos as nações conquistadoras procuravam impedir, mediante penalidades severas, o fornecimento de armas de fogo aos índios (Holanda, 1994, p. 65-66).

A citação aponta para uma direção significativa, frequentemente negada pelo habitante europeu: a intencionalidade indígena. Se há intencionalidade, não há submissão, não há inércia. Isso significa que, ao contrário do que foi difundido nas narrativas portuguesas, os indígenas não foram passivos diante das imposições e tampouco receptivos à submissão. Pelo contrário, demonstraram isso nas ações que não foram consideradas pelos europeus ao venderem armamentos, pois estes acreditavam na inferioridade dos povos e na falta de habilidade de uso ou até mesmo de resistência contra eles.

As discussões realizadas nos levam a diferentes intencionalidades e à forma como essas ações foram testemunhadas por diversos indivíduos. Neste último trecho, buscamos abordar vários aspectos sobre o contato dos moradores de São Paulo com as questões administrativas da Coroa Portuguesa e as ações jesuíticas no território. Discuti-los nos proporciona um leque de possibilidades de diálogo com diferentes personagens, considerando a importância que cada um dos grupos teve na transmissão de ideias e costumes no planalto.

Todas essas perspectivas foram, portanto, relevantes na narrativa de São Paulo quanto à permanência dos costumes e à reprodução de hábitos portugueses em um território distante. Ao longo da discussão, evidenciamos que os jesuítas estabeleceram relações com os indígenas, com o território da vila, com os colonos e com os oficiais da Câmara. Essas interações provocaram muitas mudanças no modo de vida e no território, e os jesuítas têm consciência desse fato.

Os primeiros que abriram caminho para estas terras, foram os nossos, para pregarem a luz do Evangelho aos índios e fundar uma aldeia de índios cristãos, onde está agora a vila. Não muito depois, os portugueses, persuadidos pelos padres e defendidos da ferocidade dos bárbaros, mudaram-se para ali. E atraídos pela fertilidade do solo, também emigraram para esse lugar muitos moradores da costa, de maneira que crescendo o número de moradores, os

padres lhes deram sítios para fazerem povoação por ser o local seguríssimo e ficarem livres das ciladas dos bárbaros (Leite, 2006, p. 290).

Enquanto historiador, mas também enquanto religioso, o jesuíta Serafim Leite (2006) destacou um fato significativo: sem o contato inicial dos jesuítas no território do planalto, os colonos teriam maior dificuldade em se fixar na região, uma vez que as alianças estabelecidas entre padres e moradores nativos facilitaram o processo. Percebemos a força e as consequências das ações dos padres sobre as demais atividades portuguesas. Essas ações faziam parte de uma série de orientações recebidas pelos padres durante suas formações. A orientação para viverem imbuídos na ideia de transformação do mundo onde estavam e morrerem em nome de uma ideologia pode não ser aceita nas discussões atuais, por ser considerada impositiva e repressiva às sociedades. No entanto, historiadores afirmam que foram essas ações que os distinguiram de quaisquer outras personagens nos territórios onde os portugueses tiveram contato (Paiva, 2012). As consequências de suas ações se estendem séculos após suas vivências.

Em vista das discussões realizadas, neste capítulo, buscamos demonstrar, a partir dos relatos dos oficiais e dos jesuítas, as duas primeiras categorias de análise, sendo uma delas a “normatização”, referente às questões administrativas, ao que deveria ser feito e ao funcionamento dos espaços. Abordamos como ocorreu a construção da vila e a importância dos jesuítas em todo o processo. Para tanto, discutimos o surgimento da Companhia de Jesus, o foco missionário e o desenvolvimento dos aldeamentos no planalto.

Após toda a análise, avançamos para o segundo tópico de nossa metodologia: a “violação”. Presente em todos esses processos, procuramos demonstrar neste capítulo que essa segunda categoria caminhou lado a lado com a “normatização” em São Paulo. Conseguimos evidenciar que, nos séculos XVI e XVII, ocorreram diferentes violações no modo de ser português. Percebemos que essas mudanças foram progressivas, pois, à medida que esses grupos passaram mais tempo no planalto, em contato com os grupos locais, as mudanças tornaram-se mais significativas.

Iniciadas e registradas nas documentações camaristas e nas cartas jesuíticas, compreendemos que o capítulo fornece um panorama abrangente sobre a vila de São Paulo, além de nos oferecer a base para o desenvolvimento da terceira categoria de análise, denominada “integração”. Os grupos sociais - jesuítas e colonos - ancorados em um território novo, foram os protagonistas dessa análise. Tentamos demonstrar as bases ideológicas e administrativas, o desejo e a movimentação do grupo de um território para outro. Esses

personagens que chegaram são excêntricos diante de um espaço que possuía sua movimentação singular há milênios.

São grupos incomuns, vindos de outro continente, que se deparam com uma realidade diferente aos seus olhos, mas que, para os que viviam nela, não passava de algo corriqueiro e ordinário. O sertão era comum, o contato entre os diferentes espaços indígenas também. Nesse momento, a terceira categoria de análise entra em cena, a “integração”, que será abordada nos próximos capítulos. Avaliaremos como se deu esse processo para o indivíduo excêntrico e como ele enfrentou esse momento tão comum para a maioria daqueles que viveram no território, mas ao mesmo tempo tão desafiador para eles. Inicialmente confluentes, as motivações dos colonos e jesuítas se subdividiram, pois a realidade foi interpretada de tantas maneiras diferentes, gerando novas e, certamente, excessivas expectativas.

## **2. VIVÊNCIAS E TENDÊNCIAS: O PROCESSO CIVILIZATÓRIO NO PLANALTO DE PIRATININGA**

A região que hoje conhecemos como São Paulo recebeu seu nome graças à presença dos jesuítas que cruzaram o Atlântico em direção aos trópicos no século XVI. Situada em território indígena, essa localidade estava envolta pela imponente Serra do Mar, uma cadeia montanhosa de aproximadamente 1000 km de extensão e altitudes variando entre 1200 e 2200 metros acima do nível do mar. Além disso, a proximidade com o Oceano Atlântico a separava das demais vilas no litoral.

Os jesuítas reconheceram que o planalto representava um ponto estratégico para se aproximar dos habitantes nativos. Estabelecer moradias facilitaria o alcance de seu principal propósito: a catequização e difusão do cristianismo entre os gentios, que desconheciam a religião portuguesa. Por meio de acordos e parcerias intermediadas por João Ramalho, um degredado luso que já residia no local antes da chegada dos clérigos, estabeleceram relações com os Tupiniquim locais. Mesmo sendo português, Ramalho, ao entrar em contato com os clérigos, revelou sua integração à vivência nativa já na década de 1550. Viveu de acordo com os costumes locais, inclusive praticando a poligamia, algo contrário à monogamia cristã; uma de suas esposas era filha do cacique Tupiniquim (Leite, 2006).

Apesar de a nova vida de Ramalho não ter sido aprovada pelos religiosos, eles precisaram desconsiderar esse fato por um momento para obter sua ajuda. Sua mediação e assistência foram de muita importância para o futuro dos padres na região. A construção do colégio de Piratininga, o estabelecimento de moradias e a implantação da organização administrativa ocorreram por meio dessa ponte de acesso feita por Ramalho. E, embora as colaborações não tenham se mostrado totalmente sólidas nos anos seguintes, foram decisivas nesse primeiro contato no século XVI.

Fizemos esta breve introdução para demonstrar que, apesar dos registros da Câmara e da execução de normas de Portugal que já estavam em curso, outros movimentos ocorriam simultaneamente. A presença de Ramalho aponta para uma situação relevante, para o fato de que, ao se relacionar com as pessoas do planalto e conviver com o território e os sertões, ele passou a realizar ações diferentes do modo de ser português. Essa personagem foi uma das figuras importantes de nossa pesquisa, pois a partir das atitudes de Ramalho suspeitamos que poderiam existir outras pessoas em São Paulo que também tiveram diferentes trajetórias de vida. Justamente pela existência dessas diferentes versões, elas contribuíram para o desenvolvimento de uma nova identidade no planalto.

Buscaremos analisar a perspectiva da mudança a partir de dois fatores: a vivência no planalto de Piratininga e o contato com os sertões e seus aprendizados. Temos consciência de que essa ação formadora de identidades ocorreu em diferentes perspectivas e regiões do território brasileiro. Como cada local possui suas particularidades, entendemos que seria desafiador elaborar uma teoria que comprovasse a existência de uma única identidade para todo o Brasil. Ao longo da pesquisa, consideramos como certo que o país foi palco da formação de diversas identidades. No entanto, para nosso recorte teórico, decidimos que esta pesquisa se propõe a abordar a realidade histórica na vila de São Paulo nos séculos XVI e XVII, sem a intenção, neste momento, de abranger ou aprofundar-se em ocorrências semelhantes em outras localidades além do planalto.

Vemos a vila de São Paulo como um local de eventos singulares que conduziram a mudanças no estilo de vida dos moradores, afastando-se do padrão de hábitos e valores típicos portugueses. Caso produzíssemos uma narrativa histórica utilizando apenas os conhecimentos gerais históricos da formação do Brasil, esta história tenderia a qualificar a vila como mais um dos territórios portugueses que era habitado por indivíduos moralmente lusos que trocaram de continente e permaneceram sem mudanças até a organização dos movimentos de independência do século XIX.

Neste capítulo, nosso objetivo é destacar as transformações na vila de São Paulo, considerando a realidade local, as sociedades indígenas e as ações morais dos padres jesuítas. Buscaremos compreender como se deu o processo civilizador, conforme proposto pelo sociólogo Norbert Elias, na vida dessas pessoas e aplicado no território pelos religiosos portugueses. Não somente isso, mas também iremos perceber as nuances entre as práticas religiosas realizadas e como o cotidiano e a realidade do planalto colaboraram para que essas ideias fossem implementadas de forma mais lenta. Para tal, utilizaremos como referência teórica as valiosas pesquisas de Sérgio Buarque de Holanda (1994; 2014) e John Manuel Monteiro (1984; 1994) sobre o habitante do planalto e a construção desse novo indivíduo durante os séculos XVI e XVII, época em que a expressão “ser brasileiro” ainda não existia na mente desses moradores, mas que eles próprios já não performavam identidades portuguesas como se esperava.

## **2.1 As vivências: conhecendo o planalto de Piratininga nos primeiros anos**

Ao chegarem ao Brasil, os invasores europeus realizaram a inspeção inicial, fizeram uma síntese sobre a situação etnográfica quinhentista, e só propuseram ações administrativas

quase 50 anos após sua chegada. Autores como Holanda (1995) entendem que os portugueses vieram buscar riquezas na América, mas riquezas que lhes custaram somente ousadia e não trabalho (Holanda, 1995).

A partir das discussões realizadas, desconfiamos dessa afirmação, tendo em vista o esforço que fizeram durante a empreitada em um novo território. Construíram espaços para suas ações, fizeram alianças e estabeleceram conflitos com os moradores da terra. Entendemos que, inicialmente, não era objetivo dos lusitanos fincarem raízes no território americano para a produção de grandes monoculturas. O objetivo inicial era o comércio com o Oriente e a chegada na América foi uma das consequências desse processo comercial.

Entretanto, com o decorrer dos anos, diversos portugueses foram chegando ao território e aplicando o conhecimento mercantil no espaço, buscando lucratividade. Inclusive sabemos que não realizaram suas ações sozinhos. Para que as plantações das fazendas acontecessem, os lusitanos se apoiaram na mão de obra dos habitantes nativos, por meio da escravização. De início, a ideia de recriação das concepções portuguesas em território americano era algo que estava posto para os lusitanos, que não mediram esforços para que isso fosse possível. “Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história” (Holanda, 1995, p. 46-47).

São Paulo nasce no século XVI como uma vila, vinculada à Coroa Portuguesa, com a finalidade de representar mais uma das unidades luso-administrativas. Reunidos por meio de uma Câmara, os representantes encontravam-se para discutir formas de manter a posse das terras e os formatos de controle social. A Câmara foi o contato mais próximo das ideias lusitanas que seus moradores tiveram no cotidiano, responsável por promover a construção do vilarejo e a organização dos indivíduos, fossem portugueses ou não.

Nas reuniões, os camaristas apresentavam os problemas cotidianos e buscavam alternativas para resolvê-los. Na maior parte das vezes, conseguiam apenas medidas paliativas diante dos problemas próprios de um processo de colonização imerso em adversidades. A diferença de hábitos e costumes entre os moradores, oriundos de etnias distintas, não colaborou para que se estabelecesse um consenso na vila sobre as necessidades e exigências impostas pela Coroa Portuguesa.

A tradição e a experiência foram situações divergentes em toda a história da vila paulista. Era esperado que as ações dos colonos, mesmo fora do espaço de origem, se baseassem na total e constante obediência na formação identitária portuguesa. É difícil compreender esse conceito, já que para nós parece alto e impraticável ouvir ordens governamentais e agir sem

questionar. Parece algo impraticável, em razão da nossa instabilidade constante da vida social (Holanda, 1995).

Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência - obediência cega, e que difere fundamentalmente dos princípios medievais e feudais de lealdade - tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência (Holanda, 1995, p. 39).

Entendemos que a organização social e política portuguesa era estruturada e baseada na obediência absoluta, independentemente de onde os indivíduos se encontravam. Na Europa, na Ásia ou na América, os residentes de Portugal eram porta-vozes de características que representavam as atitudes que eles acreditavam colocá-los em posições elevadas dentre outras nações modernas.

Na contramão das expectativas portuguesas, a vila de Piratininga não seguia o esperado. O planalto caminhou em direções tortuosas na construção de uma sociedade produtiva aos olhos do Velho Continente. A administração lusitana ofereceu condições mínimas de sobrevivência, incentivando a população a buscar novas formas de viver. Portugal esperava que os habitantes aqui residentes encontrassem meios de desenvolver objetivos comuns de crescimento e progresso, autossustentando-se e, obviamente, enviando à Coroa recursos “dignos e esperados” de uma colônia. No entanto, a vila de Piratininga evidenciou resultados um pouco diferentes.

O objetivo deste subtópico é destacar a dicotomia entre o que era esperado dos moradores e a relação deles com a vida no planalto, a partir das ações e narrativas dos colonos e dos padres jesuítas. De acordo com Holanda, (1995), a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora, em geral, os traços de outras culturas quando estas encontram possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Logo, entendemos que, apesar da ideia de uma obediência inquestionável, a aprendizagem dos colonos baseou-se em aspectos que não foram levados em consideração pela administração portuguesa, portanto, dignos de questionamento e proibições.

### 2.1.1 Aprendendo a sobreviver no planalto

A região de Piratininga destacou-se no modo de vida e em suas organizações diárias em comparação com as vilas litorâneas portuguesas. O contato mais próximo com territórios e

grupos desconhecidos gerou na vila de São Paulo preocupações diferentes daquelas que havia entre os moradores de Santos e São Vicente. Por conseguinte, a sociedade manteve-se em uma situação de instabilidade, resultado da combinação entre o desconhecido e os nativos, além de promover maior interação entre os recém-chegados e a população local (Holanda, 1995). Segundo Holanda (1995), essa oscilação não foi tão problemática para os lusitanos porque já eram portadores naturais da conquista.

Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram, segundo o conceito generalizado na era quinhentista [...] (Holanda, 1995, p. 43).

Os portugueses acreditavam na ideia mencionada anteriormente e internalizaram o fato de que era responsabilidade deles facilitar o acesso de outros povos ao modo de ser e viver lusitano. Esses indivíduos tiveram que adotar diferentes abordagens, dependendo do espaço em que se infiltravam. Considerando nossa discussão para a Capitania de São Vicente, os moradores perceberam, logo nos primeiros anos, que a possibilidade de riqueza deveria ser buscada nos movimentos de expansão e não apenas em grandes propriedades rurais, comuns na região e nas capitanias do nordeste. Os pretextos acima apontados por Holanda (1995) justificaram a existência e as características da vivência portuguesa em território americano, com nuances específicas em relação aos moradores do planalto de Piratininga. “Para eles [os colonos], o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes...” (Holanda, 1995, p. 32). Importante observar essa citação, pois essas características serão estudadas posteriormente em relação aos habitantes de São Paulo.

Aos poucos, os sertões e suas vivências exerceram maior influência no cotidiano do povo de São Paulo do que a própria reprodução dos costumes e da moralidade portuguesa em si (Holanda, 2014). Ao se depararem com a realidade e as promessas de um território repleto de riquezas, precisaram abandonar as comodidades e tudo aquilo que entendiam como o padrão do território português, substituindo-os pela familiaridade com o agreste, a aprendizagem das vias de comunicação e a resistência à fome, sede e cansaço.

[...] o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminhantes, nessas

veredas estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em “fila índia”, a só contar com as suas próprias forças, durante o trajeto. Salvo na proximidade imediata das maiores povoações, nenhum progresso fundamental será possível, antes que se generalize o emprego de cavaleiros ou muarens, para extensos percursos (Holanda, 2014, p. 43).

Holanda (2014) descreve uma vivência bastante distinta da vida portuguesa e aponta para situações diferentes do que havia sido planejado. Para isso, foi necessária uma compreensão baseada nos instintos dos moradores nativos, que os auxiliaram na produção e retirada de alimentos, além da caminhada, seja por via terrestre ou fluvial, por caminhos estreitos. Ter familiaridade com o espaço era decisivo, pois os indivíduos precisavam desse conhecimento para compreender a utilização dos recursos naturais, fossem medicinais ou comestíveis, presentes em seu entorno. O abandono do uso de calçados ao caminhar evidencia a mudança, a adaptação necessária ao ambiente. Não somente isso, mas também evidencia a falta desses objetos europeus no cotidiano.

Todas essas mudanças não significaram a ausência da sociedade portuguesa no planalto, mas sim que os costumes lusitanos tiveram menor força e influência, quando comparados com as demais vilas litorâneas da capitania de São Vicente, devido à realidade apresentada. As técnicas e tradições europeias tiveram um alcance mais significativo apenas séculos após a fundação do território de São Paulo, quando os moradores já estavam habituados ao espaço e puderam ressignificar as normativas portuguesas, produzir novos significados até para as questões administrativas. Nesse processo de diferentes realidades, os grupos indígenas aliados se tornaram guias para esses novos moradores.

Holanda (2014) argumenta que a distinção de Piratininga, vila localizada além da Serra do Mar, em relação às outras regiões litorâneas residia na carência. Os habitantes conviviam com a sensação de isolamento e com a inexistência de administração e fiscalização ativas por parte dos responsáveis. Os capitães e ouvidores, nesse momento, dedicavam mais atenção às capitanias do nordeste e à produção açucareira do que às capitanias de baixa produção. Nesse contexto, o movimento em direção ao sertão em busca de riquezas emergiu devido à falta de acesso a produtos, à certa autonomia gerada pela ausência dos administradores e à busca por melhores condições de vida.

Diante dessa situação, alguns historiadores como Sérgio Buarque de Holanda (1995) argumentam que Portugal foi um dos poucos reinos europeus preparados para iniciar um processo de tomada de territórios, pois tinha predisposição e familiaridade com a ideia de se aventurar e extrair riquezas. Holanda (1995) caracteriza essa forma de vida coletiva, com todas

essas particularidades, como o tipo aventureiro. Para o indivíduo que ignora os processos intermediários do trabalho, o ideal seria colher o fruto sem precisar plantar a árvore e aguardar os resultados. Em outras palavras, para o autor, os indivíduos que chegaram à América não tinham a intenção nem agiram de forma a utilizar o território, mas apenas a retirar suas riquezas.

O contrário desse perfil é o tipo trabalhador, um indivíduo que se concentra nos desafios para alcançar o resultado desejado. Segundo Holanda (1995), esse indivíduo colhe os resultados do que ele mesmo realiza, algo que demanda muito mais tempo para obter resultados do que o tipo aventureiro, por exemplo. Por sua vez, o aventureiro está mais disposto a seguir pegadas sem ter um planejamento definido.

Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes (Holanda, 1995, p. 44).

Por meio dessa discussão percebemos como o tipo aventureiro fez parte do cotidiano da vila de São Paulo. Segundo Holanda (1995), tanto o tipo aventureiro quanto o tipo trabalhador existem, em maior ou menor grau nos indivíduos, mas não possuem existência real, de forma pura; somente no campo das ideias. Entretanto, as características do tipo aventureiro foram importantes no planalto, em um espaço desconhecido que diferia da organização social portuguesa.

O local e a época forneceram motivos para gestos e façanhas audaciosos, por isso, o tipo aventureiro foi predominante não só em São Paulo, como também na organização do território brasileiro em geral. De acordo com Holanda (1995), o tipo aventureiro auxiliou no processo de organização e, com o passar dos anos, tal perfil tomou formas cada vez mais específicas e gerou a identidade do morador da vila. Foi nesse ambiente propício que o tipo aventureiro fez seu lar e história no planalto de Piratininga.

O desenvolvimento desta teoria auxilia na configuração do perfil do morador da vila de São Paulo, mas suscita questionamentos quando tentamos aplicar a mesma teoria em outras capitâneas, como as do Nordeste, por exemplo. Como afirmado anteriormente, nosso propósito aqui não é analisar demais vilas e capitâneas da América; compreendemos seus distanciamentos e particularidades. Entretanto, a abordagem teórica aqui utilizada nos exige certa justificativa. A postura de Holanda (1995) demonstra que o tipo aventureiro prevalece na organização administrativa portuguesa na América. Isso implica que, para o pesquisador, foi o tipo aventureiro que estruturou o território e por esse motivo é que não houve uma organização, de

fato, no território americano. Holanda (1995) qualifica a moradia portuguesa na América como pouco organizada e sem profundos interesses dos lusitanos em realizar um formato de vida mais sistematizado.

Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao “trabalhador”, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos. E não foi fortuita a circunstância de se terem encontrado neste continente, empenhadas nessa obra, principalmente as nações onde o tipo do trabalhador, tal como acaba de ser discriminado, encontrou ambiente menos propício (Holanda, 1995, p. 45).

O português possuía pouca inclinação para o trabalho, ao menos para o labor sem compensação próxima (Holanda, 1995); e apesar da escassa propensão ao trabalho físico e braçal, mostrou-se apto para a busca de bens materiais em outros continentes. Holanda (1995) demonstra que a ânsia pela prosperidade sem custo, de posições e riquezas fáceis, é uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura, do tipo aventureiro. Para ele, o lusitano veio à América buscar riqueza, mas uma riqueza que custasse ousadia e não labor: “A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos” (Holanda, 1995, p. 49).

Esse posicionamento de Holanda (1995), contido em uma de suas obras mais aclamadas - *Raízes do Brasil* - é a afirmação da prevalência do perfil aventureiro na organização lusitana no continente americano. Apesar de utilizarmos a ideia para qualificar e justificar o desenvolvimento do perfil do planalto de Piratininga, observamos que não faz jus a todas as capitânicas do Brasil e seria um erro entendê-las dessa maneira.

Acreditamos que a capitania de Pernambuco, por exemplo, não teve uma organização baseada predominantemente no tipo aventureiro. José Antônio Gonsalves de Mello, historiador e autor de mais de 30 livros, organizou um compilado de cartas trocadas entre moradores da América e a Europa, nas quais se encontram correspondências escritas por Duarte Coelho. Capitão donatário, Coelho registrou momentos importantes da história da capitania. Em suas cartas endereçadas ao rei no século XVI, além de demonstrar as dificuldades encontradas no território que lhe foi designado, registrou também o árduo trabalho de organização, plantio e produção da cana de açúcar na região nordestina.

Pelo capitão dos navios que daqui mandei o mês de setembro passado, dei conta a Vossa Alteza de minha viagem e chegada a esta Nova Lusitânia e do que aqui era passado. Depois meti-me, Senhor, a dar ordem ao sossego e paz da terra, com dádivas a uns e apaziguando a outros porque tudo é necessário.

E assim dei ordem a se fazerem engenhos de açúcares que de lá trouxe contratados, fazendo tudo quanto me requereram e dando tudo o que me pediram, sem olhar a proveito nem interesse algum meu, mas a obra ir avante, como desejo. Temos grande soma de canas plantadas, todo o povo, com todo trabalho que foi possível, e dando a todos a ajuda que a mim foi possível, e cedo acabaremos um engenho muito grande e perfeito, e ando ordenando a começar outros. Praza ao Senhor Deus que me ajude segundo Sua grande misericórdia e minha boa intenção (Mello, 1997, p. 97).

No pequeno trecho destacado, visualizamos três situações contundentes: a região baseou-se na monocultura como forma principal de organização; o capitão buscou obter a hegemonia das terras em relação aos grupos nativos existentes e que a fala de Duarte Coelho procurou justificar as ações que lhe foram designadas em primeiro plano pela Coroa Portuguesa. Essas três realidades apontam para a predominância do tipo trabalhador na capitania de Pernambuco e não o contrário. Os portugueses precisaram criar uma organização fixa que pudesse auxiliá-los na produção açucareira e na administração dos escravizados, e isso dependia de um contato intenso do capitão com as vilas e seus engenhos.

Nesse sentido, a teoria de Holanda (1995) conflita com a documentação produzida no período. Realmente, São Paulo foi uma vila que, ao menos nos séculos XVI e XVII, não teve foco na monocultura e no desenvolvimento agrícola, abrindo espaço para aventureiros em busca de riquezas nos sertões. Entretanto, o mesmo não pode ser observado em Pernambuco. O tipo trabalhador teve destaque naquela capitania durante os séculos seguintes. Entendemos a importância da teoria de Holanda (1995), mas também compreendemos suas limitações. O perfil aventureiro fez parte da organização portuguesa tanto quanto o perfil trabalhador. Limitar o português como tipicamente aventureiro é restringir as ações lusitanas na América. Portanto, o tipo aventureiro existiu com muita força na capitania de São Vicente, assim como o tipo trabalhador na capitania de Pernambuco.

Diante das colocações, sabemos da importância e do mérito pessoal para com as ações da vila. As ações aventureiras foram o destaque da vivência dos moradores de São Paulo.

Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexecutáveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que - afirmava Gabriel Soares - a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. Alguns, como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo, segundo nos referem testemunhos do tempo. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo

aos matos. A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circumspecta sob novo clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora. Com essa nova disposição, importada por sua vez da Ásia oriental e que substituiu com vantagem, em nosso meio, o tradicional pátio mourisco, formaram o padrão primitivo e ainda hoje válido para as habitações europeias nos trópicos (Holanda, 1995, p. 46-47).

Destaca-se a notável habilidade que os portugueses e seus descendentes tiveram que ter durante sua estadia na região de Piratininga. Aqueles dispostos a viver no local precisavam ter uma certa flexibilidade para encontrar soluções criativas diante da falta de produtos europeus. O donatário do Espírito Santo, por exemplo, aprendeu com os nativos a reconhecer bebidas nativas e mascar fumo, incorporando esses costumes ao seu cotidiano. Outras situações como a utilização de instrumentos de caça, pesca e técnicas agrícolas, bem como o emprego de embarcações, indicam o contato constante dos moradores da vila com os conhecimentos nativos.

Por fim, compreendemos que os dois tipos ideais delineados por Holanda (1995) - seja o aventureiro, seja o trabalhador - manifestaram-se em diferentes graus nos indivíduos que chegaram à América, desempenhando papéis decisivos na organização do território. Em São Paulo, o tipo aventureiro desempenhou um papel relevante para a vivência e sobrevivência dos moradores no cotidiano. Contudo, reconhecemos que não foi exclusivamente o tipo aventureiro que contribuiu para a organização social da vila. Estamos conscientes de que a aprendizagem com os nativos, mencionada na passagem anterior, destaca um fato: a organização da vida na região do planalto dependeu da constante presença dos grupos nativos do território. Isso significa que o tipo aventureiro observou e aprendeu com a vida indígena, utilizando-a como fonte de conhecimento e disseminação de saberes na vila. Se essa integração não tivesse ocorrido, as bases da identidade de São Paulo seriam diferentes. O tipo aventureiro não subsistiu apenas pela sua astúcia e aspereza, mas também por saber dialogar e estabelecer alianças com os grupos indígenas. Se essa colaboração não tivesse ocorrido, a sobrevivência dos invasores estaria seriamente comprometida.

### 2.1.2 Aprendendo a se comunicar no planalto

Em relação às formas de vida coletiva, a comunicação foi e continua sendo uma das bases do funcionamento de uma organização social. Neste contexto, é relevante lembrar que os indivíduos europeus passaram por adaptações expressivas ao se estabelecerem em diferentes regiões da América, cada uma com características distintas. Na região de Piratininga, com a

chegada dos portugueses, a situação manteve-se oscilante, pois as tentativas de reproduzir os espaços organizacionais esperados na Europa não tiveram tanto êxito quanto desejado. Na busca pela sobrevivência, os moradores estabeleceram um extenso intercâmbio com os grupos indígenas, embora persistisse a ideia da inferioridade nativa no cotidiano, acompanhada pela recusa insistente em reconhecer a igualdade entre os grupos nas diferentes documentações produzidas.

Apesar da resistência, as ações de cunho aventureiro em São Paulo foram incentivadas pela vida dos moradores locais. Num primeiro momento, as narrativas do período não se preocuparam em entender as diferenças étnicas dos habitantes. Foram simplistas e práticas: dividiram os indígenas em aliados e conhecidos - os tupis - e pouco conhecidos e/ou inimigos - os tapuias - em relação aos portugueses. Além disso, a sociedade Tupiniquim estava segmentada, o que promovia ações bélicas (Monteiro, 1994). A comunicação entre europeus e moradores, além de complexa, deparava-se não apenas com uma, mas dezenas de famílias linguísticas distintas.

Por isso a importância da presença de João Ramalho para o povoamento do planalto: ele selou a aliança entre grupos de pessoas europeias com grupos de indivíduos americanos. O principal assentamento luso-Tupi cresceu em torno da aldeia de Ramalho (Monteiro, 1994). Num primeiro momento, a sobrevivência dos moradores, jesuítas ou colonos, se envolveu diante da produção alimentícia Tupiniquim, apesar de ser oferecida de forma esporádica e limitada. Sem esta ajuda, provavelmente não teriam conseguido se erguer e estabilizar na região. “Sem os guias indígenas, os sertanistas portugueses dificilmente achariam índios para escravizar e, pior para eles, morreriam de fome no processo” (Monteiro, 1984, p. 38).

Os nativos tiveram papéis de protagonistas durante a estabilização dos portugueses na região do planalto no século XVI e os auxiliaram desde a construção de igrejas, até em fornecimento de mantimentos. A formulação das histórias indígenas não foge da dinâmica do período, já que participaram ativamente do processo. Professor de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Lucio Tadeu Mota estuda e analisa as sociedades indígenas enquanto protagonistas de suas próprias histórias, longe de serem reféns dos ideais e vontades lusitanas.

No caso das sociedades indígenas, são processos que devem ser percebidos dentro das dinâmicas e conflitos inerentes ao sistema e na sua inserção na situação colonial, pois a metrópole e a colônia estão interligadas, e as sociedades não podem escapar dos impactos e de suas relações com o mundo exterior, mesmo que sejam relações assimétricas e constituídas entre desiguais. (Mota, 2014, p. 7).

Portanto, percebemos que os grupos indígenas sofreram o impacto dessas relações sociais, assim como os colonos provenientes da região ibérica. Sociólogo e político paulista que se dedicou ao estudo das sociedades indígenas, Florestan Fernandes<sup>21</sup> (1963, p. 27) aponta que os Tupinambás, em meados de 1531, forneceram estoque de alimentos necessários à nutrição de 400 pessoas durante um ano todo nas regiões do Brasil. Serafim Leite (2006), em outro exemplo, encontra nos escritos de Manoel da Nóbrega relatos de que os padres, quando chegaram na região da capitania de São Vicente no século XVI, avistaram a casa da igreja já pronta, a qual o chefe dos Tupiniquins, Tibiriçá, ajudou a construir com suas próprias mãos. Considerar o modo de vida dos nativos da região é um meio de percepção do período quinhentista e seiscentista.

As narrativas do período, entretanto, devem ser observadas com um olhar historiográfico. Apesar de os escritos jesuíticos afirmarem que a ajuda dada pelos indivíduos nativos foi uma resposta à compreensão e amor à ideia cristã, John Monteiro (1994) analisa sob outra ótica.

[...] É verdade que, em meados do século XVI, as relações de troca chegaram a florescer, mas cada parte atribuía-lhes um sentido radicalmente distinto. A oferta de gêneros por parte dos índios não foi - como querem Alexander Marchant e outros autores subsequentes - uma simples “resposta” econômica a uma situação de mercado. Muito pelo contrário, tanto a aquisição quanto a oferta de “mercadorias” devem ser compreendidas mais em termos de sua carga simbólica do que por seu significado comercial. Tomadas fora de contexto, as observações dos jesuítas acima citados podem conduzir a uma noção equivocada sobre a produção indígena nesta conjuntura crucial [...] (Monteiro, 1994, p. 32).

Algo mencionado pelo autor é o fato de que as visões de vida dos nativos em relação a quem estava chegando eram diferentes. Baseadas em outros formatos de vida, as trocas realizadas expressam essas diferenças. O interesse indígena em fornecer alimentos aos portugueses ia além de um desejo mercantilista por lucros, visão essa que não fazia parte do imaginário local.

Ressalta-se que as alianças não foram feitas pela inocência dos indígenas às ideias cristãs e europeias. Pelo contrário, surgiram a partir de contextos de instabilidades e conflitos entre diferentes grupos. Os nativos que se aliavam com os portugueses também tinham suas intenções. “Cientes da rebelião das facções Tupiniquim contra os aliados portugueses, os

---

<sup>21</sup> Florestan Fernandes (1920-1995) foi um sociólogo, professor universitário, colunista e deputado brasileiro. Participante da Constituinte de 1988, é considerado um dos precursores da sociologia crítica no Brasil.

Tupinambá enxergaram a oportunidade de estabelecer uma aliança com os portugueses para combater seus rivais tradicionais - os Tupiniquim” (Monteiro, 1994, p. 40). Nessa citação utilizada por Monteiro, o próprio padre José de Anchieta confirma a informação de que os grupos “aliados” possuíam grandes desejos de guerrear com seus inimigos e, por isso, se aliaram com os portugueses.

O contexto das alianças precisa ser analisado sob ângulos sutis. Em várias ocasiões, os camaristas vislumbraram nos acordos entre os moradores da vila e os indígenas oportunidades para se justificarem quanto à busca pelo apresamento, proibida pela Coroa portuguesa. Isso porque relatos na Câmara afirmam que os indígenas abandonavam suas alianças com a mesma rapidez com que as estabeleciam (Atas, 1967). Ou seja, como os nativos não cumpriam sua parte do acordo, era dever da população de São Paulo prevenir suas ações. Aprisionar esses indivíduos e obrigá-los a seguir a fé cristã seria uma ação meritória, premissa dos conceitos de guerra justa.

Devido a essa instabilidade e incongruência de ações, os dois grupos, colonos e moradores indígenas, encaravam os conflitos armados como uma solução para a organização social deles; nesse caso, os habitantes de São Paulo utilizavam a guerra para justificar o trabalho escravizado de indígenas. Vale lembrar que o mundo bélico já existia nos territórios americanos antes mesmo da chegada dos europeus. Com a aprendizagem local, os moradores foram compreendendo que a guerra seria uma maneira de alcançar o resultado almejado, mesmo que por meio da força.

A ideia mencionada anteriormente pode ser confirmada pela documentação da Câmara. Em abril de 1585, Jerônimo Leitão recebeu um requerimento feito pelos oficiais da Câmara das vilas de São Vicente para que se autorizasse a captura de grupos indígenas. De acordo com os relatos, o grupo carijó atacava não apenas os moradores da vila, mas também jesuítas e seus aliados Tupiniquim.

Requerim<sup>to</sup> e protest<sup>on</sup> q̄ os officiaes das camaras das villas desta capit<sup>a</sup> de sam v<sup>te</sup> fazê ao sor capitão jer<sup>o</sup> leitão como a pessoa q̄ esta en lugar do sor p<sup>o</sup> lopez de souza g<sup>dr</sup> desta capit<sup>a</sup> de sam vi<sup>te</sup> por sua mag<sup>e</sup> [...] q̄ agora não hay morador q̄ tão som<sup>te</sup> posa fazer rocas p<sup>a</sup> se sostentar quanto mays fazer canaveais os quais deixão todos perder a mingoa de escraveria e a terra vay em tanta deminuição q̄ já se não acha mantimêto a comprar o q̄ nunca ouve ate agora e isto tudo por causa de os moradore não terem escraveria com que prantar e beneficiar suas faz<sup>das</sup> como sohião fazer pella quall rezão requeremos ao sor capitão da parte de deus e de sua mag<sup>a</sup> q̄ sua merce con a gente desta dita capit<sup>a</sup> faca guerra campal aos indios nomeados carijos os quaes a ten a m<sup>tos</sup> anos merecida por terem mortos de quarêta anos a esta parte mays de conto e cinq<sup>ta</sup> homes brancos assi portugueses como espanhóis atee matarê padres da

compania de jesús q̄ forão aos doutrinar e ensinar a nosa santa fee catholica pella qual matanca q̄ asi fizerão e fazem cada dia esta m<sup>do</sup> m<sup>to</sup> tempo [...] (Atas, 1967, p. 275-276)<sup>22</sup>.

O trecho acima narra o ponto de vista dos moradores sobre a realidade de São Paulo. Segundo a ata, os moradores enfrentavam dificuldades para sobreviver e realizar seus plantios porque a vila estava sofrendo com os ataques de grupos indígenas carijós. Na teoria, afirmavam que eram compelidos a intervir em nome do bem maior; na prática, sabiam que, sob o ponto de vista temporal e econômico, todo o processo de plantio, comércio e lucros não ocorreria como esperado e na quantidade desejada caso não aplicassem o sistema escravista. Logo adiante, nessa mesma reunião, o requerimento aponta que o capitão anterior, Martim Afonso de Sousa, havia autorizado o apresamento anos antes por motivos semelhantes. Ao final, a ata ainda apela ao heroísmo ao afirmar que os Tupiniquim solicitavam que resolvessem o conflito.

[...] e são inimigos desses nosos indios topeniquis nosos amigos aos quaes cada dia dão guerra e elles nos pedem os socorramos contra elles das quaes matancas q̄ tem f<sup>ias</sup> en xp<sup>aos</sup> sen lho merecerem som<sup>te</sup> tudo p<sup>a</sup> os roubar e comer carne humana ten dado a morte a tantos homes [...] (Atas, 1967, p. 277)<sup>23</sup>.

Os dois trechos acima citados apontam para a parcialidade das atas e como os moradores se mostravam dispostos a justificar suas ações. Lembremo-nos que os conflitos contra diferentes grupos indígenas do território do planalto já estavam ocorrendo sem a autorização da administração portuguesa. Por isso, nos anos subsequentes a ata, houve novas tentativas e pedidos de justificativa para o apresamento indígena. Esse tipo de relacionamento conflituoso veio à tona em várias passagens da documentação camarista, por essa razão percebemos que a vila se organizou a partir dos interesses pessoais, mas também dos locais. A necessidade de aumento de produtividade gerou aos moradores a demanda por mão de obra, dada a visão de

---

<sup>22</sup> “Requerimento e protestos que os oficiais das Câmaras das vilas da capitania de São Vicente fazem, endereçadas ao senhor Jerônimo Leitão que está substituindo o senhor Pero Lopes de Sousa, governador desta capitania. Por agora não há morador que possa realizar plantios, fazendas para seu sustento, nem canaviais. As terras não se desenvolvem pela pouca quantidade existente de escravos que há no território e por essa razão os moradores não conseguem produzir mantimentos para vende-los. A situação ocorre porque os moradores não possuem escravos para que possam plantar e beneficiar suas fazendas como faziam em períodos anteriores. Assim, se pede para que o senhor capitão, em nome de Deus e de sua majestade, permita que os moradores da dita capitania faça guerra campal aos índios nomeados carijós. A guerra é merecida, já que em quarenta anos já mataram mais de cinquenta homens brancos, portugueses e espanhóis. Até mataram padres da Companhia de Jesus que foram os ensinar e doutrinar a nossa santa fé católica. Essa “matança” que fizeram ainda fazem desde muito tempo [...]”. (Transcrição nossa).

<sup>23</sup> “[...] (os carijós) são inimigos dos índios Tupiniquim, nossos amigos. Tendo ocorrido vários conflitos, eles pedem que os socorramos. Os carijós matam cristãos sem merecerem, apenas para roubarem suas riquezas e comer carne humana. Isso tem gerado a morte de muitos homens”. (Transcrição nossa).

inferioridade que tinham sobre os nativos, visualizaram na escravização várias possibilidades de suprir seus objetivos.

Seguindo essa linha de raciocínio, vamos abordar algumas considerações teóricas relevantes sobre o processo de povoamento dos portugueses na América antes de nos aprofundarmos nas informações encontradas nas documentações da vila de São Paulo. Autores renomados, como Sérgio Buarque de Holanda (1995), entendem que a organização colonial não exigiu dos indivíduos que migraram para o território um esforço metódico. Em outras palavras, os que chegaram ao território americano não se organizaram de maneira arranjada e planejada. Como esses novos habitantes estavam diante de um espaço desconhecido e imprevisível, segundo Holanda (1995), tornou-se mais necessário o indivíduo aventureiro e impetuoso, disposto a se aventurar e lidar com os desafios e imprevistos.

Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao “trabalhador”, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos. E não foi fortuita a circunstância de se terem encontrado neste continente, empenhadas nessa obra, principalmente as nações onde o tipo do trabalhador, tal como acaba de ser discriminado, encontrou ambiente menos propício (Holanda, 1995, p. 45).

Essa discussão aponta a ideia persistente de que o português tinha pouca inclinação para o trabalho, ao menos para o trabalho desprovido de uma recompensa imediata (Holanda, 1995). Apesar da relutância no trabalho físico, os colonos, em contato com os nativos, desenvolveram novas considerações sobre sua identidade. Como resultado, mostraram-se habilidosos na caça e na obtenção de bens materiais. A ânsia por prosperidade sem esforço, por títulos de nobreza, posições e riquezas fáceis foi uma das manifestações mais evidentes do espírito de aventura (Holanda, 1995).

Importante lembrar que essa análise também foi abordada por outros autores. Caio Prado Júnior (1961) sugere que a falta de organização na América decorreu de uma série de improvisações, devido ao desconhecimento dos portugueses sobre os territórios encontrados. Inicialmente, a colonização não era um objetivo para esses comerciantes, mas sim um obstáculo a ser contornado para a realização de seus planos. “É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e, inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis” (Prado Jr., 1961, p. 17-18). Seguindo essa linha de raciocínio, Caio Prado (1961) argumenta que nenhum povo da Europa estava em condições de habitar outras regiões devido às devastadoras consequências da peste que havia assolado o continente dois séculos antes.

Nestas condições, “colonização” ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses; holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante; como portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem o seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí (Prado Jr., 1961, p. 18).

No trecho citado, o autor discute como o conceito de colonização precisou ser alterado a partir do contato com a América, já que a colonização praticada anteriormente era caracterizada pelo estabelecimento de feitorias em áreas onde já havia uma urbanização semelhante àquela de Portugal. Prado Jr. (1961) ainda argumenta que a América exigiu um processo de ocupação em que seria necessário o estabelecimento de um povoamento para sustentar e defender as feitorias, além de organizar a produção comercial. E por essa razão, o autor acredita que esse processo foi tardio, pois os portugueses não desejavam realizar esse feito na região. A ideia de povoar a América surgiu quando decidiu-se adaptar os métodos de colonização às condições específicas. E isso levou certo tempo até tornar-se um fato para todos.

Tanto Holanda (1995) quanto Prado Jr. (1961) publicaram ensaios muito relevantes e marcantes para a historiografia brasileira; juntos, formaram uma nova vertente no que se refere à história do Brasil. Essa visão histórica foi aceita e perpetuada durante anos nas pesquisas acadêmicas e nos livros didáticos, mantendo-se presente até hoje. Para esses autores, a construção do território brasileiro baseou-se em ações espontâneas, principalmente de indivíduos que aprenderam a lidar com imprevistos e buscaram encontrar riquezas fáceis. O processo de feitorias mencionado por Prado Jr. (1961) mostra como os portugueses tentaram aplicar esse tipo de organização nas Américas.

Enquanto estudiosos desse período histórico, reconhecemos toda a importância desses pesquisadores e de suas contribuições para o desenvolvimento de nosso trabalho; assim como eles questionaram autores anteriores, também faremos o mesmo nas próximas discussões, pois entendemos que essa temática pode apresentar mais particularidades e possibilidades do que aquelas que haviam sido mencionadas.

Ao longo das leituras, observamos tentativas dos novos habitantes em estabelecer espaços que se adequassem às diretrizes estabelecidas pela Coroa (dentro das possibilidades que estavam dispostos a seguir). Especificamente, ao analisar as diversas atas redigidas nos séculos XVI e XVII, gradualmente elas indicavam rumos diferentes daquele sugerido por Holanda (1995) e Prado Jr. (1961). Em outras palavras, apesar das afirmações desses autores, o perfil trabalhador precisou se organizar e desenvolver estratégias de sobrevivência na região do planalto. Não apenas as atas, mas também as correspondências religiosas reafirmaram a presença do tipo trabalhador em vez do aventureiro. Essas cartas relatavam as adversidades enfrentadas pelos padres na região e o empenho deles em superá-las em prol da missão de catequização. Para isso, eles estabeleceram aldeamentos, instituíram escolas de catequização, construíram igrejas e supervisionaram as atividades dos moradores no planalto.

Diante das situações apresentadas por esses personagens históricos, tornamo-nos céticos em relação à ideia de que não houve estratégias de organização territorial, apenas impulsividade e ações exploratórias. Reconhecemos que a estratégia inicial - a aplicação das leis portuguesas e a organização - não se desdobrou como planejado, mas tampouco deixou de se concretizar, embora com implicações diferentes das esperadas. Portanto, com o intuito de analisar o perfil trabalhador na vila de São Paulo, examinaremos nas próximas páginas algumas situações presentes nas atas e nas cartas jesuíticas que evidenciam a presença desse tipo na organização da vila.

Uma das ações que evidenciam a presença do tipo trabalhador foi a construção e organização da vila, que se manteve em obras durante todo o período estudado. No início de 1583, os vereadores de São Paulo reuniram-se para aprimorar a logística territorial, organizando e criando caminhos que facilitassem o deslocamento dos moradores até o litoral. Como ainda eram poucos, a população foi dividida e cada um foi incumbido de realizar uma parte do trabalho.

Aos vinte e tres dias do mes de maio hera de mill e quinhentos e hoitemta e tres anos nesta vila de são paulo nas pouzadas do vreador jorge moreira por não aver quaza do conselho e estar quaida das cobertura nas ditas pouzadas forão juntos hos hofisiais hos abaixo asinados p<sup>a</sup> proverem e hordenarem allgumas couzas nesarias p<sup>a</sup> bem do povo a requerim<sup>to</sup> do procurador do conselho allvro neto e logo na dita quamara sendo juntos hos hofisiais hordenarão [...] que os caminho asi ho que vai p<sup>a</sup> ho mar como hos que vão p<sup>a</sup> ho mar como hos que vão p<sup>a</sup> houtras partes estavam mui sujos e que requeria a suas merces hos mãdasem alimpar e loguo pelos hofisiais foi detreminado a requerimento do procurador do conselho ã p<sup>a</sup> menos opresão do povo q̄ esta vila pasava de sem moradores e tem simco hou seis caminhos e hũa pomte p<sup>a</sup> fazer q̄ suas merçes os repartisem de maneira que eles se fizesem todos e hũ

dia e isto p<sup>a</sup> avitar as aprizois como dito he e loguo pelos ditos hofisiais foi hordenado que ho caminho de hipirangua que he quaminho do mar hos que latem fazemdas da bamda de hipirangua // comvem a saber ãt<sup>o</sup> de proêça bertolameu fíz e belchior da costa dominguos lois fr<sup>co</sup> teixeira dominguos glz guaspar nunes e fr<sup>co</sup> de britto he tera quarego de os chamar e dar lhe ho dia p<sup>a</sup> se fazer ho dito caminho / e o que for revell e não comprir seu mādado paguara simquo tostois p<sup>a</sup> ho conselho desta vila e serão quareguados sobre ho procurador do conselho [...] (Atas, 1967, p. 236 e 237).

A reunião nos informa sobre a preocupação e a tentativa de estabelecer um formato fixo e estratégico de ligação e comunicação entre as regiões, o que sugere a conexão entre a vila de São Paulo com as demais da capitania. Percebe-se que, apesar das expedições feitas aos sertões, os moradores não buscavam apenas aventura, mas sim um local que representasse a ideia de um grupo e de uma identidade. Mesmo com o distanciamento em relação às outras vilas, o contato com elas continuava acontecendo. Os moradores transitavam constantemente entre o tipo trabalhador e o tipo aventureiro.

Um exemplo dessas situações pode ser encontrado em uma das cartas jesuíticas de 1550, na qual João de Azpilcueta Navarro destaca a dedicação de Manuel da Nóbrega e de outros padres, como Antonio Pires, na construção de locais de oração nos novos territórios. Essas ações refletem a combinação de características aventureiras e trabalhadoras desses indivíduos, que não apenas buscavam novas almas, mas também se empenhavam fisicamente para que essa missão fosse concretizada.

Seiz mezes ha que o Padre Nobrega partiu com a armada a visitar os Christãos da costa de São Vicente e com elle o padre Leonardo Nunes e Diogo Jacome para ficar com uma terra de gentios chamados Carijós, entre os quaes se espera muito fructo, porque têm fama de serem os melhroes Gentios de toda aquella costa do Brasil. Em seu logar deixou o padre Antonio Pires na cidade, encommendou-lhe uma casa e igreja que, para agasalhar os Padres e nossos Irmãos, este construiu com as suas proprias mãos e com as boas partes que lhe deu o Senhor Deus e sem prejuizo de outras occupações. Occupa-se muito com os enfermos do hospital e da cidade em confissão, agora principalmente que nella estamos occupados na nossa igreja (Cartas Avulsas, 1931, p. 52 e 53).

Apesar de a correspondência não abordar diretamente a temporalidade metodológica da nossa pesquisa, consideramos relevante trazê-la para confirmar que houve diversas ações que apontam – desde o início da chegada desses moradores –, que as atitudes destes não foram apenas impulsivas. Tanto os residentes quanto os clérigos executaram atividades que o tipo aventureiro não estaria disposto a realizar. A construção de estradas e igrejas aponta para uma realidade de formação e desenvolvimento local.

O processo de formação identitária ocorreu nessa interseção entre as diretrizes e projetos exigidos pela Coroa e as interações realizadas no território do planalto. O habitante da vila de São Paulo procurava adentrar os sertões como um indígena, ao mesmo tempo em que almejava ter um assentamento fixo e estruturas administrativas, à semelhança dos portugueses. Além disso, surge outra questão: se suas incursões nos sertões demandavam dias e seguiam um roteiro, como afirmar que foram impulsivas se muitas delas perduraram por anos e resultaram em mudanças? Percebemos o empenho, as tentativas persistentes e os diversos projetos administrativos que existiram nesse processo. O indivíduo do tipo aventureiro não teria conseguido se estabelecer e consolidar o território com sua adaptabilidade se o tipo trabalhador não tivesse existido com igual diligência.

A população do planalto não aderiu integralmente às diretrizes da Coroa nem adotou todos os ideais tipicamente portugueses. Pelo contrário, propuseram novas soluções para os desafios da realidade. No entanto, o perfil que se destacou não foi apenas o do indivíduo aventureiro, como sugerido por Holanda (1995) e Prado Jr. (1961), mas também o de um indivíduo disposto a empreender esforços variados para estabelecer um território seguro, propício à agricultura e ao intercâmbio com diversas regiões. A ideia que estamos tentando considerar é que não houve uma supremacia do tipo aventureiro sobre o tipo trabalhador em São Paulo, conforme previsto por esses autores. Acreditamos que o tipo trabalhador foi tão fundamental quanto o tipo aventureiro e esteve presente com igual intensidade no planalto, manifestando-se em contextos distintos deste, mas ativo e eficaz.

Nesse contexto de encontros e aproximações entre os tipos aventureiro e trabalhador na realidade do planalto, destacam-se as mudanças na vestimenta, alimentação e aprendizagens de outras crenças e conhecimentos. Os habitantes da vila de São Paulo ainda se viam como portugueses e/ou descendentes luso-europeus. No entanto, embora imperceptível aos olhos da população, a mudança identitária foi se tornando palpável, resultante de um processo dinâmico e das inúmeras interações entre indivíduos e sociedade. Destaca-se que esse processo também ocorreu para os grupos nativos que interagiram com os moradores de São Paulo.

Em pouco mais de dois séculos, o índio em São Paulo atravessou diversas fases em que sua identidade mudou radicalmente. Essa identidade, definida tanto pela auto-imagem quanto pelo ponto de vista dos brancos, evoluiu conforme a direção dominante das relações interétnicas (Monteiro, 1984, p. 43-44).

Percebemos que, com o passar dos anos, as relações de tratamento foram alteradas, e o indígena, outrora aliado socialmente, passou a ser tratado como membro de uma camada

inferior, escravizado e dependente de um branco particular (Monteiro, 1984). Essas mudanças são observadas no decorrer das atas da Câmara. Enquanto houve registros de alianças e amizades entre alguns dos grupos indígenas no século XVI, a frequência dessa situação no século XVII diminuiu significativamente (Atas, 1967).

Conforme a discussão, notamos as amplitudes das ações individuais na vila de São Paulo. Dentre elas, a ideia de que a distância entre a vila e Portugal, bem como entre a vila e as demais, proporcionou o isolamento entre a população do planalto e as organizações administrativas lusitanas. Ao ler as atas, ficou nítido que em muitas reuniões as ideias locais se contrapunham às normas gerais, ações que diziam mais a respeito dos sertões e dos ataques e alianças com os indígenas. E, apesar da reprovação baseada nas ordenações portuguesas, ainda assim muitas dessas ações foram aprovadas (Vieira, 2019).

Percebemos que a dificuldade de comunicação proporcionou certa liberdade à vila que, sem previsão de retorno aparente aos requerimentos feitos, autorizava as ações pelos próprios camaristas. Um exemplo dessa fala está entre as diferentes proibições feitas pela Coroa portuguesa e como elas não se encaixavam na realidade local. Por exemplo, as trocas comerciais entre nativos e europeus foram proibidas pela Coroa portuguesa, que assentiu apenas com o contato entre eles para a catequização.

O colono, quer português ou estrangeiro, podia possuir terras em sesmaria, com a única condição de professar a religião católica (...). Era-lhes, porém, vedado negociar com os naturais; medida com que se restringia a sua influência e se procurava impedir a intromissão de elementos estranhos, e porventura instigadores de conflitos, nas relações entre os portugueses e o aborígine (Holanda, 1968, p. 99).

Sabemos que essa ordenação não foi cumprida pelos moradores do planalto, que estiveram em contato constante com os grupos indígenas. Essa situação aponta para a maleabilidade administrativa de São Paulo diante das imposições gerais portuguesas. O contato com os grupos nativos foi importante e, portanto, usufruíram dele. As questões cotidianas foram se colocando como prioridades aos camaristas, que várias vezes contrariaram as ordenações porque, de acordo com eles, os capitães não entendiam, de fato, a realidade da vila (Atas, 1967).

Holanda (1968) entende que um dos motivos para que a organização portuguesa tenha tido certa flexibilidade diante das ordenações na América se justifica pelo tipo de pessoas enviadas pela Coroa portuguesa no início do processo. Grande parte da população branca era formada de degredados; a eles se juntaram indígenas e negros africanos. Para o Frei Vicente de Salvador, esses grupos estavam longe de imitar corretamente a organização portuguesa (Holanda, 1968). Ou seja, apesar do processo administrativo ter sido planejado pelos melhores

intelectuais da Corte portuguesa, não eram eles quem aplicavam. Quem aplicava eram grupos que não estavam alinhados ideologicamente com o projeto lusitano, mas aqueles que estavam dispostos a vir para um continente desconhecido e cheio de incertezas.

A vivência no planalto foi um fator que impulsionou a desmotivação da população em cumprir algumas ações portuguesas. As dificuldades de aplicabilidade - porque as leis não foram pensadas especificamente para a vila de São Paulo - incentivaram o pouco interesse nas normativas vindas da metrópole. Quando se aborda o pertencimento, é difícil imaginar que inicialmente os europeus que vieram por escolha própria se sentissem moradores do território. “Compreende-se que colonos e funcionários também mostrassem desapego à terra e as coisas da terra” (Holanda, 1968, p. 132). Utilizando uma fala de Nóbrega, Holanda (1968) afirma que esses viajantes buscavam apenas fazer seu proveito na terra para depois voltar. Porém, com o passar dos anos e das gerações, o sentimento de identidade foi se tornando mais forte e os indivíduos passaram a ter mais apreço pelo território do planalto a que pertenciam e onde viviam todos os dias do que por um território central e distante.

Ainda que apresentadas de forma geral, as questões acima fizeram parte do cotidiano do planalto. Observamos um grupo distinto de pessoas, com objetivos específicos, habitando um mesmo espaço e que tiveram sua comunicação com as demais localidades, dificultada pela Serra do Mar. Por sua aspereza, inviabilizou-se o livre trânsito entre planalto e o litoral. São Paulo foi assim incentivado a se voltar para os sertões. Não somente isso, houve também outras dificuldades, como as apresentadas no solo para o plantio de monoculturas.

Impedida pelas condições geográficas de concorrer com a região açucareira, estagnou-se. Faixa costeira aluvional, estreita pela presença da serra, de solo pouco profundo, pantanosa; conseqüentemente a Capitania de São Vicente ficou relegada a um plano econômico inferior e o homem então preferiu o planalto. Galgou a Serra do Mar e aí se estabeleceu, desenvolvendo uma policultura de subsistência baseada no trabalho forçado do índio capturado no sertão (Holanda, 1968, p. 278).

Comprendemos que o terreno do planalto não era tão fértil para monocultura quanto aqueles da região nordeste. Nesse contexto, como alternativa, a população realizou o apresamento indígena nos sertões, a venda e a utilização dessa mão de obra na produção de subsistência. Em conclusão, percebemos que todos esses fatores, sejam gerais ou específicos da vila de Piratininga, estabeleceram parâmetros de organização do espaço e provocaram mudanças de percepção. As alterações comportamentais de cada indivíduo, os objetivos econômicos e a administração são algumas das modificações que ocorreram.

Portanto, quando os líderes eclesiásticos relatam com certo desprezo o que entendiam como a “selvageria” dos moradores da vila de Piratininga, entendemos que esse termo se refere a uma vivência mais próxima daquela dos nativos do espaço, corroborando para um processo de mudança identitária do local, algo que não foi controlável pela população. Nesse sentido, os jesuítas buscaram aplicar o cristianismo tanto aos nativos quanto aos colonos que desviavam do padrão religioso cristão considerado aceitável. Essa tentativa de controle moral contribuiu para conflitos entre o clero e a população da vila, culminando na expulsão dos jesuítas do planalto no século XVII.

## **2.2 As tendências: o contato das ideias europeias no planalto**

Os conflitos na região do planalto resultaram de processos organizacionais decorrentes da relação distante e distinta entre os diferentes grupos sociais que habitavam o local. A forma de viver entre os descendentes portugueses e os nativos americanos promovia uma dificuldade de comunicação e de entendimento entre eles. Cada grupo possuía sua própria vivência dentro de etnias distintas, o que tornava difícil para os moradores compreenderem a amplitude e as razões daqueles que lhes eram diferentes. “A cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado” (Eagleton, 2005, p. 16). Em outras palavras, a aprendizagem surge pela observação e análise, ao longo dos anos, do outro que pertence à mesma sociedade. Observar o outro em sua vivência trazia comparações e estabelecia hierarquias. Os portugueses certos de sua superioridade, tratavam os moradores nativos sob essa ótica.

Uma das justificativas dessa disparidade encontra-se pautada nos diferentes grupos (indígenas e portugueses) que conviviam no planalto. Ampliando essas divisões, observamos os Tamoios e Tupiniquim de um lado; comerciantes, agricultores, pecuaristas e clero de outro. Distintos entre si e em seus objetivos, cada uma das divisões representou um modelo de vida. Enquanto todos eles buscavam a melhor adaptação possível em contato com os demais grupos e o meio geográfico no qual estavam vivendo.

A região de Piratininga apresentava suas particularidades em relação às demais regiões litorâneas ocupadas por portugueses. Não havia uma coesão externa portuguesa forte e ativa como nos núcleos formados no litoral. Por esse motivo, em grande parte devido à distância da vila em relação ao mar, as conexões ocorriam de forma um pouco diferenciada. Mesmo considerando os grupos nativos como inferiores, a população, em suas alianças e inimizades,

subjugava alguns grupos através das parcerias de nativos, estes que, por sua vez, também auxiliavam no processo de apresamento de outros grupos indígenas.

A sociedade, constituída no planalto da capitania de Martim Afonso, mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários (Holanda, 2014, p. 42).

Aquilo que Holanda (2014) aponta como imaturidade, entendemos na verdade como movimentações sociais, características particulares da vila de Piratininga. Os processos de individualização, combinados ao contexto local em que os moradores estavam inseridos, produziram novas necessidades e novas formas de ser e agir em cada um dos grupos sociais destacados anteriormente. Nesse caso, a vida da população de São Paulo se conectava com ações que, frequentemente, eram resultado de acordos entre grupos indígenas ou de ações de retaliação de um grupo sobre o outro.

Nesse contexto, os jesuítas e outros grupos religiosos instalados nas capitanias da América buscaram manter a ordem moral. O objetivo principal que tinham - a catequização dos gentios - incentivou os inacianos a embarcarem para continentes desconhecidos. E, ao chegarem, compreenderam que também deveriam pastorear os colonos. A partir dessa ideia, percebemos que os jesuítas foram aqueles que melhor representaram o princípio da disciplina pela obediência no planalto, deixando exemplos cristãos marcantes com suas doutrinas.

Como resultado, as discussões do subtópico destacaram diversas tentativas de acesso ao espaço e controle da vila e do planalto, presentes nas ações dos colonos e dos padres jesuítas, todas documentadas na época. Houve exposições variadas e percebemos que as mudanças de identidade não ocorreram da mesma forma para todos. As alterações de identidade não foram unânimes entre os diferentes representantes lusitanos. Sejam padres, sejam colonos, os indivíduos - ao menos os líderes administrativos responsáveis por aplicar as ações vindas da Coroa - foram se adaptando à convivência. A presença dos nativos e do território foi tão significativa que, como consequência, dividiu a classe portuguesa em portugueses da América e portugueses da Europa. Mesmo que as ações tenham se sobreposto às ideias, não há como negar que as tendências portuguesas foram disseminadas. De maneira lenta e gradual, a identidade portuguesa e a moral cristã conquistaram seu espaço na América.

### 2.2.1 Disseminando o cristianismo no planalto

Nos primeiros anos, a vila viveu cercada por muros, que representaram uma tentativa visível de separação entre o que os portugueses consideravam correto: o formato administrativo, as leis, o governo, a cristandade. O que ocorria na parte interior do espaço era o mundo português que não se desejava misturar com o que ia além do muro. O que estava fora do muro lembrava o inferior, o incivilizado, o paganismo, e, portanto, não deveria se conectar com os moradores. Mas, como discutido no subtópico anterior, o indivíduo não consegue manter suas opções imparciais quando tem acesso a uma realidade que exige um contato constante com os sertões e interações particulares com diferentes grupos sociais.

Forçadas em viver de uma nova maneira na sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis as pressões das outras. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil: o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito (Elias, 2011, p. 87).

Apesar da citação acima, escrita por Norbert Elias (2011), se referir ao processo de coibição existente nas sociedades da corte na Europa durante o século XVI, acreditamos ser possível analisá-la a partir da realidade que estudamos. Percebemos que, com as mudanças de território, houve também alterações sociais específicas e sutis na vida dos moradores de São Paulo e demais portugueses. A estrutura emocional e social dos indivíduos forma um todo, com suas características que se complementam e, em parte, se substituem num processo contínuo em contato com outros indivíduos e com a realidade em que vivem. Nesse caso, a introdução da moral portuguesa e cristã aplicada pelos jesuítas, de forma consciente, aos grupos nativos teve como consequência mudanças na forma de viver, não apenas dos indígenas, mas também dos próprios padres e demais indivíduos com que tiveram contato.

Isso posto, o objetivo do subtópico é analisar a experiência da propagação de ideias cristãs na vila e no território do planalto. Queremos também promover a discussão acerca dos resultados esperados e dos resultados obtidos, levando em conta que, com o passar dos anos, as ações dos padres jesuítas foram interligadas com o conhecimento e a experiência dos grupos indígenas.

Nas cartas de Leonardo Nunes, clérigo que habitou temporariamente a região do planalto, foram descritas, com decepção, as ações moralmente “indígenas” de moradores “portugueses”. Quando transpôs a serra do Mar e foi visitar os portugueses do planalto em meados de 1530, Nunes achou-os entre grupos indígenas, passando anos sem ouvir missa, sem se confessarem, vivendo uma vida que desaprovava os costumes lusitanos (Leite, 2006). Da

mesma forma, Manoel da Nóbrega, ao visitar pela primeira vez a capitania de Pernambuco, mostra-se preocupado, pois, segundo seu ponto de vista, ao invés dos portugueses estarem civilizando os indígenas, eram eles que estavam tornando os lusitanos selvagens (Leite, 2006). O padre demonstrou a mesma preocupação em relação à capitania de São Vicente, em carta escrita por ele em 1550.

[...] Dali fui ter a S. Vicente, acompanhando-me o Capitão e alguma outra gente, onde, em chegando, fiz um sermão do qual toda a gente foi mui movida de Deus, e dali em diante préguei algumas vezes e o mais do tempo confessava, e cada dia fazia a doutrina aos escravos, e ás segundas feiras, quartas e sextas á noite tangia a campanhia polos finados. De maneira que vendo Nosso Senhor o grande estrago que o demonio nestas almas fazia (porque quase todos os moradores destas tres villas estavam em grandissimos peccados offuscados, assi casados, como solteiros e muito mais os sacerdotes) os começou de mover e trazer a tal confusão e sentimento de seus peccados [...]. Aqui me disseram que no campo, 14 ou 15 leguas d'aquí, entre os Indios estava alguma gente christã derramada e passava-se o anno sem ouvirem missa e sem se confessarem e andavam em uma vida de selvages. Vendo isto, determinei de ir por lá, tanto por dar remedio a estes Christãos, como por me ver com estes Gentios, os quaes estão mais apartados dos Christãos que todas as outras capitancias (CARTAS AVULSAS, 1931, p. 60-61).

Apesar do trecho acima relatar situações que ocorreram antes da formação da própria vila enquanto instituição administrativa no planalto, percebemos que os relatos já dão sinais das mudanças de percepção daqueles que estavam no espaço americano. A carta de Nóbrega, por sua vez, coloca-nos a par da mudança de vida que alguns dos moradores do planalto passaram a ter após o contato com os grupos indígenas, provocada por inúmeros fatores, dentre eles o distanciamento do território do planalto dos demais espaços portugueses. Essas e outras situações percebidas foram registradas em grande parte pelos jesuítas ao longo dos séculos.

Em São Paulo, os jesuítas foram um dos primeiros grupos europeus a chegar à região. Os padres se aliaram aos indígenas do planalto e colaboraram para a vinda e a moradia de outros grupos portugueses. Vale destacar que, antes dos padres, já havia cristãos no território. Em 1550, Leonardo Nunes informou a presença de gente cristã vivendo com os indígenas no “campo”. Em sua visita, ele levou dois intérpretes e, durante a viagem, encontrou um mensageiro que dizia que eles estavam à sua espera. Achou muitos cristãos “derramados em aquel lugar entre los índios” (NUNES, 1956). Lá, ele pediu que os cristãos fundassem uma ermida, que pode ser Santo André, a vila de João Ramalho.

Além de Leonardo Nunes, tivemos outros clérigos nesta empreitada. Manuel da Nóbrega constatou o planalto como lugar ideal para ações catequéticas: era localidade de passagem de diversas populações indígenas. A escolha do local de catequização contou com a

ajuda e os conhecimentos indígenas e, segundo esse jesuíta, foi necessário realizar acordos com os moradores da terra para que fosse permitida a construção do templo cristão (Taunay, 2003). Nóbrega se entendeu com João Ramalho, aliou-se aos líderes Tupiniquim Tibiriçá e Caiubí, e escolheu um pedaço de terra para fixar a ação catequética (Leite, 2006). Logo, São Paulo passou a receber moradores, visitantes temporários e a se relacionar com o entorno, como um espaço social e administrativo.

Ao chegar ao planalto, o padre Leonardo Nunes também encontrou moradores cristãos vivendo isoladamente, sem se confessar e sem ouvir missa. Impressionado com a situação e com as mudanças comportamentais visíveis da população, o jesuíta escreveu que precisou trabalhar primeiro com os cristãos para, somente depois, dar atenção aos indígenas. Entende-se que muitos portugueses, desde o início do processo de vinda à América, passaram a viver entre os grupos nativos, inclusive moravam nas aldeias. Em uma de suas viagens, Nunes reuniu-os para realizar confissões e a missa que não recebiam há meses (Leite, 2006).

Nesses primeiros contatos, a aliança dos padres com os Tupiniquim significou auxílio na organização local da vila de São Paulo, receptividade às ações religiosas, apoio nas construções e demarcação de território. No entanto, também significou embates. Ao se aliarem a um grupo, os portugueses acabaram por abraçar a mesma inimizade que seus aliados possuíam em relação a determinados grupos.

Com o estabelecimento dos franceses na Baía de Guanabara, os tamoios, inimigos dos tupis, ganharam alento e atreviam-se a rondar, subindo pelo Paraíba, os campos de Piratininga, que pouco e pouco iam arroteando os portugueses e seus filhos. Ora aqui, ora ali, matavam e roubavam, causando inquietação a São Paulo e aos índios aliados (Leite, 2006, p. 286).

Os franceses se aliaram com os tamoios, que eram inimigos dos portugueses porque estes eram aliados dos Tupiniquim. Com essa realidade presente no cotidiano do planalto, é notável que a instabilidade foi corriqueira nos afazeres dos diferentes grupos e muitos clérigos foram mortos em batalhas, inclusive. Apesar da instabilidade e dos problemas oriundos das alianças realizadas, foram as ações dos padres no espaço que promoveram a construção do colégio de Piratininga, grande núcleo fixador de moradores portugueses (Leite, 2006). Ao seu redor, formou-se uma série de aldeias, tornando-se uma das grandes defesas de São Paulo no século XVI e nas primeiras décadas do século XVII.

A presença do cristianismo, representada principalmente pelos jesuítas em São Paulo, não colaborou apenas com a propagação religiosa. As ações possibilitaram a moradia de europeus na vila, somadas ao fato de que, por meio de alianças, houve a transmissão do conhecimento indígena, como os tipos de alimentos comestíveis, formas de plantio, localização

e mobilidade por todo o planalto. Em um primeiro momento, as relações europeias-indígenas soavam cordiais. Baseadas em trocas, os grupos foram angariando contato e novas percepções sobre a realidade. O território e os moradores nativos, portanto, tiveram autoria nessas mudanças comportamentais inconscientes que os moradores de São Paulo não visualizaram.

Essa era uma região confusa e ameaçadora para muitos brasileiros devido a essa cultura da inortodoxia, ainda que fossem raros os brasileiros não expostos aos desvios do cânone católico e à superstição, mesmo nas populosas e sofisticadas cidades portuárias (Russel-Wood, 2014, p. 282).

Russel-Wood (2014) aponta como o contato com ideias além do cristianismo fez parte do cotidiano de quem conviveu no planalto de Piratininga. Apesar de não terem sido consideradas, elas existiram. Esse processo de contato dos novos moradores com os grupos indígenas conduziu a diferentes percepções ao longo do tempo. O processo de aliança e de cordialidade entre os indígenas do planalto levou mais de um século, mas se tornou saturado à medida que a população de São Paulo iniciou o processo de apresamento. O contato cordial foi substituído pela escravatura. Entretanto, destacamos algumas das ações indígenas, mesmo que de forma secundária, em cada um dos moradores de Piratininga. Ou seja, para que a própria ação portuguesa pudesse ter sido colocada em prática, foram necessários a vivência e o contato com as populações do planalto.

Os jesuítas e a Companhia de Jesus deram início à expansão do cristianismo pelo mundo e, além dessa responsabilidade que tiveram ao longo de suas vidas, ressaltamos que o mérito e as ações individuais de cada um deles foram de considerável importância. Pois, a partir de suas reações ao momento e ao espaço no qual estavam, as ações precisavam ser adaptadas, e essa função era dos padres. Assim, a ideologia cristã foi “transportada” em embarcações até a América, não apenas com os jesuítas, mas juntamente com os demais europeus.

Efetivamente, as teorias negadoras do livre-arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses. Nunca eles se sentiram muito à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento (Holanda, 1995, p. 37).

A citação nos remete ao conceito cristão do livre arbítrio, tão característico dos grupos sociais portugueses. Nota-se que as invasões territoriais se basearam nas ações administrativas da Coroa, mas também na individualidade. O ativismo tão marcante dos lusitanos daquele tempo foi um dos traços que os jesuítas reproduziam na Companhia de Jesus.

Partindo de uma concepção do antagonismo irreconciliável entre o Bem e o Mal encaixavam-se os jesuítas nas hostes divinas para lutar contra as forças infernais. Tratava-se de um combate - noção fundamental para a milícia inaciana - em que se empregava logo um código de estratégia. O prêmio da luta era a Salvação. (Siqueira, 2016, p. 42).

Ao se tratar da vila de São Paulo, os jesuítas representaram, categoricamente, o princípio da disciplina pela obediência; assim como Holanda (1995), entendemos a possibilidade em aplicar essa ideia às diferentes regiões relacionadas aos ibéricos. A vida no planalto mostrou suas divergências ao modo de vida europeu. Enquanto a maior parte dos moradores se adaptaram ao meio disponível, os clérigos adaptaram-se também, mas ainda assim, reproduzindo a moralidade típica cristã.

A organização administrativa de São Paulo precisou sucumbir às ordenações clericais em alguns momentos; a maior parte das discussões entre jesuítas e camaristas no período quinhentista e seiscentista diziam respeito ao apresamento indígena (Atas, 1967). Aldeamentos jesuíticos foram destruídos por paulistas na busca de mão de obra indígena, apesar da proibição direta da Coroa portuguesa no século XVI. Sendo os aldeamentos espaços de catequização, esses ataques geraram prejuízos aos padres em diversos sentidos.

Porta vozes das ideias cristãs europeias, os jesuítas se entregaram à missão catequizadora nos trópicos, por isso a frustração em ver irmãos lusitanos ignorando o propósito e invadindo os aldeamentos em busca de escravizados. Ana Paula Casimiro, professora aposentada da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), afirma que o espaço era religioso, mas também educativo. Esses clérigos desempenharam várias funções, como a de missionários, confessores e, especialmente, educadores. “Esta última função eles desempenharam com tamanho zelo que acabou por se constituir na principal atividade da Ordem Inaciana” (Casimiro; Silveira, 2012, p. 205).

Num primeiro momento, após a chegada dos religiosos, o foco era em abrigar-se nas aldeias para o reconhecimento dos costumes locais e da língua; a catequização era feita para todos nas proximidades. Essa presença, aos poucos, foi gerando incômodo e resistências por parte dos grupos indígenas. Forçados a mudarem suas táticas, os clérigos escolheram ensinar as crianças, alojando-as nesses aldeamentos.

Os aldeamentos, as Igrejas e as escolas para crianças indígenas, conhecidas como casas de bê-á-bá, tinham custos, como vestimentas e comida. Até então, os jesuítas não trabalhavam na produção alimentícia, dependiam da Igreja e de doações. Essas duas fontes de renda não eram confiáveis nem estáveis. Numa das discussões produzidas por Marisa Bittar, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), é relatado que Manuel da Nóbrega

entendia ser impossível sustentar tal empreendimento da fé somente com base na mendicância, “pois entendia que a questão da base material de sustentação das casas seria um fator fundamental, em larga medida, para que a iniciativa catequética lograsse êxito” (Bittar, Ferreira Jr., 2007, p. 39). Como solução, os jesuítas liderados por Nóbrega entenderam que a criação de gado poderia ser uma forma de subsistência. Como passavam dias em aldeias longínquas, a pecuária não exigia mão de obra constante e especializada; teriam o couro como matéria prima, leite, queijo e carne para a alimentação das crianças no colégio. Porém, nem todos os eclesiásticos concordaram com o posicionamento.

Luís da Grã, então superior dos jesuítas no Brasil, foi um dos eclesiásticos que, embasados na ordem jurídica propriamente dita, foi contra os métodos que Nóbrega sugeriu para solucionar o problema da precariedade dos colégios na América (Casimiro; Silveira, 2012). A discussão sobre a possibilidade ou não do trabalho clerical chegou até Roma. Após análise, o papa concedeu o direito requisitado, pois só assim seriam possíveis a expansão cristã e a sobrevivência dos missionários. Com os negócios financiando as atividades educativas, a Companhia de Jesus começou efetivamente a crescer.

No processo de catequização das crianças indígenas, os jesuítas contaram com a chegada de órfãos – conhecidos como “órfãos do rei” – às Américas na segunda metade do século XVI. Ao se juntarem com os nativos, poderiam aprender o tronco linguístico Tupi com mais facilidade, ajudando-os no processo de aprendizagem bilateral. Nesses locais, aprendia-se as escrituras, mas também leitura, escrita e matemática básica. “Em boa parte das aldeias da costa, por onde passavam, os padres inacianos estabeleciam “pequenos seminários”. Eram as chamadas casas de bê-á-bá, espaços onde ministravam às crianças indígenas o ensino da doutrina e das primeiras letras” (Casimiro; Silveira, 2012, p. 218). Os padres jesuítas utilizaram uma pedagogia fundamentada nos seguintes elementos: bilinguismo (português e tupi), ensino da memorização, catecismo com os dogmas cristãos, ridicularização dos mitos indígenas, o ensino de música e teatro.

Apesar de outras ordens católicas enviarem missionários para a América portuguesa, foram os inacianos os que mais se empenharam na catequese dos indígenas, até que a lei de 3 de setembro de 1759 os obrigasse a se retirar de seus domínios. E, tão logo se iniciava a aventura, seus representantes inauguravam, dentre todos os métodos que utilizariam, uma prática que, com pequenas diferenças, subsiste até hoje nos sertões do país: o ensino de orações e outros textos cristãos cantados, na *língua brasilica* e na língua do conquistador (Azevedo, 1997, p. 276).

Assim, essas casas constituíram a primeira experiência pedagógica praticada no território americano. Simples e materialmente precárias, mas simbólicas espiritualmente à Coroa portuguesa e à Companhia de Jesus. Não é à toa que os conflitos se acirraram entre colonos de São Paulo e padres a partir das invasões constantes de aldeamentos nas regiões próximas ao planalto no XVI e XVII. Ao destruir o local em busca de escravizados, os colonos não apenas tiravam a credibilidade dos padres para com os indígenas, mas também aniquilavam os muitos esforços realizados por eles para tal missão.

Em uma das reuniões de 1635, os camaristas recebem a informação de que um padre estava indo contra “as ordens do rei” no que dizia respeito à autorização de compra e venda do indivíduo indígena.

Aos quatro dias do mes de marso de mil e seis sentos e trinta e sinquo anos nesta vila de são paulo nas casas do conselho desta vila onde se fas vereasão se juntarão aly os ofisiaes da camara pera tratarem do ben comũ e sendo aly mandarão juntar os bons omes da repubriqua e sendo juntos en camara com a mor parte do povo loguo se tratou en camara de como o prelado lourenso de mendonsa tratava de se entremeter na jurdisão real de sua magd<sup>e</sup> sobre a venda e compra de pesas do gentio de [...] e porquoanto nesta capitania estava por capitulos da coreisão que a tal jurdisão pertensia meram<sup>te</sup> a sua magd<sup>e</sup> pelo que mandava o juis ordinario defendese a jurdisão de sua magd<sup>e</sup> e no mesmo requerim<sup>to</sup> por o procurador do conselho e o povo tivesem mão a jurdisão de sua magd<sup>e</sup> pera que [...] a não usen e visto pelos ditos ofisiaes o requerim<sup>to</sup> do procurador e povo conformandose con os ditos capitulos da coreisão mandarão que eu tabalião e o tabalião calixto da mota fossemos a casa do dito prelado e lhe lesemos o dito capitulo de coreisão pera que se não entremetese em materia de venda nem compra de pesas do gentio por ser jurdisão de sua magd<sup>e</sup> e fasendo o contrario o dito prelado protestavão de defender a dita real jurdisão [...] (Actas, 1915c, p. 244-245).

A citação relata sobre as ações de Lourenço de Mendonça, clérigo que, de acordo com os camaristas, estava interferindo nas jurisdições oficiais portuguesas. Os oficiais fizeram essa declaração porque perceberam que o religioso estava intervindo na compra de indígenas. Interessante notar que a crítica à ação do clérigo foi justificada várias vezes sob a ideia de que quem não estava seguindo a jurisdição de sua majestade era o padre e não eles. Não somente isso, mas essa mesma acusação parte dos moradores quando eles próprios recusaram diversas ordenações que recebiam. A lei portuguesa era seguida quando convinha aos moradores; quando percebiam que algo não estava saindo como o planejado, utilizavam das artimanhas administrativas para criticar.

Por meio dessas discussões e dessas críticas entre esses grupos, percebemos a existência de mudanças sutis nos comportamentos dos indivíduos presentes na vila de São Paulo. Essas

mudanças, seja no modo de ser, falar e agir de determinados grupos, são resultados das interações desses mesmos indivíduos com o lugar onde vivem e com as pessoas com quem convivem. São Paulo teve, durante os primeiros séculos de existência, maior semelhança com os grupos nativos que o rodeavam do que com a vida portuguesa. Entendemos que cada vila desenvolveu suas características; enquanto aquelas situadas próximas ao litoral tiveram maior contato com o mundo europeu, a vila de Piratininga teve contato maior com as incursões aos sertões. O planalto não tinha localização privilegiada em relação às demais regiões da capitania de São Vicente, desenvolvendo então, contatos próximos com os moradores da terra.

Esse modo de se relacionar com os indígenas, seja por casamentos não tradicionais - que se designou como um formato de aliança -, seja pelo apresamento - a partir da busca por mão de obra nas fazendas-, incomodou os padres jesuítas.

Além das mudanças comportamentais da população, mais especificamente a questão era como integrar os nativos à sociedade recém-formulada. Ao longo do século XVII, colonos invadiram aldeias trazendo nativos na condição de “serviços obrigatórios” (Monteiro, 1994). Economicamente esse processo possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas: “[...] os paulistas deram as costas para o circuito comercial do Atlântico e, desenvolvendo formas distintivas de organização empresarial, tomaram em suas próprias mãos a tarefa de constituir uma força de trabalho” (Monteiro, 1994, p. 57).

Por não obedecerem às ordenações reais, os colonos precisavam lidar com as denúncias feitas pelos padres às autoridades portuguesas. Os religiosos recusavam qualquer contato dos seus protegidos com os moradores, porque estes não representavam fielmente o modo de vida que tentavam ensinar. Relacionar-se com a população era reconhecer seus posicionamentos, experiências e modos de ser, os quais muitas vezes destoavam da moralidade cristã. As atas da Câmara registraram situações conflituosas entre os dois grupos no final do século XVI.

Em 1598, com a tensão se acumulando, os principais colonos protestaram junto à Câmara municipal de São Paulo contra a “grande opressão” que sofriam nas mãos dos jesuítas e das autoridades, que impediam a negociação com os índios aldeados (seus “amigos e vizinhos”), sendo antes necessária a autorização do capitão-mor, frequentemente ausente da vila. Propunham, nessa ocasião, que a Câmara permitisse “os homens trazerem índios mansos para o seu serviço por pouco tempo para poucas coisas”, mediante a anuência de qualquer vereador, driblando assim a autoridade do capitão-mor. Tal medida não surtiria suficientemente, porque mesmo dispensando o consentimento do capitão-mor, os colonos teriam que enfrentar a interferência dos padres nos próprios aldeamentos (Monteiro, 1994, p. 45).

Ao lermos o trecho, evidencia-se para nós a presença de conflitos e embates iminentes, oriundos da distinção de ideias. Esses conflitos aparentes são vestígios de mudanças comportamentais, o que gera consequências e alterações no formato administrativo e social da vila. Não há dúvidas de que os recém-chegados procuravam recriar o ambiente de sua origem, o meio português. Porém, com dificuldade de colocar em prática muitas ações, foram aprendendo a sobreviver de outra forma com os moradores locais. Passaram a consumir mandioca e seus derivados; habituaram-se a dormir em redes à maneira indígena (Holanda, 1995, p. 46-47).

Para essa nova realidade, ocorreu uma nova reorganização social, que por sua vez contribuiu para mudanças de hábitos, de ideias e de identidade. A mudança social geral permite alterações parciais nos indivíduos (Elias, 1994b). Essas modificações dos costumes europeus pelos moradores de São Paulo foram consideradas pelos padres como retrocessos, pois entendiam suas próprias vivências e aprendizagens como civilizadas, enquanto viam como inferiores outras formas de vida que não correspondiam ao padrão estipulado.

Em suma, percebemos que a presença do cristianismo se fez sentir nos mais diversos processos da construção da vila de São Paulo nos séculos XVI e XVII. A vivência no planalto interferiu na maneira como a população passou a entender a realidade, o que gerou conflitos com os propagadores da fé. Tanto as atas como as cartas apontam para discussões que demonstram as tentativas que ocorreram no cotidiano, apesar da persistente preservação dos costumes e ideias lusitanas.

### 2.2.2 Disseminando a civilidade ocidental no planalto

A noção de civilização foi efetivamente difundida pelas ações jesuíticas, fundamentadas em seus princípios cristãos, tanto para os grupos indígenas quanto para os colonos que chegavam à América e abandonavam muitos dos preceitos religiosos. É relevante lembrar que o conceito de civilização representa a visão que o Ocidente tem de si mesmo, como uma visão distinta das sociedades consideradas menos cultas e, portanto, vistas como incivilizadas (Elias, 1994).

O tratamento dispensado aos indígenas era o de subserviência. Nos primeiros anos, após a chegada dos europeus, houve alianças entre os dois grupos, mas a estrutura administrativa portuguesa insistiu no distanciamento. O contato ocorreu de maneira permitida durante a catequização, com a admissão de novos fiéis ao mundo e à religião que acreditavam ser a única verdadeira.

A princípio, não houve ocupação armada no território brasileiro. Pelo contrário, a tomada do território ocorreu por meio de ideias e no formato administrativo que tentavam implementar. Com as devidas limitações, inicialmente, as ideias portuguesas - como o cristianismo - ocuparam o espaço, para então dar lugar aos indivíduos. “Assim como a terra brasileira não foi conquistada pelas armas, mas simplesmente ocupada, e nenhum estado existia para ser dominado, o que permitiu a ereção de estruturas políticas sem maiores resistências, o paganismo não foi, por sua vez, combatido, mas superado” (Siqueira, 2016, p. 50).

Ao analisar os processos históricos, compreendemos que estes não são individuais, mas sim influenciados por uma série de fatores interligados. Nesse contexto, observamos a presença do processo civilizador europeu na realidade da América durante o período em que os portugueses se estabeleceram no continente. Com base nos conceitos de civilização e no entendimento proposto por Norbert Elias sobre o processo civilizador, propomos uma discussão acerca de como esses conceitos se manifestaram no contexto do planalto de Piratininga. Apesar das tentativas dos portugueses de impor determinadas ações no território do planalto, notamos que os processos ocorreram de maneira distinta da idealizada.

A formação de uma ideia e, posteriormente, de costumes como convenções de estilo, controle das emoções, eloquência da linguagem, são, de acordo com Norbert Elias (1994), propagações feitas pela chamada sociedade de corte, oriundas dos reinos e nações europeias da modernidade. Estas entendiam suas ações e suas vivências como únicas, como superiores. Essas características se formaram e passaram de caráter social para nacional.

[...] uma fase fundamental no processo civilizador foi concluída no exato momento em que a consciência de civilização, a consciência de superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do Ocidente (Elias, 1994, p. 64).

As mudanças no comportamento foram vistas como sendo boas maneiras. Elias (1994), entretanto, entende que as pessoas não passaram a reproduzir os costumes porque entendiam racionalmente ser a melhor opção. Foi em decorrência do dinamismo social: a sociedade passou a distinguir os indivíduos pela classe à qual pertenciam. Cada um deveria se portar de maneira condizente ao seu grupo, incentivo para que o embaraço fosse aumentando nas relações sociais. Não se obrigando a agir, falar e proceder com maior cortesia. Em dado momento, a sociedade cria explicações racionais, acabando por confirmar a necessidade do comportamento e da boa linguagem (Elias, 1994).

O comportamento dito civilizado está em construção contínua (Elias, 1994). Com o passar dos anos, conceitos vão sendo adicionados ou reprovados, fornecendo historicidade ao processo. Jack Goody (2015), autor britânico que dedicou suas pesquisas às interseções da antropologia, história, estudos sociais e culturais, publicou a obra intitulada *O Roubo da História*, em que em um dos capítulos faz críticas à obra e às ideias referentes ao Processo Civilizador, discutido por Elias (1994).

Essencialmente, o trabalho de Norbert Elias aponta que, no período da modernidade, os comportamentos passaram a ser socialmente censurados, produzindo os sentimentos de vergonha, culpa, de controle das pulsões e, de forma mais geral, a comportamentos menos instintivos. Esse processo se iniciou nos grupos nobres e se espalhou por toda a Europa e, com o tempo, foi internalizado na vida de cada um dos indivíduos.

Goody (2015) entende que o corte temporal e histórico feito por Elias (2011), na sociedade de corte europeia, segmenta e exclui a diversidade de povos, ideias e costumes, enquanto incentiva considerações eurocêntricas. “Para estabelecer um contraste com o que ele considera a civilização posterior, Elias trabalha apenas com a Idade Média na Europa; o que aconteceu antes e em outro lugar era de pouca importância para ele, que não lida com civilização na Antiguidade nem no Oriente” (Goody, 2015, p. 185).

A teoria de Elias se concentra nos ideais e nos manuais de etiqueta, produzidos por pensadores da Idade Moderna; ele afirma que o problema do comportamento social assumiu uma grande importância, pois mesmo pessoas de extraordinário talento não desdenharam de discutir sobre essa temática. “A tendência cada vez maior das pessoas de se observarem e aos demais é um dos sinais de que toda a questão do comportamento estava, nessa ocasião, assumindo um novo caráter: as pessoas se moldavam às outras mais deliberadamente do que na Idade Média” (Elias, 2011, p. 86).

A organização social europeia se tornou cada vez mais hierárquica, complexa; as pessoas passaram a receber restrições mais severas ao comportamento. Seja a forma de se vestir, de se portar, a fala e como se alimentavam, o sentimento era de exposição e exclusão a todos aqueles que não se portavam da forma “civilizada”, contida nos manuais. De início essa situação foi mais explícita, mas à medida que os indivíduos entenderam e reproduziram, os comportamentos se internalizaram e passaram a ser ensinados desde à infância.

Fizemos essa pequena discussão para demonstrar as principais características da teoria desenvolvida por Elias (2011), pois entendemos que esses processos aprendidos foram também replicados de tal maneira a navegarem juntamente com os indivíduos nas expedições marítimas,

alcançando a América.<sup>24</sup> A forma de pensar e agir dos moradores europeus fora embebido desse conhecimento.

Embora os fenômenos humanos - sejam atitudes, desejos ou produtos da ação do homem - possam ser examinados em si, independente de suas ligações com a vida social, eles, por natureza, nada mais são que concretizações de relações e comportamento, materializações da vida social e mental (Elias, 2011, p. 119).

Entretanto, autores como Jack Goody (2015) deslegitimam essa teoria, porque ela não considera outros territórios para além da Europa. O autor afirma que o silêncio de Elias para outras sociedades é intencional, produzindo o problema do etnocentrismo e da exclusão de indivíduos.

A falha de Elias ao não examinar seriamente outras culturas produziu vários problemas. Primeiro, sua sequência de desenvolvimento privilegia a Europa ocidental e o seu desenvolvimento do feudalismo em direção à sociedade burguesa passando pela palaciana dos séculos XVI e XVII. Segundo sua visão subestima as contenções sociais em sociedades mais simples, certamente no que diz respeito a sexo, violência, e outras formas de comportamento (Goody, 2015, p. 196).

Assim, a partir dessas considerações, Goody (2015) fez suas análises e concentra sua principal crítica na ausência de estudos do Processo Civilizador por parte de Elias (2011) à outras sociedades, já que esse modelo de exclusão e internalização de costumes ocorre, primordialmente, em agrupamentos humanos, independentemente do local. Não somente isso, mas também critica a seguinte contradição existente: essa mesma sociedade europeia civilizada sob os termos eliasianos, a qual aprendeu a repreender seus instintos e ações por meio da culpa e vergonha, proporcionou no século XX, durante a Segunda Guerra Mundial, um dos maiores genocídios da história.

Existem mais problemas com a tese de Elias: primeiro que toda vida social, por toda parte, envolve consideração a outros indivíduos, envolve medidas de contenção das emoções e do comportamento, até por questão de reciprocidade. Elias pode estar certo em suas considerações sobre o desenvolvimento histórico de boas maneiras à mesa na Europa, mas isso tem pouco a ver com a noção geral de desenvolvimento da consideração pelos outros, que ele pressupõe. Essa consideração, nós certamente encontramos em outras partes. E de fato, como já visto, em alguns aspectos, a falta de consideração em outras

---

<sup>24</sup> A discussão que será apresentada é fruto e resultado das proposições realizadas durante o exame de qualificação realizado em novembro de 2021. Gostaríamos de agradecer ao professor Lúcio Tadeu Mota pela ajuda e orientação realizada, juntamente com o questionamento sobre a temática, que nos forneceu subsídios para a discussão que virá posteriormente.

esferas parece crescer lado a lado com os desenvolvimentos de boas maneiras à mesa; a violência de hoje na família e na rua não é uma miragem e fica difícil reconciliar a abordagem “whiggish” de Elias<sup>25</sup> (apesar de sua declaração de ter rejeitado a ideia) com o fato de que, na época em que ele estava escrevendo, os nazistas assassinavam judeus por toda Europa e limpavam refinadamente com lenços suas botas. Um livro sobre comportamento civilizado demanda uma consideração adequada dessas contradições (Goody, 2015, p. 189-190).

Nesse trecho do texto, Goody (2015) destaca, novamente, o fato de que a teoria elisiana desconsiderou o que aconteceu em outras sociedades do mesmo período; ele também critica o fato de que civilização não pode ser algo relacionado à superioridade, pois as ações europeias do século XX demonstraram atos que foram contrários a esse processo conhecido como internalização de bons costumes. Utilizamos a teoria de Elias (2011) em nossa pesquisa e temos ciência de suas limitações, assim como entendemos também que algumas preocupações que o autor inseriu em sua crítica não fizeram parte das considerações de Elias. Entretanto, algumas afirmações descritas por Goody (2015) para Elias (2011), enxergamos como análises contraditórias. A primeira dessas análises conflitantes foi a afirmação feita por Goody (2015) ao dizer que Norbert Elias aponta para a superioridade europeia. De acordo com o autor, a adoção da terminologia contribui para o aspecto eurocêntrico do trabalho de Elias. “Civilização é tudo o que o Ocidente pensa ter realizado, assim como as atitudes a ela associadas. Outras sociedades complexas têm visões similares sobre suas realizações em relação às dos outros” (Goody, 2015, p. 179). Elias (2011) afirma, logo no início da obra, que aquela visão era a que o Ocidente tinha de si mesmo e não era seu o posicionamento individual, enquanto pesquisador. Porém, Goody (2015) entende de outra forma.

Alguns povos, segundo ele (Elias), ficaram infantilizados, menos maduros que nós; não atingiram o mesmo estágio no processo civilizador. Ainda que Elias não afirme que “nosso modo de comportamento civilizado é o mais avançado de todos os modos de comportamento humanamente possíveis”, o próprio conceito de civilizado “expressa a autoconsciência do Ocidente”. Nesses termos, afirma ele, a sociedade ocidental busca descrever sua superioridade (Goody, 2015, p. 184).

Apesar da discussão de Goody (2015), precisamos analisar uma outra perspectiva que também se mostra no trabalho de Elias (2011): ao descrever a autoconsciência do Ocidente, o autor aponta a visão da Europa sobre suas ações, e não a algo criado por ele mesmo, enquanto

---

<sup>25</sup> Termo atribuído a historiadores que percebem o passado caminhando inevitavelmente para o progresso em direção a maior liberdade e iluminação, culminando com formas modernas de democracia liberal e monarquia constitucional.

pesquisador. “O conceito de civilização é o conceito que o Ocidente tem de si mesmo, como distintivo das sociedades menos cultas e, portanto, civilizados” (Elias, 2011, p. 23). Ou seja, ele, como pesquisador, estava descrevendo um fato, um processo que aconteceu com aquela sociedade, não rotulando e afirmando que as demais sociedades eram inferiores por não terem realizado o mesmo processo.

O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o processo de civilização fora completado e esquecidos. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, em classes mais baixas de sua própria sociedade.

Assim, começa a ocorrer o processo de comparação entre costumes de uma e outra cultura (o que é certo/errado). Os bons costumes “civilizados” iniciaram dentro de uma classe social e perpassa às demais ao longo dos séculos (importância da Igreja nesse processo). Depois dessa fase estar previamente concluída, as classes (não com igualdade de fato), unem-se como nação (é claro que houve outros motivos) e iniciam o processo em outras nações, também denominado de superioridade cultural, digo, sentimento de superioridade cultural. Vale lembrar que esse sentimento sempre esteve presente em relatos europeus, sobretudo com a expansão marítima no século XVI. Porém, agora, o caráter desse termo se tornou muito mais subjetivo e conflitante, porque a caracterização de superioridade não se dava pelos feitos, pela etnia e pela religião somente. Era o conjunto delas, dos parâmetros certos que tornavam uma nação civilizada, não o contrário (Elias, 2011, p. 109).

Neste trecho, o autor contextualiza sua teoria e afirma que o conceito de civilização foi produzido pelos indivíduos europeus. Os bons costumes foram difundidos a partir de uma classe social específica e, depois, disseminados para outras camadas da sociedade, sendo a Igreja um fator nesse processo. Embora sem igualdade efetiva, as classes sociais, enquanto protagonistas de determinadas ações, passaram a difundir esse processo para outros lugares, dando origem ao que Elias chama de sentimento de superioridade cultural. Esse sentimento, bastante presente nos relatos dos séculos XVI e XVII, tornou-se mais subjetivo com o passar do tempo.

Elias (2011), em todo o seu trabalho, aponta como a Europa se coloca como superior, mas em nenhum momento escreveu que essa ação deveria ser vista de uma forma positiva ou negativa. Ou seja, o autor coloca essa ação como um fato e, a partir disso, cabe ao historiador utilizar esse mesmo fato para seus exames históricos.

Outra análise feita por Goody (2015) diz respeito ao recorte teórico de Elias (2011) e sua escolha temática.

No entanto, uma coisa é negligenciar as “pequenas sociedades primitivas” (aquelas estudadas pelos antropólogos) quando lidamos com a Antiguidade e o desenvolvimento inicial do Ocidente; outra coisa é negligenciar as grandes

civilizações da Ásia ou, o que é tão problemático quanto, categorizá-las como “Estados asiáticos” (Goody, 2015, p. 13).

A crítica feita é que a postura europeia impõe a própria história ao mundo e, conseqüentemente, sua visão, de caráter etnocêntrico (Goody, 2015). Nesse caso, Norbert Elias, um pesquisador europeu alemão, escreve suas considerações inserido nesse parâmetro. Em sua obra, o autor já pontua que sua pesquisa não procura ser qualificativa, pelo contrário: “Nossos termos 'civilizado' e 'incivil' não constituem uma antítese do tipo existente entre o 'bem' e o 'mal', mas representam, sim, fases em um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua” (Elias, 2011, p. 70). Elias (2011) demonstra seu recorte, e nós temos ciência de que, ao não escolher uma temática ou uma sociedade, ele também faz uma escolha.

Entretanto, precisamos perceber a subjetividade desse pensamento; enquanto pesquisadores, compreendemos as limitações, já que também realizamos recortes temporais e históricos. Nesse caso, optamos por analisar a vila de São Paulo num determinado período. Assim, o fato de não aplicar a teoria proposta nesta pesquisa em outras sociedades ou temporalidades poderá fornecer críticas ao trabalho realizado, mas não poderão ser determinantes para desqualificar o mérito da pesquisa feita. Nesse sentido, podemos dizer o mesmo para a extensa pesquisa de Norbert Elias. Isto é, apesar do autor ter deixado de analisar outros indivíduos e grupos sociais, principalmente os grupos asiáticos, sua pesquisa não perde a relevância quando a utilizamos para analisar a realidade da Europa nos séculos XVI e XVII.

Outra situação que gostaríamos de comentar é que a partir da interpretação e crítica da tese de Elias (2011), Jack Goody (2015) trouxe discussões relevantes, que colocaram em discussão a veracidade e o local de fala de pesquisadores europeus. Deste modo, o propósito dessas análises, em nosso trabalho, não é defender um lado e criticar o outro, mas sim produzir a pesquisa baseada nesses dois aspectos: entender a visão do Ocidente sobre ele mesmo - a civilização -, e confrontá-la, a partir de questionamentos, em relação a conceitos etimologicamente eurocêntricos.

Portanto, precisamos aceitar as limitações historiográficas concernentes a cada pesquisador, a cada pesquisa. Assim como Goody (2015), entendemos a necessidade de um pensamento mais crítico para combater o inevitável caráter etnocêntrico em qualquer tentativa de descrever o passado ou o presente do mundo.

Isso significa, primeiramente, ser cético quanto à pretensão ocidental de ter inventado atividades e valores como democracia ou liberdade. Em segundo lugar, significa olhar para a história a partir da base e não de cima para baixo (ou do presente). Em terceiro lugar, dar o peso adequado ao passado não

européu. Em quarto, é necessária a consciência de que até mesmo a espinha dorsal da historiografia - a localização dos fatos no tempo e espaço - é variável, objeto de construção social, por isso, sujeita a mudança. Portanto, não se trata de categorias imutáveis que emanam do mundo na forma como são apresentadas na consciência historiográfica ocidental (Goody, 2015, p. 23 e 24).

Essa citação é muito significativa para a pesquisa. Através dela, visualizamos a possibilidade de estudar as documentações europeias a partir de uma nova perspectiva e análise. Durante nossa pesquisa, compreendemos a importância de incorporar a visão dos povos indígenas no processo de construção identitária que ocorreu na vila de São Paulo. Embora não tenham sido tradicionalmente considerados como participantes ativos, sabemos que estiveram presentes e, portanto, devemos produzir uma narrativa que leve em conta essa participação.

Assim, a pesquisa realizada por Norbert Elias (2011) encontra seus desafios por se relacionar, principalmente, às ações europeias e por refletir as considerações desses indivíduos sobre o passado e o que visualizavam enquanto sociedade civilizada. Apesar de todos os obstáculos, acreditamos na possibilidade de compreender o passado através dessa temática. Elias (2011) contribuiu para a nossa pesquisa com sua teoria, assim como Goody (2015), que nos possibilitou um olhar mais cuidadoso sobre a documentação. Cabe a nós, pesquisadores, utilizar suas considerações, fazer as devidas ressalvas, críticas e análises. Uma pesquisa não perde sua importância apenas porque não confirma nossas expectativas. Pelo contrário, ela oferece novas perspectivas e nos lembra da natureza mutável e flexível das ideias, assim como experimentamos no nosso cotidiano.

Realizando as devidas análises e críticas, voltamos para a discussão principal desse tópico. O conceito elaborado por Elias (2011), denominado processo civilizador, demonstra que as ações desenvolvidas a partir desse período da modernidade influenciaram também os costumes, os quais estão ligados às mudanças internas. O aumento do consumo ao longo do tempo, associado à expansão marítima, produziu uma série de mudanças substanciais em sociedades ocidentais, incluindo o aprimoramento em termos de vestuário e boas maneiras à mesa. Esse processo civilizacional atravessou o Atlântico com os europeus, intrínseco às vivências dos viajantes. Porém, como lembrado por Elias (1994a), o processo civilizador não segue uma linha reta progressiva. Mas, em termos sociais, podemos pensar numa tendência para todos os tipos de comportamento.

A tendência no controle das pulsões, dos comportamentos se desenvolveu em um espaço de observação e julgamentos das ações alheias. Havia, em Portugal e demais regiões europeias, formas de punição, ainda que sutis. Entretanto, o ambiente na América era outro, segmentado

graças aos diferentes grupos étnicos. Foi assim que o colono da América teve acesso a menores cobranças morais, fator a ser analisado quando percebemos alterações comportamentais nesses indivíduos com o passar dos anos.

Para nós, algumas ações se tornaram “segunda natureza”. No século XVI/XVII não havia sido ainda inculcado dessa forma, como um autocontrole automático, um hábito que, dentro de certos limites, funciona também quando a pessoa está sozinha. O controle dos instintos era inicialmente imposto apenas quando na companhia de outras pessoas - mais conscientemente por razões sociais. (Elias, 1994a, p. 137).

A convivência com novos comportamentos gerou aos colonos de São Paulo a perda do embaraço, da necessidade de se vestir de acordo com o grupo social. As mudanças não foram totalmente conscientes e a falta de produtos do velho continente no dia a dia auxiliou nesse processo. Já não fazia sentido a repercussão de costumes ibéricos em um território onde as alianças com grupos indígenas, o conhecimento na língua tupi, acordos e trocas eram mais aceitos que a cortesia, a boa dicção e as vestimentas utilizadas num determinado evento social.

Ao realizar essa contextualização, entendemos que os moradores tiveram que lidar com falta de produtos europeus e tiveram acesso a maior liberdade moral. As trocas mercantis marítimas eram poucas, especialmente nas vilas do interior. O excedente comercializável era escasso na vila de São Paulo e sem ter o que vender, os moradores também não conseguiam comprar além do necessário. Aliado às dificuldades de acesso à vila, a situação de relativa pobreza promoveu certo isolamento econômico. Dessa forma, os paulistas se viram obrigados a se adaptarem ao meio em que estavam. Foram necessárias substituições nos alimentos, vestuários e até na própria forma de administrar a vida. Quando os colonos adotaram novos hábitos, novos formatos de relações sociais, de moralidade e ética baseados em costumes indígenas, observamos, assim, a não-linearidade do processo civilizador.

O indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive (Elias, 1994b, p. 31).

O modo como uma pessoa decide e age se desenvolve nas relações com as outras, numa modificação de sua natureza pela sociedade (Elias, 2011). Nesta perspectiva, os colonos de São Paulo acessaram um novo ambiente, com organizações sociopolíticas distintas da administração portuguesa. Tanto nativos como estrangeiros em contato diário no planalto de Piratininga

desenvolveram novas percepções sobre a vida em sociedade. Ao viver na escassez de produtos europeus, os moradores deixaram de sentir necessidade no uso de calçados, por exemplo. Novas percepções individuais formaram um novo indivíduo em São Paulo no século XVI.

Cada pequeno passo nessa trajetória foi determinado pelos desejos e planos de pessoas e grupos isolados; mas o que cresceu nesse trajeto até o momento, nosso padrão de comportamento e nossa configuração psicológica, certamente não foi pretendido por nenhuma pessoa em particular. E é dessa maneira que a sociedade humana avança como um todo; é dessa maneira que toda a história da humanidade perfaz seu trajeto: De planos emergindo, mas não planejada/Movida por propósitos, mas sem finalidade (Elias, 1994b, p. 58-59).

Percebemos como a sociedade é maior do que a soma de pessoas e que existem na verdade um conjunto de ações individuais. A vila de São Paulo se organizou com objetivos administrativos, mas o conjunto de acontecimentos nos mostrou que a realidade foi diferente da esperada. Os modos de ser, pensar e agir foram influenciados não apenas pela sociedade lusitana, mas também pelas tradições indígenas. Apesar das implicações mencionadas, de toda a dificuldade, o processo civilizador ocorreu no planalto de Piratininga. A ausência de uma sociedade de corte vigente na América, as distâncias consideráveis entre uma região e outra e o isolamento geográfico incentivaram um contato ainda maior com os nativos. Esse relacionamento foi se modificando ao longo dos anos, mas permaneceu constante.

O processo civilizador português em São Paulo precisou dividir espaço com questões geográficas e morais, tais como a alimentação indígena, o porte natural dos grupos no sertão, as crenças e religiosidades diversas, a adaptação do português num novo espaço, a pouca infraestrutura, as dificuldades de comunicação. Esses e outros fatores trouxeram percepções que distanciaram o colono da forma de ser de um indivíduo ibérico. Os jesuítas seguiram com as ações evangelizadoras, entrando em conflito com o modo de ser desse morador disposto a situações nada moralizantes em nome das riquezas prometidas no novo continente.

Utilizamos a análise de Elias às cortes europeias como referencial teórico para nosso método porque entendemos as possíveis aplicações dessas teorias em nosso trabalho. As mudanças não ocorrem unicamente pela sociedade de corte, mas foi ela quem disseminou as ideias e o avanço no patamar do embarço (Elias, 1994). Aos poucos, esses hábitos se tornaram parte do autocontrole e tão óbvios que nem eram mencionados.

Os bons costumes - sinônimo de uma atitude civilizada - foram iniciados dentro de uma classe, perpassando as demais ao longo dos séculos. “Vale lembrar que esse sentimento sempre esteve presente em relatos europeus, sobretudo com a expansão marítima no século XVI” (Elias, 1994, p. 109). Por esse motivo buscamos, com a discussão, verificar a ocorrência dessa

mesma atitude no cotidiano dos moradores de São Paulo. Os colonos que viveram no planalto do século XVI tiveram suas particularidades, mas não destoaram da moralidade que aprenderam.

Embora os fenômenos humanos - sejam atitudes, desejos ou produtos da ação do homem - possam ser examinados em si, independente de suas ligações com a vida social, eles, por natureza, nada mais são que concretizações de relações e comportamento, materializações da vida social e mental (Elias, 2011, p. 119).

Elias (2011) entende que a individualidade é resultado de diferentes relações entre outros indivíduos. Nesse caso, faz sentido observarmos a ocorrência do processo civilizador na vila de São Paulo, mesmo que ela tenha ocorrido de uma maneira que não foi esperada pelos moradores.

Um dos motivos que nos direcionou a uma análise detalhada do morador da vila, de seus costumes e comportamentos foi a observação dos relatos de padres viajantes. Ao demonstrarem a surpresa pela mudança de vida da população, os jesuítas apontam um caminho metodológico. Sabemos que o processo civilizador não deixou de existir nos territórios que tiveram contato com a vivência portuguesa, mas em São Paulo o processo ocorreu lentamente por alguns fatores que buscaremos observar nesta parte da discussão nas atas produzidas pelos representantes administrativos da vila. Apesar do teor político e econômico, pudemos observar pequenas nuances do dia a dia relatadas nas reuniões. Essas descrições propõem condições à estruturação da análise que vamos desenvolver nos próximos parágrafos.

As atas da Câmara são resultantes das obrigações locais da vila enquanto parte administrativa de Portugal. A cada reunião, precisavam escrever em papel quais temas os vereadores discutiram, as decisões tomadas e, ao final, a assinatura dos presentes. A documentação exibia as ações realizadas na vila em caso do ouvidor ou capitão exigir a leitura durante suas inspeções na capitania.

Assim, com leitura e análise das reuniões e discussões, foi possível a compreensão da realidade. Mas, como qualquer documentação, entendemos suas limitações. Poucos sabiam ler e escrever na vila; quando faziam o uso dessa arte, era de forma simples e pouco eloquente, o que gera por vezes diferentes interpretações.

À primeira vista nem parecem as *atas da Câmara de São Paulo* quinhentistas, escritas não em português e sim em idioma lusitaniforme, áspero e grosseiro, em que a grafia extravagante das palavras se une à confusão dos conceitos, às

ambigüidades da frase, à ausência de pontuação senão frequentemente, de termos indispensáveis à oração (Taunay, 2003, p. 21).

Apesar das dificuldades apresentadas, conseguimos obter informações acerca do modo de ser dos moradores de São Paulo. As ações administrativas registradas são pontos de partida admiráveis para observarmos o desenvolvimento local. Com o passar dos anos as mudanças aparecem de forma sutil nos documentos, fornecendo subsídios a novas discussões.

Outro ponto a destacar é em relação às intencionalidades de cada ata escrita. Resultantes de conflitos políticos e econômicos, os documentos não são imparciais nem neutros. Por isso a necessidade de realizar constantes paralelos entre as narrativas destacadas com outras fontes históricas, como as cartas jesuíticas.

Qualquer fonte utilizada pelo historiador é passível de questionamentos quanto à sua veracidade. O discurso daquele que escreveu, seus objetivos e todas as variáveis por trás daquele escrito devem ser analisados. No caso dos jesuítas que vieram para a América Portuguesa, possuíam como foco principal a catequização dos indígenas, dos gentios que viviam no território. Para tal, suas cartas demonstram essa vontade e empenho em obter boas novas. As cartas endereçadas a outros clérigos continham mistos de perseverança e fervor, pois Deus estava com eles e os auxiliavam na batalha pela predominância da verdadeira fé. De fato, as observações de todas essas questões dão legitimidade para tal documento, mesmo que seja somente como forma de análise do discurso.

A capitania de São Vicente não teve as mesmas condições econômicas que as capitanias açucareiras, em razão do solo pouco profundo e pantanoso. Foi desenvolvida uma policultura de subsistência baseada no trabalho forçado de indígenas (Monteiro, 1984). Além disso, a vila foi abordada diversas vezes por conflitos bélicos. Os vereadores relataram dificuldades comerciais, falta de alimentos. Os moradores frequentemente se indispunham com orientações vindas dos capitães e ouvidores, principalmente quanto à cobrança de impostos. Discussões de interesses entre a vila e os jesuítas foram, algumas vezes, pautadas em reuniões. Somados a isso, sofriam com problemas em se construir muros, caminhos e pontes, já que além de não viverem de forma abastada, lidavam com a guerra, fator limitante a preservação local.

A vida no planalto se baseava em agricultura, alianças bélicas, conflitos, apresamento e venda da mão de obra indígena. O grupo eclesiástico que dividia o espaço com os colonos não estava imune a essa realidade. Não havia espaço para luxos; o cotidiano rígido exigiu diversas adaptações à vida no trópico. Em uma realidade que não forneceu muitas opções, o contato com o interior ou sertão - como chamavam -, estabeleceu o abandono de uma vida cortesã. “O

simples recurso às rudes vias de comunicação, abertas pelos naturais do país, já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sobre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos” (Holanda, 2014, p. 43). Para se comunicar era necessário aprender a andar na mata; os moradores obtiveram essa façanha numa penosa aprendizagem diária intermediada pelos nativos aliados. A troca da alimentação, o uso de técnicas medicinais indígenas, o modo de ser e se portar foram consequências da falta. Portanto, as mudanças de comportamento foram resultantes de todo esse processo.

As guerras locais foram um dos motivos para a construção de muros e os constantes reparos em cercas do espaço, por conta do pouco comprometimento da população com a administração local e com a permanência dos muros. Em muitas reuniões se exigiam a construção ou reforma, aplicavam advertências e multas a quem desrespeitava as leis, mas os problemas estruturais continuavam frequentes. Na ata de 10 de julho de 1563, o procurador do conselho abordou essas questões durante a reunião:

[...] e tão bõ requeria da parte de sua alteza q̄ eles fizesẽ as posturas q̄ lhes bem parecese e mãodasẽ fazer as põtes e fõtes e quaminhos mãdem reparar os muros e cõsertar os pateos da vila e como asim ho requereo o asinou aqui eu jº fiz q̄ ho escrivi [...] (Atas, 1967, p. 26)<sup>26</sup>.

O muro que cercava todo o espaço da vila servia como proteção aos moradores, mas também a demarcação do espaço dos portugueses. Com o passar dos anos, entretanto, a construção passou a incomodar muitos. Os moradores faziam buracos no muro feito de taipa, geralmente próximo a suas terras e casas para facilitar o acesso e trânsito. Em 4 de fevereiro de 1575 a reunião da Câmara basicamente tratou sobre esse tema.

[...] Requereo mais o dito prourador q̄ joane anes domíguos roĩz e manoell fiz juiz tinhão nos muros desta villa abertos buraquos e p̄tas nos ditos muros q̄ hera gran prejuizo e podiam cair os ditos muros q̄ suas merces lhes mandasẽ notefiquar cõ certa pena q̄ hos tapasem dentro ã serto tempo ao q̄ hos snẽrs officiaes responderão e mandarão a mí escrivão q̄ lhe notefiquase aos sobreditos q̄ dentro em quize di diguo de hũ mes elles tapacẽ as ditas taipas de taipas de pilão cõ pena de quinhentos rs p̄a o cõselho e mandarem q̄ se presentem no da notificação // notefiquei eu fruituoso da costa escrivão da camara este despacho dos snrẽs vereadores as p̄as no mandado asima oje coatro de fevereiro de 1575 anos - fruituoso da costa [...] (Atas, 1967, p. 63)<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> [...] Ele também fez um requerimento por parte do rei que colocassem em prática as ordenações, mandando fazer pontes, fontes e caminhos. Deveriam também reparar os muros, consertar os pátios da vila. Esse pedido foi feito [pelo procurador do concelho], que assinou. Eu, João Fernandes quem escrevo (Transcrição nossa).

<sup>27</sup> [...] O procurador percebeu que João Anes, Domingos Rodrigues e Manoel Fernandes "o juiz", tinham abertos buracos e portas nos muros da vila. Essas aberturas eram de grande prejuízo já que os muros poderiam cair. O procurador solicitou que os camaristas os notificassem sob pena de multa, para que consertassem em determinado

É possível observar as contradições existentes no período. De acordo com a Câmara, o muro era importante; todavia o dia a dia apontava as dificuldades e o empecilho que a construção causava. A notificação feita a três moradores - inclusive um deles já havia sido vereador e juiz anteriormente - em ata, demonstra como esse tipo de comportamento não foi isolado.

O próprio escrivão foi notificado meses depois - em agosto do mesmo ano - por ter feito uma porta no muro. O procurador do conselho relata que Frutuoso fez construções em terras que não eram suas. O escrivão se justificou dizendo que não conseguiu a licença porque os vereadores não estavam presentes na vila.

[...] e lloguo na dita camara foi requerido pr jmo fiz procurador do co aos ditos oficiais da camara q̄ fruituoso da costa mor nesta villa fizera hũas casas e hũos chão q̄ heram dos erdeiros da molher de balltesa nunes defunto e emcostara a serqua onde abrira hũa prta pra a rua q̄ requeria a suas merces mandacẽ ao dito fruituoso da costa q̄ tapase a dita prta pr quoanto a abrira sem lca dos ditos oficiais e sob pena de mandar ce tapar ao q̄ os ditis oficiais responderam q̄ ao tpo q̄ o dito fruituoso da costa abrio dita prta no dito muro elles oficiais não estavam nesta villa pr serem ambos idos ao mar a negocios e cousas q̄ lhes relevavão e ao tpo q̄ vieram a esta villa acharão a casa feita e a dita prta aberta pra a rua e o dito fruituoso da costa metido nella q̄ perguntando elles ditos oficiais ao dito fruituoso da costa quem lhe dera lca pra abrir a dita prta e como abrira sem lca delles oficiais elle lhes respondera q̄ pr ser morador esta villa e escrivão nella e não ter pousada e q̄ morase pr ser obriguado a residir na villa pr rezam de seus careguos e ao tpo q̄ elles quizera fazer a dita casa elles oficiais não estavam na villa pra lhes pedir a tall llixenca ele se fora a jorge moreira capitam desta villa e le pedira tall lca e elle lha dera cõ tall cõdição q̄ sendo necesario hũo par de frecheiras na dita casa pra a banda do campo elle fruituoso da costa a abrice pr cõanto a dita casa ficava como vale pr lhe darem no llugar e pr na camara se achar presente o dito jorge moreira e dizer aos ditos oficiais q̄ elle lhe dera a dita lca pr rezam de elles oficiais não estarem nesta villa da maneira q̄ dito he os ditos oficiais mandaram de tudo fazer este termo e a resposta do dito capitam e mandaram ao dito jmo fiz q̄ se lhe paresia requerese contra o dito capitam [...] (Atas, 1967, p. 80-81)<sup>28</sup>.

---

tempo. Assim, os camaristas me enviaram [o escrivão] para lhes notificar das informações, devendo colocá-las em prática em um mês. Deveriam tapar as taipas, sob multa de 500 reis para o conselho // Eu, Frutuoso da Costa o escrivão da Câmara, notifiquei a informação dos senhores vereadores às pessoas acima hoje, 4 de fevereiro de 1575 [...] (Transcrição nossa).

<sup>28</sup> O procurador do concelho relatou aos oficiais que Frutuoso da Costa, morador na vila, construiu casas nas terras que pertenciam aos herdeiros da mulher de Baltazar Nunes, já falecido. Ele também encostara a cerca e abriu uma porta no muro para a rua. Assim, o procurador requereu dos oficiais que pedissem a Frutuoso da Costa que tapasse a porta sob pena de multa, já que abriu sem a licença dos camaristas. Os oficiais responderam que eles não estavam cientes do ocorrido porque quando Frutuoso da Costa abriu uma porta no muro eles tinham saído da vila para o mar a negócios. Quando voltaram, a casa já estava feita e a porta aberta. Os oficiais perguntaram a Frutuoso quem lhe ofereceu a autorização para fazer tais coisas. Ele respondendo, disse que por ser escrivão era obrigado a morar na vila e como não tinha casa, precisava de uma pousada. Como os oficiais não estavam na vila para pedir a devida autorização, ele solicitou a Jorge Moreira, capitão da vila. O capitão daria a licença se fizesse um par de frecheiras na casa voltadas para o campo e esta casa seria como um vale para lhe darem. Como o próprio Jorge Moreira se fez presente na reunião e afirmou aos oficiais que havia dado a licença já que eles não estavam na vila, os

Com essa ata, percebemos questões a serem analisadas. A primeira delas é que houve tentativas de organização da vila de São Paulo, por parte dos camaristas, aos padrões que lhes foram solicitados pela administração portuguesa. Os vereadores atuavam, solicitavam justificativas quando os moradores não cumpriam, chegando a multar os próprios oficiais quando necessário. A segunda percepção é que apesar da existência institucional da Câmara, das imposições e cobranças, o desrespeito às normativas continuaram ocorrendo. Situações como essa foram costumeiras numa realidade que exigia adaptações.

O muro da vila visivelmente atrapalhava o fluxo livre de pessoas, além de que a distância entre a vila e os demais centros populacionais foi fator para que moradores ficassem meses sem voltar. Por isso, a decisão em fornecer a licença para que Frutuoso da Costa pudesse construir e fazer uma porta no muro não foi dada por nenhum dos oficiais de São Paulo devido à ausência dele nas reuniões nos meses que antecederam o ocorrido. Essa é uma outra questão a ser analisada, já que o atrito entre as ordenações administrativas, vindas da Coroa, foram recorrentes nas atas do século XVI.

As dificuldades de execução das leis e normas nos apontam para a aparição de uma nova forma organizacional em São Paulo. Costumes, hábitos, economia e religião portugueses não desapareceram, mas foram aos poucos minimizados. A vida no sertão fez-se presente cada vez mais: as regras eram respeitadas quando convenientes e ignoradas quando podiam ser dispensáveis. O núcleo urbano de Piratininga existiu numa representação lusitana perfeita apenas nos mapas e escritos oficiais. No dia a dia havia uma vida mais simples onde cada família tinha que delimitar seu espaço, produzir artigos de consumo, construir seus espaços. Com o passar dos anos, a Câmara teve papel mais impositivo ao definir produções, preços e locais de venda. Os moradores, entretanto, continuaram deixando vestígios de um relaxamento moral, político e religioso.

Em sua discussão sobre mudanças comportamentais na corte francesa moderna, Norbert Elias (1994) afirma que o motivador de mudanças no comportamento e na linguagem não provém de explicações racionais. Foi o dinamismo da sociedade de corte que distinguiu as pessoas pela classe à qual pertenciam e, por isso, se viram compelidas a agir e falar de modo cortês. Em dado momento, a sociedade passa a utilizar da razão para justificar socialmente as alterações morais.

---

camaristas pediram para registrar nas atas e se parecesse bem, que o procurador do concelho fizesse o requerimento contra o capitão [...] (Atas, 1967, p. 80 e 81). (Transcrição nossa).

No caso de São Paulo, percebemos que as mudanças ocorreram apesar da ausência de uma sociedade de corte. Os moradores foram influenciados pelo modo de vida português, mas também pelas diversas vivências nativas existentes no território. A população percorreu caminhos distintos daquele traçado pela corte europeia, mas chegou, séculos depois, no mesmo ponto que a nobreza da Europa, processo que Elias (1994) entende como civilizador.

O mistério da transformação especificamente sócio-histórica só começa a se desfazer quando se compreendem o seguinte: que essas mudanças não precisam ser causadas nem por alterações da natureza, externas aos seres humanos, nem por alterações de um “espírito” interno aos indivíduos ou nações (...). O “ambiente” que se modificou (...) foi apenas o ambiente que as pessoas formam umas para as outras. Durante esses séculos, o céu permaneceu mais ou menos o mesmo, tal como aconteceu com a natureza orgânica do homem e com a estrutura geológica da Terra. A única coisa que mudou e se deslocou numa direção específica foi a forma da vida comunitária, a estrutura da sociedade ocidental e, com ela, a influência social sobre o indivíduo e sobre a forma de suas funções psíquicas (Elias, 1994, p. 45).

O que se pretende abarcar com essa discussão é a compreensão de que São Paulo apresentou suas diferenças e peculiaridades, sofrendo distanciamento, mas também aproximações com a moralidade portuguesa. Houve entraves nos objetivos principais, seja pelo acesso aos costumes e vivências dos grupos indígenas, seja pela localização geográfica, seja pelos problemas de comunicação. Esses entraves, entretanto, não foram fatores de negação desse processo civilizador, apenas fatores que promoveram a lentidão do processo.

Ainda que entendamos a disposição do indivíduo e sua capacidade de mudanças no meio onde se encontra, isso não se afasta do padrão de pensamento contemporâneo de comportamento e discurso (Elias, 1994). Ou seja, o morador de São Paulo teve, sim, suas individualidades, mas não se diferiu integralmente dos costumes e tradições portuguesas, já que se encontrou preso nesse padrão reproduzido num formato administrativo, religioso e moral. Por isso nossa tentativa em utilizar Norbert Elias (1994) nessa discussão. Apesar de diferente, o indivíduo morador de São Paulo é reflexo daquilo que se aprendeu, se entendeu como correto nos padrões morais da região ibérica.

O duplo deslocamento da história- o espacial e o temporal - sempre permearam a pesquisa historiográfica e se faz necessário a ciência desse fato. Os acontecimentos ocorrem de forma simultânea e não linearmente. Isso significa a existência de um meio social geral no qual todos estão inseridos e que afeta instintivamente as ações de cada indivíduo, como a normativa do Estado, a política e a economia. Ao mesmo tempo existe a realidade espacial na qual os problemas cotidianos de um grupo mais restrito, por exemplo, se tornam mais relevantes do que

para os demais cotidianos nos quais ele está inserido ao longo da vida. Por isso a percepção de que na história da vila de São Paulo do século XVI e XVII se faz presente uma dicotomia entre as ações deliberadas pela Coroa portuguesa aos moradores e as ações que ocorreram, de fato, no planalto.

A vila de São Paulo, a partir de diferentes vivências, produziu seu formato social, com hábitos que se relacionavam às questões básicas de sobrevivência. A tentativa da Coroa portuguesa em transpor a organização administrativa precisou encarar situações cotidianas e se adaptar às necessidades momentâneas. O morador, meio europeu, meio nativo, comprova a desarticulação do perfil social português por meio de atos individuais, presente nas atas da Câmara.

Essa mudança comportamental não foi vista pelos moradores como algo significativo, já que na documentação camarista demonstraram que suas ações eram semelhantes aos costumes ibéricos, apesar das distinções. Porém, diante da leitura de quem pesquisa, as narrativas propuseram questões em que o dia a dia era cercado de ações próprias de uma região distante da metrópole. Não se pode ignorar o fato de que, por ser um espaço administrativo lusitano, as normativas portuguesas ocuparam espaço. Para além disso, os oficiais lidavam com particularidades que colidiram com a organização colonial.

Ponderamos os grupos indígenas como parte dessas mudanças, peculiaridades e discussões locais. Diversas etnias coabitavam o planalto, transitavam na região e algumas moravam no espaço territorial da vila, inclusive. A vivência no território afrouxou alguns costumes cristãos e o tema passou a ser pauta de reunião. Em 14 de abril de 1590, os camaristas reafirmaram leis portuguesas, três delas eram direcionadas ao relacionamento entre a população portuguesa com os indígenas. “[...] asentarão q̄ quoallquer pessoa bramco ou negro macho que se achar na fonte ou lavadouro peguando de moça escrava ou india ou branca paguara pr iso quinhentos rs e o mesmo paguara quoallquer pessoa q̄ for a fonte não tendo la q̄ fazer [...]”<sup>29</sup> (Atas, 1967, p. 399).

A citação corrobora para a existência de relacionamentos - em sua maior parte extraconjugais - entre os grupos, algo proibido nas ordenações. O casamento monogâmico era padrão da religiosidade cristã, mas não foi seguido pelos homens em sua totalidade. A perda da moralidade foi tópico discutido pelos padres jesuítas ao abordar São Paulo (Leite, 2006). Sendo

---

<sup>29</sup> “Concordaram que qualquer pessoa, homem branco ou negro que estiver na fonte ou no lavadouro pegando moça escrava, índia ou branca deverá pagar de multa 500 reis por isso. Outrossim pagará qualquer pessoa que for a fonte não tendo nenhum objetivo específico” (Atas, 1967, p. 399). (Transcrição nossa).

a Câmara símbolo administrativo português, observamos a preocupação econômica, mas também moral, fator que nos aponta para a diferença da vida local aos comportamentos típicos.

Questões do cotidiano se propõem inicialmente como padrões, modos de se viver e conviver de determinado grupo. Quando o indivíduo não se dispõe a seguir, é punido de diferentes maneiras. Com isso, observamos o esforço do camarista em lidar com as transgressões morais. Apesar do esforço aplicado, o modo de ser e agir não se modifica somente de acordo com as imposições das lideranças (Bauman, 2012). “Ainda assim, a cultura, não obstante a peculiaridade de sua existência, é propriedade. E toda propriedade pode ser adquirida, dissipada, manipulada, transformada, moldada e adaptada” (Bauman, 2012, p. 91). São, portanto, mudanças comportamentais que nos elucidam questões do cenário de São Paulo, como as características do que teria sido seu próprio processo civilizador.

Com base nas questões analisadas, desde o processo de construção administrativa de São Paulo, sua organização social e contradições, até a construção do processo civilizador no planalto, tudo nos proporcionou novos olhares sobre a documentação produzida nos séculos XVI e XVII. Essas alterações socioculturais não foram consideradas pelos moradores, mas suas ações registradas na documentação nos direcionam a elas. As novas condições de vida condicionaram o modo de ser e produziram novas identidades que, na relação constante entre indivíduo e sociedade, não foram arquitetadas por ninguém em particular.

Considerados num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro. Antes de mais nada, na verdade, eles simplesmente existem - o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos - de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas que, juntas, formam um sistema solar, ou os sistemas solares que formam a via láctea (Elias, 1994b, p. 18).

A ideia aqui proposta é de que a partir de ideias morais preconcebidas, o planalto de Piratininga produziu um processo civilizador aos moldes das vivências portuguesas, mas também as próprias experiências reais. Apesar das inúmeras tentativas de controle desse indivíduo pelos grupos de jesuítas e oficiais da Câmara, o modo de vida se assemelhou ao do nativo durante os primeiros anos, devido, essencialmente, a questões básicas de sobrevivência. A vila se molda e, com isso, acaba por produzir um novo perfil de indivíduo e um novo perfil de sociedade.

Portanto, este capítulo procurou analisar a construção da vila de São Paulo pelo viés das teorias de Norbert Elias acerca do processo civilizador (1994), evidenciando que aquela sociedade e, conseqüentemente a sociedade brasileira, não se deu de forma planejada

sistematicamente pela Coroa Portuguesa, embora Portugal estivesse à frente do processo de colonização.

Evidenciamos que, apesar da presença da Câmara Administrativa da Coroa Portuguesa em território colonial e do processo moral e religioso marcado pelos jesuítas, ainda que com os esforços de se transpor para a América Portuguesa os hábitos, valores e costumes das terras lusitanas, a vila de São Paulo não saiu à imagem e semelhança de Portugal. Pelo contrário, como demonstrou as atas da Câmara, a vila foi se constituindo enquanto uma sociedade distinta da sua “progenitora”; suas necessidades singulares, as dificuldades impostas pela geografia do local e todos os obstáculos já pormenorizados ao longo do texto fizeram com que a vila fosse constituída com base nas relações que ali foram travadas e nas ações empregadas pelos seus moradores diante das exigências e necessidades de seu cotidiano.

Quanto ao primeiro critério, podemos afirmar que a vila foi se edificando enquanto sociedade, à medida que a auto coerção (necessidades e dificuldades locais) foi pesando mais, dando assim o tom da sua construção e das ações empregadas pelos seus moradores. Assim, precisou haver certo autocontrole dos comportamentos dos sujeitos que ali habitavam para que se estabelecessem os padrões mínimos de convivência, moral e respeito (as multas criadas e aplicadas pela Câmara, formada pelos moradores da vila, a cada vez que um indivíduo desrespeitava as normas), o que gerou o último critério que finaliza, assim, o elenco dos elementos da construção daquela sociedade, que foi a criação da identificação recíproca das pessoas.

Portanto, a vila de São Paulo se constituiu a partir de sua própria realidade e das relações sociais desenvolvidas ali, bem como das ações empregadas na resolução de problemas e na minimização das dificuldades de progresso. Materializa-se aquilo que Elias (1994) denominou de processo civilizador, mas sob outros moldes, específicos e originais do território do planalto.

### **3. AS PERSONAGENS NATIVAS DO PLANALTO: OS GRUPOS INDÍGENAS E O SERTÃO**

Os percursos do sertão foram decisivos para as conexões entre os habitantes de São Paulo com os grupos indígenas e a interligação desses moradores com as experiências e os aprendizados locais. Esses processos se caracterizaram, de um lado, pela necessidade de sobrevivência e, de outro, pela vontade e busca por riquezas. As vias terrestres e fluviais promoveram o contato de diferentes povos e suas distintas concepções de vida. Os caminhos do sertão serão personagens em nossa narrativa, já que a curiosidade dos moradores os fez desbravar a região e se aventurar por ela. Por meio dessas rotas criadas anteriormente e utilizadas pelos nativos, ocorreram tentativas de exploração dos territórios e das pessoas que ali viviam. Também houve buscas pelo comércio, a catequização e a comunicação de São Paulo com outros locais além dos espaços administrativos portugueses. Realizados inicialmente por decisões individuais - e, posteriormente, com a colaboração dos camaristas de ofício -, os trajetos foram também espaços de conhecimento e promoção de novas identidades e, na construção da vila de São Paulo, foi ponto central do processo identitário.

A formação do indivíduo ocorre baseada no espaço em que vive com os demais - o que possibilita o desenvolvimento de hábitos, costumes -, e com a sociedade - promulgadora dos modos de expressão, de ideias e regras para organização da vida -, ou seja, faz parte do cotidiano desse ser do seu nascimento até seu desenvolvimento enquanto indivíduo social.

A sociedade aprende com seus moradores e os ensina diferentes hábitos, formas e maneiras de conter impulsos e desejos inadequados, ela incentiva aqueles que considera oportunos. No desenvolvimento de um grupo, por sua vez, estimula uma padronização desde a tenra idade da criança e, é nítido que cada grupo propõe sua forma de se vestir, maneiras de se comportar e agir. Essas formas não são estáticas, portanto, as mudanças sociais, ou seja, as alterações de comportamento vão ocorrendo à medida que os indivíduos se conectam, se desagregam, se relacionam.

O contato entre as pessoas é algo constante. Ou seja, à medida que os seres humanos nascem e crescem, trocam experiências entre si e com o meio em que vivem e, por conseguinte, alteram sua individualidade e o próprio espaço. Os indivíduos e seu território de vivência estão intimamente conectados e os grupos sociais são inerentes a essa convivência.

Depois de despender tempo considerável num espaço territorial com um grupo de convivência, espera-se que o indivíduo entenda quais ações devem ser feitas, quais serão

aprovadas e quais não serão benquistas. Há uma reprodução contínua de ações. O indivíduo se padroniza.

Rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos linguísticos a seu dispor. Se os utilizar de um modo que se afaste demais do uso vigente, deixará de ser inteligível (Elias, 1994, p. 79).

Assim, o indivíduo pensa, age e se comunica inserido em um padrão estabelecido socialmente. Para se fazer entender por sua comunidade, utiliza-se da linguagem que aprendeu. O elo se completa quando é aplicado o controle da natureza, o controle social e o autocontrole (Elias, 1994b). Essas funções são dependentes e interferem diretamente na relação do indivíduo com sua terra e seu povo.

Realizamos a exposição acima porque ela intermediará o sentido discursivo do capítulo. Ao trazermos os grupos nativos do planalto para a discussão, preocupamo-nos com a possibilidade de ocorrerem tentativas - por parte do leitor -, em fazer comparações entre o modo de vida quinhentista com sua própria vivência, ou dos nativos com os portugueses com quem se relacionaram no período, qualificando-os como indivíduos hierarquicamente superiores ou inferiores a eles. Não apenas isso, mas também considerar que essas mesmas analogias foram feitas por nós, pesquisadores. Assim, reiteramos que nosso papel enquanto pesquisadores é contextualizar os pensamentos e as questões da época sem juízo de valor. E, ao utilizarmos documentações com visões opinativas sobre a realidade, procuraremos abordá-las como fontes que nos explicam sobre a realidade a partir de determinados grupos e não como nossa opinião sobre algo que ocorreu no passado.

Peter Burke, historiador inglês considerado um dos especialistas sobre a modernidade europeia, buscou enfatizar a relevância de aspectos socioculturais em suas análises e entender as limitações de narrativa do pesquisador.

Cada vez mais historiadores estão começando a perceber que seu trabalho não reproduz “o que realmente aconteceu”, tanto quanto o representa de um ponto de vista particular. Para comunicar essa consciência aos leitores de história, as formas tradicionais de narrativa são inadequadas. Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de auto-indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis (Burke, 1992, p. 337).

A partir do excerto acima, entendemos que, assim como os moradores do planalto - sejam os de São Paulo, sejam os nativos indígenas - participaram de conceitos universais da

rede humana da qual fizeram parte e os quais eles consideravam, cada qual em seu grupo, como conceitos corretos, nós, enquanto pesquisadores e indivíduos, também temos nossas amarras sociais, conceitos que aprendemos ao longo da vida e que nos formam enquanto indivíduos. Cientes disso, o objetivo de nossa pesquisa é entender a movimentação dos grupos nativos no território, suas considerações sobre a realidade e quais foram as percepções que tiveram acerca dos novos integrantes do espaço.

O foco deste capítulo, portanto, será analisar as personagens que já habitavam o espaço territorial do planalto de São Paulo nos séculos XVI e XVII, partindo do pressuposto de que os grupos indígenas - os tupiniquins, os guaianases e os tupinambás - e todo o território conhecido como sertão, são personagens e ideias a serem observadas. Essas duas constantes estarão em contato direto com os demais grupos europeus.

Analisar as personagens é também interpretar uma sociedade e seus espaços. Temos ciência de que a documentação utilizada foi produzida por um grupo estrangeiro que desconhecia as particularidades dos nativos e que não os considerou semelhantes. Essa visão se aplicou na documentação, que revela sua própria intencionalidade. Entretanto, entendemos que, apesar dos documentos terem seus propósitos específicos, isso não elimina as inúmeras possibilidades de análise e estudo que as fontes podem oferecer à pesquisa e ao conhecimento. Ou seja, é nossa função, enquanto pesquisadores, observar esses movimentos de imparcialidade nas fontes, analisá-las e promover discussões parciais sobre a temática. Como afirma Florestan Fernandes (1963), as fontes dos portugueses sobre os indígenas são significativas apesar de suas intenções.

Em resumo, através da documentação atualmente posta ao alcance dos investigadores, os aspectos essenciais da organização social, vinculados à estrutura social e aos processos de interação social, só podem ser conhecidos de modo parcial. Se ainda assim são significativos e têm grande valor analítico, é porque esclarecem e humanizam - isto é, referem ao comportamento humano - os fenômenos descritos predominantemente em termos do sistema tribal de padrões de comportamento (...). Ao sul, os grupos tribais vizinhos eram Tupiniquins ou Guaianá, índios aliados dos portugueses (Fernandes, 1963, p. 26).

Ainda que parciais, as fontes expressam a compreensão da realidade que os portugueses - autores das atas das Câmaras e das cartas jesuíticas - tiveram. Os marcos teológicos cristãos justificavam a ordem social e o poder político. A religião foi uma fronteira, mas também uma ponte entre diferentes ideologias. Ela moldava o discurso, os valores, os comportamentos, os hábitos, a etiqueta e as relações interculturais (Paiva, 2012). Essa visão faz parte da realidade, e as documentações não são isentas desse olhar. Para buscar uma aproximação com o modo de

vida dos nativos a partir de fontes escritas por outros, utilizaremos estudos já realizados como indicadores dos caminhos possíveis e já trilhados, além de metodologias próprias da historiografia.

A vila de São Paulo teve contato intenso com a população indígena. Vemos que, já no século XVII, moradores desse espaço eram resultados entre a união de homens portugueses com mulheres indígenas do planalto. Naquele momento e naquele local, ser mameluco era sinônimo de paulista. “Aprendiam o Tupi com suas mães, tinham conhecimentos de técnicas de sobrevivência, eram versados em ervas e hábeis batedores”. (Russel-Wood, 2014, p. 290). Foram suas próprias existências que os tornaram distintos de moradores de outras regiões da capitania, apesar de eles não terem ciência dessa situação e se autointitularem portugueses. Embora seja perceptível que mesmo se vendo como portugueses, já se faziam diferentes dos portugueses europeus e de outras regiões da América Portuguesa. “Ainda assim, a cultura, não obstante a peculiaridade de sua existência, é uma propriedade. E toda propriedade pode ser adquirida, dissipada, manipulada, transformada, moldada e adaptada” (Bauman, 2012, p. 91).

A palavra “cultura” possui uma variedade de significados, cuja origem etimológica remonta ao termo latino “colo”, associado ao cultivo agrícola. Inicialmente, era empregada para descrever atividades agrícolas, referindo-se ao que era plantado. Ao longo do tempo, no entanto, “cultura” ampliou seu escopo e passou a designar o conjunto de ideias e costumes de um grupo humano específico.

Além disso, discute-se as implicações sociais do conceito de cultura e como ele se manifesta nas interações cotidianas. A dicotomia entre “alguém com cultura” e “alguém inculto” é explorada em diversas sociedades, evidenciando como essa distinção é uma construção social que influencia as relações entre indivíduos e grupos dentro de uma sociedade. Tais comparações não apenas revelam diferenças individuais, mas também incitam a reflexão sobre as disparidades entre diferentes sociedades e culturas, que ocorre em diferentes níveis, seja no âmbito macro ou micro da sociedade e dos indivíduos.

Ao encontrar alguém que difere de seus costumes e hábitos, o indivíduo tende a sentir um estranhamento. No entanto, “travar contato com diferenças culturais não significa percebê-las; e percebê-las não implica conferir o mesmo status existencial a formas de vida divergentes” (Bauman, 2012, p. 104). O contato social pode ser sutil: é permeado por diversas possibilidades. No entanto, isso não acontece na América. As diferenças são tão grandes que é difícil não as perceber.

Notamos a importância de realizar essa discussão como parte introdutória do capítulo, já que “uma cultura” se assemelha a uma comunidade de significados compartilhados. “Os

conceitos diferenciais de cultura, como todos os outros, são arcabouços intelectuais impostos sobre o corpo acumulado das experiências humanas registradas” (Bauman, 2012, p. 105). A crítica que se faz é de que, muitas vezes, o pesquisador atenta somente às questões teóricas, perdendo de observar o meio prático, a existência humana. Apesar de compartilhada entre o indivíduo e seu grupo social, a cultura é uma via dupla e constante. Enquanto os indivíduos vivem, a sociedade existe. É como um produto matemático, onde a soma das ações individuais e sociais geram o meio coletivo. São questões vivas e totalmente conectáveis.

Para onde quer que nos voltemos, deparamos com as mesmas antinomias: temos uma certa ideia tradicional do que somos como indivíduos. E temos uma noção mais ou menos distinta do que queremos dizer ao pronunciar o termo “sociedade”. Mas essas duas ideias - a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro - nunca chegam a coalescer inteiramente. Sem dúvida temos consciência, ao mesmo tempo, de que esse abismo entre os indivíduos e a sociedade não existe na realidade. Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir falar e sentir no convívio com outros. A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo (Elias, 1994, p. 67).

Partindo desse pressuposto entendemos a constante conectividade entre o território e o grupo social. Isso significa que o indivíduo não será apenas provocado pela sociedade e suas instituições. Ele poderá ser um personagem provocador. Ao considerar a probabilidade da existência dessa abertura singular diante dos dois grandes paralelos sociais contidos no espaço geográfico e nas instituições sociais, as variáveis de ideias e oportunidades de explicação social mediante as ações particulares, oriundas das vontades e motivações individuais serão inúmeras.

A fim de que o leitor compreendesse a dimensão teórica e metodológica da temática, fizemos essa discussão para demonstrar nossa ciência acerca da proporção e da considerável quantidade de situações sociais que ocorreram entre os séculos XVI e XVII. Situações oriundas de numerosas razões, mas que apontam para um eixo central: o encontro entre os portugueses (dentre eles diferentes grupos, tais como os degredados, marinheiros, jesuítas, capitães) e nativos indígenas (tupis-guaranis, guaianases), concentrados em diversos pontos de conexão no planalto de Piratininga.

Portanto, estamos cientes de que nosso enfoque temático abordará questões sensíveis à nossa sociedade contemporânea, como inferioridade racial, étnica, eurocentrismo e questões de gênero. Haverá passagens aqui analisadas em que os moradores de São Paulo ou outros indivíduos dos séculos XVI e XVII terão essa visão comparativa e hierárquica de valores. Por isso, precisaremos ter um cuidado especial ao abordar as discussões deste capítulo. Asseguramos que, apesar de usarmos fontes e discursos que retrataram o outro como indivíduos

inferiores e diferentes, não temos intenção de propagar esse conceito nesta pesquisa. Utilizaremos essas fontes para retratar a realidade histórica e social do período, pois não nos cabe impor ideias a indivíduos com vivências diferentes, mas sim observá-los como personagens de seu próprio tempo.

Paul Ricoeur, filósofo francês, estabeleceu uma ligação entre a fenomenologia e análise da linguagem por meio da teoria da metáfora, do mito e do modelo científico. E, ao estudar História, Ricoeur a entende como uma ciência da inexatidão. Ou seja: se a disciplina histórica relata a vivência humana, seria injusto que qualquer pesquisador quisesse da narrativa histórica uma literalidade que nunca existiu no cotidiano.

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício de historiador, as que Marc Bloch tinha assinalado na sua apologia da história e do ofício de historiador. Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados (Ricoeur, 1961, p. 226 apud Le Goff, 1996, p. 21).

Em suma, a aceitação da história como o reino do inexato provoca no pesquisador a compreensão de sua vulnerabilidade diante das personagens, das fontes, do período histórico. Apesar da narrativa aqui construída fazer parte de um meio interpretativo sobre a realidade, temos consciência da situação anteriormente abordada e trabalharemos com esses fatores. Ressalta-se que os produtores de documentação quinhentista, todavia, não tinham essa percepção.

A sociedade, constituída no planalto da capitania, se fez existir entre personagens já consolidados no território. E, ao registrar sobre esses povos e o local onde estavam, imprimiram em sua escrita as marcas da sociedade portuguesa e de sua moralidade religiosa cristã. O residente veio marcado com as ideias do seu local de origem (Siqueira, 2016), tentou aplicar no território com o qual estavam entrando em contato as ideias e concepções que estavam inculcadas em sua individualidade. Entendemos, assim, que como os colonos e jesuítas tomaram essa atitude, os nativos indígenas também a fizeram. Peritos na localização, na comunicação, a população originária da América produziu ações emblemáticas no planalto.

O capítulo procura apresentar as percepções dos nativos diante do contato com os intrusos portugueses a partir da análise das documentações escritas. Após essas considerações, faremos uma discussão acerca do conceito de sertão e como o seu significado foi utilizado, nesse contexto, pelos moradores de São Paulo. A abordagem da narrativa se baseará em como o sertão afetou a vivência da vila e como o contato com os nativos proporcionou novos processos identitários.

### **3.1 A participação dos grupos indígenas nas narrativas históricas**

Produto de sua própria sociedade, os indivíduos do século XVI tinham no subconsciente - assim como nós - uma série de conceitos e ideias elaboradas. A consciência e a identidade, portanto, são frutos do contato entre indivíduo e um determinado povo, em seu local de existência. Por isso a liberdade de cada um se interliga com as aprendizagens tidas em seu território. “Nenhuma pessoa isolada, por maior que seja sua estatura, poderosa sua vontade, penetrante sua inteligência, consegue transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provêm seus atos e para a qual eles são dirigidos” (Elias, 1994, p. 48). Por conseguinte, para Elias, um indivíduo não se desconecta e desenvolve ideias sem um referencial. Para isso, é preciso haver novas conexões.

Cada qual é obrigado a usar certo tipo de traje; está preso a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento, muito diferentes de uma aldeia chinesa ou de uma comunidade de artesãos urbanos do começo da Idade Média. A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele, e talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada (Elias, 1994, p. 21).

As ideias individuais e sociais, portanto, são consequência de cada troca humana realizada. Quando há alguém com um pensamento desarmônico à forma de vida do povo com que vive é porque este indivíduo criou outras conexões em sua teia de contatos. A ampliação da rede social dos seres humanos sugere o alargamento entre cada uma das ligações. Quanto maior a teia, maiores serão as possibilidades de interação e produção de costumes e ideias que vão além de uma ou outra sociedade.

Assim como os europeus foram marcados individualmente, de acordo com seu grupo, os americanos também foram. Cada sociedade foi baseada em suas próprias crenças, políticas,

hábitos e ideologias. Num primeiro momento e num primeiro encontro, os lusitanos e os nativos indígenas tiveram percepções distintas sobre uns aos outros, atribuindo desigualdade e visões de inferioridade, dos dois lados. Apesar da criação de estereótipos, o contato permaneceu existindo, interagindo e promovendo a conexão entre as duas teias sociais. A produção de ideias nesse período e desse território será baseada nessas interações.

O indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive (Elias, 1994, p. 31).

Acreditamos que as três categorias de análise desenvolvidas anteriormente - a “normatização”, representada a partir daquilo que a Coroa portuguesa buscava na América; a “violação”, que justifica pelas ações reais aquilo foi realizado pelos moradores; e a “integração”, resultado da aquisição de novos costumes, das trocas cotidianas e da expansão social e identitária de cada um que viveu o planalto -, servirão como direcionamento da discussão em todos os capítulos.

Para esse subtópico, em especial, focaremos nas construções do espaço territorial e dos grupos sociais que habitavam o território do planalto de Piratininga nos séculos XVI e XVII. Após essa discussão, será possível entender, com mais precisão, como foi o processo da “violação”, nossa segunda categoria de análise. Essa categoria se encontra atrelada ao território e à constituição nativa, seus costumes e suas ideias. Entendemos que, assim, será possível explicar que a desnaturalização portuguesa e a constituição de uma nova identidade provêm não apenas de ações externas, mas de ações internas, desenvolvidas pelos indivíduos viventes a cada dia.

Como veremos adiante, os indivíduos possuem uma capacidade distinta de reproduzir e produzir novas estruturas, não apenas repetir informações recebidas. A cada passo dado, uma construção social é criada. O indivíduo produz questionamentos e desenvolve habilidades para respondê-los. Entendemos a importância de reconhecer o dinamismo cultural, pois ele se encontra presente a todo momento durante a narrativa histórica.

[...] essa capacidade única de reproduzir e produzir novas estruturas, e não a simples habilidade de introduzir intermediários simbólicos no espaço entre a consciência do evento e o evento em si, dota a linguagem humana de seu potencial gerador de cultura e a transforma no verdadeiro alicerce da cultura como fenômeno genérico. É por esse motivo que a questão do componente genérico da cultura humana - da essência da cultura - nos traz, de maneira

inevitável, num estágio relativamente precoce de nossa investigação, ao tema da estrutura e da estruturação. Ser estruturado e ser capaz de estruturar parecem ser os núcleos gêmeos do modo de vida humano conhecido como cultura (Bauman, 2012, p. 146).

Não há resposta, não há fim. A cultura está fadada a uma eterna continuidade (Bauman, 2012). Por esse motivo, afirmamos que as culturas se contactam, se conectam, se destoam, interagem a todo momento. Essas dependências fizeram-se presentes durante todo o processo de construção da identidade do território do planalto de Piratininga após a chegada dos portugueses no século XVI. E este será o objetivo deste capítulo: analisar quais foram as principais formas de vivência no território, além da portuguesa, observando as limitações das fontes e entendendo o silenciamento dos grupos indígenas, enquanto produção documental.

### 3.1.1 Narrativas e visões preenchidas por estereótipos

A participação dos nativos na documentação histórica do século XVI está vinculada às visões eurocêntricas predominantes na época. Com a chegada das embarcações ao continente americano, não apenas diferentes pessoas foram trazidas, mas também suas ideologias. Algumas ideias eram seguidas e respeitadas, como o cristianismo, enquanto outras refletiam preconceitos em relação à vivência do outro, perpetuando a noção de inferioridade.

Francisco Iglésias, historiador e autor de várias obras sobre história econômica e política, argumenta que esse período produziu muitas ideias e questionamentos imaginários. Antes mesmo da produção literária sobre o Novo Mundo, os moradores da Europa tinham imaginários sobre o lugar e sobre as pessoas que nele viviam.

Sabe-se da repercussão na Europa de livros de quantos estiveram na América. As edições se sucediam, havia interesse, mas em termos de exotismo. Idealizava-se o Novo Mundo, tinha-se dele uma imagem distorcida, terra infernal ou paradisíaca. A força das lendas sobre riquezas e maravilhas foi uma das molas das viagens e da colonização [...] (Iglesias, 1997, p. 31).

O Novo Mundo foi, durante algum tempo, envolto em mistério e medo, mas também representava a esperança de riqueza para alguns e de expansão do cristianismo para outros. Para alcançar esse objetivo, era necessária a reprodução da ideologia que unia os grupos sociais portugueses: o cristianismo. A união desses grupos ocorria por meio da obediência, submissão e controle das ordens sobre os indivíduos. O Estado e a religião se fundiam em uma só esfera, e todas as ações eram justificadas religiosamente (Paiva, 2012).

No regimento em que o rei expressa o papel de Tomé de Sousa nas capitânicas da América Portuguesa, ele afirma que sua principal motivação para povoar as terras do Brasil era a conversão da população à fé católica: “vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso pode ter” (Paiva, 2012, p. 45). Esse regimento, datado de 17 de dezembro de 1548, é um documento oficial, no qual o rei instrui o governador sobre suas responsabilidades ao chegar ao Brasil. O discurso explicativo da sociedade portuguesa, portanto, baseava-se na noção teológica da delegação divina do poder (Paiva, 2012).

Na Europa, o catolicismo era proclamado como a religião predominante na vida das pessoas, oficializada pelos governantes de cada nação e moldando a moralidade com base nesses preceitos religiosos. Não havia espaço para outras religiões, mesmo com a crescente influência da Reforma Protestante.

Produto dessa sociedade cristã militante, o homem do século XVI tivera plasmado no subconsciente, com maior ou menor intensidade, uma série de imagens e conceitos. Entre eles, a consciência de um mundo visível e outro invisível, constituído por Deus e por Ele governado. Nesse mundo encaixava-se o homem - projeção da vontade criadora de Deus. Homem dotado de espírito e de liberdade capaz de decaimento, como também de retorno ao Criador. Homem consciente de que o caminho para a aproximação a Deus era escalonado em sucessivos degraus da perfeição da virtude (Siqueira, 2016, p. 31).

Em uma época em que a aprovação religiosa era essencial para que qualquer comportamento fosse socialmente aceitável, fazia uma grande diferença se certas ideias fossem condenadas, positivamente encorajadas ou apenas toleradas (Woortmann, 1997). Klaas Wortmann, professor titular aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), destaca que essas condições resultaram em um comprometimento de longos anos por parte dos colonizadores ocidentais. Eles reproduziram comportamentos e ensinaram códigos de uma região continental em outra, em uma tentativa persistente. E, por meio dessas atitudes, a conversão dos nativos aproximava os portugueses de diferentes níveis sociais. Fosse padres, fosse colonos, independentemente das motivações, os europeus compreendiam a batalha para espalhar a crença cristã pelo mundo como algo necessário.

Excepcionalmente vinham homens dos estratos sociais mais elevados: funcionários, régios, impulsionados pelo desejo de agradar ao Soberano e pela esperança de haurir no futuro benefícios do “el-dourado” indiano. Por isso condescendia em empregar na Colônia parte do seu tempo e bens. Aqueles que eram obrigados, aqueles que deviam sair do Reino, ou simplesmente

aqueles que a isso se atreviam, povoavam caravelas e galeões (Siqueira, 2016, p. 33).

As embarcações traziam consigo os preconceitos dos europeus e suas aprendizagens sobre sua própria identidade e religiosidade.

A dispersão da população europeia nos territórios americanos nos dois primeiros séculos de colonização, a imensidão e a amplitude das paisagens, as dificuldades de se estabelecer mecanismos eficientes de vigilância e punição das heresias, a ausência de um poder de Estado mais efetivo, que organizasse a vida social, estabelecendo regras e punições, exerceram uma pressão pela mudança dos corações e das mentes (Menezes, 2015, p. 107).

Retirada da obra de Sezinando Luiz Menezes (2015), doutor e professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá no Paraná, Brasil, o trecho destaca alguns dos desafios enfrentados pela população europeia durante os primeiros séculos de colonização nas Américas. A partir dessas considerações e das mudanças ocorridas, havia uma certa cobrança da população portuguesa sobre ela mesma e, conseqüentemente, sobre os povos com que tinham contato.

Diante dessa perspectiva, os habitantes naturais do sertão eram vistos como àqueles que não conhece o Deus cristão (gentios), não “domesticados” (bravos), que cometiam atrocidades (barbaridades). Eles eram vistos como ameaças, enquanto os europeus encarnavam conceitos opostos em sua identidade histórica: eram os “heróis esforçados” que dedicavam suas vidas à fé. Essa dualidade estabelecida resultou na presença dos portugueses na região dos nativos e formalizou três séculos de conflito (Russel-Wood, 2014).

A natureza agressiva dos tupis e suas rivalidades intertribais, bem como as aspirações europeias, tornaram a guerra inevitável. Existiam alianças complexas e variáveis, mais baseadas nos interesses próprios das partes do que nas relações culturais, forjadas entre diferentes nacionalidades europeias e tribos índias. Os povos que falavam Tupi encontravam-se fragmentados em muitas tribos que se defrontavam entre si, perfeitamente preparadas para explorar as hostilidades europeias em proveito próprio. Os europeus que utilizaram auxílio indígena provavelmente ignoraram por completo os planos ocultos de seus aliados, mas por outro lado a amizade europeia acabou sendo devastadora, trazendo doenças e inúmeras mortes causadas por vírus e bactérias que os nativos nunca haviam tido contato (Russel-Wood, 2014, p. 285).

As terras do planalto não foram conquistadas, mas sim ocupadas. Dentro dessa visão estereotipada sobre a inferioridade dos grupos nativos, as documentações produzidas no período ignoraram o fato de que os nativos também se aliaram aos portugueses movidos por

seus próprios interesses. Em outras palavras, os nativos também se beneficiaram dessa relação, mesmo de forma desproporcional. Como resultado desse contato social, as trocas proporcionaram inúmeras possibilidades para ambos os grupos, mesmo que de forma inconsciente para os indivíduos envolvidos.

Ao serem forçadas a viver de uma nova maneira, as pessoas começaram a aprender umas com as outras. As vivências sobre o que era considerado adequado ou aproveitável ocorreram de forma sutil. Lembremo-nos que a relatividade dos padrões só foi concebida anos depois da formação da estrutura social moderna (Bauman, 2012). A ideia de inferiorizar as sociedades indígenas permanecia explícita na documentação portuguesa.

Apesar da documentação histórica produzida pelos camaristas, que afirmavam seguir as ideologias lusitanas, as cartas jesuíticas e os relatos de viajantes demonstraram que não havia homogeneidade na percepção sobre a população da vila de São Paulo. À medida que o contato com as sociedades indígenas se intensificava, as diferenças identitárias se acentuavam. Mesmo que não admitissem, eles já não eram mais os mesmos.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos perceber como o ambiente pode agir e influenciar as ações individuais de cada ser humano. Nenhuma personalidade, por mais forte que seja, será capaz de transformar sua sociedade de uma só vez, de acordo com seus desejos. Ela estará sempre vinculada à vontade de todos os indivíduos e à percepção social do território como um todo: “A história é um sistema de pressões exercidas por pessoas vivas sobre pessoas vivas” (Elias, 1994, p. 45).

O que estamos tentando evidenciar com essa exposição é que, apesar dos estereótipos e da visão de incapacidade e inferiorização dos indígenas pelos invasores, esses fatores não impediram que as mudanças no modo de pensar e agir dos indivíduos ocorressem naturalmente.

O estereótipo persistiu, enraizando-se nas terras brasileiras. A contemporaneidade demonstra a permanência dessa concepção, uma vez que ainda hoje observamos discursos que distinguem o ser indígena como inferior. No século XVI, essa distinção se manifestava por meio do bandeirismo e da escravização dos nativos em busca do lucro econômico local.

Em decorrência dos fatores econômicos, o bandeirismo tornou-se uma profissão criada pelo meio e uma escola por excelência, onde os adolescentes paulistas eram preparados para a caça ao índio e para o sertanismo em geral. Tornou-se um negócio até. Aquele que não podia partir para o sertão, tratava alguém que fosse por sua conta, fornecendo-lhe os meios materiais necessários à empreitada: índios, correntes, armas, munições de guerra e mais aviamentos, ou seja, a “armação” de que o bandeirante era o “armador”. Uma verdadeira sociedade estabelecida com o capital de uns e a coragem de outros,

ou sociedade de capital e indústria. Os lucros eram depois repartidos proporcionalmente (Holanda, 1968, p. 279).

A visão de inferioridade atribuída pelos bandeirantes aos grupos indígenas com os quais tiveram contato, durante suas expedições, era uma forma desses grupos justificarem suas ações comerciais de apresamento. Essa perspectiva prevaleceu nas relações sociais do século XVI.

Foi o colonizador constrangido a erigir seu novo mundo sobre uma realidade preexistente: a cultura indígena. Embaraçado ainda com o elemento rebelde por ele criado: o mestiço. Isso porque o português se isolou da família indígena. De um lado, alianças matrimoniais ocorreram arrastando-o paralelamente aos conúbios econômicos e guerreiros. De outro, as imposições da lei natural - a do instinto de conservação da espécie - fizeram-se sentir sobre dominadores e dominados e o colono tupinizou-se pela poligamia. Americanizavam-se o branco. Gerando os mestiços iniciava a ereção de um mundo português ainda, mas diferenciado escalonavam-se da outra maneira e, sobretudo, aplainavam-se arestas das intolerâncias (Lima, 2006b, p. 61).

Compreendemos que o mestiço, resultado da miscigenação entre europeus e nativos, foi reconhecido como parte integrante do território. Simultaneamente, ocorria uma exclusão mais pronunciada dos indivíduos indígenas, que desempenharam um papel ativo no processo de contato dos portugueses com a sociedade. Enquanto isso, os portugueses propunham e implementavam suas mudanças no território. Essas transformações foram oficializadas no final do século, anos após a chegada dos invasores. “A conquista definitiva dos índios do planalto nos últimos anos do século XVI propiciou uma nova fase para o desenvolvimento da capitania” (Monteiro, 1994, p. 100).

É inegável a grande diversidade de etnias e nações presentes no cenário americano. No planalto, entretanto, notamos uma presença maior das populações tupis e guaranis. De acordo com Fernanda Sposito (2012, p. 33), esses grupos foram os principais aliados dos brancos e, contrária e concomitantemente, aqueles mais escravizados.

A visão presente na documentação escrita durante o período quinhentista é reproduzida por historiadores da Primeira República, que viam os habitantes da vila de São Paulo como heróis nacionais.

A partir de 1930, a historiografia “paulística” reforçou as qualidades psicológicas dos colonos ancestrais com intenção de reverter o abalo sofrido pela oligarquia do estado de São Paulo após a ascensão de Getúlio Vargas. Contudo novos aspectos foram acrescentados, como, por exemplo, o isolamento, a pobreza e a auto-suficiência da sociedade piratiningana. Os colonos paulistas, nessa perspectiva, teriam tirado proveito do abandono da

Metrópole e contornado as adversidades, ao criar uma economia autárquica e uma estrutura social sem distinção de classes (Freitas, 2006, p. 3)<sup>30</sup>.

Nessa construção histórica, valorizaram-se qualidades como coragem, altivez, independência e honra. No entanto, a historiografia atual busca compreender a organização do planalto a partir de pelo menos duas perspectivas. Caio Prado Junior (1961) e Sérgio Buarque de Holanda (1995) foram contra essa visão, criticando a ênfase exclusiva na bravura e no espírito empreendedor dos moradores de São Paulo. Contudo, ambos os autores estavam preocupados com a ação dos colonizadores, e no caso de Buarque de Holanda, ele queria mostrar que os hábitos nativos incorporados pelo colonizador foram importantes para a sobrevivência dos paulistas. De forma distinta, Monteiro (1994) busca uma nova abordagem e destaca a necessidade de mão de obra nas fazendas de São Paulo como o fator de maior impacto e consequência das expedições bandeirantes.

Com o fim das grandes bandeiras as expedições apresadoras passaram a ter menor porte (chamadas de “armação”) e a percorrer enormes distâncias para obter índios. Porém, a crise de escassez de mão-de-obra só se fez sentir no planalto a partir da década de 1660, trazendo dificuldades para a triticultura. Apenas os grandes proprietários com elevado número de escravos continuaram com a agricultura extensiva. O resultado dessa conjuntura foi o acentuado processo de concentração da riqueza nas mãos dos principais clãs familiares, o que conduziu cada vez mais à hierarquização da sociedade (Freitas, 2006, p. 7).

As representações europeias dos grupos indígenas foram diversas, variando desde a visão de um indivíduo nu e inocente até a ideia de inferioridade e selvageria, especialmente em relação aos grupos que se recusaram a aceitar a presença dos europeus no território. É possível afirmar que a América quinhentista, além de suas características identitárias próprias, foi também resultado de um preconceito já existente no imaginário do Velho Mundo. “A Europa que descobre e inventa a América, ao mesmo tempo redescobre e reinventa sua história como um último esforço para preservar sua unidade e universalidade” (Freitas, 2006, p. 14). Em outras palavras, a visão terceirizada dos grupos indígenas contribuiu para enaltecer as qualidades fundamentais dos invasores. A identidade portuguesa foi elevada a um patamar de superioridade histórica e atemporal pelos próprios europeus.

As narrativas dos primeiros colonos e dos primeiros jesuítas retrataram os grupos indígenas de maneiras diferentes, gerando controvérsias sobre a postura correta em relação aos

---

<sup>30</sup> Doutora em História Social, sua pesquisa é focada na História do Brasil Colonial. Segundo o currículo Lattes da pesquisadora, ela atua principalmente nos seguintes temas: história indígena, política e legislação indigenista na América Portuguesa, Padre Antônio Vieira e história da escravidão.

povos americanos. Essas discussões ocorreram em várias vertentes, sendo uma delas conduzida pela Companhia de Jesus, responsável pela formulação e implementação de políticas de assimilação dos indígenas.

Com a chegada dos europeus à América, o conceito de bárbaro demonstrou, mais uma vez, vitalidade ao ser usado para classificar os povos encontrados. O canibalismo, a nudez, as guerras, a falta de centralização política (no caso da América portuguesa) eram os indícios suficientes para o emprego do termo, que foi utilizado à exaustão nos escritos quinhentistas e seiscentistas. No entanto, podemos distinguir usos distintos: entre os missionários, que acreditavam no potencial universal de todo homem vir a ser um cristão, essa designação reforçava o caráter misericordioso da empresa evangelizadora. Entre os colonos, a negação da capacidade de conversão era fruto da barbárie, e, portanto, os índios podiam ser escravizados (Freitas, 2006, p. 31).

De acordo com Freitas (2006), percebe-se que o termo “bárbaro” foi utilizado com diferentes objetivos. Os colonos entendiam que os indígenas do território brasileiro eram bárbaros e estavam afastados da civilização, o que na época era vista como um aprimoramento da humanidade (Freitas, 2006). A desvalorização do indivíduo americano ocorreu por meio da construção e afirmação de estereótipos. De acordo com Freitas (2006), o conceito de “bárbaro” inspirou a legislação indigenista portuguesa, mesmo que não nominalmente, mas por meio de imagens e ideias.

Por sua vez, para os missionários, que viam o potencial de todos os seres humanos se tornarem cristãos, chamar os nativos de “bárbaros” reforçava a ideia de misericórdia na tarefa de converter esses povos. Já para os colonos, a recusa em aceitar a conversão dos nativos era vista como resultado de sua suposta barbárie, o que justificava sua escravização.

A “transformação” do indígena pagão em um cristão tutelado era o objetivo principal dos jesuítas. Através do tempo e das tarefas diárias cumpridas regularmente, a disciplina era introduzida. Os moradores portugueses discordavam dessa ação, pois precisavam de trabalhadores para suas plantações (Freitas, 2006). Ao analisarmos a discussão, percebemos que os grupos indígenas foram vistos a partir dessas duas principais perspectivas. Os padres desejavam que os nativos desenvolvessem a moralidade cristã, acreditando que sua sensibilidade religiosa promoveria bons costumes e “civilidade” como consequência. Os colonos, por sua vez, interessados na força de trabalho, buscavam justificar suas ações de captura e escravização dos povos americanos, adotando uma visão de inferioridade e selvageria. No entanto, os indígenas americanos não foram considerados passíveis de serem escravizados. Conforme Menezes (2015), a partir da segunda metade do século XVI, à medida que a colonização avança, os indígenas são considerados gentios e, portanto, não são passíveis de

serem escravizados. Assim, por diversas vezes, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a Coroa determinou a proibição da escravidão indígena, a menos que o aprisionamento acontecesse em guerra justa.

Essas duas perspectivas, portanto, representam as essências ideológicas presentes na documentação, seja nas atas, seja nas cartas jesuíticas. A visão de inferioridade, no entanto, foi o cerne dessas duas interpretações.

[...] Para o que propõem a V. Santidade que os ditos Índios não assistem no serviço dos suplicantes como cativos seus nem como são tratados, senão como homens livres e forros; e de os terem em seu serviço os suplicantes resulta primeiramente aos mesmos Índios grande bem espiritual, porquanto vivendo em suas Aldeias, fora do dito serviço, em que se ocupem, são de sua natureza inclinados a comerem carne humana, por não trabalharem buscando de comer por outra via; são também inclinados a furtos e a serem ladrões para terem que comer, e achando-se sós, ainda que tenham doutrinantes, não guardam cristandade e vão receber o Sacramento da Eucaristia depois de comidos e bebidos, alevantando-se de fazer outros pecados da carne. E se ajuntam muitas vezes contra os homens brancos, matando-os e fazendo outros insultos e crueldades, os quais casos todos têm sucedido por vezes, assim em esta Capitania, como em outras deste Estado do Brasil (Leite, 2004, p. 511).

Em São Paulo, houve uma manifestação da luta ideológica entre os colonos e os padres jesuítas, estes últimos consideravam necessário tutelar diariamente o modo de vida dos americanos em vez de aprisioná-los. A legislação portuguesa colocou os indígenas em um estado de proteção, em um regime conhecido como tutoria. Os grupos indígenas, no Brasil, foram declarados civilmente livres, mas ao mesmo tempo considerados menores, pois acreditava-se que estavam em uma condição de inferioridade social e política para se defenderem por conta própria em contato com a civilização ocidental (Leite, 1945). Naturalmente, não podemos esperar que os indivíduos da época usassem terminologias contemporâneas, mas sabemos que a visão produzida se baseou em ideologias de superioridade cristã em relação às outras sociedades. Como salienta Karl Mannheim, sociólogo conhecido por suas obras relativas à educação ocidental, o indivíduo

[...] encontra uma situação herdada, com modos de pensamento que se adaptam à dita situação e com tentativas de melhorar as respostas herdadas ou de substituí-las por outras, que permitam enfrentar melhor as alterações e as mudanças dessa situação. Todo indivíduo se acha, pois, predeterminado, em duplo sentido, pelo fato de ter-se desenvolvido dentro de uma sociedade: de um lado, encontra uma situação estabelecida e, do outro, acha nessa situação modos preformados de pensamentos e de conduta (Mannheim, 1941, p. 3 apud Fernandes, 1963, p. 17).

Na região de São Paulo, os grupos Tupiniquim se destacaram como uma das principais etnias indígenas presentes. Com base em suas características e na dinâmica de dispersão territorial, eles formaram diferentes ramos a partir de um tronco comum. Esses grupos indígenas tiveram um papel significativo na configuração social e histórica da região.

No entanto, nossa compreensão da sociedade nativa é parcial. Reconhecemos que há uma terceirização do olhar, com um grupo descrevendo e interpretando outro grupo. Como pesquisadores, devemos ter prudência para evitar generalizações infundadas, seguindo a orientação de Florestan Fernandes (1963).

Em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que compreende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua ainda que algumas palavras discrepem (Cardim, 1939, p. 170 apud Fernandes, 1963, p. 16).

Fernão Cardim, desempenhou um papel significativo no contexto da colonização do Brasil. Em 1556, ele chegou ao país e, em 1582, foi designado como secretário do padre visitador Christóvão de Gouvêa. Durante suas viagens pelo continente, os padres, incluindo Gouvêa, registraram diversas situações e eventos.

Através dos escritos desses missionários, podemos perceber que, no planalto brasileiro, os grupos tupi-guarani foram os principais aliados em termos bélicos dos portugueses que se estabeleceram na região. Para estabelecer essa aliança, a comunicação era essencial e foi realizada por meio da língua nativa. Os jesuítas desempenharam um papel fundamental nesse processo, aprendendo a língua dos Tupi para facilitar a comunicação e o estabelecimento de relações com esses grupos indígenas.

Dessa forma, a aprendizagem da língua indígena pelos jesuítas teve um papel estratégico na aproximação e interação com os Tupiniquim, contribuindo para a formação de alianças e para a disseminação do cristianismo na região.

Tal variedade seria bem maior se não surgisse o fato unitivo nacional da “tupinização” de grande parte do Brasil, realizada não totalmente, mas talvez no seu aspecto decisivo, por obra e graça dos Jesuítas, [...] estabeleceram a língua dos Tupis por escrito, e, fixando as suas regras gramaticais, aumentando-a e modificando-a, puseram os fundamentos daquela “Lingua Geral” [...] (Leite, 2004, p. 121, 122).

O objetivo da fundamentação da língua geral era criar uma conectividade para a exposição da língua portuguesa e, conseqüentemente, suas ideias e costumes. O que se

percebeu, entretanto, foi que a mestiçagem proporcionou o aprofundamento da língua nativa, sendo ela excedida à própria língua portuguesa.

E sucedia que as moças índias, que educavam os filhos dos moradores, lhes ensinavam a sua língua, e esta ficou tão comum e tão sabida no Maranhão e Grão-Pará que a usavam os meninos e mulheres portuguesas ainda no confessionário (Leite, 2004, p. 122).

Esse processo natural foi contestado inúmeras vezes diante da obrigatoriedade do uso da língua lusa. Sposito (2012) entende que foi uma das estratégias portuguesas para efetivar a dominação, por isso a tentativa insistente em limitar a língua geral para a construção social.

A primeira delas foi expressa na gramática do jesuíta José Anchieta (1595), composta a partir de sua vivência entre os tupiniquins da capitania de São Vicente nas décadas anteriores, sendo denominada pelos estudiosos como língua geral paulista, já que foi utilizada no contato dos portugueses de São Paulo com os povos indígenas dos territórios onde se formariam futuramente os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins (Sposito, 2012, p. 33-34).

Não houve uma forte conexão entre os nativos e a língua portuguesa. Os indígenas possuíam outras prioridades do que aprender a língua dos portugueses, mas fizeram uso da linguagem ao adaptarem-na, para que pudesse fazer mais sentido no cotidiano. Em São Paulo, por exemplo, e nas terras descobertas e povoadas por paulistas, que constituem o objeto do presente estudo, atestam em numerosos documentos a permanência geral do bilinguismo tupi-português durante todo o século XVII (Holanda, 1994).

Assim também, se parece travado e, mesmo após gerações sucessivas de contato com europeus, não chega a falar corretamente língua de branco (...), mostra, entretanto, admirável desembaraço e exatidão quando imita vozes de bichos, o que lhe dá seguro proveito nas caçadas (Holanda, 1994, p. 22).

A presença indígena teve um impacto significativo no modo de vida da vila de São Paulo. A capacidade de adaptação às circunstâncias reais, em contraposição às imposições das leis portuguesas, foi uma das características mais marcantes da organização política e administrativa da vila. Alguns dos pioneiros brancos que habitavam as terras de Piratininga tiveram que imitar os hábitos indígenas para resistir à hostilidade do ambiente.

Devido à localização geográfica, a vila de São Paulo teve acesso a uma diversidade de grupos étnicos, mas a presença e influência das populações tupis e guaranis foram

especialmente constantes. Além dos grupos tupis, a capitania de São Vicente teve contato com os indígenas denominados guarulhos, tupinambás, tamoios e guaianás.

A relação entre esses diferentes grupos era baseada em guerras, cativo e sacrifício de prisioneiros. As batalhas uniam guerreiros de espaços diferentes, e a dinâmica dessas unidades locais era expressa por meio de conflitos ou alianças. Compreendemos que essa mesma dinâmica, uma vez entendida pelos portugueses, foi utilizada como uma das estratégias para o controle da população indígena.

Como resultado da chegada dos europeus e de sua constante interferência, novas formas sociais se desenvolveram entre os grupos nativos. A Companhia de Jesus reconhece a resistência dos indígenas nos contatos sociais e entende que assim como os portugueses tiveram objetivos dessas relações, os nativos também se utilizaram da ideia de forma intencional.

O papel dos jesuítas, sobretudo Nóbrega e Anchieta, foi importante, mas não no sentido que aparece na historiografia convencional. Estes, na verdade, conseguiram promover um acordo entre certos grupos belicosos, o que, no entanto, não redundou propriamente na paz. De acordo com o relato de Anchieta, os Tupinambá mostravam-se dispostos a negociar precisamente porque a configuração das alianças estava mudando no contexto da guerra. (Monteiro, 1994, p. 40).

Nesse sentido, o estabelecimento dos portugueses, na região, foi marcado pela ocorrência de conflitos ao longo dos três séculos subsequentes. De acordo com Russel-Wood (2014), o formato social dos tupis, as rivalidades intertribais e os interesses dos novos habitantes do planalto foram propícios ao desenvolvimento de conflitos.

As alianças e guerras faziam parte da organização dos grupos tupis no planalto. No processo de contato, esses grupos nativos se tornaram a principal fonte de informação e conhecimento para os que estavam chegando. Os recém-chegados tiveram que se adaptar às soluções e recursos materiais que, embora considerados primitivos, não teriam conseguido utilizar sem a constante ajuda dos nativos ao longo de todo o processo.

Ao desenvolver essa discussão sobre as vivências no planalto, buscamos fornecer subsídios para que o leitor compreenda que o modo de vida da vila de São Paulo e dos territórios adjacentes, incluindo aldeamentos e territórios indígenas, se organizou a partir de diferentes perspectivas. Para uma análise histórica adequada, é necessário compreender as nuances dos indivíduos e as múltiplas possibilidades de escolha e mudança, apesar das imposições normativas.

Para a análise histórica das influências que podem transformar os modelos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura (Holanda, 1994, p. 55).

Em outras palavras, as ações precisaram ser readaptadas em função da sobrevivência daqueles que chegaram a um território desconhecido. Os portugueses ficaram à mercê do cotidiano e do modo de vida dos grupos locais. Os equipamentos trazidos pelos europeus frequentemente se mostravam inúteis, e o modelo de vida mercantil e a produção agrícola em larga escala não encontraram um mercado acessível, tendo em vista que a organização da produção nativa não visava ao excedente comercializável. A ampla consciência temporal e as habilidades de observação da natureza e da vida animal colocavam os nativos à frente dos invasores na corrida pela sobrevivência. Muitos colonos conseguiram sobreviver graças aos recursos e a assistência fornecidos pelos indígenas.

Assim, a análise da história de São Paulo e de outras regiões do território americano requer uma compreensão aprofundada da vida e do papel dos moradores nativos, que se diferenciavam, significativamente, dos colonizadores lusitanos. Os nativos não compartilhavam das mesmas concepções de propriedade e estabilidade territorial, sendo desapegados da terra; mudavam-se constantemente. Além disso, os colonos portugueses precisaram adaptar-se à realidade linguística do planalto, compreendendo que a língua portuguesa já não era a principal forma de comunicação. Nesse contexto, a “língua geral”, desempenhou um papel como intermediadora de transações comerciais, acordos políticos e econômicos na região de Piratininga. Como salientado por Sposito (2012), é fundamental entender o indígena como um ser histórico participativo na construção da história de São Paulo e de outras regiões americanas, que não apenas reagia à colonização, mas também influenciava e negociava sua posição dentro da nova sociedade que se construía.

A língua geral, de tal forma utilizada pelos colonizadores para se comunicarem com os ameríndios, tornou-se ao longo do tempo a língua dos “índios coloniais”. Para este estudo é fundamental a compreensão dessa categoria, do indígena como um ser histórico, que não apenas reagia à colonização, mas se colocava perante ela, ajudando a determiná-la e negociando seus espaços dentro da nova sociedade, que entre guerras e disputas, era construída (Sposito, 2012, p. 35).

Sendo assim, compreendemos que o indígena desempenhava um papel ativo nas ações comerciais e políticas do território de Piratininga. Embora sua voz e participação não estejam documentadas de forma direta, sua presença é inegável, atuando como intermediário nas

negociações e transações necessárias para o funcionamento da sociedade. Sua influência, mesmo que muitas vezes subestimada, foi essencial para o desenvolvimento e a configuração da nova realidade colonial.

À medida que a língua nativa se tornava presente no cotidiano das pessoas, a vivência indígena também passou a exercer influência. A língua é um elemento central na formação dos hábitos e das formas de vida de um grupo, e isso fica evidente quando comparamos a língua portuguesa falada no Brasil com a de Portugal. A presença da língua geral no contexto de Piratininga trouxe consigo aspectos sociais e comportamentais das sociedades indígenas, contribuiu para a formação de uma identidade híbrida e modificou, gradualmente, a identidade dos colonos portugueses.

A aprendizagem da língua geral foi fundamental para o sucesso dos colonos portugueses que decidiram estabelecer-se no planalto de Piratininga. Através da linguagem, ocorria a compreensão mútua, o entendimento e a troca de informações. A necessidade de dominar a língua geral abriu caminho para um contato mais próximo entre os portugueses, que já não eram apenas portugueses, e os moradores indígenas, que também estavam recebendo influências e ideias do “velho mundo”. A aprendizagem da língua tornou-se um ponto de encontro e facilitou a interação entre esses dois grupos, possibilitando a construção de relações mais complexas e a negociação de espaços dentro da nova sociedade em constante transformação.

### 3.1.2 Narrativas e visões excludentes

Ao analisar a documentação produzida nos séculos XVI e XVII, constatamos sua parcialidade, uma vez que tinha o objetivo de relatar o ponto de vista de determinadas personagens históricas sobre uma realidade específica. Enquanto as correspondências jesuíticas buscavam demonstrar suas ações aos superiores eclesiásticos e enfatizar o êxito da expansão cristã nas terras americanas, os registros da Câmara da vila de São Paulo tinham o propósito de proteger os interesses dos habitantes locais e facilitar a concretização de suas demandas. Essas fontes estão permeadas por visões eurocêntricas, privilegiando o enfoque europeu em detrimento aos demais grupos nativos.

Essa narrativa parcial torna-se excludente, deixando de contemplar a diversidade presente no território americano, especialmente no planalto de Piratininga. Nesse contexto, o objetivo deste subtópico é evidenciar essas narrativas fragmentadas e excludentes e destacar a necessidade de discutir e analisar a realidade da época com base nesses documentos. Apesar

das limitações das fontes, acreditamos ser possível extrair informações relevantes para compreender as dinâmicas históricas.

Além disso, os autores desses documentos, padres ou membros da Câmara, frequentemente se consideravam superiores às sociedades indígenas. No entanto, embora não tenham admitido, eles aprenderam, adaptaram-se e desenvolveram novas percepções identitárias, políticas e sociais em relação ao mundo em que viviam. Essa transformação pode ser percebida implicitamente nessas fontes.

Nesse contexto, reconhecemos que faremos interferências e análises frequentes nas citações selecionadas, visando abrir possibilidades históricas por meio da construção de uma narrativa crítica. Dessa forma, pretendemos superar as limitações das fontes e oferecer uma abordagem mais abrangente e contextualizada da realidade do período.

Ao longo deste subtópico, exploraremos as diferentes visões excludentes sobre os indígenas, evidenciaremos as perspectivas eurocêntricas que os consideravam inferiores e dependentes da tutela portuguesa. Será discutido o uso da mão de obra indígena como um meio para alcançar os objetivos dos colonizadores no sertão. Através das atas da Câmara, será evidenciado o argumento de que os moradores não possuíam condições de se sustentarem sozinhos, justificando assim a necessidade de utilizar os indígenas como trabalhadores. Além disso, também abordaremos a participação dos indígenas na organização das entradas para os sertões, bem como seu envolvimento em guerras, atuando tanto como inimigos quanto aliados dos portugueses, dependendo do grupo ao qual pertenciam. Ao analisar esses aspectos, será possível compreender a complexidade das relações entre os colonizadores e os povos indígenas, destacando suas diferentes percepções e interações ao longo desse período histórico.

Para as próximas discussões, optamos por utilizar a ata registrada em 10 de junho de 1612 como fonte integral, pois nela podemos encontrar uma riqueza de informações sobre a vida indígena e a visão que os colonizadores portugueses possuíam a respeito dela. Essa ata nos permite uma análise abrangente e aprofundada dos registros e percepções dos colonos em relação aos indígenas.

[...] Em esta vila de são paulo em os dez dias do mes de junho do ão prezemte de mil e seis semtos e doze ãnos nas puzadas de mĩ escrivão se ajuntarão os offisiais da camara a saber o vreador giraldo correa e por não estar prezemte o vreador vt<sup>e</sup> bicudo aestio em seo lugar o vreador do ãno pasado ãt<sup>o</sup> rapozo e o juiz jozepe de camarguo e seu praseiro p<sup>o</sup> nunes e fr<sup>co</sup> da gama procurador do comelho que servio o ãno de seis semtos e dez ãnos e semdo todos juntos com a maior parte do povo junto e homens da guovernãsa da tera e semdo todos juntos por o juiz jozepe de camarguo lhes foi dito a todo o povo junto que o dito ajuntamt<sup>o</sup> se lhes pedia porqt<sup>o</sup> a mais parte deste povo clamava

dizendo que herão homens pobres e que p<sup>a</sup> remedear suas nesidades lhe era nesesarío mt<sup>as</sup> vezes cada dia pedir ao sñr gd<sup>or</sup> quatro indios asim p<sup>a</sup> fazer seus mâtimt<sup>os</sup> p<sup>a</sup> comer como pera hirẽ as minas a tirar ouro p<sup>a</sup> seu remedio e dele pagarẽ os quimtos a sua magd<sup>e</sup> e que depois do sñr gd<sup>or</sup> lhes ter dado a dita lisensa hião as aldeas e não achavão indios nem querião hir com eles e quando hião não comprião o termo da obrigação do alugel e com as pagas na mão se tornavão p<sup>a</sup> aldea deixando os mor<sup>es</sup> em as minas com os matimt<sup>os</sup> perdidos e suas pesoas sem ter quẽ as benefisiase e que isto causava não terẽ os ditos indios nas aldeas capitão nẽ justisa que os apremease a comprir com as pagas que resebião de que rezoltava mt<sup>o</sup> dano p<sup>a</sup> os ditos mor<sup>es</sup> por ficarẽ perdidos perdendo seus mâtimt<sup>os</sup> paga e tempo e os ditos indios fazendo zombaria dos moradores exigindo e alevâtãdose a maiores e sua magd<sup>e</sup> perdendo seus reais quimtos e semdoas aldeas desta capt<sup>a</sup> sempre sogeitas aos capitãis e justisas desta dita vila agora se introduzia pelo dito jemtio hũ rumor dizendo que não conhesião senão aos padres por seus superiores e os ditos padres dizendo p<sup>ca</sup>mente que as ditas aldeas herão suas e que erão senhores no temporal e esperitual e que erão paga de sua cabessa por ser cousa nova e dezacostumada e nunca ate oje tal dominio nem pose aos ditos padres da companhia se dera depois que esta capt<sup>a</sup> se fundou ate oje avendoa pretendido os ditos padres por mt<sup>as</sup> vias e modos e só se lhe consentio amenistrasão esperitual e porqt<sup>o</sup> as cousas pasavão na forma asima dita os ditos offisiais pedirão a todos eles prezemtes que se ouvese algũa pessoa que soubese averselhe dado posse aos ditos padres em algũ tempo o disesẽ e quando não lhes paresia justo que recordasem sua antiga pose e bom guoverno ponto capitãis nas aldeas como costumavão fazer p<sup>a</sup> que os ditos jemtios tivesẽ sua paga e aluger aos mor<sup>es</sup> p<sup>a</sup> que com eles coltivẽ as minas e fasão seus servisos de que resultara dizimos a d<sup>s</sup> quimtos a el rei aumento aos mor<sup>es</sup> e a, eles oticidade e proveito de vestirse com seo trabalho eles e suas molheres e apartarse de suas continuas idolatrias e boracharias de que não pode rezultar nhũ serviso de d<sup>s</sup> senão que cõ o viso e boracharias se levãtem comtra os brãquos e moradores como nesta capt<sup>a</sup> tem feito e em outras partes deste estado e asi mais se não consimta aldea grande porque não tenham forsa quando algũa ora reinarẽ senão que se partão de duzentos vezinhos e não mais desipadas tres ou quatro legoas hũas das outras e asi tãbem p<sup>a</sup> que se não consimta que nas ditas aldeas se resebão nem estẽ escravos nem servisos de branquos senão que aja em todas capitãis homens que tenham especial cuidado e sejão sufisientes p<sup>a</sup> evitar e ordenar as cousas asima ditas e que p<sup>a</sup> iso pedião o parecer de todos os moradores desta vila e loguo foi dito em altas vozes por todos que era mui bem e justo e que asim o requerião todos a eles ditos offisiais e se asinarão aqui os ditos offisiais com os mais que prezemtes se achavão e pelos mais asinou o dito procurador fr<sup>co</sup> da gama por estar doemte e auzemte o procurador deste ano ãt<sup>o</sup> camacho e o do ano pasado eu simão borges escrivão da camara que o escrevi [...] (Actas, 1915, p. 313-315).

A primeira perspectiva que emerge dessa ata é a visão dos moradores de São Paulo de que eles dependem da mão de obra indígena para o sucesso de suas lavouras e minas de ouro. Os colonos consideravam o trabalho indígena como uma parte essencial para o funcionamento em larga escala do projeto de colonização. Diante da falta de recursos, eles não conseguiam enxergar - talvez por uma limitação temporal -, outra opção além de contar com o trabalho dos nativos para impulsionar a economia local.

Ao mesmo tempo em que o clima beligerante da capitania representava riscos aos colonizadores, que de fato até o final daquele século se mantiveram cercados através das paliçadas e muros da vila no planalto de Piratininga, foi também um instrumento pra captura e escravização dos índios inimigos. Em consequência, se os grupos tupis predominaram nas décadas iniciais da colonização, as mortandades causadas pelas doenças, maus tratos e guerras levaram à necessidade de reposição da mão de obra indígena, o que culminou com a busca de outros grupos em regiões mais distantes, para repor os plantéis de escravos e os aldeamentos nos entornos da vila. O alvo preferencial dos moradores de São Paulo nesta busca de novos braços foram as populações guaranis do Paraguai e Rio da Prata, conhecidas pelos portugueses desde o início da ocupação lusa nesta parte, conforme discutido nos casos citados acima. As expedições de capturas dos índios do sertão eram denominadas de “bandeiras”, “entradas”, “malocas”, dentre outros termos [...] (Sposito, 2012, p. 38).

Com base nas obras de Sposito (2012) e nos registros das reuniões na Câmara, evidencia-se a insatisfação dos moradores diante das ações dos indígenas e da proteção que os padres da Companhia de Jesus lhes ofereciam. Apesar da persistente busca pelo aprisionamento por parte dos habitantes de São Paulo, os padres assumiam a defesa dos nativos. Questionavam a autoridade dos camaristas e negavam-se a reconhecer esses oficiais como líderes aos quais os indígenas deveriam obedecer. Os conflitos e alianças permeavam o cotidiano do planalto. Entretanto, nas discussões registradas nas atas, os oficiais ignoravam a possibilidade de os nativos rejeitarem viver sob suas ordens e organização social. Ademais, esperavam que os padres os tratassem com o mesmo respeito dispensado às autoridades centrais, o que não se concretizou.

Nesse contexto, os moradores de São Paulo expressavam seu descontentamento em relação aos padres da Companhia de Jesus, responsáveis pela evangelização dos indígenas. Os colonos percebiam que os jesuítas tinham uma abordagem diferente em relação aos seus objetivos, uma vez que se opunham à escravização e ao aprisionamento dos indígenas. Essa divergência de interesses resultava em tensões e conflitos entre os colonos e os padres. Serafim Leite (1945), ele próprio um jesuíta, posteriormente criticou a ação dos moradores de Piratininga.

Pelo próprio teor dos documentos e dos factos, os caçadores de homens não tinham *originalmente* nenhum fim político de alargamento territorial. Os escravagistas ou “pombeiros”, como os chama o P. Francisco Carneiro, iam buscar homens, aonde os achavam que fossem terras de Castela quer terras de Portugal. Não iam a êsses sertões para os ocupar e povoar; iam buscar homens, “descer todo o gentio para as suas vilas”, e deixavam as terras ao abandono (Leite, 1945, p. 248).

Durante a reunião retratada na ata destacada anteriormente, observamos que os indígenas não aceitavam as ordens dos colonos de São Paulo, preferindo seguir somente as orientações dos padres jesuítas. Essa situação era um desafio para os moradores, uma vez que eles não conseguiam exercer controle sobre as sociedades indígenas para atender aos seus objetivos, como a exploração agrícola. Essa falta de controle sobre os indígenas dificultava o alcance dos interesses dos colonos, gerando impasses e tensões na relação entre os diferentes grupos envolvidos.

Assim, pois, a seguir aos cativeiros operados no período de 1628-1638, não sendo eficazes as medidas locais (tanto em S. Paulo, como na Baía) os Padres das Missões, que viam presos e cativos os Índios, de cuja liberdade eram depositários e tutores, recorreram às duas autoridades supremas, em nome das quais administravam as Aldeias: como *administradores civis*, a El-Rei, então uma e a mesma pessoa para uns e outros; e como *párocos*, ao Papa Urbano VIII. Dêste recurso surgiram duas medidas legislativas, o Breve *Commissum Nobis*, de 22 de Abril de 1639, que dizia respeito ao *futuro*, proibindo os cativeiros, e a lei régia de 31 de Março de 1640, que dizia respeito ao *passado*, mandando restituir os cativos (Leite, 1945, p. 251).

Os moradores, por sua vez, acusavam os jesuítas de passarem informações falsas aos indígenas, alegando que, de acordo com as leis vigentes, eles possuíam o direito de utilizar os indígenas como mão de obra, já que havia autorização para tal. Essa percepção contraditória entre os colonos e os padres acentuava ainda mais os conflitos de interesses e a disputa pelo controle sobre os indígenas.

O Breve, medida legislativa que proibia a prisão de indígenas, foi publicado em 13 de maio de 1640 na vila de Santos; em 20 de maio no Rio de Janeiro; em São Paulo, em data incerta. A publicação foi a causa imediata da crise que se produziu diante da persistente caça ao indígena. “No Rio, a situação foi resolvida rapidamente. Em Santos, teve duas fases. Em São Paulo, durou 13 anos” (Leite, 1945, p. 252). Alguns moradores não aceitaram o regimento, amotinando-se contra os jesuítas. A realidade é que os defensores da escravização da vila nunca conseguiram unanimidade contra os defensores da liberdade dos indígenas.

Após uma análise minuciosa desses registros, percebemos que todas as informações têm algo em comum: a visão dos indígenas como seres desprovidos de direitos de expressão e decisão sobre si mesmos, além da exclusão de suas tradições. As atas revelam uma representação dos indígenas como indivíduos passivos, necessitados de assistência ou sob a tutela dos moradores colonizadores, elas evidenciam a relação assimétrica de poder entre os grupos e a marginalização dos indígenas na construção da sociedade colonial.

A narrativa das atas da Câmara de São Paulo é excludente, pois não dá voz às sociedades indígenas. A vida e a realidade que os nativos enfrentavam não era assunto primordial. E não poderia ser de outra forma, pois o reconhecimento do outro não era uma questão para os oficiais descreverem em suas reuniões. As atas retratavam os indígenas como mercadorias, objetos de uso e comércio para os colonos, privando-os de autonomia para decidir suas alianças e dissidências, sob a tutela dos europeus.

Ao examinarmos as correspondências jesuíticas, tornam-se evidentes os frequentes embates entre colonos e indígenas durante os séculos XVI e XVII. Esses conflitos não se limitaram apenas aos habitantes de São Paulo; muitas vezes, os indígenas eram acusados de perpetrar ataques, enquanto os colonos afirmavam estar agindo em legítima defesa. As batalhas documentadas revelam a contínua luta dos indígenas pelo controle territorial e sua resistência frente à marginalização imposta por uma excludente sociedade que se formava.

Buscamos preencher a lacuna deixada pelas narrativas, e compreender a vida indígena além do trabalho forçado e dos conflitos com os colonos. No entanto, não encontramos uma narrativa abrangente que captasse plenamente a complexidade da experiência indígena nas fontes documentais.

Não cabe, portanto, tomar uma correspondência jesuítica como uma descrição densa antropológica. Os intuitos eram outros, os destinatários eram outros e a mentalidade era outra. Mergulhar nos arquivos é viver com certa frequência o estranhamento de se deparar com traços das culturas que representam e são representadas (Andrade, 2023, p. 83-84).

Assim, apesar de serem excludentes, essas narrativas apontam para a luta dos indígenas por seu espaço e por seus direitos, mesmo que indiretamente. Os grupos indígenas que realizavam os ataques eram aqueles que se opunham a certas ações, gestos e realidades existentes. Essa resistência se manifestava por meio de ações físicas, representadas por lutas constantes em busca do controle do espaço territorial. Dessa forma, os indígenas estavam criando sua própria narrativa histórica, deixando uma marca por meio de suas ações de resistência.

As atas e as cartas jesuíticas contêm informações valiosas sobre as guerras e ataques realizados pelos indígenas nos séculos XVI e XVII. Esses conflitos representaram a resposta energética dos grupos nativos, visando afirmar sua dignidade e controle territorial diante da negação de seus direitos sobre o espaço em questão. A narrativa europeia foi excludente, mas as ações empreendidas pelos indígenas demonstraram sua determinação em lutar contra ações com as quais não estavam de acordo.

Nas próximas páginas, iremos analisar algumas reuniões ocorridas em diferentes períodos na vila de São Paulo. Nosso objetivo é demonstrar o poder de rebelião dos indígenas contra a imposição de ações por parte dos colonos. Embora muitas atas não forneçam informações sobre as consequências dessas ações indígenas, os colonos empreenderam esforços para reprimir qualquer manifestação contrária aos seus desejos.

Para iniciar nossa discussão, utilizaremos uma parte da ata de 13 de janeiro de 1624, quando os moradores se reúnem para comentar as dificuldades que estavam tendo em diversas áreas, entre elas a área indígena.

[...] E loguo no dito dia mes e ano atras escrito estando junto ã camara os offisiaes de<sup>ma</sup> a saber o juis ordinario fr<sup>co</sup> roiz da guera e os vereadores alvaro neto o velho ant<sup>o</sup> furtado de vasquogenselos e l<sup>co</sup> nunes e o pd<sup>or</sup> do cõselho lionel furtado ante os ditos offisiaes pareseo m<sup>el</sup> joão branquo e p<sup>r</sup> elle foi dito e requerido aos ditos offisiaes da camara dizendo q̄ avia hũ mes q̄ tinha apresentado hũa provizão do s<sup>or</sup> gd<sup>or</sup> geral di<sup>o</sup> de mendonca furtado ante os offisiaes da camara do ano pasado de mil e seis sentos e vinte e tres anos a qual mandarão dar cõprimento e registala ã camara na qual provizão o dito s<sup>or</sup> gd<sup>or</sup> fazia a elle dito m<sup>el</sup> joão superintendente dos indios das aldeas desta capt<sup>a</sup> como constava pella dita provizão e que outro elle dito m<sup>el</sup> joão podese obrigar e obrigase os moradores desta dita capt<sup>a</sup> mandasẽ a metade de sua jente que tiver ã sua caza forra as mnas de ouro pera se saber o quanto rendião os quintos e que ate agora nada tivera efeito per os indios das aldeas estarẽ espalhados e juntam<sup>e</sup> não tinha escrivão pera fazer as deligensias q̄ lhe erão nesarias e o ter ja pedido p<sup>r</sup> vezes aos offisiaes da camara e a nada se lhe deferira pelo que requeria a suas merces lhe desẽ ajuda e favor per ãtão se dar cõprim<sup>o</sup> a provizão do dito s<sup>or</sup> gd<sup>or</sup> e que os quarteis q̄ elle m<sup>el</sup> joão punha não lhe querião obedeser perq<sup>to</sup> estava obrigado mandar nestas monções o ouro q̄ render os quintos ao s<sup>or</sup> gd<sup>or</sup> geral pera o dito s<sup>or</sup> o mandar a sua magd<sup>e</sup> nmẽ os indios o querião obedeser e suas merces mandasẽ vir o indio bras da aldea de são migel e lhe fizesẽ practica da obrigação que tinha de obedeser ao dito m<sup>el</sup> joão e que sendolhe nesario lhe mandasẽ pasar deste seu requerim<sup>o</sup> certidão pera sua guarda [...] (Actas, 1915b, p. 75 e 76).

Para compreender as ações indígenas registradas nas atas da vila de São Paulo, é necessário analisá-las com cautela, uma vez que as situações são descritas de forma parcial. Na ata citada logo acima, destaca-se a demanda por ações mais enérgicas por parte de Manoel João, superintendente dos indígenas nas aldeias em que havia sido nomeado pelo governador geral Diogo de Mendonça Furtado. Os camaristas expressam insatisfação com o desempenho de Manoel João, alegando sua ineficácia em reunir os indígenas em um único local e a falta de respeito dos nativos em relação à sua liderança. Nessa mesma ata, é mencionada a função atribuída aos indígenas nas minas de ouro, onde eram compelidos a trabalhar sob coerção.

Essas descrições evidenciam a busca dos indígenas pela autonomia e sua resistência contínua, desafiando as ordens impostas por indivíduos alheios à sua própria sociedade. Ao

longo das atas, é perceptível a recorrência da oposição dos grupos indígenas em relação aos colonos da vila. No entanto, apesar de ser uma questão que, segundo os próprios colonos, poderia ser solucionada por eles mesmos, a persistência dos conflitos entre as ideologias jesuíticas e as ordenações reais perpetuou o impasse. Isso impediu uma resolução adequada às expectativas dos moradores de São Paulo.

Em 1590, algo semelhante ao que foi mencionado em citações anteriores já havia sido registrado nas atas. O cuidado com a jurisdição de sua majestade, especialmente no que diz respeito às excomunhões contra os jesuítas, foi expressamente solicitado e destacado.

Aos sete dias do mes de julho deste anno de mill e quihentos e noventa annos se ajuntarão ã camara os officiaes della affonso sardinha e fernão dias vreadores diguo e sebastião leme fernão dias juiz e ho procurador do conselho jn<sup>o</sup> maçiell p<sup>a</sup> asentarem couzas a bem da repubrica e asentarão o seguinte despacharão hua peticão de jn<sup>o</sup> fíz e lhe acrescentarão a carne meio reall mais p<sup>r</sup> falta de guado e por estar m<sup>to</sup> magro e asin requereo ho dito procurador do conselho q<sup>d</sup> en nome do povo lhes requeria q<sup>d</sup> elles requeresẽ ao s<sup>or</sup> capitão Jeronimo leitão q<sup>d</sup> elle fizese guera contra ho gentio do sertão porquoãto elles vierão contra nos a guera e se ajuntarão de todos as aldeias do sertão desta cap<sup>ta</sup> tendo primeiro mortos tres ou quootro homẽis brancos e indios xpãos e botarão fama q<sup>d</sup> tinham morto a ant<sup>o</sup> de macedo e a dominguos luis grou cõ todos seus companheiros q<sup>d</sup> serião por todos os branquos perto de cimcoenta homẽis e cõ esta fama de terem mortos este branquos se ajuntarão e vierão cõ grande guera e puzerão esta cap<sup>ta</sup> cõ aperto e em ponto de se perder e matarão tres homẽis brãquos e ferirão outros muitos e matarão muitos escravos e escravas e indios e indias xpãos e destruirão muitas fazendas asin de brãquos como de indios e queimarão Igrejas e quebrarão a imagem de nossa sr<sup>a</sup> do rozairo dos pinheiros e fizerão outros dellitos por q<sup>d</sup> mereciãto gravemente castiguo e q<sup>d</sup> porquoãto elles herão nossos vezinhos e estavam amiguos connosquo e herão nossos compadres e se comoniquavão connosquo guozãdo de nossos resguates e amizades e isto de muitos annos a esta parte e sã lhe fazermos nhũ mall elles matarão brãquos e se levãtarão contra nos e nos fizerão tãto mall se lhe não desen o castiguo q<sup>d</sup> meresiãto cõ muita brevidade se poderia diso resultar muito dano a esta cap<sup>ta</sup> ficar em aperto e em ballanso de se perder e q<sup>d</sup> elle dito capitão podia fazer justamente esta guera porquoanto elles derão ocazião lisista p<sup>a</sup> iso e aguardãdo a dar conta ao s<sup>or</sup> guovernador ou guovernadores na dilação se podia recreser mais malles e se espalharia a gente e os enemiguos se reformarião outra ves e ajuntarião mais gente e tornarião cõ maior impeto e guera p<sup>r</sup> estaren muito perto e ser gente barbara e huzada na guera e ãdarão aos salltos como nos tem ameasado q<sup>d</sup> farão dizendo q<sup>d</sup> en nos acabãdo nesta cap<sup>ta</sup> aviãto de ir ao rio de janeiro e acorer ao rio de janeiro e as mais parte dessa cap<sup>ta</sup> diguo costa dizendo q<sup>d</sup> aviãto de dar o capitão e os padres ao íngrezes e fazer cõ elles pazes e trato [...] (Atas, 1967, p. 404 e 405).

Na ata em questão, os moradores solicitaram ao capitão Jerônimo Leitão que autorizasse a guerra contra os indígenas. Segundo eles, as motivações para esse conflito eram genuínas e legítimas, uma vez que homens brancos estavam sendo mortos pelos indígenas. Além disso,

esses indígenas específicos estavam atacando até mesmo aqueles que se convertiam ao cristianismo.

As cartas jesuíticas abordam as guerras sob uma perspectiva diferente, a da salvação. Portanto, o objetivo não é solicitar autorização para a guerra ou para o aprisionamento, mas, sim, mostrar a ação dos padres diante do conflito militar. Anchieta (1988) escreve sobre a ação do padre Manuel de Paiva em um conflito que ocorreu em meados do século XVI na capitania de São Vicente.

Ordenaram os capitães de S. Vicente duas guerras contra os Tamoios: foi necessario mandar o Padre Nobrega em sua compnhia ao Padre Paiva, o qual todo o caminho, que foi largo, lhes disse missa e prêgou sempre, esforçando os Portugueses e confessando-os e acudindo juntamente aos Indios cristãos com o Irmão Gregorio Serrão, que era o lingua que levava. Em uma guerra e em outra foi sempre o Padre Paiva sem medo com cruz na mão deante até á cêrca das aldeias, uma das quais foi rendida de todo, e com o esforço do Padre se salvaram muitos dos nossos, que estavam a ponto de fugir com perigo certo das vidas; os quais o Padre fez esperar até que de todos se renderam os inimigos, de que havia ainda boa cópia recolhidos em uma casa forte, e se sentiram covardia nos nossos, houveram de sair e matar muitos nas canôas, em que se queriam ir com pouca ordem e com muitos já fechados. Pelo grande perigo em que estavam, se pôs o Padre Paiva sem medo algum defronte daquela casa, donde se tiravam muitas frechadas, até que se tomaram os inimigos ás mãos e os nosso ficaram salvos (Anchieta, 1988, p. 486-487).

Nesse trecho, a narrativa é apresentada sob a perspectiva do personagem heroico, o padre Manuel da Nóbrega. Ele se mostrou disposto a enfrentar uma guerra com coragem e fé cristã, sem hesitar em lutar de peito aberto. E mesmo com a descrição de uma história audaciosa, escrita de acordo com a visão religiosa, percebemos, nas entrelinhas, a contínua busca da sociedade indígena pela proteção e definição de seu espaço. Lutar contra os invasores significava defender o território, mas também seus costumes, crenças e organização política.

Os relatos mostram que esse grupo de indígenas não apenas se rebelou contra a presença dos moradores, mas também causou mortes entre brancos e indígenas, incendiou igrejas e destruiu imagens religiosas. Os camaristas afirmam que esses indígenas já haviam sido amigos dos moradores de São Paulo antes de iniciarem os ataques e invasões.

A partir das discussões presentes nas atas, fica evidente que a narrativa desse período foi excludente em relação às sociedades indígenas, mas elas continuaram a existir. As ações desses indígenas em relação aos moradores de São Paulo demonstram uma diversidade de abordagens, que compunham a realidade dos moradores nativos em diferentes períodos e espaços. Foi através dessas ações de confronto contra os invasores que os indígenas encontraram uma maneira de reivindicar seu espaço e expressar seus pensamentos.

Neste subtópico, buscamos apresentar a visão dos moradores de São Paulo e dos padres jesuítas viajantes em relação aos moradores nativos da terra. A documentação disponível pode não privilegiar o protagonismo indígena, mas esse protagonismo existiu nas ações bélicas. Os indígenas demonstraram resistência e estratégias de defesa diante das investidas dos colonizadores, reivindicaram seus territórios e lutaram pela preservação de sua liberdade e autonomia.

As relações entre moradores de São Paulo, jesuítas e moradores nativos foram marcadas por diferentes conflitos e interesses. Para as sociedades indígenas, essas lutas envolviam a defesa de seus territórios, a preservação de sua liberdade física, religiosa e política, assim como a busca por alianças lucrativas e trocas comerciais. Para os colonos, as motivações eram a obtenção de riquezas, a busca por mão de obra escravizada e o controle do território. Já para os jesuítas, as lutas eram motivadas pela propagação da religião cristã, pela imposição de ordem, moral e costumes considerados corretos.

Dessa forma, torna-se complexo tentar definir, de forma isolada, cada um dos grupos envolvidos, uma vez que estiveram interligados constantemente por suas crenças, ideias e objetivos individuais, assim como pelo acesso ao território em disputa. Ao longo do tempo, essas relações foram sofrendo transformações, não apenas em relação aos grupos sociais em si, mas também em relação a cada indivíduo envolvido, resultando em uma infinidade de novas possibilidades e configurações. O estudo dessas interações nos permite compreender a complexidade e a dinâmica das relações entre colonizadores, jesuítas e indígenas, o que contribui para uma visão mais abrangente e contextualizada desse período histórico.

É fundamental destacar que as sociedades indígenas retratadas neste estudo desempenharam um papel significativo no processo de “violação”, nossa categoria de análise, observado nos indivíduos da vila de São Paulo. Através do contato com essas sociedades, os moradores foram expostos a diferentes cosmovisões, valores e práticas, o que levou a uma quebra dos contornos rígidos da moral propostos pela sociedade portuguesa. As interações com os indígenas desafiaram os moradores a repensarem suas próprias crenças e identidades, gerando um processo de transformação social na vila. Tanto as sociedades indígenas retratadas nesse tópico, quanto o sertão, como espaço territorial imbuído de significados, - e que será analisado no próximo subtópico - motivaram questões para a aquisição de novos costumes e hábitos. Essa interação constante com diferentes perspectivas contribuiu para a formação de uma identidade na vila de São Paulo, que permaneceu se transformando velozmente durante os anos seguintes.

Além disso, a “violação” ocorreu diante do contato dos moradores com outras sociedades, posicionamentos e visões de mundo. O processo de “integração”, por sua vez, ocorreu não somente pela aquisição de novos costumes e hábitos, mas também pela reformulação da própria identidade da vila. Com o passar dos anos, as mudanças ocorridas não se limitaram apenas aos grupos sociais, mas também afetaram cada um dos indivíduos, gerando uma infinidade de novas possibilidades. Essa interação contínua com diferentes perspectivas e a busca por uma identidade em constante transformação serão temas analisados mais a fundo no próximo capítulo da pesquisa.

### **3.2 Sentidos e percepções sobre o ideal e a realidade do sertão**

Viver em terras americanas sob a administração de Portugal significou seguir padronizações relacionadas ao território, às leis e ao conhecimento. Entre as afirmações sobre o território, as narrativas documentais feitas naquele período descreveram a existência de dois espaços distintos: o litoral e o sertão. Com o passar dos anos, tornou-se consenso a existência desses dois espaços, e os habitantes também se diferenciaram de acordo com os locais em que viviam.

O sertão representou para os novos moradores todos os seus sonhos e expectativas. Representou o desconhecido e o perigo, mas também a aventura e as riquezas. Era pelo sertão que objetivos seriam alcançados, o que fez com que muitos indivíduos encarassem aquela realidade tão incerta. Desembarcar em um território desconhecido simbolizou o início de um novo processo social e moral, tanto para os nativos quanto para os invasores. Representou a troca de conhecimentos, aprendizados das diversas áreas e questionamentos individuais e sociais. Esse acontecimento abriu infinitas possibilidades para o futuro da história do Brasil.

O significado do que era o sertão se interligava na época com o imaginário e a geografia imaginária. O termo foi adquirindo conotações ambíguas e complementares, levando a uma relação entre a percepção do espaço e a formação do imaginário sobre o interior desconhecido (Rêgo, 2016a). No dicionário português moderno, sertão correspondia a “região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras” (Bluteau, 1728, p. 613). Por ser um conceito generalizado, a ideia do que era o sertão se conectou com os sonhos e desejos individuais dos aventureiros. A falta de delimitação territorial e o pouco conhecimento se somaram às infinitas possibilidades imaginárias.

Naquele momento, o imaginário europeu do início do século XVI sobre a América, a Ásia e outros territórios desconhecidos contava com a presença de seres inumanos, do El

Dorado - local onde haveria abundância de ouro - e muitas outras riquezas incalculáveis. “O gosto pelo desconhecido e pelo mistério não podia deixar de atrair para fora da Europa os espíritos aventureiros. Todo um conjunto de mitos e fábulas fortaleceu nos mais audaciosos ocidentais o duplo desejo de enriquecer e expandir o domínio da Igreja de Cristo” (Delumeau, 1994, p. 50).

A imaginação movimentou as pessoas. A criação de mitos sobre a origem dos territórios sertanistas levou indivíduos a diferentes lugares em busca daquilo que mais desejavam.

O mito da Ilha Brasil é tributário assim de uma geografia imaginária que se caracterizava pela existência de riquezas, ocultas ou aparentes, nos sertões americanos. Caracterizava-se também pela origem legendária dos seus grandes cursos de água, geralmente um grande lago, ele também rico em ouro e outros metais e pedras preciosas. Essa geografia imaginária não fornecia contornos precisos, nem coordenadas geográficas exatas, o que fazia encurtar em muito, por exemplo, as distâncias entre a América Portuguesa e as minas de prata do Peru (Rêgo, 2016a, p. 47).

Se os portugueses e outros viajantes do planalto, nos séculos XVI e XVII, participaram como personagens ativos, isso significa que estavam imbuídos de ideias sobre um território que foi visualizado a partir de uma geografia muito específica, a imaginária. Inúmeras expedições foram baseadas nessa perspectiva. Posteriormente, essas mesmas expedições iriam produzir uma geografia mais robusta, com dados e percepções físicas dos espaços.

Os sertanistas deixaram relatos orais ou escritos, roteiros de viagem, verdadeiros mapas mentais, que permitiam aos seus sucessores encontrarem seu caminho sertão adentro. Esses roteiros faziam parte dos testamentos ou foram recolhidos, no século XVIII, da tradição oral. Alguns deles chegaram mesmo a ser analisados por D’Anville por intermédio de dom Luís da Cunha, constituindo assim fontes para a *Carte de l’Amérique Méridionale*. Os roteiros, relações e mapas consubstanciam uma “necessidade de conhecer e delimitar” os espaços conquistados ou em vias de sê-lo, e, no que se refere ao século XVIII na América portuguesa, constituem um momento de inflexão na cartografia, já que revelam um contínuo desvelar da geografia do interior do Brasil a partir de uma apreensão empírica da mesma, ademais de refletirem as transformações técnicas e conceituais da cartografia da época. Desse modo, o avanço dos portugueses para os sertões além da linha de Tordesilhas resultou na necessidade de conhecer a geografia do interior e de confeccionar mapas considerados mais “precisos” (Rêgo, 2016a, p. 55).

Ou seja, à medida que o contato entre indivíduos reais e territórios reais ocorreu, o sertão deixou de estar presente apenas no imaginário e desenvolveu contornos mais nítidos. Esse processo, no entanto, foi gradual e singular para cada indivíduo que entrou em contato com o

movimento em direção aos sertões, ou mesmo para aqueles que ouviram relatos de terceiros sobre sua origem territorial. A geografia imaginária persistiu por muito tempo.

Neste subtópico, utilizaremos as discussões sobre o sertão, pois entendemos que, com seus contornos imprecisos, ele não apenas fez parte das imaginações individuais, mas também das ações dos habitantes do planalto de Piratininga. Devido à sua indefinição, foram criadas infinitas possibilidades que, por sua vez, catalisaram ações que moldaram perspectivas e o perfil da vila de São Paulo nos anos subsequentes.

A discussão também faz parte das considerações presentes em nossa segunda categoria de análise, a “violação”. Os indivíduos portugueses da vila de São Paulo viveram em um espaço que contribuiu para a aprendizagem e reprodução de conceitos novos, desmistificação do imaginário e produção de novas ideias. Assim como as sociedades indígenas, utilizamos o sertão como um dos personagens de nossa narrativa, pois ele aparece em inúmeras documentações camaristas, quase como um sujeito procurado por muitos. Indivíduos estavam dispostos a arriscar suas vidas no sertão, convictos de que receberiam algo valioso em troca.

Portanto, este subtópico abordará inicialmente as discussões etimológicas sobre o conceito de sertão, como esse espaço físico foi considerado e mencionado pelas diferentes personagens em suas documentações. Procuraremos analisar as vantagens que o sertão ofereceu aos indivíduos e como essas mesmas vantagens proporcionaram mudanças de mentalidade. A narrativa será baseada na documentação escrita pelos camaristas da vila de São Paulo, no século XVII, onde houve maior incidência de expedições aos sertões.

### 3.2.1 Sertão como espaço geográfico

A cartografia portuguesa do Brasil foi por muito tempo limitada à costa litorânea (Rêgo, 2016b). Essa realidade só começou a mudar no século XVIII, quando D. João V contratou especialistas estrangeiros para ampliar o mapeamento do território. Devido ao mapeamento restrito, o conceito de sertão, nos séculos XVI e XVII, tinha significados amplos, variando de acordo com a realidade de cada indivíduo.

Para os moradores da época, o sertão não era um local específico, mas sim áreas pouco ocupadas, principalmente pelos portugueses, que faziam fronteira com a costa e os territórios litorâneos controlados por eles. A distinção entre sertão e litoral era sutil e dependia da perspectiva de quem observava. Segundo o jesuíta Anchieta, até mesmo a própria vila de São Paulo, um assentamento administrativo português, estava localizada no sertão.

Para o sertão, caminho do Noroeste, além de umas altíssimas serras que estão sobre o mar, tem a vila de Piratininga ou de São Paulo, 14 ou 15 leguas da vila de S. Vicente, três por mar e as mais por terra, por uns dos mais trabalhosos caminhos que creio ha em muita parte do mundo (Anchieta, 1933, p. 320).

Para além dos padres, outros indivíduos escreveram sobre a distância entre a vila de São Paulo e os demais espaços portugueses na América. Gabriel Soares de Sousa, um colonizador dono de engenho, comerciante, sertanista e navegador português nascido no Ribatejo, ficou conhecido por escrever o Tratado Descritivo do Brasil (1587), um dos primeiros relatos sobre o Brasil colonial que contém várias informações sobre o país. Em relação a São Paulo, Souza (1879) afirma, logo no início de seu tratado, que a vila estava situada no sertão, ao contrário das demais vilas de São Vicente.

Pelo sertão desta capitania nove léguas está a vila de São Paulo, onde geralmente se diz “o campo”, na qual vila está um mosteiro dos padres da companhia, e de redor dela quatro ou cinco léguas<sup>31</sup> estão quatro aldeias de índios forros cristãos, que os padres doutrinam; e servem-se desta vila para o mar pelo esteiro do Ramalho. Tem vila mais dois ou três engenhos de açúcar na ilha e terra firme; mas todos fazem pouco açúcar, por não irem lá navios que o tragam (Sousa, 1879, p. 111).

As narrativas foram fornecidas por viajantes que tiveram apenas breves encontros com a vila de São Paulo. No entanto, para os residentes, as percepções divergiam das relatadas pelos viajantes. As atas registravam as atividades cotidianas de forma a destacar que eles não habitavam o sertão, pois este situava-se além dos limites da vila de São Paulo. De acordo com os moradores, a vila constituía parte integrante de sua realidade geográfica, ao passo que o sertão representava o desconhecido a ser explorado em busca de riquezas. Um exemplo desse contexto pode ser encontrado em registros datados de 1620, nos quais os moradores foram advertidos e proibidos de aventurar-se no sertão.

Aos vinte dias do mes de janr<sup>o</sup> de mil e seis sentos e vinte estando os ofisiais abaxho asinados em camara na caza do conselho dela lerão hũ mandado q̄ lhes veo do capitão mor gomsalo corea de sa no qual mandava o dito capitão mor fose joze preto a noteficar simião alves e os mais cõpanheiros q̄ ião aos sertões sem ordem nẽ lisença aos quoaís hele dito joze preto fose notefiquar não fisesem a dita viagem pera o qual os ditos ofisiais mandarão vir ante si o dito joze preto propomdolhe em como o dito caipitão mor mādava ao dito joze preto fose fazer a dita deligencia cõ quatro omes em sua cõpanhia como no dito mādado e provizão cõtinha a qual provizão e mādado lhe foi entregue a ele dito joze preto cujo treslado e teor fica nesta camara no lyvro do Registro

---

<sup>31</sup> As distâncias mencionadas no documento original, "nove léguas" e "quatro ou cinco léguas", foram convertidas para quilômetros, sendo estas de aproximadamente 59,4 quilômetros e 26,4 a 33 quilômetros, respectivamente.

dela e de como asin entregarão a dita provizão e mādado ao dito joze preto y hele dito resebeo dizendo faria a dita deligencia o asinou aqui cõ os ditos ofisiais eu joão fer<sup>a</sup> dormõdo escrivão q̄ o escrevi (Actas, 1915, p. 424).

O sertão é retratado como um local distante e perigoso. No entanto, embora houvesse ameaças e advertências, os moradores da vila estavam dispostos a enfrentá-lo. Nos primórdios do século XVII, a principal atividade no planalto era a incursão aos sertões para a escravização de indígenas. Apesar da fertilidade do solo para a agricultura, o comércio de escravizados tornou-se uma atividade valorizada pelo lucro garantido na venda para plantações e engenhos de outras regiões, bem como pela disponibilidade de mão de obra local para trabalho doméstico e agrícola (Prezia, 2008).

Em várias ocasiões, nas atas, o conceito de sertão foi descrito como uma região inacessível e proibida aos moradores, embora haja relatos de expedições aos sertões realizadas por moradores ao longo dos anos. A compreensão do significado e dos limites do sertão permaneceu vaga até meados do século XVIII, conforme mencionado anteriormente. Rêgo (2016) aponta que mesmo nos séculos seguintes, o conceito continuou a ser amplamente generalizado.

O conceito de sertão passou a ser, nesse contexto, muito utilizado na cartografia, mais como qualificativo de lugar que como um local específico. Trata-se da indicação de lugares pouco ocupados, ou seja, usar a designação de sertão indicaria a ideia subjacente de ocupar aquele espaço e, em consequência, levar a civilização até ali. Sertão é, assim, um qualificativo de espaço, que pode ter componentes etnográficos como denominação “sertão dos tapuias”. É um qualificativo que indica também uma espécie de fronteira, que separa a civilização da barbárie e, nesse sentido, indica a necessidade de atravessar, conquistar e incorporar as regiões assim qualificadas (Rêgo, 2016a, p. 58).

Deve-se observar que, por muito tempo, a ideia de sertão conviveria com o caráter impreciso de tantos outros. “Mais do que nunca, havia sertões e sertões. ‘sertões bem distantes’ conviviam com o sertão de algumas vilas... o emprego da palavra ‘sertão’ foi, desse modo, afetado pela longa duração e pelas cambiantes realidades geográficas, sociais, históricas e econômicas que retratava” (Rêgo, 2016a, p. 61).

Portanto, nos séculos XVI e XVII, a construção do conceito sobre o que era e onde ficava o sertão esteve ligada ao indivíduo que construía a narrativa. Para os portugueses de forma geral, as sociedades indígenas estavam no sertão, na distância e no desconhecido. Para os portugueses de São Paulo, o sertão deveria ser alcançado. Com as expedições territoriais às terras desconhecidas, os moradores capturavam indígenas para o trabalho braçal nas fazendas.

“A partir da década de 1580, a despeito das restrições impostas pela legislação portuguesa, os colonos começaram a favorecer a apropriação direta do trabalhador indígena através de expedições predatórias ao sertão” (Monteiro, 1994, p. 52). Apesar de a passagem relatar situações do século XVI, ela pode ser aplicada ao século subsequente. Durante nossa leitura das atas, percebemos que, em inúmeras reuniões, a saída da vila para capturar escravizados foi condenada. No entanto, em outros momentos, esse processo foi ignorado e considerado um fato.

A ata de 1621 demonstra o momento em que os camaristas da própria vila proibem o acesso aos sertões, algo incomum na vila de Piratininga. As proibições de acesso, em sua maior parte, ocorriam por ordens vindas de capitães ou ouvidores da capitania, mas não dos próprios moradores que utilizavam o sertão como meio de trabalho.

Aos dezasete dias do mes de abril de mil e seis sentos e vinte e hũ anos se ajuntarão os ofissiais da camara a saber juizes e vreadores pero taques e joão de brito casão e guaspar bareto e juiz bertollameu bono e procurador joão roiz de moura e acordarão os ditos ofissiais da dita camara mandarão por hum pregão que nenhũa pesoa de qualquer quallidade q̄ seja não va ao sertam a deser juntio cõforme a llei de sua magdE so pena de corer coren nas penas de sua magd<sup>e</sup> [...] (Actas, 1915, p. 475).

Em outros momentos, a ida aos sertões se deu como situação corriqueira. Em reunião de 1609, moradores afirmaram que a viagem ao interior foi requisitada pelo próprio capitão de São Vicente, dois anos antes. A volta de alguns - não todos - para a vila foi acompanhada de capturados indígenas para o trabalho manual e escavações nas minas.

[...] e loguo pelos ditos offisiaes em prezemsa de mi escrivão e do dito capitão lhe foi dito que sua merse avia mādado ao sertão desta capta a deser jemtio ahomde forão corenta ou simcoenta homens branquos com os quaes forão mt<sup>a</sup> parte dos indios desta vila e gastarão la dous anos e não são chegados ainda e os que chegarão trazerão mt<sup>o</sup> gemtio o qual foi mandado buscar p<sup>a</sup> o benefisio das minas e mais metais e os tinhão quẽ os trouxera sem acodirem a obrigação p<sup>a</sup> que forão mādados deser e aqui estava hũ mādado do capitão gaspar conqr<sup>o</sup> que loguo se aprezemtou em que manda fosse toda a jemte que da jornada fora trazida conforme a provizão de sua magestade por belchior carnr<sup>o</sup> do sertão na qual viera o jemtio contra ao dito belchior carnr<sup>o</sup> com outros soldados e comtudo ouve mt<sup>as</sup> pesas de que ele dito capitão teve mt<sup>as</sup> pesas de quintos com as quaes podia fazer benefisiar o dito engenho e que a tera tem mt<sup>o</sup> poucos indios como ele dito dioguo de quadros sabia mt<sup>o</sup> bem e que deses poucos lhe avião todos os capitãis dado os indios que das aldeas lhe podião dar [...] (Actas, 1915, p. 235 e 236).

Percebe-se que o sertão foi tratado de diferentes maneiras: foi alvo de buscas e expedições, mas também de restrições, proibições e penalidades para aqueles que o desafiavam e contrariavam as leis portuguesas. Nesse caso, o próprio capitão havia solicitado a organização

das expedições, algo que já havia ocorrido de forma semelhante em 1616. Foi registrada uma provisão na ata em que Gaspar de Souza, conselheiro da vila, expressa sua insatisfação por não cumprirem suas ordens. Gaspar de Souza afirma que ficou muito "escandalizado" ao saber que Paulo da Rocha, capitão encarregado, acabou realizando guerras contra os indígenas e organizando expedições sem sua autorização.

Gaspar de souza do conselho de sua mag<sup>de</sup> seu gentilhomen da boca g<sup>dor</sup> e captam geral deste hestado do brazil & faso saber aos que hesta minha provizam virem q̄ eu encareguei a paulo da rocha de siqueira no seu cargo de capitam e ouvidor da capitania de sam v<sup>te</sup> por estarẽ vagos e por entender e sua pesoa q̄ho serveria como convinha ao serviso de sua mag<sup>de</sup> e bem daq̄ella cap<sup>ta</sup> e porquanto hora sou imformado q̄ o ditto capitam procedia contra ho regimento e ordẽs que lhe dei mandando fazer emtradas ao sertam e dando guerra ao gentio contra o q̄ s. m<sup>de</sup> manda com desolasam e escandolo de todo o povo [...] (Actas, 1915, p. 378-379).

Com essa passagem podemos evidenciar a flexibilidade das ordenações no território americano. Ou seja, cada governante adotava uma abordagem em relação à proibição das guerras contra indígenas. Enquanto alguns entendiam que a proibição portuguesa deveria ser aplicada sem exceções; outros, como o governador mencionado anteriormente, utilizavam o conceito de guerra justa para permitir as incursões. Compreendemos que, assim como o conceito de sertão foi uma ideia variável ao longo dos séculos, outras definições também o foram, como a de guerra justa mencionada anteriormente.

No século XVI, Bartolomeu de Las Casas afirmava a necessidade da violência para conscientizar os nativos e propagar a fé. Nesse caso, os moradores se apropriaram dessa ideia para agir em benefício de seus interesses, embora embasados em conceitos religiosos.

O contrário, quer dizer, estabelecer o domínio político para depois propagar a fé, não era possível para Las Casas, porque não existiam razões plausíveis de qualquer natureza que justificassem esse ato, nem por parte dos índios nem por parte dos cristãos. Por que os príncipes infiéis e seus povos aceitariam o domínio político dos cristãos? se perguntou o autor em *Del Único Modo*, para logo afirmar que ninguém pede, voluntariamente, para ser dominado politicamente. Então, o domínio político só poderia ser imposto pela guerra (Bruit, 1997, p. 99-100).

O sertão possibilitava o inusitado. A guerra se instalou em diferentes espaços numa tentativa de propagação religiosa, mas também de acesso à mão de obra indígena. Nesse sentido, o morador da vila de São Paulo teve um pouco dessa possibilidade ao impossível em si, característica de ação no território. Já dizia Monteiro (1994), no século XXI, sobre a maleabilidade do morador de São Paulo em adaptar as normativas a seu favor.

Realmente, a observância estrita da lei nunca figurou entre as práticas prediletas dos paulistas. Se a lei de 1570 e legislação subsequente admitiam o cativo mediante a regulamentação da guerra justa, os cativos que os paulistas almejavam nem sempre se enquadravam nas especificações da lei (Monteiro, 1994, p. 52).

Nesse contexto, destaca-se a participação ativa dos indígenas em todo o processo de interiorização dos portugueses, mesmo que tenham sido frequentemente excluídos da narrativa. Eles viveram na vila e em seus arredores ao longo de todo o período, desempenhando papéis significativos nas guerras e alianças estabelecidas. Suas sociedades contribuíram para o desenvolvimento do processo e ajudaram a moldar a caracterização do sertão como um espaço de possibilidades.

Na reunião realizada em 22 de março de 1603, houve uma situação interessante a ser analisada. Os oficiais transmitiram a informação do ouvidor da capitania sobre a proibição do apresamento de indígenas e as penalidades aplicadas em caso de desobediência, mas também criticaram o próprio capitão.

Aos vinte e dous dias do mes de março di dito anno fezerão camara os officiaes della e ai requereo [...] q̄ os dias pasados se publicou e apreguou hũ mādado do capitão e ouvidor de toda esta cap<sup>ta</sup> de sam v<sup>te</sup> en q̄ mādava q̄ ningen fosse ao sertão sob grādes penas e q̄ aguora se diz e he p<sup>co</sup> q̄ elle todavia mād gente o q̄ lhe não esta bem porquoāto he contra a lei de sua magestade e tem mādado seu irmão nicolau bareto cō perto de trezentos homens e mais gentio e escravos de guera e ha pouca gente na tera e temos os guaramimis a porta e não sabemos o q̄ farão e pode fogir o gentio e escravos q̄ ficaren sen aver quẽ a iso acuda e allem de tudo iso espera q̄ virão ao beneficio das minas e não aver indios nẽ gente e hũ suceso de guera p<sup>r</sup> mar ou por tera por honde não esta a cap<sup>ta</sup> em desposição de se fazer entrada pelo q̄ requere a elles ditos officiaes o requirão ao dito capitão não mād mais gente a guera nẽ entrada e fazendo ho contr<sup>o</sup> protestava sobre elles ditos officiaes cair todo o dano e mal q̄ viesse a cap<sup>ta</sup> a q̄ lhe avia p<sup>r</sup> imcanpada tanto q̄ a gente fosse fora da tera e os ditos officiaes mādarão tomar seu requerimẽto do quoall se daria c<sup>ta</sup> ao dito capitão e se lhe notefiquaria tãto q̄ a esta v<sup>a</sup> viesse [...] (Actas, 1915, p. 125-126).

No trecho em destaque, os camaristas relataram a proibição do acesso aos sertões para os moradores de toda a capitania, imposta pelo capitão e sujeita a penalidades. No entanto, na mesma ata, os moradores e oficiais registraram a contradição dessa ordem, já que afirmam que o próprio capitão autorizou seu irmão a explorar o interior sertanista. Essa leitura evidencia o poder de atuação autônoma da vila do planalto, na qual os camaristas defendiam o que traria mais benefícios para seus habitantes. Portanto, os oficiais argumentam que estavam em um período de guerra, precisavam se defender e protestavam contra a ordem recebida.

O sertão foi habitado pelos indígenas, representando perigo para a população, de acordo com as Atas. Foi também um local de riquezas, alvo de expedições e alvo de tentativas de exploração por parte de grupos nativos e europeus. As sociedades indígenas organizavam ataques contra os portugueses, matavam e fugiam dessas áreas. Ao mesmo tempo, os moradores portugueses guerreavam, invadiam e capturavam os inimigos. Esses eventos estão conectados aos objetivos de cada grupo social razão pela qual o conceito de sertão não foi homogêneo.

Ao longo deste subtópico, procuramos demonstrar, por meio de relatos de viajantes e de documentação camarista, que o termo “sertão” adquiriu conotações ambíguas e complementares, refletindo uma determinada relação entre a percepção do espaço e a formação do imaginário sobre o interior desconhecido (Rêgo, 2016b). À medida que o interior foi sendo explorado pelas expedições, ele deixou de ser apenas sertão e adquiriu contornos mais reais e definidos.

### 3.2.2 Sertão como fator de mudança

Durante os séculos XVI e XVII, a região litorânea do Brasil oferecia inúmeras vantagens em comparação ao sertão. Lá, havia uma maior conexão com a coroa portuguesa, facilitando o comércio e os deslocamentos dos moradores. No entanto, mesmo diante dessas vantagens, muitos indivíduos optaram por estabelecer-se no interior do país, nas fazendas e na vila de São Paulo.

O objetivo deste subtópico é apresentar trechos de documentos que evidenciem as diferentes motivações dos indivíduos ao escolherem viver no sertão. Essa escolha exigiu adaptações em termos de vestimenta, alimentação, estilo de vida e costumes. Para se adequarem, muitos moradores se inspiraram no modo de vida dos nativos locais, que exerceram influência significativa na organização da vila de São Paulo nos primeiros séculos.

A motivação para habitar o sertão era diversa, pois oferecia oportunidades de riquezas excepcionais, como ouro, por exemplo, o aprisionamento de indígenas e a expansão territorial para fins agrícolas. Contudo, ao mesmo tempo que essas possibilidades atraíam, o sertão também apresentava desafios, como a falta de informações, a necessidade de adaptação a vestimentas e alimentos diferentes, além de um estilo de vida mais restrito e simplista.

Dessa forma, abordaremos como o sertão transformou a vida das pessoas e, por consequência, provocou mudanças na organização da vila de São Paulo em relação às demais vilas da capitania. Para embasar nossa análise, utilizaremos a documentação presente nas atas da Câmara, bem como a historiografia. Continuaremos utilizando o conceito de “violação”, que

reconhece o sertão como um personagem central responsável por alterações significativas na identidade e formação da vila de São Paulo.

Os moradores da vila de São Paulo não se viam como habitantes do sertão. Para eles, o sertão era uma área que ficava além dos limites da vila. Essa distinção geográfica contribuiu para a identificação dos moradores com a vida urbana e estabeleceu uma clara demarcação entre o espaço habitado e o sertão. No entanto, ao analisarmos essa questão sob a perspectiva histórica e geográfica, como pesquisadores, podemos compreender o contexto de forma diferente. Através de uma visão mais ampla, é possível compreender as relações entre a vila de São Paulo e o sertão, bem como as escolhas dos moradores em relação à moradia e ao trabalho.

Para melhor organizar o estudo, desenvolvemos um mapa geográfico que inclui informações relevantes, como a localização de diferentes aldeamentos próximos à vila, os rios que cortam a região e a distância entre São Paulo e as demais vilas da capitania de São Vicente. Essa representação espacial auxilia na compreensão da relação entre a vila e o sertão.

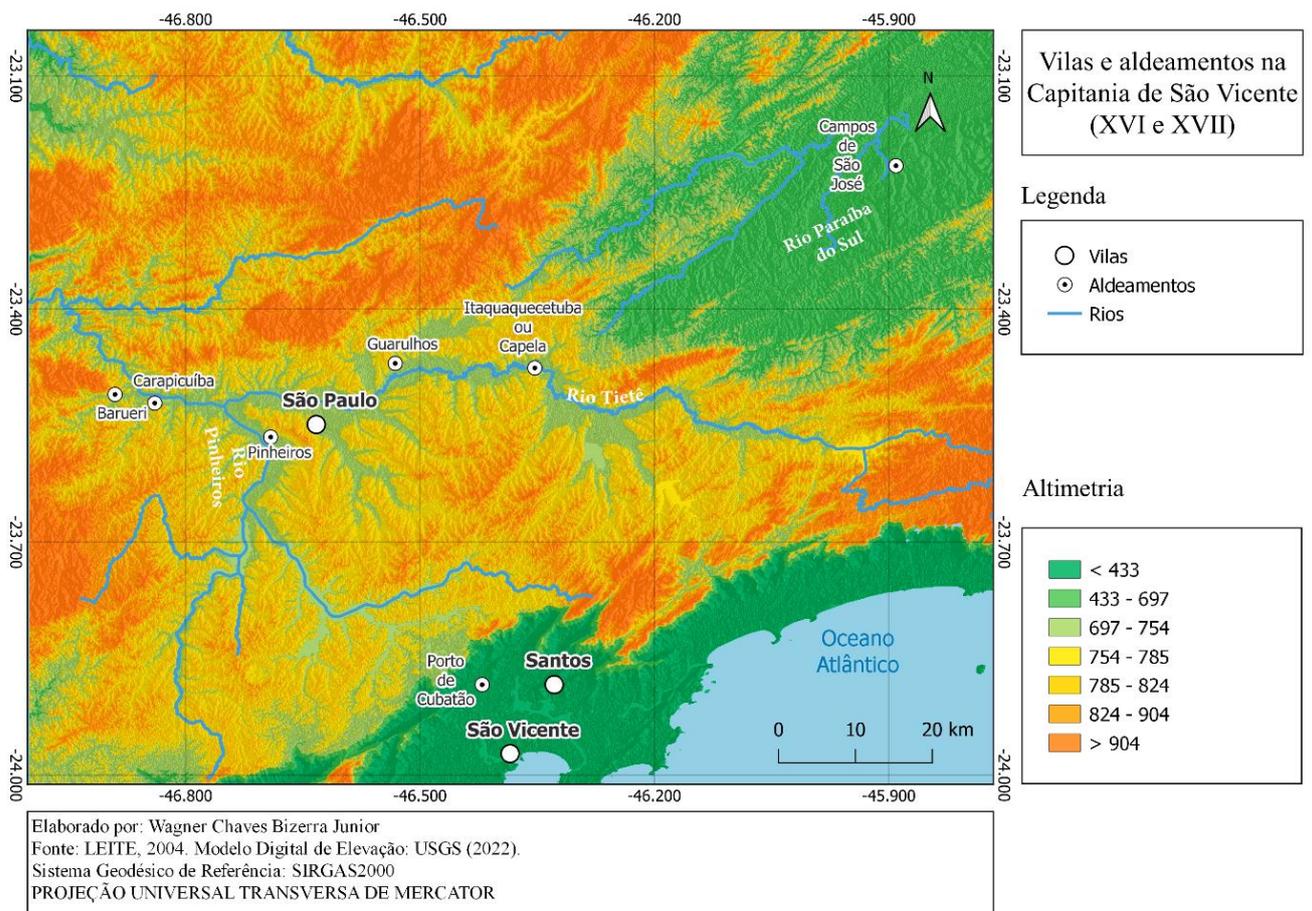


Figura 3 – Mapa sobre a localização das vilas e aldeamentos na Capitania de São Vicente (XVI e XVII).

Observando o mapa<sup>32</sup> e com base nas análises de Patrícia Albano Maia (2010), historiadora e doutora pela Universidade de São Paulo (USP), podemos compreender que o planalto funcionava como um centro irradiador de bandeiras, a partir dele, surgia a depressão periférica, que se mostrava como um entroncamento de caminhos naturais levando ao interior da colônia brasileira no sentido norte-sul. A Serra da Mantiqueira chegava a São Paulo pelo Norte, abrindo um novo caminho à nordeste, composto pela planície do Vale do Paraíba. Dessa forma, São Paulo se tornava um centro difusor de três caminhos naturais em razão de seu relevo.

- 1) Um caminho em direção ao Nordeste, passando pelo Vale do Paraíba. Tornou-se rota das expedições para Minas Gerais, para o Rio São Francisco, o Nordeste e o Norte da Colônia.
- 2) Através do caminho para o Norte, via Campinas e Mogi-Mirim, chegava-se a Goiás; pela região de Atibaia e Bragança Paulista atingia-se o sul de Minas Gerais.
- 3) Para o Sul e o Sudoeste ia-se pela região de Sorocaba e Itapetininga (Maia, 2010, p. 96-97).

Além dos caminhos terrestres, havia também caminhos fluviais, especialmente o Rio Tietê, que cortava o estado de São Paulo em direção ao Noroeste e desaguava no Rio Paraná, possibilitando o acesso à bacia Platina por via fluvial, o que facilitava o acesso a Mato Grosso. A partir da Vila de São Paulo, além de partir em direção aos sertões, também era possível seguir rumo ao litoral, utilizando o Caminho do Mar, que era a principal rota de comunicação com São Vicente (Maia, 2010).

Além disso, ao observarmos o mapa, constatamos a considerável distância que separava São Paulo das demais vilas da região. Esse distanciamento resultou no desenvolvimento de costumes e hábitos locais distintos, influenciados pelo isolamento geográfico e pela falta de contato frequente com as áreas costeiras.

O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e encontrava-se o Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do Norte. Para o Sul estendiam-se vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis às vezes, mais incapazes de sustarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A Este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar, vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois um punhado de homens bastava para arrostar um exército, e abrir novas picadas, domando as asperezas da serra, rompendo as massas de

---

<sup>32</sup> Sugerimos que, sempre que necessário, o leitor se sinta convidado a voltar a esta página para realizar as observações com base nas análises do mapa e das descrições.

vegetação, arrostando a hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sobre-humanos (Abreu, 2009, p. 89).

De acordo com Abreu (2009)<sup>33</sup> e observando o mapa, a geografia local proporcionava certa facilidade de acesso aos moradores de São Paulo. O rio Tietê, por exemplo, corria próximo à vila, permitindo seguir seu curso em direção à bacia do Prata. Além disso, existiam caminhos e veredas na região, facilitando o deslocamento em direção ao norte, sul e leste, embora algumas rotas fossem intransitáveis e exigissem esforços consideráveis para serem desbravadas. A citação também descreve a geografia local e os desafios enfrentados pelos moradores de São Paulo em sua busca pelo sertão. O texto ressalta a presença do rio Tietê, das serras, das florestas e a dificuldade de acesso ao litoral. Essa descrição oferece uma visão mais concreta da realidade da época e auxilia na compreensão das escolhas dos moradores em direção aos sertões.

Essa citação é relevante, pois retrata a realidade local daquele período. Ao considerarmos o mapa, podemos situar-nos e compreender o distanciamento entre os locais, especialmente porque as viagens eram realizadas a pé, atravessando terrenos íngremes. As cores vibrantes do mapa destacam as variações altimétricas do território, revelando que o caminho em direção aos sertões não era plano, mas sim inclinado, cercado por matas e rios.

A historiografia sobre a colonização do Brasil tem sido objeto de contínuas discussões e análises ao longo dos anos. Autores como Capistrano de Abreu (2009), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Caio Prado Junior (1961) compartilharam uma visão que enfatizava a facilidade do processo de entrada e colonização dos novos indivíduos no território, criando assim uma tradição historiográfica que perdurou por considerável período. No entanto, essa perspectiva foi posta em xeque durante nossa pesquisa, à medida que analisamos as documentações históricas. Nesse sentido, emerge uma problemática relacionada a essa teoria, uma vez que as fontes documentais consultadas contradizem esse ponto de vista.

Ao confrontarmos essas informações com as atas, notamos algumas incongruências na narrativa, especialmente em relação às dificuldades enfrentadas pelos moradores para obter autorização para suas expedições e a garantia de lucro. A análise das fontes revela que o caminho em direção aos sertões não era fácil e exigia esforços consideráveis. Embora o uso de

---

<sup>33</sup> Antes de realizar a análise da citação, abordaremos uma breve biografia de João Capistrano Honório de Abreu (2009), que foi um renomado historiador brasileiro dos séculos XIX e XX. Ele se destacou como um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, abrangendo os campos da etnografia e da linguística. Sua abordagem era caracterizada por uma metódica investigação das fontes históricas e uma visão crítica dos eventos passados. Seu principal foco de estudo foi a história colonial brasileira, e desenvolveu uma teoria da literatura nacional fundamentada nos conceitos de clima, terra e raça, que refletiam os estereótipos típicos do colonialismo europeu em relação aos trópicos.

indígenas como mão de obra fosse considerado mais econômico em comparação aos escravizados africanos, os custos pagos pelos moradores do sertão eram elevados. A organização das expedições, a busca por alimentos e a necessidade de estabelecer alianças com grupos nativos foram elementos constantes na vida daqueles que escolheram viver no sertão. Esses moradores não dependiam apenas de sua astúcia e bravura para adentrar o sertão, pois a facilidade de acesso foi resultado de uma combinação de fatores territoriais. Estabeleceram alianças estratégicas com as sociedades indígenas locais, que atuaram como guias e indicaram as áreas a serem exploradas. A colaboração dos grupos nativos desempenhou um papel fundamental nesse processo de aproximação e exploração do sertão pelos moradores.

A história dos moradores de São Paulo revela as dificuldades encontradas na concretização de suas ideias e projetos, tanto por questões internas quanto pelo próprio sertão. A distinção geográfica entre a vila e o sertão contribuiu para a identificação dos habitantes com a vida urbana e estabeleceu uma clara demarcação entre os espaços habitados e o território desconhecido. No entanto, uma análise histórica e geográfica nos permite compreender o contexto de maneira mais complexa.

As atas da Câmara registravam, frequentemente, a proibição de adentrar o sertão, seja como uma tentativa de organização administrativa, seja como uma forma de desrespeito a essa proibição. Desde o século XVI, encontramos registros dessas proibições nas atas; no século XVII elas se tornaram ainda mais recorrentes, possivelmente devido à persistência dos moradores em desobedecerem.

Um exemplo é a ata de 26 de abril de 1609, na qual os moradores que se aventuraram no sertão em busca de aprisionar indígenas foram excomungados pelo vigário da vila, provavelmente por invadirem também os aldeamentos indígenas. Nessa reunião, os moradores contestaram o veredicto e solicitaram uma resposta do administrador da capitania.

Aos vinte e seis dias do mes de abril do dito ano de mil e seis setos e nove anos nesta vila na casa do comselho dela se ajumtarão os offisiaes da camara abaxo asinados e semdo juntos com algũs moradores da tera que se ajumtarão loguo ahi por antº camacho procurador do comselho foi dito e requerido aos ditos offisiaes que oje dia es e ano asima declarado fora publicada hũa escomunhão dizendo que avião por escomũgados todos aqueles que forão ao sertão e erão vimdos dele o que fazia por ordem do sñr administrador e que juntamtº pozesem nas aldeas todo o jemtio que avião trazido do dito sertão o que era em mtº perjuizo deste povo e do serviso de deos e de sua magdº e deve o sñr administrador de estar mal emformado porquãto o jemtio que se ha de por em aldeas he o que per sua vontade quizer se meter com os bramquos e não a forsa por quem o podia mãdar como este foi o que vtº pelos ditos offisiaes e mais povo jumto comsertarão que escreverião ao sñr administrador e o emformarião do causo e juntamtº pedirião ao revdº padre vigrº joão

pimentel sobrestivese este negocio ate a vimda do sñr administrador ou sua resposta e niso comcordarão (Actas, 1915, 243).

No documento em questão, os oficiais da Câmara, juntamente com alguns moradores locais, se reuniram para discutir um assunto de grande importância. Antônio Camacho, procurador do conselho, apresentou uma queixa aos oficiais, alegando que havia sido publicada uma excomunhão, determinando que todos aqueles que se aventurassem no sertão e retornassem dele seriam considerados excomungados. Tal medida havia sido tomada por ordem do senhor administrador, que também ordenara a apreensão de todo o gado trazido do sertão e sua distribuição nas aldeias. Essa ação estava causando prejuízos significativos à população local, bem como ao serviço religioso e à autoridade real. Os oficiais e o povo concordaram em escrever ao senhor administrador, informando-o sobre a situação e pedindo que o reverendo padre vigário, João Pimentel, mantivesse suspenso o caso até a chegada do senhor administrador ou que fornecesse uma resposta.

Esse trecho do documento evidencia as tensões e disputas envolvendo o controle e uso dos recursos do sertão, bem como as resistências da população local às medidas impostas pelas autoridades. Eles justificaram suas ações com o argumento de que os indígenas que os acompanhavam estavam lá por escolha própria e não por coerção, buscando validar suas ações em relação aos nativos locais. Quem escolhia viver do sertão tinha que encarar todas as intempéries desconhecidas e, além disso, conviver com as proibições e julgamentos da administração portuguesa, que tentou controlar o processo de idas e vindas dos moradores do território. No entanto, o trecho em questão revela que o sertão, como espaço, não apenas reagiu às ações dos moradores, mas também enfrentou resistência por parte das autoridades administrativas portuguesas. A questão indígena se mostrou um desafio significativo para todos que se aventuraram no sertão. Embora esses indivíduos tenham realizado invasões, tomado terras e aprisionado indígenas, enfrentaram inúmeras dificuldades ao longo do processo.

O sertão emerge como um personagem marcante nessas narrativas, reagindo a todas as incursões promovidas por aqueles que se aventuraram em suas terras. Muitos não sobreviveram a essa empreitada, deixando claro que o sertão impunha obstáculos gigantescos. Uma das afirmações de Capistrano Abreu (2009), sobre a suposta facilidade encontrada pelos novos moradores no local, é contestável. Através da análise documental, percebemos que, sem a colaboração de diferentes grupos indígenas, os moradores de São Paulo não teriam conseguido acessar os caminhos já percorridos por eles. Essas alianças foram fundamentais para a sobrevivência e adaptação dos moradores nesse ambiente desafiador.

Durante esse estágio da nossa pesquisa, é essencial destacar a relação entre as ideias de sertão e as interações dos moradores de São Paulo com os indígenas. Essa conexão é intrincada e difícil de separar, uma vez que o sertão era percebido pelos moradores como um local inóspito, selvagem, sem ordem e lei, enquanto para os indígenas, o sertão era seu lar, um lugar de moradia, produção de alimentos e realização de rituais. O sertão era parte integrante de sua identidade.

Os moradores de São Paulo expressaram várias questões que os deixavam insatisfeitos numa carta – transcrita na ata do ano de 1606 –, a qual já mencionamos algumas vezes neste trabalho. Agora, focaremos na narrativa da carta que destaca as preocupações dos camaristas de São Paulo para com a preservação dos indígenas no sertão. Preservação no sentido de que queriam controlar esses grupos nativos, e não no sentido de fornecer liberdade e respeitar suas sociedades.

[...] Quanto a conservação do gentio que não convém termos e avexarem-nos, assim como nos fazem a nós o faremos a elles, e os christãos vizinhos são quasi acabados, mas no sertão ha infinidade deles e de muitas nações, que vivem á lei de brutos animaes, comendo-se uns aos outros, que si os descermos com ordem para serem christãos, será causa de grande proveito, principalmente o gentio Carijó, que está 80 leguas daqui por mar e por terra e se affirma que podem ser 200.000 homens de arco. Esta é uma grande empresa e a Vmc. ou cousa muito sua lhe estava bem que S. M. lhe concedesse e lhe importaria mais de 100.000 cruzados, afóra o de seus vassallos, o que pelo tempo em diante póde redundar a esta capitania, além do particular do mesmo gentio vindo ao gremio da Santa Madre Igreja. Tornamos a lembrar, acuda Vmc., porque de Pernambuco e da Bahia, por mar e porterra lhe levam o gentio do seu sertão e districto, e muito cedo ficará tudo ermo com as arvores e hervas do campo sómente; porque os portuguezes, bem sabe Vmc. que são homens de pouco trabalho, principalmente fóra do seu natural. Não tem Vmc cá tão pouca posse, que das cinco villas que cá tem com a Cananéa póde pôr em campo para os Carijós mais de 300 homens portuguezes, fóra os seus indios escravos, que serão mais de 1.500, gente usada ao trabalho do sertão, que com bom caudilho passam ao Perú por terra, e iso não é fabula. Já Vmc. será sabedor como Roque Barreto, sendo capitão, mandou ao sertão 300 homens brancos a descer gentio e gastou dois annos na viagem, com muitos gastor se mortes, e por ser contra uma lei de el-rei, que os padres da Companhia trouxeram, o governador geral Diogo Botelho mandou provisão para tomarem o terço para elle, e depois veiu ordem para o quinto; sobre isto houve aqui muito trabalho e grandes devassas e ficaram muitos homens encravados, que talvez ha nesta villa hoje mais de 65 homisiados, não tenho della mais de 190 moradores; si lá fôr alguma informação de que a gente desta terra é indomita, cria Vmc. o que lhe parecer com o resguardo que deve aos seus, que não ha quem soffra tantos desaforos (Actas, 1915, p. 499-500).

Eles destacaram que, enquanto os cristãos vizinhos estavam praticamente extintos, havia uma grande quantidade de indígenas vivendo de forma selvagem e canibal no sertão. Os

moradores viam nessa situação uma oportunidade de trazê-los para o convívio cristão e obter benefícios tanto para a capitania quanto para a igreja. Eles mencionaram especialmente o povo Carijó, localizado a cerca de 80 léguas de distância<sup>34</sup>, estimando um contingente de até 200.000 homens arqueiros. Essa era considerada uma empreitada grandiosa, por isso solicitaram o apoio e os recursos do destinatário da carta, provavelmente uma figura de autoridade, para realizar tal empreendimento.

Assim, ao analisar as fontes e narrativas presentes nas atas, devemos estar cientes da estreita ligação entre o sertão, os indígenas e a formação das identidades dos moradores de São Paulo. Esses elementos estão intrinsecamente entrelaçados e desempenham um papel fundamental na compreensão das dinâmicas históricas e sociais desse período.

Como resultado dessa perspectiva, as narrativas presentes nas atas frequentemente entrelaçam os grupos indígenas com o sertão, pois as expedições aos sertões tinham como objetivo principal a captura de indígenas. Nesse momento, não mais consideramos o morador de São Paulo como um típico português, pois eles passaram a ter acesso a um horizonte expandido de ideias e entraram em contato com diferentes realidades. Esse processo resultou na formação de novas identidades e perspectivas.

A chegada dos portugueses em São Paulo marcou uma mudança significativa em algumas práticas desse povo. Inicialmente, esses primeiros colonizadores dependiam do contato e da aliança com os indígenas para sobreviver no planalto. Essa interação se deu por meio de alianças bélicas e casamentos mistos, o que gerou uma mistura de ideias e conhecimentos transmitidos às gerações seguintes.

Burke (2006) destaca que toda mudança social é uma forma de adaptação e que os encontros entre diferentes grupos encorajam a criatividade e o desejo por alterações. A formação de indivíduos híbridos é resultado desses encontros múltiplos, tanto daqueles que nasceram nessa situação por terem pais de vivências distintas, quanto daqueles que se encontraram nessa condição posteriormente, seja por conversão religiosa ou captura. “Não devemos nos esquecer dos indivíduos híbridos, quer os que já nasceram nesta situação por suas mães e pais serem originários de sociedades diferentes, quer os que se viram nela mais tarde, de bom grado ou não, por terem sido, por exemplo, convertidos ou capturados” (Burke, 2006, p. 36).

Nesse contexto, o sertão desempenhou um papel crucial na introdução de novas ideias e na transformação das concepções morais dos portugueses. As trocas, devem ser entendidas

---

<sup>34</sup> A distância referida é de aproximadamente 528 quilômetros.

como interações complexas. “No entanto, o termo ‘troca’ não deve ser entendido como implicando que qualquer movimento cultural em uma direção está associado a um movimento igual, mas oposto na outra direção: a relativa importância do movimento em diferentes direções é uma questão para a pesquisa empírica” (Burke, 2006, p. 45). Essa reconfiguração das mentalidades e práticas revela a complexidade das relações estabelecidas entre os portugueses e os indígenas.

A interação constante entre diferentes sociedades e a formação de indivíduos híbridos contribuíram para a emergência de novas identidades e para a criação de um contexto identitário singular na região de São Paulo. A compreensão dessas dinâmicas revela a riqueza e a diversidade das experiências vivenciadas pelos moradores de São Paulo.

Nesse sentido, o sertão possibilitou mudanças cada vez mais visíveis na vida das pessoas, na identidade dos moradores. Seja pela escassez de roupas, seja pela pouca fiscalização dos órgãos administrativos, os indivíduos vão acompanhando o local onde vivem, proporcionando essas alterações. A ata abaixo, retirada de uma das reuniões de 1623, revela-se uma das mais intrigantes entre as diversas atas analisadas desde o século XVI, pois aponta para a ocorrência de mudanças identitárias. Essas ideias demonstram preocupações dos moradores da vila em relação à presença de forasteiros e aos costumes e comportamentos que consideravam inadequados, além de oferecer insights sobre as dinâmicas sociais e as normas que estavam sendo estabelecidas pelos oficiais da Câmara para manter a ordem na comunidade.

Ao pr<sup>o</sup> dia do mes de abril de mil e sentos e vinte e tres anos se juntarão ã camera os offisiaes della a saber o juis ordinario dio morera e os vereadores andre lopes e fr<sup>co</sup> joão e o p<sup>dor</sup> do cõselho luis furtado e sendo juntos ã camara pozerão ã pratica as couzas do bẽ cumũ da terra e pelo dito p<sup>dor</sup> foi requerido aos ditos offisiaes dizendo que a sua notisia hera vindo q̄algũs m<sup>ores</sup> desta villa hião ao sertão contra ordẽ de sua mag<sup>de</sup> e do g<sup>dor</sup> geral deste estado o que era contra o bẽ cumũ desta terra e o capitão mor e ouvidor desta capt<sup>a</sup> joão de mora fogasa estava na villa de santos pello que requeria a elles ditos offisiaes da camara da parte de sua mag<sup>de</sup> pozesẽ cobro nisso e defendesẽ a tal ida e avizasẽ per sua carta ao dito capitão mor pera acodir a isso o que v<sup>to</sup> pelos ditos offisiaes da camara mandarão por quartel que nenhũa pessoa de qualquer calidade e cõdicão que seja não va ao sertão cõ pena de vinta mil rs aplicados pera obras do cõselho e acuzador e dous anos de degredo pera a fortaleza do rio grande e de ficarẽ a merçe de sua mag<sup>de</sup> e logo escreverão os ditos offisiaes ao capitão mor e ouvidor desta cap<sup>ta</sup> pera q̄ẽpedise a tal ida e viagẽ. o requereo mais o dito p<sup>dor</sup> do cõselho que m<sup>tos</sup> forasteiros pasavão per aqui pera a villa riqua frades ã trajes de legos legos ã trajes de frades e clerigos e molheres ã trajes domẽs e homẽs ã trajes de molheres e que juntam<sup>te</sup> levavão os indios dos moradores do que todos ã geral se queixavão pelo que requeria a elles ditos offisiaes cõforme os capitulos de correicão pozesẽ cobro nisso e evitasẽ a tal pasagẽ o que v<sup>to</sup> pelos ditos offisiaes mandarão q̄ fosse posto quartel pera que nenhũa pessoa de qualquer calidade e cõdisão q̄ seja não va a villa riqua

nã os moradores lhe dẽ favor nã ajuda cõ pena de duzentos cruzados applicados pera as despezas da relação e obras do cõselho e acuzador e dous anos de degredo pera o maraião e de procederẽ contra elles e loguo requereo o dito p<sup>dor</sup> que mandasẽ elles ditos offisiaes aos moradores fizesẽ seus caminhos como he uzo e custume e os ditos offisiaes mandarãõ fosse posto quartel pera q̄ ẽ termo quinze dias cada hũ fasãõ seus caminhos na forma q̄ he uzo e custume o que cõpriãõ cada hũ cõ pena de mil rs applicados pera obras do cõselho e acuzador (Actas, 1915b, p. 29-30).

No documento mencionado, é explicitado o decreto que veda expressamente a ida dos moradores aos sertões, desafiando tanto as ordens reais quanto as do governador geral. Esse registro destaca, ainda, a solicitação feita pelo capitão João de Mora Fogasa aos vereadores de São Paulo para que o notificassem em caso de desobediência, estabelecendo a pena de vinte mil réis e dois anos de degredo como consequência. A restrição imposta revela o controle rígido que as autoridades buscavam exercer sobre os movimentos e atividades dos moradores, assim como ressalta a importância de manter a ordem e obedecer às determinações superiores.

Em resposta às reclamações do procurador, os oficiais da Câmara determinaram que nenhuma pessoa, independentemente de sua posição social, poderia dirigir-se aos sertões ou à Vila Rica, sob pena de multa, degredo e outras punições. Da mesma forma, estabeleceram um prazo de quinze dias para que cada indivíduo fizesse seus caminhos, conforme o costume, também sob pena de multa. Essa ação restritiva é indicativa da tentativa da Coroa de estabelecer algum controle sobre as regiões auríferas do Brasil, que, nesse momento da história, estavam sendo descobertas. Antes do surgimento do ouro, essa preocupação sistematizada não existia com tanta força.

Outro ponto relevante é a preocupação do procurador do conselho com questões morais na vila. Segundo ele, pessoas que passavam pela vila com destino a Vila Rica, atual Ouro Preto, estavam vestindo trajes inadequados: frades utilizando roupas de leigos, leigos vestidos como frades e padres, além de mulheres vestindo roupas masculinas e homens trajando vestimentas femininas. Essa situação despertou a atenção das autoridades, pois perceberam que esses indivíduos também estavam acompanhados por indígenas pertencentes aos moradores. Na ocasião, foi requisitado o fechamento da passagem até Vila Rica estabeleceu-se uma multa de duzentos cruzados como punição. Essa preocupação com a vestimenta e a conduta moral reflete a tentativa das autoridades em impor padrões comportamentais e sociais aos moradores, reforçando as noções de respeito, moralidade e controle social.

Embora os oficiais os considerassem forasteiros, pessoas estrangeiras à vila de São Paulo, esses indivíduos transitavam por lá, indicando a existência de relações sociais. As mudanças nas vestimentas dessas pessoas têm um significado ambíguo. Em um contexto de

vida marcado por simplicidade e precariedade, as roupas deixaram de representar status, classe social ou gênero. Tornaram-se apenas uma maneira de esconder “as vergonhas”, como Pero Vaz de Caminha descreveu ao falar dos indígenas encontrados no litoral do Brasil em 1500. Podemos aplicar essa expressão também aos moradores do sertão, já que muitos habitantes da vila de Piratininga viviam da mesma forma.

A mudança nas vestimentas utilizadas pelos indivíduos que transitavam pela vila revela um novo formato de visão sobre a realidade. A vida no sertão, com sua imprevisibilidade e desafios constantes, enfatizava mais a capacidade de enfrentar obstáculos desconhecidos do que a manutenção dos padrões de moralidade e bons costumes portugueses. Nesse contexto, as vestimentas perderam gradualmente sua importância simbólica, deixando de representar algo crucial na vida cotidiana. No sertão, todos aqueles que se aventuravam precisavam se submeter à escassez de muitos recursos para alcançar o sucesso em suas empreitadas. No sertão, a sobrevivência e a conquista de objetivos exigiam habilidades práticas, resiliência e uma visão adaptável da realidade, aspectos que se sobrepuseram às normas tradicionais de vestimenta e conduta social.

Diante das discussões, percebemos que o sertão se coloca enquanto local de trocas de ideias, hábitos, percepções sobre a vida no território. E, de acordo com Peter Burke (2006), há locais específicos que são particularmente favoráveis às trocas.

Estas zonas de fronteira, como cidades cosmopolitas, podem ser descritas como “interculturais”, não apenas locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente (Burke, 2006, p. 73).

Diante disso, visualizamos o sertão como uma porta de entrada para as diversas mudanças que ocorreram na forma de vida dos moradores. A preocupação dos camaristas com a vestimenta e a conduta moral reflete a tentativa de impor padrões comportamentais e sociais aos moradores, buscando preservar as noções de respeito, moralidade e controle social. Por outro lado, revela algo de extrema importância: a necessidade de fiscalizar os costumes e hábitos indica que muitos indivíduos não estavam seguindo o padrão moral estabelecido.

As alterações nas vestimentas utilizadas por aqueles que transitavam pela vila indicam uma nova percepção da realidade no contexto do sertão, onde a sobrevivência e a conquista de objetivos exigiam habilidades práticas, resiliência e uma visão adaptável da realidade. O sertão se revela como um espaço de trocas sociais, uma “zona de comércio” metafórica, onde grupos distintos encontram um terreno comum para o entendimento mútuo. Essas áreas de fronteira,

como cidades cosmopolitas, podem ser descritas como “interculturais”, onde aquilo que começa como uma mistura se transforma em algo novo e diferente, contribuindo para a formação de identidades híbridas e a criação de um contexto único na região de São Paulo (Burke, 2006, p. 73).

As atas dos moradores da vila de São Paulo de Piratininga revelam uma visão ambígua em relação às sociedades indígenas próximas a seu território. Embora esses moradores tenham dependido da ajuda indígena para diversas questões, principalmente para o acesso ao sertão, não admitem, abertamente, esse apoio nos registros. Em vez disso, retratam as sociedades locais como necessitadas de mediação e tutela dos moradores, sugerindo um certo distanciamento e superioridade. Nos documentos, percebe-se a justificativa da intervenção nas aldeias indígenas como algo necessário, apesar das proibições normativas contra essas ações, indicando que os moradores não consideravam plenamente essas restrições e buscavam atender a seus interesses e necessidades.

Em algumas ocasiões, os moradores solicitaram formalmente intervenções às sociedades indígenas afirmando que eram os grupos aliados que estavam pedindo ajuda, invertendo o papel de demandante e defensor. Essa inversão pode ser interpretada como uma estratégia para justificar o conflito e obter apoio dos demais moradores e autoridades. Considera-se a parcialidade dos registros, que podem refletir uma perspectiva enviesada dos habitantes e distorcer a realidade das interações com as sociedades indígenas.

As trocas entre os moradores da vila, o acesso aos sertões e aos grupos indígenas são evidenciadas nas atas, ainda que de forma sutil e velada. Enquanto os documentos relatam a colaboração entre as sociedades quando necessário, é possível inferir que, em contrapartida, eles esperavam proteção e auxílio dos moradores em suas próprias demandas e necessidades. Essa dinâmica de mão dupla demonstra que as relações entre esses dois grupos não eram unilaterais, mas, sim, permeadas por uma complexa teia de interdependências e negociações.

A perspectiva dos indígenas nas atas encontra-se oculta sob diversas camadas, muitas vezes mascarada pelas narrativas dos moradores. A voz dos indígenas, na documentação, foi subjugada, mas serviram como um auxílio silencioso para os contatos entre os moradores e o sertão. Para as sociedades indígenas, entretanto, o sertão era seu próprio lar e espaço de vivência. A análise cuidadosa dessas fontes pode revelar as perspectivas e motivações dos grupos indígenas envolvidos nesse contexto histórico.

No ano de 1611, na vila de São Paulo, uma reunião foi convocada com a participação da maior parte da população interessada em discutir questões sobre os indígenas carijós, que perpassavam o sertão. O procurador do conselho, Jorge de Bairos, apresentou suas

preocupações sobre as constantes brigas entre os indígenas carijós e os indígenas aliados dos moradores de Piratininga. Essas disputas poderiam resultar em conflitos que representavam riscos para ambas as partes, o que levou o procurador a solicitar que os oficiais fizessem requerimentos em nome do povo, buscando separar cada sociedade indígena em suas respectivas aldeias. Na teoria, essa proposta indicava uma tentativa de evitar confrontos diretos e promover uma convivência mais pacífica entre os grupos.

acordo que se tomou nesta camara pelos officiais dela e o povo junto  
Aos quinze dias do mes de agosto do ãno prezente de mil e seis sentos e  
omze ãnos nesta vila de são paulo na casa do comselho dela a requerimt<sup>o</sup> de  
jorge de bairos procurador do comselho se ajuntarão os officiais da camara a  
saber o vreador ãt<sup>o</sup> rapozo e seu praseiro ãt<sup>o</sup> roiz e o juiz m<sup>el</sup> fr<sup>co</sup> e o dito  
procurador jorge de bairos estãdo junto a maior parte do povo e moradores e  
homẽs da guovernãsa da tera e sendo todos juntos com o povo o dito  
procurador requereo a eles ditos officiais por parte deste povo dizemdo que  
com o jemtio carijo estavãdo mt<sup>os</sup> indios dos nosos aqui naturais os quais são  
daldea dos reis magos e outras e que ordinariamt<sup>e</sup> antre eles ha brigas e  
diferensas e que corem risco mataremse por serem contrarios hũs dos outros  
pelo que lhes requeria fizesem requerimt<sup>os</sup> em nome deste povo os apartasẽ  
cada hũ em sua aldea secundariamt<sup>e</sup> que se não largase a pose que tem este  
povo pelo foral do snõr da tera nem deixasem meterse nhũa pessoa de pose das  
aldeas nosos comarquõs e nosos amigos e compadres e que se não largase o  
dominio dele aos padres mais que somt<sup>e</sup> doutrinassemnos como sua magd<sup>e</sup>  
mãda e quando eles ditos padres os não quizerem doutrinara desta manr<sup>a</sup> que  
eles officiais fizesem requerimt<sup>o</sup> ao vigr<sup>o</sup> desta vila p<sup>a</sup> por cobro niso o que se  
pode fazer fasilmt<sup>e</sup> e que outrosi os carijos que vierãdo antes dos padres hirẽ  
ao sertãdo q̄ eles diserãdo nem os que vierãdo depois de vierem os ditos padres  
que eles ditos padres não imtendãdo com eles somt<sup>e</sup> imtendesem com os que  
deserãdo porque he tamto o dominio que se toma sobre o dito jemtio que não  
consentẽ que hũ branquo pouze nas aldeas o que numca se fez o que tudo foi  
dito e requerido aos ditos officiais pelo dito procurador diamte mi e todo povo  
estãdo junto o qual em altas vozes junto em hũa voz diserãdo que era mt<sup>o</sup> bem  
e que asim lho requeriãdo a eles officiais e porque he mt<sup>a</sup> jemte diserãdo todos  
que o dito procurador asinase por eles porque eles asim o aviãdo por bem e que  
com iso fizesem todos os requerimt<sup>os</sup> ao snõr gd<sup>or</sup> dom luis de souza e lhe  
fizesem a saber p<sup>a</sup> niso se por cobro e os ditos officiais asim o asemtarãdo e que  
a rezãdo de apartar os indios dos carijos era por averem tido guerra ordinariamt<sup>e</sup>  
desdabenisio e agora ao tempo que os padres os forãdo deser o puzerãdo em  
serquo p<sup>a</sup> os matarem e cometerẽ como fizerãdo aos nosos indios cristãos  
parentes destoutros e nosos prinsipais e compadres e crioulos e os matarãdo e  
comerãdo pelo que era nesario porse capitãis nas aldeas como sua magd<sup>e</sup>  
mãda p<sup>a</sup> que a ele se pesãdo os indios que daldea ouverem mister e se fasa tudo  
por ordem [...] (Actas, 1915, p. 293-295).

Essa reunião abordou as diferenças sociais entre os indígenas carijós e os moradores da vila de São Paulo. As noções de propriedade territorial e privada eram distintas entre as sociedades indígenas e os moradores que vieram da Europa, o que influenciava a resistência

desses grupos em se fixarem em um mesmo local, não respeitando a demarcação das aldeias. Enquanto os moradores desejavam estabelecer controle sobre o território, os indígenas carijós possuíam uma concepção diferente de territorialidade, o que gerava tensões e dificultava o estabelecimento de um convívio amigável. Essa divergência nas concepções de propriedade e território revela a complexidade das interações entre as diferentes sociedades e os desafios enfrentados na busca por uma coexistência estável.

As atas da reunião também evidenciaram a disputa de poder e controle sobre os povos indígenas entre os moradores de São Paulo e os padres jesuítas. Os moradores expressaram o desejo de não entregar o controle das aldeias aos padres, indicando a resistência em perder a liberdade de aprisionar e escravizar os indígenas. Essa disputa de poder demonstra o quanto a questão indígena estava intrinsecamente ligada aos interesses políticos e econômicos da época. Participar da guerra que já estava acontecendo entre os indígenas também era uma maneira de obter autorização para capturá-los e escravizá-los, o que reflete a dinâmica das relações entre os grupos naquele contexto histórico.

A motivação para apartar os indígenas carijós se deu pelo histórico de conflitos entre eles e a ocorrência de ataques a indígenas cristãos, parentes, líderes e crioulos. Os oficiais consideraram necessário colocar capitães nas aldeias para garantir a ordem e possibilitar o acesso controlado dos indígenas a esses territórios. Tais medidas visavam evitar novos conflitos e garantir a segurança dos moradores e das aldeias indígenas próximas.

O documento apresenta um retrato do contexto social e político da época, demonstrando as relações e tensões entre os indígenas e os moradores da vila de São Paulo. Além disso, revela a influência das determinações reais e a necessidade de mediação por parte dos oficiais da Câmara para resolver conflitos e garantir a ordem na região.

A análise dessa ata revela também as complexas interações e conflitos entre os moradores de São Paulo e os indígenas carijós. Os esforços para evitar confrontos diretos e separar as sociedades indígenas em suas aldeias indicam uma tentativa de buscar uma convivência mais harmoniosa, mas também ressaltam as tensões entre as diferentes visões de territorialidade. Além disso, a disputa de poder entre os moradores e os padres jesuítas mostra como a questão indígena estava inserida em um contexto de interesses políticos e econômicos, fosse na vila ou no sertão. Essa documentação permite compreender melhor as estratégias adotadas pelos moradores para lidar com os desafios impostos pela convivência com os indígenas e como essa interação influenciou as dinâmicas sociais da época.

Nesta parte do trabalho, nosso objetivo será explorar o sertão como uma *persona* significativa nos séculos XVI e XVII, mais especificamente em relação à vila de São Paulo de

Piratininga e sua interação com as sociedades indígenas que habitavam terras inexploradas pelos portugueses. O sertão, caracterizado como um vasto e desconhecido território, desempenhou um papel fundamental na formação da identidade colonial e na imaginação dos moradores da vila.

Ao abordarmos o sertão, consideramos a relação intrínseca com os indígenas, uma vez que a documentação histórica produzida pelos portugueses dificilmente os separa como entidades distintas. Através das atas e registros, foi possível perceber como a presença das sociedades indígenas no sertão impactou diretamente a vida e o cotidiano dos moradores de São Paulo. É nesse contexto que pudemos observar situações representadas na ata anterior que evidenciam as dinâmicas e os conflitos que se desenrolavam além dos limites da vila, influenciando, de forma significativa, os rumos da colonização.

Essas atas, por sua vez, revelam não apenas os problemas enfrentados, mas também as divisões e rivalidades existentes entre as próprias sociedades indígenas, assim como suas relações com o território e sua organização interna. As inimizades e disputas entre grupos indígenas muitas vezes impulsionaram os moradores a organizarem expedições, posteriormente conhecidas como bandeiras, que tinham diferentes objetivos ao se aventurarem pelo sertão. Essas expedições exploratórias mapearam os caminhos já conhecidos, mas também abriram novas rotas, proporcionando uma visão mais abrangente do território e suas possíveis oportunidades e desafios.

Assim, ao analisarmos as representações simbólicas e imaginárias associadas aos sertões e as narrativas construídas em torno desse espaço, podemos compreender melhor a complexa dinâmica entre os moradores da vila de São Paulo e o território do sertão. As expedições de bandeirantes desempenharam um papel crucial na exploração, na interação com as sociedades indígenas e na configuração do imaginário colonial, ao mesmo tempo em que colocaram em evidência as possibilidades e riscos desse vasto e desconhecido cenário.

Patrícia Maia (2010) aponta a importância de entendermos o processo das bandeiras como fruto de diversas sociedades, não somente dos portugueses.

Atribuir somente às expedições bandeirante o mérito pela expansão territorial colonial é muito reducionista, pois tal processo foi mais amplo e mais longo do que o período das bandeiras. Não há dúvida de que os paulistas bandeirantes adentraram pelo sertão. Durante o século XVII, eles eram os que melhor conheciam o interior da Colônia. Nessa época, inicia-se um movimento de povoamento que se afasta do litoral. Essa interiorização seguiu o caminho aberto pelos bandeirantes, mas foi realizada por outros segmentos da população como mineradores, tropeiros, monçoeiros, criadores de gado e agricultores, que ocuparam o interior mesmo que esparsamente, garantindo a

ocupação e a posse de terras além da linha de Tordesilhas. Foi a partir dessa ocupação que surgiram núcleos populacionais rumo ao sertão e que mais tarde foram utilizados pelo governo português para reivindicar seus direitos sobre a área, reconhecidos pelo Tratado de Madrid, em 1750 (Maia, 2010, p. 94).

Maia (2010) demonstra que é uma visão história muito reducionista atribuir o mérito pela expansão somente às expedições dos bandeirantes, porque também foi realizado por outros grupos. Esse movimento de afastamento do litoral foi um processo que outros grupos também experienciaram. A ocupação contínua do interior gerou a formação de núcleos populacionais que avançaram rumo aos sertões, contribuindo para o aumento da presença humana na região. Posteriormente, esses núcleos foram utilizados pelo governo português para reivindicar seus direitos sobre a área, o que foi reconhecido pelo Tratado de Madrid, em 1750.

A parcela indígena também esteve presente nas expedições. Para os moradores da vila de São Paulo, sertão deixou de ter a conotação de local inóspito quando adentraram e o mapearam. Essas ações ocorreram graças às sociedades indígenas aliadas a eles, que participaram de todo o processo.

A maior parte dos homens que formavam a bandeira eram índios. Estes eram os soldados da expedição e os responsáveis pelo transporte das provisões. Geralmente haviam sido capturados em outra expedição, eram escravos e faziam guerra com outros índios a mando de seu proprietário. Além dos escravos, existia também a participação de índios livres aliados do armador. Entre os responsáveis pelos setores da bandeira e os índios havia um grupo de homens livres, normalmente mestiços de brancos com índios, que tinham como função guiar a expedição. Conheciam o sertão, deslocavam-se por ele com tranquilidade e conhecimento. Tinham também a função de intérprete entre os oficiais da bandeira e os soldados pois dominavam as duas línguas. Em toda bandeira havia também um capelão (Maia, 2010, p. 98).

Maia (2010) fornece informações essenciais sobre a composição e o funcionamento das expedições bandeirantes. A maioria dos homens que integravam as bandeiras eram indígenas, fundamentais nesses processos. Eles atuavam como soldados da expedição e eram responsáveis pelo transporte das provisões necessárias. É válido ressaltar que Maia (2010) menciona que muitos desses nativos eram escravizados e capturados em expedições anteriores, obrigados a guerrear contra outros grupos indígenas a serviço de seus proprietários. No entanto, devemos considerar outros processos sociais ocorrendo simultaneamente.

Não se pode afirmar uma total submissão dos grupos indígenas aos líderes das bandeiras, pois a participação deles era influenciada por seus próprios interesses. Enquanto alguns indígenas se associavam aos bandeirantes por propósitos individuais ou por alianças,

outros participavam em busca de oportunidades e acordos vantajosos. Além disso, havia indígenas livres que se aliavam aos exploradores, em papéis relevantes como guias e intérpretes, nem todos estavam sujeitos à condição de escravidão. Compreende-se a diversidade de motivações e perspectivas presentes nesse processo histórico para além de relações de submissão e exploração.

Portanto, para além dos indígenas escravizados, também havia a participação de nativos livres que se aliavam ao armador da bandeira. Esses desempenhavam um papel importante, pois conheciam bem o sertão e se deslocavam com habilidade e conhecimento pela região. Eles atuavam como guias da expedição e no papel de intérpretes entre os oficiais da bandeira e os demais soldados, uma vez que dominavam tanto a língua dos colonizadores quanto a dos indígenas.

Por meio desse tópico, podemos compreender como o sertão assumiu o papel de personagem no contexto do trabalho. A narrativa construída pelos bandeirantes e seus herdeiros, ao longo dos séculos, enfatiza o conceito de desbravamento heroico, retratando-os como corajosos aventureiros que enfrentaram bravamente os desafios da natureza em busca de riquezas e glórias.

Em todo caso, os *sertões* brasílicos, embora pouco edenizados e muito temidos, sempre foram vistos como território de riquezas a descobrir. Sertões temidos. Por que? Antes de tudo porque eram desconhecidos, e nisto a expansão portuguesa pelas matas brasílicas reeditava a expansão por mares nunca dantes navegados, o medo do mar, de monstros marinhos, tempestades incontornáveis, como a do Cabo das Tormentas (Vainfas, 2019, p. 238).

Contudo, ao limitarmos nossa análise apenas às fontes documentais que corroboram essa perspectiva, corremos o risco de negligenciar as nuances e interesses divergentes que compuseram esse cenário, que foi repleto de dinamismo. O processo de expansão territorial não ocorreu de maneira linear e isolada. Enquanto os moradores de São Paulo se aventuravam no sertão, outros grupos também acessavam esse território, e muitos indígenas já viviam nele durante séculos.

O sertão se apresentou como um personagem singular, compartilhando sua história com diferentes grupos sociais. Sejam indígenas, mineradores ou indivíduos de expedições, todos precisaram lidar com a inexperiência diante de um território vasto e desconhecido. Nesse contexto, as representações simbólicas e imaginárias associadas aos sertões adquiriram significados diversos para cada grupo, influenciando suas ações e percepções. Torna-se evidente que essa região não foi apenas um cenário passivo, mas sim um protagonista ativo e influente nas interações sociais.

Em suma, neste capítulo abordamos algumas ideias e narrativas presentes nas atas das Câmaras para demonstrar as percepções dos indígenas diante do contato com os moradores da vila de São Paulo. A discussão também se fez por meio da compreensão do conceito de sertão e como esse significado foi utilizado pela população do planalto de Piratininga. O objetivo principal foi explorar como o sertão e as sociedades indígenas afetaram a vivência na vila, reconhecendo as mediações históricas realizadas entre as documentações e as personagens em questão.

O capítulo concentrou-se na formação das ideias e nas construções do espaço territorial, entendendo a importância de diferentes grupos sociais que habitaram ou transitaram pelo planalto de Piratininga nos séculos XVI e XVII. Buscamos compreender o processo de “violação”, uma categoria de análise relacionada ao território e às sociedades indígenas. Ao explorarmos a dinâmica da ocupação do sertão e a formação de uma nova identidade, ficou evidente que a desnaturalização portuguesa e a constituição de uma nova identidade provinham não apenas de ações externas, mas também de ações internas, desenvolvidas pelos indivíduos viventes no cotidiano.

Foram apontadas diferenças nas narrativas e nas ideias presentes nos grupos e no espaço territorial do planalto, com o intuito de analisar as particularidades que surgiram a partir do contato. A existência de mais de um fluxo social de forma sincrônica foi destacada. Ao analisarmos a “violação”, percebemos que o contato com as sociedades indígenas e o sertão simbolizou e materializou, de certa forma, esse processo de ruptura com a naturalidade portuguesa. Através das fontes documentais, foi possível identificar como as experiências vividas pelos moradores de São Paulo foram violações dos padrões e das normas estabelecidas pela sociedade portuguesa da época. Essa “violação” progressiva acabou se tornando regra à medida que os novos hábitos e costumes adquiridos no contato com os nativos passaram a ser incorporados à vida cotidiana dos habitantes da vila.

Ao analisar as narrativas presentes nas atas, percebemos que as expedições aos sertões estiveram ligadas aos indígenas, uma vez que o principal objetivo era a captura desses grupos. Ao mesmo tempo, foi por meio de alianças indígenas que organizaram diferentes expedições, pois sem eles e seus conhecimentos geográficos, as expedições seriam maiormente difíceis. Esse contexto de interação entre moradores de São Paulo e nativos levou à formação de novas identidades e perspectivas, transformando os habitantes da vila em uma comunidade que não pode mais ser considerada meramente como “portugueses”, mas, sim, como indivíduos com horizontes expandidos e interconectados com diferentes realidades sociais.



#### **4. A GÊNESE E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO PLANALTO DE PIRATININGA**

A construção do indivíduo é um processo complexo e, por vezes, se passa despercebido por ele mesmo. Por maior que seja à vontade, é impossível obter controle sobre as mudanças - individuais e coletivas - que ocorrem, oriundas do meio no qual se insere. A identidade de uma pessoa interliga-se a “fragmentos culturais” presentes antes da existência do próprio indivíduo (Albuquerque Júnior, 2007)<sup>35</sup>. O sujeito, como ser mutante, vai deixando por onde passa seus andrajos, despindo-se de valores, costumes, comportamentos, falas e sentimentos tradicionais. Ao longo da vivência e do contato social, vão se criando valores, costumes, comportamentos, falas e sentimentos.

Esse sujeito que parte é um sujeito partido, segmentado, não é uma unidade, uma totalidade. Assim como sua vida é errante e aberta, ele, enquanto sujeito, também é um sujeito aberto, atravessado por diferentes fluxos sociais. Ele não consegue totalizar as experiências que passam por ele mesmo, que o atravessam. Ele é um entroncamento no qual diferentes estradas, diferentes séries históricas, vêm encontrar-se e, ao mesmo tempo, vêm separar-se. Ele não é apenas ponto de partida, nem apenas ponto de chegada; ele é travessia, transversalidade (Albuquerque Júnior, 2007, p. 248).

Essa discussão demonstra como os indivíduos, independentemente de suas temporalidades, não conseguem de fato ser autores únicos na organização de uma sociedade, de um processo identitário. Há diversas variantes que vão além do controle de um ou mais indivíduos. E, por esse motivo, a realidade de um território é diferente a cada momento que passa e para cada indivíduo que nele realiza interações. Portanto, não é possível obtermos apenas uma única representação de uma realidade. As mudanças sociais e identitárias são mutáveis, moldáveis e distintas. “Instantâneos que mostram, antes, a possibilidade de construção de diferentes identidades, do movimento e deslocamento permanente entre elas, o que questiona o estatuto do próprio conceito de ‘identidade’” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 249). Nesse caso, enquadrar um movimento tão elástico e maleável em uma certa padronização histórica é empobrecer e retirar as totalidades que atravessam cada indivíduo de maneira única e particular (Albuquerque Júnior, 2007).

Os capítulos anteriores foram construídos de forma a demonstrar como as fontes podem ser ambíguas. Dependendo de quem faz o relato, a realidade assume uma determinada forma, próxima à identidade daquele que escreve. Para os jesuítas, por exemplo, a realidade baseava-

---

<sup>35</sup> Durval Muniz de Albuquerque Júnior é um historiador e professor universitário brasileiro. Sua pesquisa contribui nos campos da teoria da história e história da historiografia. O autor também aborda o estudo da constituição histórica, discursiva e imaginária do nordeste brasileiro.

se nos processos de conhecimento nativo e evangelização. Para os colonos, a realidade tratava dos processos de expansão e busca de riquezas. Esses dois grupos acabam relatando as sociedades indígenas ágrafas de maneiras diferentes. Albuquerque Júnior (2007) entende que os aparatos conceituais precisam ser construídos e desconstruídos de acordo com o desenvolvimento da pesquisa histórica. Não há como desenvolver um engessamento teórico quando tratamos de identidades individuais e de processos históricos singulares.

O conceito de identidade enfatiza exatamente “a construção de um discurso capaz de produzir uma área de igualdade substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e dentro dele enfatiza um conjunto de valores e tradições solidários, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas, como leis, organizações etc.”. No entanto, o que devemos ressaltar em nosso trabalho como historiador são exatamente as desigualdades, resistências ou fugas de se integrar a uma dada identidade coletiva de grupo ou classe. Isso não significa desconsiderar o movimento em sentido contrário, no sentido da construção de um discurso homogeneizador que crie uma “identidade” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 250).

Assim, a enunciação de qualquer discurso unificador e homogeneizador significa, ao mesmo tempo o silenciamento de outros discursos e a transposição de alguns deles à margem, uma produção do esquecimento. Portanto, a função do historiador não é retomar o geral, mas demonstrar as singularidades, mesmo quando os personagens históricos se negam a observá-las.

Diante desta discussão, fundamentamos nossa produção historiográfica. Nossa abordagem visa à reavaliação das atas produzidas pelos camaristas no primeiro capítulo, ao confrontá-las com outras perspectivas históricas, como as dos jesuítas. Essas duas visões divergentes em relação ao território de Piratininga ajudam o leitor a compreender as ações desses atores, assim como das comunidades indígenas, que também estão presentes nesses distintos discursos.

No segundo capítulo, delineamos as mudanças na vila de São Paulo por meio das documentações produzidas. Analisamos a relação entre a realidade e a construção narrativa presente nos documentos camaristas. Nota-se que tais documentos não pontuaram a relevância das sociedades indígenas para a sobrevivência da vila. Contudo, ao examinar as intenções subjacentes e a persistência de temas relacionados aos indígenas nos documentos, emerge um entendimento implícito.

O terceiro capítulo direciona o foco para as comunidades que já habitavam o território do planalto de São Paulo: os grupos indígenas e o sertão. A narrativa que construímos em

relação a esses elementos se baseou em perspectivas de terceiros. Apesar disso, é crucial considerar suas vozes, uma vez que, ao longo de nossa pesquisa, essas duas categorias surgiram de maneira consistente. Conforme preconizado por Albuquerque Júnior (2007), compartilhamos a convicção de que, como historiadores, devemos dar espaço a diversas vozes, compreendendo os variados significados de um mesmo local e suas características peculiares.

Neste capítulo em particular, a terceira categoria de análise estará mais proeminente, uma vez que demonstraremos as mudanças de comportamentos dos habitantes e a subsequente formação de identidade. Vale lembrar que a primeira categoria, a “normatização”, englobou as leis, questões administrativas e religiosas advindas da Coroa Portuguesa. Esses elementos fizeram parte do cenário territorial, influenciando muitos que viveram em Piratininga na prática dos seus hábitos, costumes e ética.

A “violação” constituiu a nossa segunda categoria de análise. Nela, emergiu as considerações implícitas dos residentes em relação à realidade circundante e aos habitantes do território. Para tal fim, recorreremos às informações presentes nas atas e nas cartas jesuíticas. O contato com o interior, o sertão, torna-se evidente nesse processo, bem como as ações e os contatos com os povos indígenas.

Ao chegarmos ao último capítulo desta tese, adotaremos a terceira categoria de análise, a “integração”. O indivíduo que entra em contato com o novo território e as sociedades nativas ao seu redor ganha a capacidade de influenciar e ser influenciado. Portanto, examinaremos as ações tomadas, as ações recebidas e as consequências deste contato com a realidade no contexto do território brasileiro.

Dessa forma, chegamos ao último capítulo da tese. Neste quarto capítulo, abordaremos as mudanças que ocorreram no território de Piratininga a partir da chegada de novos integrantes, bem como as transformações experimentadas pelos moradores da vila de São Paulo devido ao contato com os nativos indígenas e com o sertão. Analisaremos as permanências dos grupos sociais desse território e a formação de uma nova identidade, resultante do contato insistente e quase inevitável com essas sociedades em meio à realidade territorial.

#### **4.1 As permanências sociais e a convivência no planalto de Piratininga**

No subtítulo acima, empregamos a expressão “Permanências sociais” para ilustrar a continuidade de situações que já existiam na vida dos indivíduos que coabitaram o território do planalto de Piratininga. Dessa forma, a terminologia exemplifica a resiliência de hábitos, ideias, pensamentos e crenças que perduraram quando duas ou mais sociedades profundamente

distintas tiveram contato. É fundamental ressaltar que, ao examinarmos essas sociedades, não buscamos estabelecer uma hierarquia entre suas respectivas ideias, nem determinar qual delas obteve um sucesso superior à outra. Pelo contrário, estamos cientes de que esse formato de comparação não é válido.

Além disso, a coexistência em um mesmo espaço é influenciada por uma série de fatores, tais como clima, território e interações sociais. O clima e o território, por exemplo, desempenham papéis fundamentais na satisfação das necessidades humanas básicas, como a alimentação; enquanto as dinâmicas sociais moldam a sobrevivência dos indivíduos no espaço. Portanto, ao investigarmos a persistência de elementos, é essencial considerar o amplo contexto no qual essas sociedades compartilharam suas vidas e as influências mútuas que moldaram suas identidades ao longo do tempo.

A esse processo de contato e de relações sociais chamamos de interculturalidade. O termo demonstra o contato social entre duas ou mais sociedades e a análise desse processo que ocorreu de diferentes formas, para além de qualificativos positivos ou negativos. Durante a modernidade, os portugueses não tinham ciência desse processo, muito menos de que também foram fruto desse intercâmbio.

Em regra, tendemos a perspectivar a cultura dos protagonistas da Expansão como um modelo original, desligado da sua longuíssima evolução, ou seja, como se tivesse surgido do nada já com aquela configuração. No entanto, a dinâmica de relacionamento com o meio e com a sociedade que animava o homem europeu, na Época Moderna, não era uma modelo perene, mas antes o resultado de um longo processo de choques e de ajustamentos civilizacionais. As pessoas desse tempo, porém, não tinham uma noção clara dessa evolução anterior e não tinham consciência de que o seu quotidiano era marcado por elementos de origens diversas e que, na maioria dos casos, haviam sido introduzidos na Europa de uma forma violenta, contra a vontade das populações que habitavam o território, em épocas mais recuadas. Assim, os homens da Expansão e os seus dirigentes entendiam-se como portadores de uma matriz cultural perfeita e acabada, que devia ser transmitida aos outros na sua “pureza original”, ignorando, pois, que o seu modelo puro não era mais que o resultado de um longo processo de interculturalidade (Costa, 2007, p. 17-18).

Portanto, de acordo com o professor João Paulo Oliveira e Costa<sup>36</sup> (2007), com o objetivo de estabelecer a “configuração ideal” em diferentes espaços, os portugueses organizaram diferentes tipos de materiais - cartas, livros, manifestos - buscando criar justificativas lógicas de suas ações nos variados territórios e espaços em que estiveram

---

<sup>36</sup> Nascido em 1962, Costa é professor catedrático do departamento de História da NOVA/FCSH e titular da Cátedra Unesco "O Património Cultural dos Oceanos".

presentes na modernidade. Nesse contexto, torna-se evidente a relevância do historiador, uma vez que cabe a ele a tarefa de mediar os conteúdos documentais produzidos e a realidade histórica. A construção da narrativa histórica possibilita novas percepções e interpretações, ampliando o entendimento do momento histórico em questão.

Vale a pena referir ainda que os povos com que os Portugueses se relacionaram por todo o mundo pertenciam igualmente a civilizações que resultavam de outras amálgamas de contactos milenares. Também essas sociedades tinham, como *modus vivendi*, diferentes sínteses resultantes de contributos de invasores e visitantes, acrescentadas pela adopção de técnicas ou utensílios inventados noutras regiões (Costa, 2007, p. 20).

As sociedades indígenas que interagiram com o planalto de Piratininga, assim como os próprios portugueses, foram moldadas pela complexa interação entre diferentes sociedades. Embora os produtores de narrativas dos séculos XVI e XVII não tenham demonstrado plena consciência desse processo de mistura e aprendizado mútuo, é essencial reconhecê-lo em nosso estudo. Assim, além dos portugueses, as demais sociedades envolvidas nesse contato também foram influenciadas por essa longa e contínua troca.

Abordamos essa discussão para ilustrar a natureza dinâmica das sociedades. É evidente que as adaptações e mudanças ocorrem em resposta aos estímulos recebidos, não apenas nos séculos passados, mas também em nosso contexto atual. Essas interações ao longo do tempo geraram novos padrões de circulação de ideias, crenças e identidades étnicas, como observado por Costa (2007).

Diante da construção de nossa pesquisa, é perceptível o quanto a formação da vila de São Paulo esteve ligada à fusão de diversas ideias. Algumas delas foram trazidas pelos portugueses, enquanto outras foram influenciadas pelas sociedades indígenas com as quais a população esteve em contato. A sociedade no planalto de Piratininga foi moldada tanto por suas diferenças quanto por suas permanências.

A este fenômeno, Michel de Certeau<sup>37</sup> (1998) chamou de reemprego de funções. Para ele, não devemos observar somente o que foi colocado e imposto por um grupo e sim como estas informações foram recebidas pelos indivíduos. “Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo” (Certeau, 1988,

---

<sup>37</sup> Foi historiador e erudito francês (1925-1986). Intelectual jesuíta, dedicou-se, principalmente, ao estudo nas áreas da psicanálise, filosofia, ciências sociais, teologia e teoria da história.

p. 89). Entende-se que os conhecimentos impostos pela sociedade são objetos de manipulações por quem pratica, e não por quem fabrica.

Assim, quando se diz que um grupo se tornou vulgar ou deixou de ser o que deveria ser, na verdade são transformações criadas pelos indivíduos ao receberem as imposições sociais, nas quais se vêm na obrigação de também impor suas considerações. São táticas. “Trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender” (Certeau, 1988, p. 91).

Nesse sentido há uma crítica. Não devemos observar apenas o que se cria e de que forma é imposto, mas sim como as pessoas se utilizam das situações impostas, chamadas de estratégias, por Certeau (1988). São bases capazes de gerar relações com o meio exterior, sendo eles os clientes, o campo em torno da cidade, os objetos e objetivos da instituição. Por sua vez, as táticas são movimentos visíveis, dentro do campo imposto. “Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (Certeau, 1988, p. 95).

A identidade da vila de São Paulo se forjou de um mosaico de ideias, estratégias e táticas, provenientes entre a luta dos europeus com os habitantes nativos. O que marcou a organização desse espaço foi a adaptação e utilização de diferentes ideias para o território. Embora os portugueses tenham tentado impor suas próprias concepções, nem todas obtiveram sucesso. Em contraste, as alternativas oferecidas pelas sociedades indígenas se revelaram práticas e eficazes na abordagem de uma realidade relativamente desconhecida para os estrangeiros.

A compreensão do “outro” teve como objectivo principal a construção de um conhecimento utilitário. Os Portugueses interessaram-se pelas sociedades descompartmentadas, porque desejavam estabelecer com elas relações comerciais e políticas. O espírito científico nasceria séculos mais tarde. No entanto, apenas uma pequena elite de Portugueses tinha o móbil de conhecimento da alteridade para a converter ao “mesmo”. Só uma minoria, em especial os missionários, tinham um projecto de divulgação cultural e religiosa da civilização europeia. Todas as demais relações entre povos estavam abertas à intercultura e mesmo o Cristianismo, sendo uma religião universalista e proselitista, estava permeável à influência das religiões, espiritualidades ou ritos dos povos ultramarinos (Costa, 2007, p. 72).

Essa citação demonstra o papel dos missionários jesuítas na região do Brasil. A organização moral e social portuguesa teve certa aderência na realidade por conta dessas personagens que viveram em prol de uma ideia. A religiosidade se apontou como um método

de organização no território, num contato mais próximo, menos autoritário, portanto, mais interativo com as demais sociedades (Costa, 2007).

Vale destacar que os europeus que viveram esse período fizeram parte de uma sociedade de fortes raízes camponesas, habituada aos ritmos da vida natural. Era também uma sociedade tradicionalista e a organização política tinha como fundamento a ordem divina da criação (Hespanha, 2001)<sup>38</sup>. Não era a vontade humana que definia as justiças e as injustiças, mas sim pela ordem do mundo anterior e superior a vontade dos homens, mesmo dos monarcas.

Assim, era da natureza das coisas que os súbditos seguissem os ditames dos governantes, que estes tivessem que governar em vista do bem comum, que a mulher obedecesse ao marido, que o casamento fosse monogâmico e indissolúvel, que os poderosos protegessem os mais fracos, que os amigos ou parentes se favorecessem mutuamente. Os juristas - que, então eram aqueles que pensavam a organização política - identificavam a justiça com o respeito por estes equilíbrios sociais (Hespanha, 2001, p. 2).

Por sua vez, os grupos étnicos que transitaram e habitaram o planalto nos séculos XVI e XVII percebiam o cotidiano com outro olhar. Viviam da agricultura em pequenos grupos e dividiam suas tarefas. A religiosidade se encontrava presente em suas conexões com a natureza e o que os movimentavam não era o mercantilismo.

Segundo informações extraídas de cronistas por Monteiro, os Tupiniquim eram mais sedentários, habitantes do planalto e, talvez por isso, viviam, sobretudo da agricultura. Enquanto isso, os Guaianá eram indígenas que se destacavam pela prática da caça e da coleta. Em sua tese de livre-docência intitulada *Tupis, tapuias e historiadores*, Monteiro (2001) revisita o tema dos Guaianá tentando mostrar que a historiografia paulista do século XIX e XX tentou ocultar que os Guaianá eram na verdade Tapuia, muito provavelmente, ancestrais diretos dos grupos Kaingang. Conhecidos, já no final do século XIX e século XX, por atitude aguerrida diante da pressão da fronteira de expansão paulista, admitir que os paulistas fossem descendentes mestiços desses indígenas era quase que uma ofensa à constituição da identidade paulista, sempre enfocada nos Tupiniquim (Marchioro, 2023, p. 113).

Marcio Marchioro (2023), doutorando em História Indígena do Brasil, destaca uma perspectiva intrigante sobre a construção das narrativas históricas. De acordo com o autor, a produção histórica dos séculos XIX e XX muitas vezes negligenciou a inclusão de outras sociedades indígenas na formação da identidade de São Paulo. Em vez disso, os narradores adotaram, frequentemente, uma visão parcial. Isso sublinha a importância para nós,

---

<sup>38</sup> Historiador e professor, António Manuel Hespanha pesquisou sobre os usos do direito nas colônias portuguesas.

historiadores, de nos esforçarmos para abordar e explorar as diversas facetas da história, evitando assim o silenciamento de narrativas significativas.

Neste momento, nossa metodologia centra-se na “integração”. Essa terceira categoria de análise permeia o processo de vivências e escolhas - individuais e coletivas -, que deram origem às estruturas na vila de São Paulo. Desde a escolha individual de não usar calçados ao caminhar pelo sertão<sup>39</sup>, até a permanência da Câmara na vila mesmo quando os vereadores demonstravam resistência<sup>40</sup>, evidencia que o processo se desenrolou de acordo com as experiências locais.

Assim, temos as estratégias: ações criadas por grupos ou instituições que fazem parte de um lugar de poder. Elas criam lugares teóricos e alocam suas forças ali, destacando as resistências que o estabelecimento de um local oferece. Por outro lado, as táticas apontam para a utilização hábil do tempo e das oportunidades, adentrando nas fundações de um poder (Certeau, 1988).

Dessa forma, as ações que iremos analisar neste capítulo abrangem esses dois aspectos. Ao examinar as táticas de cada grupo na realidade de São Paulo, verificamos as abordagens e as tentativas de imposição, enquanto as estratégias envolvem diferentes ações para preservar suas ideias, costumes e práticas. Estamos lidando com diferentes tipos de resistências, que serão analisados nos próximos subtópicos.

#### 4.1.1 As permanências da sociedade portuguesa no planalto

Nesta fase do trabalho, iremos conduzir uma análise dos diversos elementos que se originaram na sociedade portuguesa, atravessaram o Oceano e permaneceram existindo no contexto do planalto de Piratininga durante os séculos XVI e XVII. Nosso objetivo é examinar como essas manifestações lusitanas, sejam em forma de tradições, crenças ou práticas, influenciaram a construção da identidade territorial.

---

<sup>39</sup> [...] Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em “fila índia”, a só contar com as suas próprias forças, durante o trajeto. Salvo na proximidade imediata das maiores povoações, nenhum progresso fundamental será possível, antes que se generalize o emprego de cavaleiros ou muare, para extensos percursos (Holanda, 2014, p. 43).

<sup>40</sup> As atas (1967) apontam situações que demonstram a pouca vontade de participar dos órgãos administrativos de certos homens em certos momentos. Um dos casos mais relevantes que conseguimos notar em nossa pesquisa foi o de João Ramalho durante o século XVI. Ele já havia participado de outros cargos, mas em 1564 deixou registrado de que não tinha interesse em fazer parte, pois, segundo o que as atas registraram, ele afirmou ser um homem velho, com mais de setenta anos e que estava muito bem a viver nos territórios indígenas. Em suas palavras “[...] e q̄ estava tão bem como degredado no dito lugar e q̄ pelas tais rezoas não podia servir ho dito quargo [...]” (Atas, 1967, p. 37).

Assim, não podemos subestimar a importância do contexto religioso na sociedade portuguesa. A influência religiosa permeou diferentes aspectos da vida, manifestando-se em momentos diversos e com várias intensidades, mas sempre desempenhando um papel fundamental. A influência religiosa, mais do que apenas aspectos práticos, também moldou o discurso, os valores, os comportamentos, os hábitos, a etiqueta, a visão de mundo e as suas interações. Os marcos religiosos justificavam a ordem social e o poder político, integrando-se em cada aspecto da vida social. Como afirmou Paiva (2006, p. 114), “a realidade era compreendida religiosamente; os homens viviam no círculo de Deus, com Deus participando ativamente da vida dos indivíduos”.

A crença exerceu papel decisivo na conservação de ideias e costumes entre os novos moradores. O respeito ao rei, como representante da ordem divina, garantiu a disseminação das normas e tradições, mesmo a distância.

O Rei possui duas capacidades, pois possui dois corpos, sendo um deles um Corpo Natural, constituído de Membros naturais como qualquer outro Homem possui [...]; o outro é um Corpo político, e seus respectivos Membros são seus Súditos, e ele e seus Súditos em conjunto compõem a Corporação, [...] e ele é incorporado com eles, e eles com ele, e ele é a Cabeça, e eles os Membros, e ele detém o Governo exclusivo deles (Kantorowicz, 1998, p. 25).

O rei desempenhava um papel dual na sociedade. De acordo com Kantorowicz (1998, p. 77), a concepção do monarca medieval, que persistiu nos séculos XVI e XVII em Portugal, apresentava uma dualidade intrínseca. Ele era, simultaneamente, “legibus solutus” (não sujeito à lei) e “legibus alligatus” (vinculado à lei), representando a “imago aequitatis” (a imagem da equidade) e sendo ao mesmo tempo o “servus aequitatis” (o servo da equidade). Nesse contexto, o rei, considerado como detentor de uma natureza real concedida pela graça divina, personificava a própria lei viva. Isso conferia ao rei um papel central, em que todas as esferas da sociedade orbitavam ao seu redor.

Analisando os documentos do século XVI e XVII, de início, percebemos essa forte influência da religião, com Deus ocupando um lugar central. Em seguida, figuravam o rei, o governador, os capitães, juízes, oficiais mecânicos, padres e o povo, todos justificando suas ações com referências a Deus. Essas relações sociais foram moldadas por essa perspectiva religiosa, o que resultou na formação de valores, modelos de comportamento e instituições sociais (Paiva, 2012). Nessa busca pela unidade social, identificamos paralelos com a trindade divina (Pai, Filho e Espírito Santo), que espelhava a organização da sociedade. O rei era visto

como o representante de Deus na Terra, atuando como mediador entre Deus e os homens. Em essência, quem governava era Deus, por meio do rei.

O rei é a cabeça. Os demais grupos são as diversas partes do corpo, a cada qual cabendo uma função e, como pré-requisito para o funcionamento do todo, o direito de ser como é, de modo a poder cumprir sua função. O rei não pode interferir na competência dos grupos, como a cabeça não pode interferir na competência dos outros membros do corpo. Tem que respeitar sua natureza. A função do rei é realizar a *ordem* e, assim, garantir o *bem comum* (que resulta em *vida*), o que se dizia então *justiça* (Paiva, 2012, p. 33).

A ligação entre ser português e ser cristão era inegável, sendo praticamente impossível conceber algo diferente. Combater o infiel tornou-se uma obrigação moral para qualquer bom católico, como destacado por Paiva (2012). Ao se deparar com sociedades previamente desconhecidas, visualizou-se uma realidade em que havia pessoas que, até então, eram completamente alheias à fé cristã.

Nesse contexto, a influência divina permeou várias iniciativas camaristas. Embora nem todos os moradores concordassem plenamente com as ações dos padres jesuítas no território do planalto, suas atividades frequentemente seguiam trajetórias paralelas. Os jesuítas estiveram ativamente envolvidos no planalto e serviram como defensores desse modelo organizacional. Frequentemente, eram eles que instavam os moradores a manter a monogamia, a estrutura administrativa e a conservar os preceitos cristãos. As questões administrativas eram moldadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo rei, que, por sua vez, continuava sendo visto como um representante do divino, mesmo em terras distantes de Portugal.

Nesse sentido, as atas conseguem exemplificar nossa discussão. Assim como há momentos em que os camaristas não concordaram com as ações vindas da administração portuguesa, houve outros momentos em que os oficiais exigiram a presença da organização portuguesa no território, a fim de auxiliá-los na organização. A isso, chamamos de permanências administrativas, como no caso da ata escrita em maio de 1637, na qual os camaristas solicitaram a vinda do ouvidor para ajudá-los a organizar a vila da melhor forma possível. Fazia anos que alguém da administração lusitana não visitava o planalto e os moradores estavam insatisfeitos.

Os ofisiaes da camara desta vila de são paulo vereadores e juis ordinario e procurador do conselho deste ano presente de mil e seis sentos e trinta e sete anos fasemos a saber ao senhor ouvidor desta capitania de são v<sup>te</sup> o capitão alvaro luis do vale em como ha dous anos pouquo mais ou menos que esta vila nao he visitada de ouvidor desta capitania que conforme a doasão do senhor da tera tem obrigação quada seis meses serem as vilas visitadas pelos

ouvidores pera ocm as ditas visitas se faserem e ordenarem m<sup>tas</sup> couzas emportantes ao serviso de sua magd<sup>e</sup> pelo que requeremos a vosa merse per parte de sua magd<sup>e</sup> que sem dilasão venha a esta vila a vizitala e acudir a muitas couzas que do serviso de sua magd<sup>e</sup> ha e em vosa merse vir e acudir a esta vila loguo sem dilasão algũa por o cauzo assim o requerer fasa ho que sua magd<sup>e</sup> lhe encomenda e quoando vosa merse não venha protestamos de tudo ho que suseder em falta de vosa merse a esta vila não ver se nos não dar em culpa e avisarmos a sua magd<sup>e</sup> escrito em camara aos nove dias do mes de maio de mil e seis sentos e trinta e sete anos e vai por nos asinado e pasado [...] (Actas, 1915c p. 347-348)

Portanto, há uma permanência administrativa no sentido de que a vila de São Paulo operava com base nas diretrizes gerais estabelecidas pelo rei em nome da Coroa portuguesa. Embora muitas vezes os moradores tenham se recusado a aceitar as ordenações e as tenham adaptado à realidade territorial, isso também implica uma adaptação do que já estava pré-definido. Não houve a criação de novos ideais e normas inteiramente inéditas, mas sim ajustes daquilo que já existia previamente. Como resposta a essas demandas dos camaristas, o ouvidor foi ao sertão de Piratininga meses depois para ouvir as preocupações e promover deliberações.

Em outubro do mesmo ano, o ouvidor Francisco Moura visitou a vila de São Paulo para avaliar a situação financeira e administrativa do local. Após sua análise, ele propôs várias provisões. Vamos destacar algumas delas na documentação abaixo para análise. A partir dessas provisões, torna-se evidente que a administração da vila, dos aldeamentos e até mesmo dos caminhos que conectavam a vila de São Paulo a outros espaços baseava-se em várias práticas administrativas de origem portuguesa.

Ao sinquo dias do mes de outubro de mil e seis sentos e trinta e sete anos nesta vila de são paulo nas casas do conselho dela onde se fas vereasão estando em camara ahi os ofisiaes dela veio ahi por coreisão o ouvidor geral o lisençado fr<sup>co</sup> taveira de moura a faser coreisão e o fes na forma abaixo e adiante declarado de que fis este termo ambrosio pr<sup>a</sup> escrivão da camara que ho escrevi.

Primeiramente proveo ele ouvidor geral e mandou que se comprisem todas as coreisões dos ouvidores geraes pasados e em especial a coreisão do ouvidor miguel sisne de faria por serem conforme a lei de sua magd<sup>e</sup>.

Outrosi proveo ele dito ouvidor geral que consertassem a cadea desta vila em modo que estivesem os presos seguros que não fogisem dela e fisesem prisões avisando ao alcaide mor que da renda do donatario se comprasem corentes e quatro grilhões e duas algemas hũa mo de pedra.

[...]

Outrosi proveo outrosi que porquoanto estava o caminho do mar desmanchado e denefiquado ordenava e mandava que loguo com toda a brevidade posivel eles ofisiaes ponhão por obra a fazelo alistando os moradores e repartindoos com as pesas por as estansias nesarias e com todos os indios das aldeas e mais gentios dos moradores conforme a possibilidade de cada morador repartindo os brasos e estansias.

[...]

Outrosi proveo que nenhuma pessoa leve gado pera a vila de santos sem vir a manifestar a esta camara a marca do gado e a cantidade que leva e quem lho vendeo com pena de seis mil reis para obras do conselho e acuzador.

E desta maneira ouve ele dito ouvidor geral a coreisção por feita e acabada e como asim o ordenou asinou eu ambrosio pr<sup>a</sup> escrivão da camara que ho escrevi - Fran<sup>co</sup> Taveira de Moura (Actas, 1915c, p. 356-359).

De acordo com as ordenações de Francisco de Moura, podemos inferir várias situações, incluindo a falta de comprometimento dos moradores em cumprir as ordens dos ouvidores. Essa situação ilustra uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que os moradores solicitam a presença do ouvidor, quando este chega ao local e faz sua análise, percebe que muitas das diretrizes não foram obedecidas pela população e pelos camaristas.

Ainda é possível perceber também que a organização local ainda se baseava em ideais lusitanos de construção e organização social. A existência da cadeia como punição para a desobediência às ordens e costumes vigentes é um exemplo disso, algo bastante comum se considerarmos que a vila é resultado de uma pluralidade social diversa. Portanto, esse trecho das ordenações também nos aponta para uma dualidade: ao mesmo tempo em que há a permanência administrativa lusitana no território, temos indivíduos dispostos a desobedecê-la.

Outra permanência social evidente nessa citação é a hierarquia e o respeito por ela. Naquele contexto de governança, o ouvidor representava o próprio rei, sendo a figura central da administração. Portanto, ele tinha a liberdade de emitir ordens para realizar mudanças estruturais no território, como a construção de pontes e estradas, além de criar regras que autorizassem ou proibissem certas ações dos vereadores de São Paulo. Nesse caso, Francisco estabeleceu uma barreira comercial para facilitar o controle dos oficiais sobre a venda de gado realizada pelos moradores em outras vilas e regiões.

Essas ações podem ser destacadas como manifestações da continuidade da sociedade portuguesa em território americano. Portanto, a organização da vila de São Paulo foi influenciada por várias circunstâncias, mas alguns princípios de organização e planejamento territorial persistiram. Apesar das diferenças entre as diretrizes da administração portuguesa e o que de fato ocorreu, podemos identificar uma vila que, em teoria, foi planejada com base nos modelos ibéricos de convivência. No entanto, compreendemos que, apesar dessa idealização, ocorreram diversas situações que refletiram a adaptabilidade social dos moradores às suas necessidades, tanto individuais quanto coletivas.

Em sua documentação, a Câmara demonstra tanto as mudanças como as permanências, ainda que de forma irregular. Ou seja, à medida que os anos passam e os oficiais se alternam, a administração da vila passa por alterações. Essas mudanças podem estar mais alinhadas com as

ordenações portuguesas em alguns momentos e mais distantes em outros, dependendo da realidade e das necessidades do momento. É possível perceber a flexibilidade de cada uma das atas, uma vez que, ao mesmo tempo que indicam uma tentativa de estabelecer a estabilidade de acordo com as ordens de Portugal, em outros casos mostram como não conseguiram cumpri-las a rigor.

Em abril de 1623, os oficiais se reuniram para comunicar a irregularidade de moradores que estavam fazendo incursões até o sertão. Esse tipo de situação e de ata já foi discutido durante o nosso trabalho, mas esta reunião possui algo especial que acentua nossa teoria sobre a permanência das ordenações portuguesas. Em vez de tentarem resolver a situação sozinhos, os oficiais solicitam a presença do capitão no planalto, para que ele próprio pudesse regularizar a situação e estabelecer a normalidade. Ou seja, como os moradores não estavam seguindo as ordens dadas pelos vereadores e pelo juiz, eles decidem pedir ao capitão que o faça, como uma maneira de demonstrar respeito à hierarquia e regulamentação.

Ao pr<sup>o</sup> dia do mes de abril de mil e sentos e vinte e tres anos se juntarão ã camera os offisiaes della a saber o juis ordinario di<sup>o</sup> morera e os veradores andre lopes e fr<sup>co</sup> joão e o p<sup>dor</sup> do cõselho luis furtado e sendo juntos ã camara pozerão ã practica as couzas de bẽ cumũ da terra e pelo dito p<sup>dor</sup> foi requerido aos ditos offisiaes dizendo que a sua notisia hera vindo q'algũs m<sup>ores</sup> desta villa hião ao sertão contra ordẽ de sua mag<sup>de</sup> e do g<sup>dor</sup> geral deste estado o que era contra o bẽ cumu desta terra e o capitão mor e ouvidor desta capt<sup>a</sup> joão de mora fogasa estava na villa de santos pello que requeria a elles ditos offisiaes da camara da parte de sua mag<sup>de</sup> pozesẽ cobro nisso e defendesẽ a tal ida e avizasẽ per sua carta ao dito capitão mor pera acordir a isso o que v<sup>to</sup> pelos ditos offisiaes da camara mandarão por quartel que nenhũa pessoa de qualquer calidade e cõdição que seja não va ao sertão cõ pena de vinte mil rs aplicados pera obras do cõselho e acuzador e dous anos de degrego pera a fortaleza do rio grande e de ficarẽ a merçe de sua mag<sup>de</sup> e logo escreverão os ditos offisiaes ao capitão mor e ouvidor desta cap<sup>ta</sup> pera q'ẽpedise a tal ida e viagẽ [...] (Actas, 1915b, p. 30).

A análise da documentação revela que os oficiais da Câmara estavam solicitando a intervenção do capitão e ouvidor-mor da capitania, uma vez que suas ordens de proibição - mesmo sob pena de multas - não estavam produzindo os resultados desejados. Essa desobediência por parte dos moradores levanta a possibilidade de que tanto os oficiais quanto a população obedeciam a algumas ordens emitidas pela Coroa Portuguesa, quando eram interessantes a eles. No entanto, ao mesmo tempo, observamos uma persistência dessa influência portuguesa. Em primeiro lugar, porque os oficiais sentiram a necessidade de documentar seus esforços para implementar as ordens. Em segundo lugar, ao solicitar que o

capitão tomasse medidas, isso sugeria que a ordem não havia partido dos próprios moradores do planalto, mas sim de uma solicitação da administração lusitana.

Em outros casos, a permanência da organização portuguesa se deu pelos próprios oficiais da Câmara, sem haver a interferência de hierarquias superiores. Ainda em 1623, seis meses após o ocorrido na citação anterior, os oficiais da Câmara relatam que o próprio capitão dos indígenas<sup>41</sup>, Fernão Dias, aponta que moradores como Francisco Rodrigues estavam desrespeitando as ordens portuguesas e indo ao sertão, além de levar homens brancos e indígenas com eles. Além disso, os oficiais também relataram que outras pessoas da própria vila de São Paulo estavam se organizando para realizarem expedições.

Aos dezaseis dias do mes de setembro do ano prezente de mil e seis sentos e vinte e tres anos nesta villa de são paullo na caza donde se costuma fazer camara se juntarão ã camara os offisiaes della a saber o juis ordinario diº morera e os vereadores simão borges cerqr<sup>a</sup> e g<sup>co</sup> maderá e o pd<sup>or</sup> do cõselho foi requerido aos ditos offisiaes da camara como ja tinha requerido q̄ era vindo a sua notisia q̄ fernão dias capitão dos indios hia ao sertão e levava ã sua cõpanhia algũs homẽs e os indios das aldeas e agora de novo era vindo a sua notisia q̄ fr<sup>co</sup> roiz da guera aqui m<sup>or</sup> andava fazendo gente pera ir ao sertão ao sertão contra as leis de sua magd<sup>e</sup> pello q̄ pedia a elles ditos offisiaes da camara provesẽ niso e atalhasẽ a tal ida e viagẽ cõ as penas q̄ lhe bem paresẽ e vt<sup>o</sup> pello ditos offisiaes da camara o dito requerim<sup>o</sup> mandarão que p<sup>f</sup> ser pubriqua o cõteudo no dito requerim<sup>o</sup> e juntam<sup>t</sup> p<sup>f</sup> nesta vereasão lhe ser asojeitado hũa petição p<sup>f</sup> gaspar de brito pd<sup>or</sup> de fernan dias capitão dos indios ã que fazia a mesma quexa pello que mandarão os ditos offisiaes da camara que fossẽ prezos ã suas cazas fr<sup>co</sup> roiz da guera paulo do amaral e ant<sup>o</sup> peres e alonso peres e jorge roiz diniza p<sup>f</sup> serẽ as prinsipaes pessoas q̄ he pubriquo q̄ querẽ ir ao sertão q̄ cõ pena de duzentos cruzados e menos vallerẽ não saicẽ de suas cazas e não fossẽ ao sertãoate darẽ financa a não irẽ vt<sup>o</sup> as ditas quexas e de como asim o mandarão o asinarão aqui eu callixto da mota escrivão da camara o escrevi - cõ declarasão q̄ a dita pena seria aplicada pera as despezas da relacão e acuzador e sobre tudo fosse posto quarteis pera que ningẽ fosse ao sertão ã pera isso desse cõselho favor ã ajuda sob a mesma pena [...] (Actas, 1915b, p. 52-53).

Essa citação é bastante significativa, pois os camaristas de São Paulo ordenam que algumas pessoas fossem presas pela insistência em desobedecer às normas e por liderarem as expedições. Isso ilustra a autoridade local e a tentativa de cumprir as regulamentações impostas por Portugal, reforçando a permanência de ideias lusitanas no território.

---

<sup>41</sup> É relevante destacar que os capitães indígenas, geralmente um nativo aliado dos moradores, desempenhavam um papel crucial na supervisão dos moradores nativos e na comunicação de problemas ou desafios enfrentados. No caso em questão, Fernão Dias trouxe à tona a situação de moradores de São Paulo que estavam invadindo aldeias indígenas, presumivelmente em busca de captura e apresamento. Ele comunicou essa situação aos oficiais, pedindo que tomassem medidas apropriadas. Esse episódio reflete o objetivo administrativo dos camaristas, que era promover a liberdade dos nativos diante de uma realidade na qual os moradores buscavam mão de obra indígena para trabalhar no território.

Portanto, a análise dos documentos da Câmara de São Paulo revela as permanências administrativas lusitanas em território americano, mas também as influências portuguesas relacionadas às necessidades locais. Isso demonstra a coexistência de elementos da sociedade portuguesa com as situações reais no planalto. A intervenção do capitão indígena, Fernão Dias, na denúncia de incursões de moradores em aldeias nativas, ressalta a complexa dinâmica de controle territorial e a tentativa de manter a autoridade local. A permanência de ideais lusitanos no território é evidente, pois, mesmo diante de desafios e resistência, a presença e influência da administração portuguesa perduraram e moldaram a sociedade local ao longo dos séculos.

Outra permanência dos costumes e hábitos portugueses no planalto de Piratininga estava conectada às ações dos padres jesuítas. Os territórios ocupados deveriam seguir o formato de administração lusitana, o que, naquele momento, estava integralmente ligado a várias questões religiosas. Portanto, os padres desempenhavam um papel significativo no processo de organização da colônia, conferindo sentido ao papel lusitano nas invasões (Paiva, 2012). Ser português era sinônimo de ser cristão, e entre suas obrigações como fiéis, os portugueses deveriam ter consciência e seguir as normativas religiosas, catequizar e lutar contra o infiel. Como mencionado anteriormente, era o rei quem, de fato, unificava todas as esferas lusitanas.

Dentro da administração portuguesa, fé e costumes compunham um todo. O governante devia, em cada esfera distinta, cuidar das coisas do culto e da pureza da prática social. O rei escolhia os bispos, designava os vigários, financiava as missões, os colégios, as paróquias. Era o rei quem mandava padres para a conversão dos índios e por isso é ao rei que Nóbrega se dirige em suas cartas. Ao rei se presta conta do estado da colônia do ponto de vista das coisas da Igreja. Assim a Igreja e Coroa, Bispo e Governador, Clero e letrados aparecem como complementares na tarefa da manutenção da sociedade. O governo intervém em tudo ao administrar a justiça, voltado para o sagrado enquanto que o clero administra o sacramento, se debruçando sobre tudo. “O clero ajuíza os comportamentos, ditando o modelo e punindo o desvio, como os governantes ordenam o eclesiástico e confirmam a pastoral” (Paiva, 2012, p. 64).

Observamos que o rei detinha a autoridade máxima e era responsável por dar ordens para o envio de padres em missões de conversão das sociedades nativas. Havia uma relação estreita entre a Igreja e a Coroa, o Bispo e o Governador, o Clero e os letrados. O governo desempenhava um papel significativo na administração da justiça, que estava intrinsecamente ligada ao sagrado. Enquanto isso, o clero tinha a responsabilidade de administrar os sacramentos, conectando-se com várias realidades sociais nas colônias.

No contexto do planalto de Piratininga, os jesuítas assumiram a responsabilidade de preservar os costumes lusitanos, a fé cristã e a liberdade dos povos indígenas. Nos séculos XVI

e XVII, cada vila tinha sua própria realidade próxima, mas ao mesmo tempo singular, de acordo com o momento vivido e as ações individuais. Tanto o clero quanto o governo desempenhavam funções essenciais na regulamentação e organização da permanência dos traços portugueses em outros territórios. Os padres julgavam comportamentos, estabeleciam padrões e aplicavam punições, enquanto o rei, representado por seus governantes gerais, ditava questões eclesiásticas.

Por serem os principais fiscais do território durante o período estudado, os jesuítas se tornaram, de certa forma, rivais dos moradores de São Paulo. Por diferentes motivos já abordados anteriormente<sup>42</sup>, a população da vila não seguia rigidamente a organização administrativa pensada pelos portugueses. Isso significa que muitos moradores não participavam das missas de forma regular, não concordavam com a ordem da Coroa de não escravizar os nativos, e isso gerava conflitos entre eles e os jesuítas, que procuravam ao máximo manter as influências portuguesas na América.

A fim de discutir essa temática, mas também o poder dos jesuítas em continuarem exigindo dos moradores o que deveria ser um dever, retiramos a citação de uma reunião de 1611. Nessa reunião, os oficiais e toda a população se uniram para exigir uma mudança no posicionamento dos padres diante dos conflitos de ideologia relacionados ao contato da população com os indígenas no território de Piratininga.

Acordo que se tomou nesta camara pelos offisiais dela e o povo jumto  
Aos quimze dias do mes de agosto do ãno prezemte de mil e seis semtos e  
omze ãnos nesta vila de são paulo na casa do comselho dela a requerimt<sup>o</sup> de  
jorde de bairos procurador do comselho se ajumtarão os offisiais da camara a  
saber o vreador ãt<sup>o</sup> rapozo e seu praseiro ãt<sup>o</sup> roïz e o juiz m<sup>el</sup> fr<sup>co</sup> e o dito  
procurador jorge de bairos estãdo jumto a maior parte do povo e moradores e  
homẽs da guovernãsa da tera e sendo todos juntos com o povo o dito  
procurador requereo a eles ditos offisiais por parte deste povo dizendo que  
com o jemtio carijo estavam mt<sup>os</sup> imdios dos nosos aqui naturais os quais são  
daldea dos reis magos e outras e que ordinariamt<sup>e</sup> antre eles ha brigas e  
diferensas e que corem risco mataremse por serem contrarios hũs dos outros  
pelo que lhes requeria fizesem requerimt<sup>os</sup> em nome deste povo os apartasẽ  
cada hũ em sua aldeia secundariamt<sup>e</sup> que se não largase a pose que tem este  
povo pelo foram do snõr da tera nem deixasem meterse nhũa pessoa de pose  
das aldeas nosos comarquõs e nosos amigos e compadres e que se não largase  
o dominio dele aos padres mais que somt<sup>e</sup> doutrinasesmos como sua magd<sup>e</sup>  
mãda e quando eles ditos padres os não quizerem doutrinara desta man<sup>a</sup> que  
eles offisiais fizesem requerimt<sup>o</sup> ao vigr<sup>o</sup> desta vila p<sup>a</sup> por cobro niso o que se  
pode fazer fasilmt<sup>e</sup> e que outrosi os carijos que vierão antes dos padres hirẽ  
ao sertão q̄ eles diserão nem os que vierão depois de virem os ditos padres

---

<sup>42</sup> Sugerimos que o leitor volte a ler as discussões presentes no subtópico 1.2.2 A Companhia de Jesus como instituição moralizante.

que eles ditos padres não intendão com eles e somt<sup>e</sup> intendesem com os que deserão porque he tanto o dominio que se toma sobre o dito jemtio que não consentê que hũ branquo pouze nas aldeas o que numca se fez o que tudo foi dito e requerido aos ditos offisiais pelo dito procurador diamte mi e todo povo estãdo junto o qual em altas vozes jumto em hũa voz diserão que era mt<sup>o</sup> bem e que assim lho requerião a eles offisiais e porque he mt<sup>a</sup> jemte diserão todos que o dito procurador asinase por eles porque eles assim o avião por bem e que com iso fizesem todos os requerimt<sup>os</sup> ao snõr gd<sup>or</sup> dom luis de souza e lhe fizesem a saber p<sup>a</sup> niso se por cobro e os ditos offisiais assim o asemtarão e que a rezão de apartar os imdios dos carijos era por averem tido guera ordinariamt<sup>e</sup> desdabenisio e agora ao tempo que os padres os forão deser o puzerão em serquo p<sup>a</sup> os matarem e cometerẽ como fizerão aos nosos imdios cristãos parentes destoutros e nosos prinsipais e compadres e crioulos e os matarão e comerão pelo que era nesario porse capitãis nas aldeas como sua magd<sup>e</sup> mãda p<sup>a</sup> que a ele se pesão os indios que daldea ouverem mister e se fasa tudo por ordem (Actas, 1915, p. 293-295).

Percebe-se que a petição dos moradores se baseia nos problemas que tinham com os padres jesuítas. Enquanto a maioria desejava a autorização da Coroa para interferir nas questões sociais entre os nativos aliados e a sociedade carijó, os padres não permitiam que agissem livremente no território, especialmente no sertão. Nesse sentido, o poder dos clérigos nas questões indígenas limitava a capacidade de intervenção dos moradores da vila de São Paulo. E por esse motivo, a população se reuniu para pedir ajuda à Coroa, solicitando a autorização para intervenções que diziam respeito às populações indígenas, mas também ao sertão, territórios que desconheciam as leis administrativas lusitanas.

No trecho mencionado, observamos uma complexa interação entre permanências e mudanças. Os camaristas utilizaram as atas para documentar a insatisfação geral, e destacar a permanência da influência portuguesa no território. Esse fato é evidenciado nas ações dos jesuítas, que proibiram o acesso dos moradores aos aldeamentos e ao sertão. Conforme os conflitos entre jesuítas e moradores no planalto se agravaram, as atas passaram a representar essa questão de forma mais proeminente. A reunião destaca a insatisfação da população com a impossibilidade de intervir nas sociedades indígenas. Portanto, eles utilizaram as atas como registro dessa insatisfação. Entretanto, a citação também aponta para mudanças sutis. Os moradores passaram a recorrer às normativas portuguesas quando lhes eram favoráveis, mas também silenciavam os pontos com que não estavam em conformidade. Essas mudanças podem não ser explícitas, mas estão presentes.

Nesse sentido, compreendemos a importância de analisar o documento e observar suas nuances, mesmo que pequenas. São essas sutilezas que fornecem novas possibilidades de análise. Jacques Le Goff (2006) na obra *História e Memória*, já falava sobre a importância desse tópico ao historiador:

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos (Le Goff, 2006, p. 109).

O silenciamento de situações em desacordo com as regras de Portugal não apenas demonstra quais ideias os moradores rejeitavam, mas também evidencia as transformações nos perfis dos moradores e em suas identidades.

Reconhecemos a impossibilidade de separar completamente as mudanças e as permanências em um contexto histórico e narrativo. As permanências em um espaço estão ligadas às experiências das pessoas desse local. Com o tempo, essas permanências também podem se tornar oportunidades para mudanças, à medida que as pessoas vivenciam e compartilham experiências. As mudanças são resultado dessas conexões anteriores e não podem ser dissociadas das permanências. Portanto, é essencial que o leitor compreenda como essas duas dimensões se entrelaçam, independentemente do local ou da população envolvida. Assim, embora nosso objetivo neste subtópico seja explorar as ideias de permanências portuguesas, elas estão intrinsecamente relacionadas à realidade de Piratininga. A aplicação das normativas administrativas pode adquirir nuances diferentes, dependendo do momento e das circunstâncias locais em que os moradores se encontram.

A citação anterior ressalta a persistência da influência lusitana, uma vez que os moradores recorrem às leis portuguesas para alcançar seus objetivos. No entanto, também observamos mudanças, como a tentativa de silenciar vozes religiosas, que nessa ata representaram os povos indígenas no território. Essa complexidade reflete as relações entre as diversas partes envolvidas na administração e organização do território.

Em resumo, os moradores de São Paulo alegam estar receosos de um conflito entre os indígenas aliados com os Carijós, o que afetaria a dinâmica do planalto e, conseqüentemente, a vida dos moradores. Havia o receio de que os índios Carijós, de diferentes aldeias, pudessem entrar em confronto armado uns com os outros devido a essas diferenças e disputas internas.

No relato, demonstram certa animosidade em relação aos padres, já que no requerimento pedem que os territórios dos aldeamentos não sejam repartidos e distribuídos a esses clérigos. Os oficiais e o povo expressaram preocupação com a atuação dos padres na região. Eles solicitaram que, em vez de os padres terem domínio sobre as aldeias, apenas ensinassem os índios, seguindo as ordens do senhor governador. Outro ponto de destaque foi o relato dos

moradores dizendo que os próprios indígenas Carijós não queriam a mediação dos padres, justificando, assim, a autorização que os vereadores buscavam para que eles mesmos intervissem, não os clérigos. Os moradores ainda aproveitam para criticar o fato de que os religiosos não permitiam que nenhum branco tivesse contato com os espaços de aldeamento.

Os dois temas presentes na reunião de 1611 apontam para as permanências na vila de Piratininga, no sentido da utilização de normativas para organizar o território e estabelecer hierarquias, uso de requerimentos administrativos portugueses. Mas, também demonstram mudanças. Mudanças no sentido do questionamento das ações dos jesuítas, a participação dos moradores nas guerras e a busca cada vez mais expressiva de interiorização do território. Como discutimos anteriormente, as mudanças surgem a partir das permanências. Isso significa que ao utilizarem as ordens administrativas portuguesas em favor dos moradores, os vereadores buscavam maior autonomia nas decisões, mas também mantinham um certo ideal lusitano.

Para finalizarmos a temática, vamos analisar outra ata que possui essas mesmas questões de mudanças e permanências conectadas. Datada de 1630, a reunião inicialmente buscava aplicar um regimento da Coroa para a vinda de um capitão aos aldeamentos próximos da vila de São Paulo e de um padre que conhecesse a língua nativa. O que podemos perceber, num primeiro momento, é a tentativa dos oficiais em aplicarem as normativas portuguesas não apenas à vila, mas aos espaços religiosos onde os indígenas aliados residiam. Um exemplo importante da permanência das ideias portuguesas.

Aos dezasete dias do mes de junho de mil e seis sentos e trinta anos nesta vila de são paulo nas cazas do conselho desta vila onde se custuma a fazer camara estando ahi os ofisiaes da camara antonio raposo o velho e matias lopes e joão fñz de saavedra e o procurador do conselho antonio teixeira por estar doente o procurador luis furtado e os juizes ordinarios joão masiel e p<sup>o</sup> madeira estando juntos em camara os ditos ofisiais da parte de sua magd<sup>c</sup> que nesta camara estava hũa provisão e lei de sua magd<sup>c</sup> na quoa manda que nas aldeas asista hũa capitão e hũa cleriguo que saiba a linguoa e que visto nesta vila aver cleriguo p<sup>a</sup> poder estar nas ditas aldeas lhe requerião dese conprimento a dita lei e p<sup>a</sup> pas e quietasão e aumento deste povo e que outrosi lhe requerião acudisem as aldeas porque estavam alevantadas e não querião obedeser as provisões do s<sup>or</sup> gd<sup>or</sup> geral nem as justisas e o procurador do conselho dise que o mesmo requerimt<sup>o</sup> que o povo fasia o fasia ele tãoben por ser de mt<sup>o</sup> proveito e aumento e quietasão deste povo e republica desen en tudo cumprimento a dita lei e porse nas aldeas desta vila cleriguos p<sup>a</sup> administrarem os ditos indios os sacramentos dizendo mas o povo q<sup>o</sup> p<sup>a</sup> ajuda de se dar cūprimt<sup>o</sup> a dita lei eles povo darião p<sup>a</sup> hiso toda ajuda e favor que nesario fosse protestanto que não no fazendo asim de se lhes dar en culpa o que visto pelos ditos ofisiais que se tomase e escrevese o requerimento do povo e procurador do conselho p<sup>a</sup> tudo verem e mandarem o que lhe paresese justisa de que tudo fis este termo que asinarão os ditos ofisiais com o povo eu

ambrosio pr<sup>a</sup> escrivão da camara ho escrevi por mandado dos ofisiais [...] (Actas, 1915c, p. 58 e 59).

O texto apresentado discute a importância da reunião na qual os oficiais da Câmara e o procurador do conselho discutiram o cumprimento de uma lei e provisão do rei no território. O cumprimento dessas regulamentações, argumentam os oficiais, contribuiria para a paz, crescimento e a obediência dos indígenas que coabitavam com a vila de São Paulo. Parte da população prometeu colaborar e auxiliar no cumprimento dessas leis, o que é o ponto central da reunião. Entretanto, essa discussão também levanta questões mais sutis.

Em segundo plano, a reunião sugere questões cruciais relacionadas às decisões dos moradores e dos oficiais. Em nome do povo, os camaristas propõem que a administração dos aldeamentos seja organizada não apenas pelos padres jesuítas, mas também por homens escolhidos pela vila. Isso já aponta para uma visível discordância entre os objetivos dos padres, que visavam a proteção e evangelização dos nativos, e os interesses dos moradores, que tinham o intuito de explorar o sertão em busca de riquezas.

Essa citação revela a preocupação das autoridades locais com o cumprimento das regulamentações da Coroa e destaca a importância dos capitães e padres escolhidos pelos moradores na administração dos aldeamentos indígenas. No entanto, também reflete a pressão da comunidade por maior acesso aos aldeamentos e, por conseguinte, às sociedades indígenas, algo que era proibido e desaprovado pelos padres jesuítas.

Em conclusão, as permanências administrativas, foco da organização portuguesa no território, de fato ocorreram. A ideia de uma ordem universal abrangendo os indivíduos pairava tanto em Portugal como na América. Os portugueses que chegaram a esse espaço coabitaram com diferentes formatos de vida, mas se apoiaram nas ideias europeias. Apesar da organização política ter como base os princípios portugueses, podemos perceber, a partir das análises realizadas nas diferentes citações, que os moradores se valiam das normativas a seu favor quando necessário. Eles aplicavam as normas e faziam as devidas cobranças, mas nem sempre seguiam as regulamentações com rigor. Dependendo das relações e das situações presentes na realidade de São Paulo, os camaristas preferiam silenciar vozes e situações. Como Le Goff (2006) já alertava:

Se a imparcialidade só exige do historiador honestidade, a objetividade supõe mais. Se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade (Le Goff, 2006, p. 32).

Ele relata que a história se interessa por acontecimentos individualizados, já que não é uma mera repetição do outro. A história busca compreender esses acontecimentos, encontrando neles uma espécie de generalidade, ou, mais precisamente, uma especificidade. Portanto, tentamos desempenhar nosso papel historiográfico e realizar análises dos principais elementos da permanência portuguesa preservados no contexto do planalto de Piratininga. Essas manifestações, seja na forma de costumes, crenças, leis ou ações administrativas, tiveram impacto na construção da identidade dos indivíduos no território do planalto de Piratininga.

Buscamos também investigar as conexões intrínsecas entre as permanências portuguesas e os processos de adaptação e integração que caracterizaram a vivência dos colonos do planalto. Examinamos como as influências portuguesas foram reconfiguradas pelos moradores de São Paulo, sendo uma das motivações para a formação de novas identidades no espaço. Isso reflete elementos trazidos inicialmente pelos portugueses e as estratégias de adaptação utilizadas pelos habitantes. Ao organizar essa discussão, contribuímos para enriquecer o panorama histórico e aprofundar a compreensão das complexas relações entre indivíduos, identidades e contextos sociais.

#### 4.1.2 As permanências das sociedades indígenas no planalto

Neste subtópico, observaremos como as vivências das diversas sociedades indígenas e dos moradores do território contribuíram para a vida na vila de São Paulo. Em contato com a realidade do planalto, os moradores tiveram que adaptar muitos hábitos e, baseados nessas vivências, demonstraram certo êxito na organização de um espaço administrativo português, uma vez que foram capazes de se adaptar e aprender com os indígenas locais. Nosso objetivo é analisar como essas influências indígenas contribuíram para a formação de uma identidade territorial única.

Para este tópico, nós, enquanto historiadores, precisamos utilizar o que foi implícito nas entrelinhas dos documentos. Há nuances sutis, mas significativas, presentes nas atas e nas narrativas dos padres jesuítas, embora esses documentos não tenham sido originalmente destinados a analisar os aspectos que estamos considerando. As cartas jesuítas tinham como objetivo principal justificar suas ações nos territórios ultramarinos, enquanto os moradores de São Paulo utilizavam as atas como registro de suas ações e validação de ordens superiores. Tanto os jesuítas quanto os camaristas procuravam destacar positivamente suas próprias ações,

o que muitas vezes relegava as questões relacionadas às sociedades indígenas a um segundo plano nas respectivas documentações.

No entanto, nosso papel como historiadores é justamente o de buscar informações que não foram expressamente declaradas, mas que se fazem presentes nas entrelinhas. Como Carlo Ginzburg (1989)<sup>43</sup> já afirmou, o historiador deve se assemelhar a um caçador que rastreia pistas e pegadas da presa. De acordo com o autor, a história não pode ser categorizada como uma disciplina exata e racional, uma vez que os eventos não se repetem de forma idêntica ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, isso não significa que a história careça de cientificidade; ela está inserida em um paradigma complexo.

Após a invenção da imprensa por Gutenberg no século XV, ocorreu uma padronização no entendimento do conhecimento. Isso afetou grupos diversos, consolidando a ideia de que a história e o conhecimento deveriam ser registrados por escrito, excluindo outras possibilidades. Essa visão predominou em muitas pesquisas até meados do século XX. No entanto, com o surgimento da Escola de Annales, as sutilezas voltaram a ser valorizadas como elementos essenciais na compreensão histórica. Nesse paradigma, os historiadores reconhecem que a história deve ser construída com base em detalhes e nuances. Ginzburg (1989) enfatiza a importância dessas sutilezas na produção do conhecimento:

A capacidade de reconhecer um cavalo defeituoso pelos jarretes, a vinda de um temporal pela repentina mudança do vento, uma intenção hostil num rosto que se sombreia certamente não se aprendia nos tratados de alveitaria, de meteorologia, ou psicologia. Em todo caso, essas formas de saber eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam o patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência (Ginzburg, 1989, p. 166).

Portanto, nós, historiadores, devemos atentar para essas sutilezas presentes. No contexto da nossa pesquisa, isso implica analisar as nuances contidas na documentação produzida no período. Mesmo considerando que tanto a produção jesuítica quanto as atas da Câmara tinham objetivos específicos, nossa tarefa vai além, ao explorar as questões que permeiam a realidade

---

<sup>43</sup> Historiador e Antropólogo italiano, Carlo Ginzburg se tornou um dos nomes notáveis da microhistória, que reduz a escala de observação e dá notoriedade a fatos relevantes que são ignorados dentro de um contexto construído de forma generalizadora. Sua obra de grande destaque foi o livro de 1976 chamado *O Queijo e os Vermes*, no qual aborda a vida de um camponês italiano, conhecido como Menocchio, que foi considerado herege e perseguido pela Inquisição Moderna.

de São Paulo. As sociedades indígenas exerceram um impacto significativo na sociedade e nas particularidades da vila de São Paulo. Portanto, consideramos essencial começar este subtópico com uma breve introdução para ilustrar as diversas possibilidades que a narrativa histórica oferece aos historiadores.

Nosso objetivo é observar e aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais no contexto do planalto de Piratininga durante os séculos XVI e XVII. Para alcançar esse propósito, iremos analisar os hábitos e modos de vida dos moradores que passaram a se assemelhar aos das diversas sociedades indígenas que habitavam a vila de São Paulo. Além disso, investigaremos como a convivência com esses grupos diversos impactou a realidade da população e identificaremos os elementos indígenas que foram preservados e transmitidos ao longo do tempo. Dessa forma, este estudo tem como meta reconhecer a influência das sociedades indígenas na formação da identidade de São Paulo, oferecendo uma visão mais completa das complexas interações sociais que moldaram a realidade histórica da região.

Os hábitos e costumes dos moradores adquiriram características definidas ao local, a medida em que estabeleceram contatos mais frequentes com o território e os habitantes nativos. Embora essas mudanças possam ter sido percebidas pelos indivíduos da vila, os vereadores de São Paulo não as registraram nas atas da Câmara. Quem observou essas mudanças, principalmente devido à crescente interferência dos moradores de São Paulo nas atividades jesuíticas, foram os clérigos. Nas correspondências, jesuítas como o padre Antônio Vieira (1992) descrevem os moradores como àqueles que não efetivavam as normas jurídicas de Portugal, uma vez que não respeitavam os indígenas como indivíduos livres. Pelo contrário, buscavam invadir terras e aprisionar indígenas visando sua comercialização e a obtenção de riquezas.

E começando por onde começam os mesmos paulistas, dizendo que sua majestade lhes concede a administração dos índios, suposto não serem os ditos índios capazes de se governarem por si, nem de se conservarem em uma vida de algum modo humana e política, nem de se estabelecerem de outro modo na santa fé, se ficarem sem administradores sobre si; esta suposição, na generalidade em que se toma, de nenhum modo se pode verificar nos índios de S. Paulo, porquanto os que os paulistas traziam do sertão não eram tapuias bárbaros senão índios aldeados, com casa, lavouras e seus maiores, a quem obedeciam e os governavam com vida deste modo humana e a seu modo política (Vieira, 1992, p. 112-113).

No trecho fornecido, o jesuíta destaca uma prática que era comum na época, na qual os moradores de São Paulo usavam a justificativa de proteger e cuidar dos indígenas como um pretexto para atingir seus verdadeiros objetivos: exercer controle sobre as populações nativas,

estabelecer alianças vantajosas ou, em muitos casos, aprisioná-los. Isso demonstra como as relações entre os moradores e os povos indígenas eram complexas e frequentemente movidas por interesses diversos.

E, nesse contato com os indígenas, sejam eles aliados ou inimigos dos moradores de São Paulo, a identidade da vila tomou formas singulares. Isso significa que a aprendizagem com as sociedades indígenas não ocorreu uniformemente. Houve diversos tipos de interações com esses povos, o que resultou em influências notáveis nos modos de vida, nos costumes e nas tradições. Uma dessas transformações foi a flexibilidade demonstrada tanto pela população quanto pelos vereadores na desobediência às leis portuguesas sempre que se tratava de interações com os povos indígenas.

Os jesuítas foram particularmente fervorosos em relatar as interações entre os moradores da vila de São Paulo e as sociedades indígenas com as quais estavam em contato. Padre Antônio Vieira, um influente jesuíta, orador, filósofo e defensor da liberdade dos indígenas, organizou uma série de escritos sobre essa realidade. Vieira afirmava que a liberdade era um direito inalienável dessas sociedades. Além disso, os jesuítas se opunham à escravização dos indígenas porque isso comprometia seu principal objetivo: a catequização. Quando escravizados, os indígenas tinham muito menos propensão a aderir ao cristianismo e a sociedade portuguesa. Nesse sentido, a pregação sobre o amor cristão estava intrinsecamente ligada a questões políticas, pois a suposta "liberdade" indígena não se concretizava plenamente dentro dos objetivos jesuítas.

No trecho abaixo escrito no século XVII, Antônio Vieira (1992) expressa suas considerações aos moradores de São Paulo acerca da administração dos indígenas.

O primeiro escrúpulo em que se não aquieta o entendimento sobre o modo ou modos com que se tem por lícita a presente administração é que todo o oneroso dela cai sobre os índios e todo o útil se concede aos paulistas; todas as conveniências a estes e aos índios, sempre miseráveis, todas as violências. Não é violência que se o índio, senhor da sua liberdade, fugir, o possam licitamente ir buscar e prender e castigar por isso? Não é violência que sem fugir haja de estar preso e atado, não só a tal terra senão a tal família? Não é violência que, morrendo o administrador ou pai de família, hajam de herdar os filhos a mesma administração e repartirem-se por eles os índios? Não é violência que se possam dar em dote nos casamentos das filhas? Não é violência que não tendo o defunto herdeiros, possa testar da sua administração, ou entre vivos fazer trespasso dela a outro, e que experimentem e padeçam os índios em ambos os casos o que sucede na diferença dos senhores aos escravos? Não é violência que, vendendo-se a fazenda do administrador, se venda também a administração e que os índios com ela, posto que se não chamem vendidos, se avaliem a tal e tal preço por cada cabeça? Não é violência, enfim, que importando a um índio para bem da sua consciência casar-se com índia de

outro morador, o não possa fazer sem este dar outro índio por ele? (Vieira, 1992, p. 105-106).

Percebemos como que a relação dos moradores com os indígenas foi permeada de violência e interesses. Para Vieira (1992), a restrição à liberdade dos nativos foi um ponto de destaque em suas críticas. O padre questiona o fato de que os indígenas embora fossem - em teoria -, senhores de sua própria liberdade, a população de São Paulo não os considerava dessa maneira. Era de costume que os colonos perseguissem, prendessem e punissem os indígenas que tentassem fugir. Ele ainda enfatiza como os indígenas eram tratados como meras propriedades, transferidos de um administrador para outro, como parte de heranças ou negociações. Para o clérigo, a comercialização indígena era uma forma de escravização disfarçada.

Não podemos esquecer que nesses contatos houve também alianças onde as mulheres indígenas foram vistas como mercadorias sexuais. Houve explorações sexuais em si e desse contato violento nasceram indivíduos que tiveram cada vez mais esse contato consoante entre sociedade portuguesa e a realidade indígena territorial. O próprio Antônio Vieira (1992) fala sobre isso, em que a formação identitária de São Paulo teve como suas bases esse contato. Não foi amistoso, nem tranquilo. Foi cerceado de questões sociais, abusos e violências. E desse contato gerou um formato de integração.

Quando abordamos a palavra “integração” em nossa metodologia, precisamos orientar o leitor de que não temos como objetivo afirmar que ocorreu com leveza. Ao longo de nossas discussões demonstramos como que a realidade da formação da vila de São Paulo foi marcada por muitos conflitos étnicos. Conflitos entre os indígenas e os moradores, alianças, exploração sexual das mulheres indígenas e a formação de um povo etnicamente marcado por violências de várias sociedades.

Houve conflitos administrativos entre os moradores e a Coroa portuguesa, como uma tentativa de maior autonomia política no território e a busca por novas condições normativas a partir da realidade do planalto. Houve conflitos territoriais entre os moradores com o sertão, com a realidade, onde tiveram que aprender com os indígenas as técnicas de sobrevivência, de plantação, de batalhas.

E, como estamos analisando nesse momento, houve conflitos morais dos moradores com os jesuítas, em que o objetivo de expandir o espaço do sertão e acumular riquezas por meio do apresamento indígena não fazia parte dos ideais de organização social dos padres, que buscavam a cristianização dos povos.

Ou seja, a integração de diferentes sociedades fez parte de um processo difícil e violento para quem viveu no território e para quem fez parte dessa realidade. Abordar sobre essas situações é tornar visível a ideia de que as formações identitárias dos indivíduos e de um grupo social permeiam nuances visíveis e invisíveis. Nem sempre essas situações foram apontadas de forma visível nas narrativas do período, mas permearam invisivelmente todas elas.

Ainda em relação ao contato entre os moradores de São Paulo e os indígenas, Vieira (1992) destaca a característica integradora da sociedade no planalto. Inúmeras famílias em São Paulo foram formadas por mães indígenas e pais portugueses. Essa estrutura foi um dos fatores que contribuíram para a permanência indígena no cotidiano dos séculos XVI e XVII. De fato, muitas vezes os padres que chegavam ao planalto precisavam aprender a língua nativa para estabelecer comunicação.

Primeiramente, é certo que as famílias dos portugueses e índios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola; e desunir esta tão natural ou tão naturalizada união seria gênero de crueldade entre os que assim se criaram e há muitos anos vivem. Digo, pois, que todos os índios e índias que tiverem tal amor a seus chamados senhores que queiram ficar com eles por sua livre vontade, o possam fazer sem outra alguma obrigação mais que a do dito amor, que é o mais doce cativo e a liberdade mais livre (Vieira, 1992, p. 117-118).

No trecho apresentado, destaca-se a interligação entre as famílias de São Paulo. Antônio Vieira (1992) reconhece a integração dos diferentes povos que habitavam o planalto, apontando que existia, de certa forma, uma convivência. Nem sempre harmoniosa, o padre escreve e coloca o indígena como inferior, já que os nativos tinham a escolha de ficar ou não “com seus senhores”. Ou seja, muitas vezes essas conexões não foram escolhas individuais e sim forçadas. É algo também a ser discutido quando falamos sobre as narrativas dos jesuítas. Apesar de entenderem como necessária a liberdade indígena, os clérigos também não consideravam as diferentes sociedades indígenas como iguais às sociedades europeias. Foram resultados de pensamentos e das organizações religiosas do período.

A partir da discussão inicial, visualizamos que a percepção dos padres é de que os moradores de São Paulo já não eram mais apenas portugueses. Conforme observado por Vieira (1992), havia formações familiares resultantes da união entre portugueses e indígenas. Esse contato com os nativos do território produziu influências duradouras das sociedades indígenas na vida dos moradores.

Sérgio Buarque de Holanda (1994), em sua obra *Caminhos e Fronteiras*, comenta sobre as percepções cotidianas dos moradores de Piratininga. Ao publicar suas análises no século XX, o autor percebeu as sociedades indígenas como inferiores aos portugueses e utilizou expressões para qualificá-los como primitivos e selvagens. Apesar de utilizarmos suas publicações em nossos estudos, estamos cientes da inferiorização que o autor inferiu às sociedades indígenas. Entretanto, utilizaremos seus estudos - base da historiografia de São Paulo - como norteadoras das percepções da presença indígena no cotidiano de São Paulo. Sempre que possível, faremos interferências nas citações do autor para readequá-las às necessidades de nosso trabalho.

As famílias de São Paulo adquiriram conhecimentos tanto do modo de vida português quanto do indígena. Com os povos nativos, perpetuaram saberes fundamentais sobre o território, como a habilidade de se localizar, explorar e penetrar o sertão. A jornada pelo sertão demandava conhecimentos que a sociedade portuguesa não poderia oferecer. Dessa forma, os moradores de São Paulo recorreram à sua herança indígena para compreender o território e interagir com suas diversas áreas.

Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nossos roceiros. Concebe-se que práticas inventadas pelo gentio para marcar os caminhos - por exemplo, o uso de dobrar os galhos ou de golpear os troncos de árvore, ainda freqüente entre gente do interior - fossem facilmente aceitas pelos desbravadores paulistas (Holanda, 1994, p. 20).

Essas permanências das sociedades indígenas não foram transmitidas pela escrita e produção bibliográfica, como foi o caso das permanências portuguesas. Foram transmitidas oralmente, pela aprendizagem diária dos moradores ao sertão, as necessidades de sobrevivência, a busca por riquezas e pelo conhecimento e relacionamento de outros povos.

No contexto de São Paulo, as influências indígenas perduradas não foram registradas em livros, ou em produções bibliográficas, ao contrário das influências portuguesas. Essa transferência de conhecimento ocorreu oralmente, transmitida diariamente entre os moradores que se aventuravam pelo sertão. A tradição oral foi importante para aprender sobre as necessidades de sobrevivência, compreender o território, buscar riquezas e estabelecer relações com outros grupos étnicos.

Um sistema de sinalização convencional nada seria, porém, sem o socorro de um espírito de observação permanentemente desperto e como só se desenvolve ao contato prolongado com a vida nas selvas. Essa espécie de rústico alfabeto, unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista, requer qualidades pessoais que dificilmente se

improvisam. É possível, talvez, ter idéia da segurança com que os índios se guiavam pelos astros ou rastros, conhecendo a perícia de nosso caboclo no distinguir ou identificar os menores vestígios da passagem de animais nos carreiros. Um exame superficial das pegadas de um homem ou bicho bastasse muitas vezes para tirar as deduções mais precisas sobre sua origem, sua direção e a época em que foram produzidas (Holanda, 1994, p. 20-21).

Observamos que Holanda (1994) destaca o “alfabeto indígena” como um conjunto de conhecimentos transmitidos oralmente e relacionados à vida no sertão e no planalto. E, embora Holanda (1994) se refira a esse sistema como “rústico”, não o vemos dessa maneira. Percebemos a eficácia e a utilidade desses conhecimentos dos nativos e, nos primeiros momentos da população em São Paulo, essas práticas locais tiveram mais relevância do que as influências europeias. “Os índios transmitiram-nos também, quase certamente, a alguns daqueles pioneiros brancos que, especialmente nas terras de Piratininga, tiveram de imitar seus hábitos para resistir à hostilidade do meio” (Holanda, 1994, p. 35).

Outra permanência oriunda dos nativos foi a produção alimentícia. O formato do plantio, a organização das produções de São Paulo precisou seguir a tendência das sociedades do planalto, já que o solo, o clima e o território previam uma forma de cultivo que os nativos estavam habituados.

O adventício tinha de ficar quase inteiramente à mercê dos expedientes inventados pelo selvagem, pois o equipamento técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo. Os frutos da lavoura não encontravam mercado amplo ou acessível para seduzir a ambição dos moradores da terra. E assim, as mesmas razões que condenavam esses homens à instabilidade, reduziam-nos frequentemente à dependência imediata da natureza. De onde naturalmente a espécie de solidariedade cultural que logo se estabeleceu aqui entre o invasor e a raça subjugada (Holanda, 1994, p. 60).

Algo interessante a ser observado é que o autor nomeia o morador de São Paulo como adventício, um estrangeiro. Compreendemos que esse termo seja apropriado quando nos referimos aos primeiros anos de fundação da vila. No entanto, com o passar do tempo esse adventício deixou de sê-lo e passou a ser mais um habitante das terras, tendo uma identidade específica que foi além às características sociais dos diferentes grupos.

Outra permanência obtida graças ao contato com as sociedades indígenas do planalto foram as palavras e expressões em língua tupi. Como já mencionamos anteriormente, no subtópico *3.1.1 Narrativas e visões preenchidas por estereótipos*, em São Paulo, predominou bilinguismo tupi-português durante todo o século XVII (Holanda, 1994, p. 155). As trocas

possibilitaram uma comunicação que trouxesse falas e expressões de diferentes indivíduos e sociedades.

Da intimidade das relações entre brancos e índios, o vocabulário brasileiro guarda vestígios ainda hoje. Entre outros, sobressaem, em particular, os termos técnicos relacionados à vida rural, e que, só por si, já assinalariam o grau apreciável da contribuição indígena em tal domínio. Se, apesar da integração de áreas paulistas no mundo de língua portuguesa, que se acentuou no decurso do século XVIII, essas expressões vocabulares continuam a prevalecer, é certamente porque o português não lhes oferecia, de modo geral, o equivalente apropriado. Da população subjugada nossa gente conserva, em realidade, não apenas numerosos vocábulos, como ainda os objetos que esses vocábulos designam (Holanda, 1994, p. 156).

Pode-se observar que Holanda (1994) pondera que o morador de São Paulo era o estrangeiro que se utilizou da presença e dos conhecimentos nativos para viver e atuar no planalto e no sertão. Contudo, ao longo de nosso trabalho, construímos uma narrativa que evidencia outra situação. O habitante da vila, filho de indígenas e portugueses, falante da língua Tupi e português, não pode ser classificado como uma personagem lusitana. Já nos primeiros anos do século XVII, podemos afirmar a existência de uma nova identidade no planalto. Essa identidade provocou dissidências não apenas entre os próprios portugueses na Europa, mas também entre os grupos indígenas do sertão. Foi o resultado de diferentes tipos de relacionamentos entre dois grupos, senão mais, que promoveu a organização e a integração de ideias híbridas, como a mistura das palavras Tupi e português.

Aqui, abre-se um parêntese em nossa discussão. O historiador, mais uma vez, desempenha um papel crucial na construção da narrativa e das ideias. É essencial encontrar um equilíbrio, pois compreender os efeitos da totalização que os processos sociais sofrem é importante. Ao mesmo tempo, deve-se procurar resgatar as práticas que sustentaram esses feitos. “Aquelas vozes cansadas que precisam do ombro amigo do historiador para se erguerem novamente, ressoando no presente, produzindo novamente efeitos de verdade e conhecimento histórico” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 251).

Nas discussões sobre a história de São Paulo, observamos que as vozes dos povos indígenas foram silenciadas e terceirizadas em diferentes abordagens históricas. Não estamos sugerindo que isso tenha sido feito intencionalmente pelos historiadores; pelo contrário, abordar um tema sem documentação abrangente é correr o risco de generalização histórica e parcialidade. No entanto, não buscar realizar todas as abordagens possíveis é também promover e propagar os silêncios históricos. Por isso a importância de observar as personagens pelo que são, sem emitir juízo de valor ou opiniões. As ações realizadas tanto por moradores de São

Paulo quanto pelos padres portugueses fazem parte daquilo que suas personagens são, daquilo que agem no momento que vivem. Por isto sua singularidade.

[...] respeitar sua diferença não é calar diante dele, contemplá-lo estupefato, não emitir discurso sobre ele; mas é emitir um discurso que respeita exatamente o que há de novo e estranho nele, que o interprete não com a pretensão de estar descobrindo a sua verdade, mas construindo uma verdade sobre ele; emitindo um discurso que não tenta enfatizar o que já se conhece dele, mas o que se desconhece; este desconhecido que é sua própria “razão de ser”, sua diferença que, em última instância, é o seu “ser” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 252-253).

Percebe-se que a função historiográfica é acompanhar as personagens e não domar. E, a partir dessa perspectiva entendemos que a história não será um processo único. As abordagens realizadas pelos jesuítas, pelos moradores, nos apontam caminhos diferentes. E, esses dois grupos sociais tiveram relações singulares com os povos indígenas. Isso significa que a narrativa de cada um também será diferente.

Apesar das nuances e do desafio, escolhemos nos aventurar na tentativa de analisar essas personagens e quais perspectivas existiram para que eles analisassem os povos indígenas num formato também diferenciado. Apesar dos nativos de Piratininga não terem produzido documentos escritos, nunca deixaram de estar presentes no cotidiano e na história. E, embora não tenhamos documentos escritos por eles mesmos, a partir das discussões anteriores percebemos sua presença no resultado da identidade de São Paulo.

Voltando à discussão inicial do subtópico, observa-se que a permanência dos conhecimentos indígenas se ligou primordialmente às questões territoriais. A aprendizagem sobre o espaço, a locomoção, a alimentação e o contato com outros povos dependeram basicamente das relações amigáveis entre os moradores de São Paulo e seus aliados nativos. Nesse caso, a língua Tupi passou a ser mais ativa do que o próprio português. Holanda (1994) aponta para a dificuldade do nativo com o português, mas sua facilidade com a realidade. “Assim também, se parece travado e, mesmo após gerações sucessivas de contato com europeus, não chega a falar corretamente língua de branco (...), mostra, entretanto, admirável desembaraço e exatidão quando imita vozes de bichos, o que lhe dá seguro proveito nas caçadas” (Holanda, 1994, p. 22). De certa forma, conseguimos observar algumas semelhanças com a população de São Paulo, que adotou a língua Tupi por um tempo considerável. As discussões diárias, os acordos e as expedições eram movidos pelo tupi.

Em síntese, nesse subtópico, ressaltamos as permanências da vivência indígena na vida de São Paulo. A organização diária do espaço esteve baseada em questões administrativas

portuguesas, na religiosidade cristã, mas também nos conhecimentos místicos dos povos nativos e nos saberes implícitos ao sertão e seus arredores. O morador de São Paulo foi resultado de diversas possibilidades.

O texto demonstra a diversidade presente numa construção identitária e considera o historiador como o guia das possibilidades. “O historiador é, afinal, um construtor do passado, nas andanças do presente. Presente e passado são caminhos a percorrer e construir, não apenas com todas as certezas, mas também com todas as incertezas, desvios, viagens frustradas, possibilidades não realizadas” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 250).

Observar a existência de diferentes indivíduos em diferentes períodos históricos não deve ser feito apenas a partir de uma documentação escrita. Não apenas isso. Deve-se evitar observar a documentação escrita num formato rígido. As possibilidades são muitas quando o historiador abre suas percepções a tudo aquilo que está implícito, que se faz presente, mas ao mesmo tempo sem ser dito com todas as palavras.

Dizemos isso porque as permanências da realidade indígena foram importantes para os moradores de São Paulo, mas nem sempre foram notadas por eles ou observadas. Assim como os portugueses, a população de São Paulo, de modo geral, também via os povos indígenas como indivíduos inferiorizados. Isso significa que assumir uma aprendizagem com povos que não estavam no mesmo nível intelectual era admitir suas dificuldades. Pelo contrário, as documentações expressam a vontade e as ações dos moradores e dos jesuítas como indivíduos que resolveram seus problemas de forma autônoma e independente. Entretanto, ao observarmos as particularidades das mais diferentes documentações, entendemos que a presença dos nativos foi genuína e essencial à sobrevivência dos moradores e da vila enquanto instituição administrativa portuguesa.

#### **4.2 A “integração” e a convivência da nova identidade no planalto de Piratininga**

Quando escolhemos analisar a vila de São Paulo dos séculos XVI e XVII, uma de nossas maiores preocupações era incorrer no eurocentrismo. Estudar este período implicaria analisar documentos deixados por indivíduos portugueses, que observaram tanto a si mesmos quanto outras sociedades num formato bastante parcial. Inicialmente, fomos tentados a trocar o objeto de pesquisa, mas algo sempre nos incomodou nesta narrativa: a narrativa dos vencedores. O silêncio das populações indígenas se fazia presente em cada parte da documentação, mas era um silêncio agitado. Apesar da ausência de protagonismo indígena nas narrativas, eles estavam presentes nas ações tomadas pelos moradores, nos questionamentos, nas aprendizagens.

Além disso, tínhamos outro incômodo em mente. As discussões sobre a construção da identidade colocavam a existência do formato de vida predominantemente português até o século XIX, quando houve o início de uma separação política que contribuiu para a formação da identidade brasileira. Incentivada pelo governo, houve a construção de narrativas heroicas, o surgimento de heróis nacionais e de modos de vida que, de acordo com essas construções, deram origem ao Brasil. Neste mesmo século, ocorreu a construção de histórias que excluíram, mais uma vez, a visão e a contribuição de várias populações. Houve um apagamento daquilo que o governo imperial não queria que fosse relacionado. O projeto de nação, mais uma vez, foi marcado por visões excludentes.

E, no montante, essas situações mencionadas nos instigavam a estudar e auxiliar a produzir uma narrativa que trouxesse as contribuições de mais de um grupo para a formação identitária de nossa nação. Inicialmente, ao lermos as fontes, percebemos como a presença indígena se fazia de forma muito sutil e ficamos com receio de produzir uma pesquisa que não tivesse uma contribuição de fato. Por isso, um dos nossos primeiros desafios foi entender que a ausência de um protagonismo das sociedades indígenas não retirava a possibilidade de estudos e análise da pesquisa. E, ao longo desses 48 meses de pesquisa acadêmica, nos organizamos para realizar uma análise que se baseasse nas diferentes visões sobre o meio, no caso, da vila de São Paulo. Com o passar das leituras teóricas, metodológicas e das fontes, fomos percebendo as pegadas deixadas por esses indivíduos que fizeram parte da formação da vila de Piratininga. E, juntamente com a pesquisa, a escrita foi tomando novos contornos e fornecendo condições para o desenvolvimento das teorias já mencionadas. Foi assim que o conceito de “integração” foi elaborado. A palavra sugere o ato de integrar ou tornar algo ou alguém a outra coisa, ou a um espaço; sinônimo de assimilação, o significado traz a ideia de junção. No caso da vila de São Paulo, houve a junção de diferentes ideias que estavam relacionadas a diferentes populações. Ideias religiosas, morais, administrativas, mas também ideias políticas e sociais.

O termo “integração” veio para direcionar a pesquisa em múltiplos caminhos. Ou seja, as contribuições ocorreram de diferentes maneiras, sob diferentes óticas. Cada personagem histórico ou grupo teve parte na elaboração das questões que marcaram o planalto de Piratininga. E, sob nossa ótica de pesquisa, observamos que não seria possível, enquanto historiadores, hierarquizar cada uma das ações e pontuar como sendo mais ou menos relevantes naquela realidade. Todos os processos e caminhos que ocorreram corroboraram para a formação da identidade da vila de São Paulo. Quando iniciamos a pesquisa, tivemos como ideia inicial propor a formação identitária do Brasil, mas fomos percebendo que a história foi feita de indivíduos e, portanto, de nuances. Seria impossível realizar uma pesquisa que identificasse

todos os grupos e indivíduos que auxiliaram no processo de formação do Brasil. Portanto, a "integração", parte da nossa metodologia, se fundamentará nos processos formativos e sociológicos da história do planalto e dos indivíduos da vila de São Paulo. Esses processos contribuíram significativamente para a identidade do Brasil, embora não tenham sido os únicos fatores que a moldaram.

A história deve ser capaz de construir problemas e hipóteses, pois não se faz em absoluto, mas sim a partir da vida e dos seres vivos imersos em determinado período. Baseados nas discussões de Chartier (2007)<sup>44</sup> e de outros autores, é que sentimos segurança para estudar e observar a realidade seiscentista e setecentista com o máximo de suas particularidades e ações dos diferentes indivíduos. A construção da vila de São Paulo deve estar articulada com as produções simbólicas e as experiências estéticas subtraídas à urgência do cotidiano, como as linguagens, os rituais e as condutas a partir dos quais uma comunidade vive e reflete seu vínculo com o mundo, com os outros e consigo mesma (Chartier, 2007).

Nesse caso, percebemos que com o contato de diferentes povos, a vila, no seu início, produziu suas representações simbólicas individualmente, de acordo com as novas experiências que vivenciou. O início do território conhecido como vila de Piratininga se conecta com a chegada dos portugueses, mas as construções, as linguagens, os rituais e as condutas foram sendo desenvolvidos com o passar dos anos. Os moradores tinham regras que deveriam cumprir, hábitos a seguir, mas o cotidiano possibilitou novas ideias sobre a realidade; as sociedades nativas compartilharam novas visões de mundo. O processo de integração, dessa forma, foi tomando formatos particulares.

Um fato incômodo que enfrentamos durante nosso processo de pesquisa acadêmica foi observar as nuances da pesquisa histórica nos livros didáticos. Como docentes da Educação Básica no Brasil, percebemos como o meio acadêmico da História não se conecta com a Educação Básica, nem com as informações recebidas pelos alunos nas escolas. As informações que são transmitidas aos alunos nos livros de história continuam sendo aquelas formuladas no período pós-imperial, com algumas poucas modificações. Consideramos essa realidade um problema metodológico, uma vez que a Educação Básica representa uma forma de produção de conhecimento acessível à maior parte da população escolarizada no nível fundamental (Abud, 2004).

---

<sup>44</sup> Roger Chartier é um historiador francês vinculado à quarta geração da Escola dos Annales. É atuante no campo da história cultural.

Em meados do século XIX, a História acadêmica e a História enquanto disciplina escolar possuíam objetivos semelhantes. Katia Maria Abud, doutora em História Social e professora aposentada, publicou um artigo no qual abordava essa temática:

Nesse momento, em que o Brasil se estruturava como nação, após a Independência de 1822, a História acadêmica e a História disciplina escolar se confundiam em seus objetivos, pois a nacionalidade era uma grande questão posta à sociedade brasileira. As classes dirigentes se atribuíam o direito de escolha do passado, visto como um caminho percorrido pela humanidade em direção ao progresso, iluminado pelo conceito de nação. A História era o estudo das mudanças e, no final do século XIX, era um método científico e uma concepção de evolução: ela se desenvolveu buscando o fortalecimento do Estado, conformação material da nação (Abud, 2004, p. 30).

A construção da História do Brasil foi meticulosamente planejada, fundamentando-se nas ideias de formação étnica e na contribuição dos brancos, negros e indígenas para a identidade nacional, com especial ênfase nos brancos. De acordo com Certeau (1974), essa produção intencional da história por grupos específicos acaba por anular e excluir uma diversidade de possibilidades.

O retorno às “decisões” pessoais era efetuado tendo como base dois postulados. Por um lado, isolando do texto historiográfico um elemento filosófico, “supunha-se uma autonomia da ideologia”: era a condição de sua extração. Uma ordem de idéias era posta à parte da prática histórica. Além do mais (mas as duas operações são paralelas), marcando as divergências entre os “filósofos” que eram descobertos sob seus mantos de historiadores, referindo-se ao insondável de suas ricas intuições, fazia-se com que esses pensadores se tornassem um “grupo isolável de sua sociedade” sob o argumento de sua relação direta com o pensamento. O recurso às opções pessoais fazia com que entrasse em curto-circuito o papel exercido sobre as idéias pelas localizações sociais. O plural dessas subjetividades filosóficas produzia de imediato o discreto efeito de conservar uma posição singular para os intelectuais. Sendo as questões de sentido tratadas “entre eles”, a explicitação de suas diferenças de pensamento vinha gratificar todo o grupo com uma relação “privilegiada” com as idéias. Nenhum barulho de uma fabricação, de técnicas, de opressões sociais, de posições profissionais ou políticas perturbava a paz dessa relação: um silêncio era o postulado dessa epistemologia (Certeau, 1974, p. 19-20).

Percebe-se que houve a produção de uma história isolada, onde se analisou a formação nacional sob um único viés. Por isso, a existência do silêncio, que ainda permanece em momentos atuais, em diferentes construções históricas. A história do Brasil formulada no século XIX destacou o papel crucial dos portugueses na organização territorial, a importância das instituições municipais, o papel dos jesuítas e o processo de catequização. A narrativa histórica foi moldada como um processo linear, onde os eventos ocorreram em uma sequência lógica,

com objetivos iniciais e suas consequências. Todo esse processo visava cultivar um sentimento de identidade nacional, evitando regionalismos.

A linearidade do processo histórico e o distanciamento do locutor, aparentes na listagem premiada de Von Martius, foram apropriados pelos organizadores/produtores da História como disciplina escolar. A relação dos temas é familiar aos professores de História. Incorporados pelo ensino, tornaram-se dominantes e em torno deles gravitavam as variações recorrentes, que os mantiveram presentes, até a atualidade nos currículos, propostas e programas escolares (Abud, 2004, p. 31).

Apesar do artigo ter sido publicado há vinte anos do tempo em que esta pesquisa está sendo conduzida, permanece atual. Enquanto pesquisadores acadêmicos, mas também professores do ensino básico, sentimos um incômodo constante ao perceber que a pesquisa acadêmica não consegue chegar aos livros didáticos na velocidade com que elas são produzidas. Apesar das sanções das leis 10.639/03 (BRASIL, 2003), que obriga o ensino da história africana nas escolas, e 11.645/08 (BRASIL, 2008), que tornou obrigatório também o estudo da história e das sociedades indígenas, os livros continuam perpetuando a mesma noção histórica do século XIX. É verdade que há capítulos que abordam essas duas temáticas, mas continuam tendo um caráter secundário, oscilando ao redor da temática principal: o processo de colonização dos portugueses. De acordo com Abud (1997), a busca pela origem da identidade do Brasil promoveu aos pesquisadores uma análise que utilizou o contato dos portugueses com os diferentes povos como fator para a organização territorial e identitária. Entretanto, não houve uma preocupação genuína em acompanhar as transformações dessas populações, e os utilizaram como personificações congeladas no tempo.

A busca das origens do povo brasileiro, personificação da nação, articula a referência a uma comunidade singular, com aspectos que lhe são característicos e que se origina de três outros povos, dos quais a base seria formada pelo português, com quem no Brasil teria aportado a civilização. O *silvícola brasileiro* era apresentado ainda com os traços que o Romantismo havia lhe dado - um aspecto heróico de um povo que já havia desaparecido, a quem os manuais se referiam exclusivamente no passado. “Apreciavam os adornos, (...) e cobriam seu corpo (...) andavam nus” (GOMES). Dispensava-se ao índio, um dos vértices do triângulo étnico do Brasil, um tratamento que eliminava a sua existência contemporânea. O índio, objeto dos livros didáticos, era ainda o nativo encontrado pelos portugueses no século XVI, não o índio degradado pela conquista européia que persistia em sobreviver nos séculos posteriores. Esse índio não poderia ser uma das raízes, mas poderia simbolizar as nossas origens, o “bom selvagem”, mitificado nas páginas de José de Alencar, Gonçalves Dias e de outros escritores indianistas. Esse “selvagem” com código de honra medieval, de físico semelhante ao do homem branco, seria o índio de quem os livros didáticos falavam, como se já tivesse

completamente desaparecido e sem nenhuma relação com seus vilipendiados descendentes contemporâneos (Abud, 2004, p. 36-37).

Novamente, a utilização das populações indígenas foi considerada para justificar a formação identitária, mas ignorada na contemporaneidade. No século XIX, procurava-se encontrar uma unidade étnica, no caso, a branca, para a população, tentando transformar a miscigenação num processo de branqueamento, e pontuava a participação de africanos e indígenas como “influências” na formação identitária principal dos brancos.

No caso da região de São Paulo, a formação indígena não pode ser descartada. Nesse período, chegou-se a considerar que foi nessa região que surgiu uma identidade que não era superior, mas não era inferior.

O componente de nobreza da nossa formação viria do índio, que não teria aceitado a escravidão, que enfrentava bravamente os obstáculos da floresta e os inimigos. Historiadores de renome, como Alfredo Ellis Jr. (professor catedrático de História do Brasil na USP e autor de livro didático), afirmavam que no planalto de Piratininga, onde se localiza São Paulo, havia se formado uma “sub-raça superior, a planaltina”, resultante do cruzamento entre portugueses e índios. Por isso tudo, os livros didáticos, de acordo com a orientação dos currículos, dedicavam grande espaço aos primeiros habitantes abordando o tema inspirados nas linhas das publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Os textos davam grande importância às origens dos habitantes da América pré-colombiana, à distribuição dos grupos pelo Brasil e ao seu estágio cultural no momento do encontro com os portugueses. Procurava-se valorizar a produção indígena encontrada na pesquisa arqueológica, que mais parecia “produto da indústria adiantadíssima de povos civilizados do que artefatos de bárbaros” (Abud, 2004, p. 37).

Essa discussão se faz fundamental em nosso processo de pesquisa, pois foi por meio do descontentamento com esse tipo de discurso - e de outros fatores - que nos sentimos incentivados a produzir uma pesquisa que trouxesse uma nova abordagem. Nesse caso, consideramos o processo histórico da vila de São Paulo particular, com diferentes características a partir de cada um dos grupos estudados. Diferentemente do professor Alfredo Ellis Jr., não percebemos a vila de São Paulo como um subgrupo, mas sim como resultante do que a população produziu por meio de diferentes percepções, ações e ideais, de acordo com o contato que tiveram nas mais diferentes situações.

Antes de saber o que a história “diz” de uma sociedade, importa analisar como ela aí “funciona”. Essa instituição inscreve-se num complexo que lhe “permite” somente um tipo de produções e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar “torna possível” determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas “torna” outras “impossíveis”; exclui do discurso o que é sua condição num dado momento; desempenha o

papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Indubitavelmente essa combinação entre a “permissão” e a “interdição” é o ponto cego da pesquisa histórica, e a razão pela qual ela não é compatível com “não importa o quê”. É igualmente sobre essa combinação que age o trabalho destinado a modificá-la (Certeau, 1974, p. 27).

Ou seja, é importante que essa observação se faça presente em nosso trabalho para não apenas demonstrar a percepção desse apagamento histórico ocorrido nos séculos anteriores, mas também a permanência de questões que necessitam de urgentes reformulações em algumas áreas do saber histórico, principalmente para a população.

A discussão que trouxemos em nosso trabalho destaca a importância de evidenciar a necessidade de a produção acadêmica em História analisar o permanente afastamento dos livros didáticos das discussões históricas atuais e ponderar soluções para essa questão. Reconhecemos que a produção de livros didáticos transcende a mera transmissão de conhecimento, sendo influenciada por diversos fatores, sejam eles políticos ou econômicos, que, embora não sejam o foco atual de estudo, desempenham um papel substancial na organização e distribuição desses materiais. Contudo, compreendemos a importância deles, pois continuam sendo o meio pelo qual a maioria da população entra em contato com a história do Brasil e suas diversas camadas de identidade.

Acreditamos que os livros didáticos representam uma forma ativa de contribuir para a mudança na narrativa histórica. Conscientes de que professores e historiadores estão empenhados nesse esforço em vários setores da sociedade brasileira, as produções acadêmicas do Brasil apontam para uma narrativa histórica mais inclusiva, permitindo a disseminação de outras vozes além das já mencionadas<sup>45</sup>. No entanto, destacamos que essa realidade persiste na produção desta pesquisa acadêmica. Essa constatação nos impulsionou a contribuir para a geração de novas concepções e perspectivas. Embora estejamos explorando o mesmo objeto de estudo de muitos outros pesquisadores, a análise das formações identitárias, a mudança no olhar historiográfico nos permite obter novas percepções, buscando uma história que evidencie a presença e as ações dos diferentes povos.

Uma das discussões propostas por Holanda (1994), Prado Jr. (1961) e outros historiadores dos séculos XIX e XX é que as problemáticas presentes na sociedade portuguesa destacaram-se na vida e na formação da sociedade brasileira, acima de qualquer outra. Para

---

<sup>45</sup> Destaco também a presença do professor historiador, que não apenas leciona na Educação Básica, mas participa ativamente das discussões acadêmicas universitárias. Esse indivíduo transita habilmente entre esses dois ambientes e consegue perceber as nuances tanto das discussões teóricas quanto das abordagens pragmáticas nos livros didáticos. Posso afirmar que faço parte desse grupo.

esses pesquisadores, a organização brasileira recebeu significativas contribuições dos estrangeiros. Mesmo ao abordar os diferentes grupos nativos, os autores os situavam em níveis nitidamente inferiores aos europeus, como evidenciado na citação abaixo:

O adventício tinha de ficar quase inteiramente à mercê dos expedientes inventados pelo selvagem, pois o equipamento técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo. Os frutos da lavoura não encontravam mercado amplo ou acessível para seduzir a ambição dos moradores da terra. E assim, as mesmas razões que condenavam esses homens à instabilidade, reduziam-nos frequentemente à dependência imediata da natureza. De onde naturalmente a espécie de solidariedade cultural que logo se estabeleceu aqui entre o invasor e a raça subjugada (Holanda, 1994, p. 34).

Esse trecho demonstra como os historiadores retratavam os habitantes do território como selvagens, e os caracterizavam como inferiores por não terem uma organização social semelhante à dos europeus. No entanto, na mesma citação, evidencia-se como os indígenas contribuíram para o processo de organização dos portugueses de várias maneiras. Embora historiadores como Holanda (1994) reconhecessem a importância dos indígenas no primeiro contato com os portugueses, a ideia predominante é que, após essa fase inicial, os portugueses passaram a dominar o espaço sem mais interações ou aprendizados com os povos nativos.

Caio Prado Jr. (1961) não compartilha exatamente a mesma perspectiva de Holanda (1994). Para ele, os moradores que viviam aqui residiam em territórios primitivos e em número reduzido, sendo incapazes de oferecer algo de proveito aos portugueses. Segundo o autor, a colonização teve início quando os portugueses perceberam a necessidade de cultivar nos locais para a venda e troca de produtos posteriormente.

Nestas condições, “colonização” ainda era entendida como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses; holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante; como portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem o seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí (Prado Jr., 1961, p. 18).

O trecho destaca o posicionamento de Prado Jr. sobre a visão europeia dos territórios durante as expedições comerciais ao Oriente. Nesse contexto, a ideia de povoar a América surgiu como uma necessidade estratégica. Conforme a citação sugere, as práticas coloniais diferiam nas relações com o Oriente e a América. Também é notável a minimização das contribuições e do potencial de auxílio das populações nativas no empreendimento europeu.

Nossa crítica aos autores não recai somente sobre os apontamentos feitos, uma vez que o propósito deles era relatar as ações dos portugueses e suas repercussões no território brasileiro. Contudo, ambos não abordaram adequadamente os posicionamentos e contribuições de outros grupos nativos, produzindo certo esquecimento histórico e que foi reproduzido posteriormente por outros autores, inclusive àqueles que produzem os livros didáticos do Ensino Básico brasileiro.

Se focalizarmos exclusivamente as questões administrativas e religiosas portuguesas, naturalmente, haverá uma ênfase nas ações dos lusitanos. No entanto, é necessário reconhecer outras dinâmicas. A observação da transformação da religiosidade no território de Piratininga revela muito sobre a identidade dos habitantes. As características essenciais não estão apenas nas questões administrativas, mas nas manifestações cotidianas que definem um povo.

Nesse contexto, Holanda (1994), reconheceu a influência dos nativos na organização de São Paulo, afetando as práticas dos residentes. “Isso só se tornou possível, em grande parte, dada a circunstância de, em São Paulo, mais do que em outras regiões brasileiras, terem permanecido longamente vivas e fecundas as tradições, os costumes e até a linguagem da raça subjugada” (Holanda, 1994, p. 77).

No âmbito do misticismo, as ideias dos curandeiros das aldeias foram incorporadas ao cotidiano, inclusive pelos padres, que aliaram esses conhecimentos para garantir a sobrevivência.

O poder da cura estava em contato direto com o misticismo. Falando sobre os ossos da perna esquerda das anhumas, demonstra inúmeras utilidades que se faziam com ela. Raspados em água e dados a beber, curavam os picados de cobras venenosas. Tal a sua eficácia, que até os mudos davam o dom da palavra, como aconteceu a um menino, que entrou a falar, segundo refere o padre Fernão Cardim, depois que lhe puseram ao pescoço um desses talismãs (Holanda, 1994, p. 83).

A narrativa de Holanda (1994) revela não apenas a crença na capacidade curativa desses elementos, mas também sua utilização até mesmo por padres portugueses. Isso significa que o misticismo - aqui entendido como práticas e costumes das sociedades nativas do território -

passou a ser incorporado na vivência dos moradores europeus. Portanto, para adotar essas práticas, é necessário conhecer, dialogar e trocar experiências com outros grupos. Ao nosso ver, apesar de os portugueses se colocarem como superiores em todos os momentos desse processo, narrativas como esta indicam a presença, mesmo que velada, e a importância da vivência indígena na nova identidade que estava para se formar.

Dessa forma, nos dois próximos subtópicos, exploraremos as relações que se estabeleceram entre os moradores. Inicialmente, analisaremos a integração política, ou seja, as ações dos habitantes de São Paulo que evidenciam modos de agir semelhantes aos da sociedade portuguesa. Após essa avaliação, nos dedicaremos à integração social, que envolve as ações dos moradores apontando para afinidades com as vivências indígenas. Essas formas de integração propiciaram o surgimento de uma realidade singular, única em sua distinção. Essa realidade desenvolveu seus próprios processos sociais, dando origem a ramificações e diferenciações, conforme é comum em sociedades que interagem com diversos grupos ao longo do tempo.

#### 4.2.1 A “integração” política no território do planalto

Esta seção propõe investigar os diversos processos de “integração” política, ações que ocorreram na realidade de São Paulo relatadas sob a ótica dos oficiais da Câmara. Ao examinar as dinâmicas administrativas na vila, bem como as ações contínuas e aquelas destoantes, buscamos lançar luz sobre os mecanismos e desenvolvimento do processo identitário local. No processo histórico, isso significou que as ações foram semelhantes às desejadas pela Coroa portuguesa, a organização é análoga, os ofícios e as normativas, mas quando observadas com suas particularidades, percebemo-las se distinguir e tomar para si especificidades únicas, inerentes do espaço.

As ações dos moradores registradas nas atas da Câmara possuem novas características e roupagens, entendidas como resultantes desse processo de “integração”. Assim, a partir do contato, da realidade e da vivência, as ações administrativas que surgiram com base nas ideias portuguesas foram adquirindo particularidades específicas à vila de São Paulo e, portanto, serão alvo de nossa análise. Ao final das próximas análises, almejamos avaliar como essas ações contribuíram para a formação mais coesa da identidade local e a própria percepção desses indivíduos em relação às demais vilas portuguesas e à administração colonial.

Empregamos o termo “integração” política para abordar as ações lusitanas porque percebemos que a vila foi organizada a partir desse viés, de construção e organização política.

Nesse sentido, as ações políticas terão maiores influências dos conhecimentos cristãos ocidentais, já que foram eles quem propuseram essas diferentes estruturas, idealmente semelhantes às utilizadas na Europa.

Ao utilizarmos o termo “integração” política, inicialmente o leitor poderá entender que ele se refere ao processo de unificação ou coordenação de elementos diversos dentro de uma estrutura política comum. No contexto histórico, o termo pode envolver a ideia de incorporação de sociedades ou territórios sob uma única autoridade política. Desde quando desenvolvemos nossa metodologia, percebemos que o termo “integrar” não conseguia fazer jus à teoria proposta, por todas as significações citadas anteriormente. Mas era o que chegava perto do nosso objetivo, e por isso decidimos utilizar o termo entre aspas para confirmar nossa consciência da inexatidão do significado.

A ideia de “integração” política em nosso trabalho propõe a união de dois conceitos essenciais. O primeiro refere-se à ideia de que houve estratégias visando consolidar o poder político no planalto de Piratininga. Em segundo lugar, a concepção também abrange as ações que ocorreram e que, teoricamente, encaixavam-se na organização política do território de São Paulo. No entanto, em nossa percepção, essas ações já incorporavam novas ideias, oriundas das iniciativas individuais dos moradores no sertão, das mudanças de mentalidade e da vivência. Em outras palavras, a população do planalto colocou em prática ações relacionadas à sua vivência a partir da política da Câmara, e, portanto, distintos daqueles que haviam sido planejados pela Coroa portuguesa.

A fim de corroborar nossa tese, dividiremos nossa discussão em cinco temáticas relevantes que nos auxiliarão a comprová-la. Abordaremos a relação da Câmara com as ordens da administração central, a mudança identitária dos moradores em relação ao papel das mulheres e a diminuição da importância do muro da vila na vida das pessoas. Ademais, discutiremos as ações que ocorreram no sertão e interferiram na vila. Ressalta-se que, inicialmente, os acessos ao sertão eram proibidos, e, portanto, analisaremos como as ações camaristas se posicionam diante dessas situações. Por último, examinaremos uma situação que consideramos como a que verdadeiramente valida nossa metodologia de “integração” política: a expulsão dos jesuítas da vila de São Paulo. Observaremos as justificativas fornecidas pelos camaristas em nome dos moradores, bem como a reação dos padres diante da situação e como isso interferiu no processo de organização do território.

À medida que a vila expandia seu território, a Câmara ampliava sua influência no espaço. Os oficiais, com base em diferentes aspectos, registravam as transformações territoriais e ideológicas dos moradores. Seja nas ações administrativas ou na recusa em acatar uma ordem

proveniente da Coroa portuguesa, é possível observar que São Paulo validava seu modo de vida no sertão por meio de diversas justificativas. Uma delas estava relacionada à ausência de produtos lusitanos no território. Ou seja, diante da comum carência de itens essenciais para a sobrevivência do ideal português, dificultada pelo isolamento dos povos no interior, os moradores se viram obrigados a intervir. Nesse contexto, os oficiais relatam em suas reuniões que os moradores frequentemente não tinham alternativa senão lutar para obter produtos ou garantir sua sobrevivência.

Nesse caso, uma das reuniões de 1623 abordou exatamente a questão da ausência. Apesar de terem recebido uma ordem do capitão para que os moradores o encontrassem nas vilas litorâneas, utilizando os caminhos marítimos, o procurador do conselho informou aos líderes que isso não seria possível. Segundo a reunião, a vila não deveria ser penalizada por não cumprir a determinação, uma vez que a maioria dos homens estava no sertão.

E logo pelos ditos offisiaes foi detreminado a requerimt<sup>o</sup> do pd<sup>or</sup> do cõselho que esta villa estava despejada pellos moradores serẽ idos ao sertão pella qual rezão se não podia fazer o caminho do mar per não aver gente pera o poder fazer cõforme esta mandado pellos capitulos de coreicão e que ã vindo os ditos moradores se faria o dito caminho na forma que estava md<sup>o</sup> perq̄ doutra manera não era possivel fazerçe pelo que protestavão de não ãcorerẽ ã pena algũa perqt<sup>o</sup> per parte delles offisiaes não deixava de se fazer [...] (Actas, 1915b, p. 41).

Conforme a vila amplia sua influência, nota-se uma transformação no comportamento dos moradores, que se tornam mais ativos ao priorizar a realidade local em detrimento das obrigações impostas pela Coroa. Percebe-se que as atas frequentemente serviam como instrumento utilizado pelos oficiais, em nome da maioria da população, para justificar as idas e vindas ao sertão, mesmo sendo atividades proibidas por lei. Essa postura caracteriza um processo de “integração” política, pois os moradores se recusam a agir conforme as exigências da Coroa, insistindo no distanciamento geográfico como justificativa para suas decisões. Esse fenômeno evidencia a resistência às imposições externas e a busca por autonomia, como registrado nas atas. Com a destacada presença de um expressivo número de homens que deixaram a vila em direção ao sertão em busca de riquezas e esse fato documentado em registros oficiais, compreendemos como as ações dos moradores adquiriam contornos próprios e individuais do espaço em que viviam.

Enquanto historiadores, reconhecemos a parcialidade das atas e entendemos que a fala dos oficiais pode ser apenas uma justificativa para evitar a execução da ordem de construir os caminhos - as estradas que ligavam a vila a outras da capitania - e não gastar os recursos da

população em algo que, naquele momento, não era tão relevante para a realidade local. De qualquer forma, os camaristas comunicam às autoridades centrais que o povo não cumprirá a ordem, solicitando que não sejam penalizados com multas, e comprometendo-se a realizar a construção quando os demais moradores retornarem de suas incursões ao sertão.

Devido a essa dinâmica local, enquanto os homens exploravam o interior, as mulheres permaneciam relativamente isoladas em suas residências na vila ou na roça<sup>46</sup>. Esse processo concedeu certa autonomia feminina, se comparada às limitações de gênero preexistentes no período colonial. Na reunião de 14 de junho de 1586, os oficiais cobram esse posicionamento das mulheres, para que as ações da Câmara sejam cumpridas, mesmo com a ausência dos homens, indicando que seriam elas responsáveis por realizar tais tarefas.

Aos quatorze dias do mes de junho de m d e oitenta e seis anos se ajuntarão en camara os vereadores deste ano e o juiz fernão diaz e fran<sup>co</sup> sanchez percurador do c<sup>o</sup> p<sup>a</sup> praticarẽ sobre as cousas do governo da terra / e logo o dito percurador requereu aos ditos officiaes q̄ acodisẽ as pontes fontes e caminhos e mays cousas q̄erão obrigados porq<sup>to</sup> estão denificados e tapados e era ben da repubrica e honrra sua estarẽ concertados e ben ordenado e os ditos officiaes responderão q̄ os caminhos e pontes estavam repartidos p<sup>a</sup> menor apesão do povo e alẽ diso q̄ toda a gente do povo estava ausente da capt<sup>a</sup> cõ o capitão jer<sup>o</sup> leitão q̄erã hidos a guerra e não fiquarão sinão molheres e q̄ por esta rezão por ora se não podia proveer nas pontes e q̄ todavia fose notificado as molheres dos homes a quẽ estavam repartidas as taes pontes e cõprisẽ con sua obrigação e q̄ quanto a ponto do rio tomendoai a mor parte da gente a quẽ estava repartida estava na villa e termo e q̄ elles a podião fazer se della tinhão necessidade e cõ isto os ditos o officiaes o asinarão aqui [...]  
(Atas, 1967, p. 297).

Com base nessa reunião, algumas resoluções podem ser identificadas. Essa ata revela a tomada de decisões práticas relacionadas à infraestrutura local, considerando as circunstâncias da ausência dos homens devido à guerra. O procurador solicitou atenção imediata para a manutenção das pontes e caminhos danificados e nesse contexto, compreendemos que, devido à vasta área verde, os moradores precisavam cortar árvores e matos que obstruíam os caminhos. O crescimento contínuo da vegetação exigia uma manutenção constante, uma necessidade

---

<sup>46</sup> Temos ciência de que já abordamos a situação e a relativa autonomia das mulheres no início de nossa tese. Contudo, decidimos incluir essa discussão de forma mais destacada no quarto capítulo para corroborar com nossa metodologia. Evidenciamos ao leitor, sempre que possível ao longo de toda a obra, as diversas ações cotidianas que comprovassem diferentes formas de "integração". Apesar de não nos aprofundarmos nessa teoria como estamos fazendo agora, tivemos como objetivo criar uma narrativa neste formato para que, ao chegar à última parte, o leitor já tivesse certa familiaridade com a ideia, mesmo não tendo conhecido de fato o termo e todas as suas implicações. Como não é nosso propósito realizar discussões aprofundadas sobre o cotidiano das mulheres em São Paulo neste trecho, sugerimos ao leitor que deseje compreender melhor as organizações diárias das mulheres na vila de São Paulo voltar à leitura do subtópico do início, intitulado *1.1.2 A Câmara enquanto espaço de interiorização*.

recorrente em vários momentos na vila de São Paulo e registradas nas reuniões. Por essa razão o procurador argumentou que a preservação desses caminhos era de grande importância e honra para os moradores.

Em contrapartida os oficiais informaram que muitos homens estavam ausentes da vila devido à sua participação, acompanhados pelo capitão Jerônimo Leitão, na guerra contra grupos indígenas locais. Diante desse impasse, os oficiais reconheceram as barreiras existente, mas a partir disso, adotaram uma medida interessante: notificaram as mulheres desses homens. Elas quem seriam responsáveis pela manutenção das pontes, cumprindo as ordens dos oficiais.

Como resultado da vivência, os oficiais autorizaram a administração dos filhos e da fazenda do marido pelas esposas enquanto eles ficavam ausentes. Representantes de suas famílias, elas gerenciavam o gado, o cultivo da terra e os escravizados, constituindo seus patrimônios financeiros. Em situações como o falecimento do patriarca, as famílias de São Paulo transferiam a responsabilidade para a viúva. Em um contexto marcante desse período, para evitar a fragmentação das propriedades, as mulheres senhoriais casavam novamente ou procuravam manter o controle dos bens para não prejudicar a produção familiar (Lima, 2006).

Esse momento evidencia uma forma peculiar de “integração” política. Na rotina cotidiana portuguesa, as mulheres não participavam de decisões ou de ações práticas na política e no trabalho. Contudo, na vila de São Paulo, esse processo foi um pouco diferente desde cedo. As mulheres assumiram mais funções do que em muitos espaços lusitanos, devido à ausência constante dos homens no dia a dia. Além disso, muitas delas tinham descendência dos povos originários, o que também influenciou suas ações no território. As mulheres desempenharam papéis, ainda que restritos pela ausência dos homens, como organizadoras e líderes do espaço em que viviam em São Paulo. A “integração” política, nesse sentido, aponta para novas oportunidades em relação à identidade feminina em São Paulo.

Além de influenciar a transformação na percepção das mulheres enquanto personagens ativas no planalto, as incursões dos homens ao sertão deixaram outras marcas na identidade de São Paulo. Uma dessas marcas foi o desenvolvimento de casas para além dos muros da vila, no sertão. Já discutimos anteriormente o papel significativo que o território para além do espaço de São Paulo desempenhou na proposição de novas identidades. No entanto, a Coroa portuguesa exigia que os moradores se mantivessem nos limites administrativos da vila, excluindo seu acesso a outros territórios e até mesmo a outros povos. Sabemos que isso não foi obedecido. No exemplo a seguir, podemos observar uma tentativa da Câmara de organizar as terras para além do muro, terras que teoricamente não deveriam estar sob posse dos moradores. É aqui que a “integração” política mais uma vez se manifesta.

Aos quinze dias do mes de dezebro hera de mill e quinhentos e hoitemta e quatro anos nesta vila de são paulo do campo nas pouzadas do vreador mais velho jorge moreira por não aver quaza do cõselho forão juntos os hofisiais comvem a saber ho dito jorge moreira vreador e fr<sup>co</sup> pr<sup>a</sup> juiz e alvro neto procurador do cõselho e não se achou prezemte ãt<sup>o</sup> de proêça vreador por estar doemte hos hofisiais sobreditos se ajuntarão p<sup>a</sup> ordenarem allgumas couzas p<sup>a</sup> ho bem e proll do povo a requerim<sup>to</sup> do dito procurador e loguo na dita camara a requerim<sup>to</sup> do procurador do cõselho por ele foi requerido que suas merces provesẽ todos hos moradores que tnhão tera fora dos muros mãedasem suas merces com hũa serto pena q mãdasem quarpir e alimpar ao longo dos muros da vila quada vezinho simco brasas dos muros afora cõ pena de sem rs e em que os ão por comdenados p<sup>a</sup> hobras do cõselho e ho quarpirão por toda esta somana que vẽ ãtes da festa de hoitemta e quatro e de como asi ho mãdarão ho asinarão aqui eu jm<sup>o</sup> masiell na dita quamara respondi de escrivão da quamara deste dia p<sup>a</sup> todo sempre por me não achar auto e sofisiête p<sup>a</sup> ho servir pelo quall desisto do dito quareguo e me asinei aqui de meu sinall e de como asi desisti do dito hofisio eu jm<sup>o</sup> masiell escrivão que esto escrevi - jm<sup>o</sup> masiell - não quizerão asinar por eu desistir dos hofisios (Atas, 1967, p. 251-252).

Uma das reuniões de dezembro de 1584 confirma que, de fato, existiam moradores para além da vila. No entanto, isso não significava que eles estavam isentos de cumprir as ordens da Câmara ou da Coroa. Aqui, os oficiais propõem que esses moradores também auxiliem na organização do território, limpando e desmatando as áreas próximas ao muro, sob pena de multa. Eles deveriam realizar essa tarefa durante toda a semana antes da festa que iria acontecer. Aqui, a “integração” política ocorre quando os camaristas percebem a necessidade de organizar o território, mesmo aquele que era proibido por lei. Assim, aqueles que viviam fora da vila também deveriam cumprir suas obrigações, assim como todos os outros.

A citação ainda demonstra que o escrivão que estava registrando a reunião desistiu do cargo, alegando que não era o suficiente. No entanto, entendemos também que talvez, para sua vivência, ser escrivão não fosse tão vantajoso quanto realizar outros tipos de trabalho. Vale lembrar que a escrita nesse momento não era tão valorizada em São Paulo, o que nos leva a mais uma instância de “integração” política, onde as obrigações administrativas eram menos relevantes do que as ações práticas no território.

Outra marca deixada pelas saídas ao sertão foi o desencontro. Até o final do século XVI, devido ao reduzido número de moradores, estes tinham, de certa forma, uma representatividade mais ativa. Os camaristas também eram moradores e levavam para as reuniões situações de comum acordo da maioria dos homens da vila. À medida que a vila foi crescendo, ampliando seu território e população, surgiram ideias distintas sobre determinadas ações. Alguns

concordavam, outros não, e por isso a Câmara passou a ter mais importância, uma vez que os moradores precisavam fazer parte dela para organizar melhor o território.

No século XVII, a abordagem na Câmara trará essas questões. Fica evidente que os oficiais do ano demonstram insatisfações com os próprios moradores, aplicando multas e prisões quando necessárias. As atas destacam a desobediência de moradores a diferentes ordens, seja de Portugal, seja dos próprios camaristas. Um exemplo disso foi relatado em fevereiro de 1607, quando houve a convocação de uma reunião e muitos vereadores do ano não estavam presentes. Foi necessário chamar oficiais dos anos anteriores para discutir sobre as idas ao sertão.

Aos onze do mes de fevereiro da era de seissentos e sete anos se ajuntarão os ofisiais da cmara desta vila de S. Paulo p<sup>a</sup> acordarem couzas do ben cumun e p<sup>r</sup> não estaren os ofisiais juntos na vila chamarão o breador do ano pasado luis fez e o procurador do conselho do ano pasado fr<sup>co</sup> de siqueira com o breador d<sup>os</sup> luis e o juiz ordenairo domingos dias e estando asi juntos pelo breador d<sup>os</sup> luis que ele era sabedor que avia gente que hya ao sertão carijo ao resgate com m<sup>to</sup> resgate e tendas de fereiro con dizeren que yão as pazes e que nada estava asertado nem consertado com a camara desta vila nem tinhão selebrado nada o que tudo não plesia bem que podia resultar do cauzo m<sup>tas</sup> couzas en prejuizo do povo: e loguo pera daren seus pareseres mandarão ajuntar os moradores e omes bons pera sobre iso tomaren o melhor pareser e loguo p<sup>r</sup> todos os que aqui estão adiante asinados diserão que não era ben iren la com resgate nem outras couzas a levarenlhe o nesesario que eles com ele enterese se quererão vir e se la lhe levasen o nesesario não virião e se podião arepender e que estaa esta vila en fronteira que não resultase outras couzas malfeitas e que requerião aos ditos ofisiais da camara não deichasen ir ningen ate escreveren ao capitão que viesse a consertar estas couzas [...] (Actas, 1915, p. 188-189).

A reunião aponta para várias fragilidades existentes no planalto. A primeira delas é a falta dos vereadores na Câmara. Um dos primeiros questionamentos nossos é se esses vereadores faltosos, não estariam eles mesmos, descumprindo a lei e participando das expedições. Infelizmente, não conseguimos obter uma resposta sobre isso, mas é algo que seria possível conjecturar diante de todas as circunstâncias.

A segunda fragilidade exposta está relacionada às incursões ao sertão. Embora as expedições não fossem autorizadas, eram frequentes as saídas de diversos moradores. O vereador Domingos Luis registrou que, apesar de alegarem estar explorando o sertão, essas iniciativas não tinham a aprovação da Câmara. Para reforçar sua petição, ele se reuniu com outros homens da vila, que assinaram um documento concordando que tais expedições não deveriam ocorrer, pois inevitavelmente causavam prejuízos para toda a comunidade. Esses danos incluíam ataques de grupos indígenas ao território, como retaliação às ações realizadas no sertão, além do desguarnecimento da vila pela falta de homens.

Essa ata nos aponta para uma “integração” política e uma dualidade de questões. A vila passou a representar diferentes grupos, dentre eles aqueles que respeitavam as ordenações portuguesas e aqueles que não as viam como proveitosas. A ata nesse sentido serviu como uma justificativa de alguns ao dizer que não eram todos os moradores que estavam fazendo expedições ao sertão. A “integração” aponta para um momento em que os indivíduos da vila estão produzindo ações não somente com base nas leis portuguesas, mas de seus interesses.

Situação semelhante ocorreu em 1640, mas os oficiais deixaram mais detalhes do porquê as entradas geravam diversos prejuízos na vila de São Paulo:

Aos tres dias do mes de marso de mil e seis sentos e corenta anos nesta vila de são paulo en camara viero ahy o ouvidor geral desta repartição do sul ho ld<sup>o</sup> simão alves de la penha pera faser coreisão de que fis este termo amrbosio pr<sup>a</sup> t<sup>am</sup> que o escrevi / primeiramente proveo ele dito ouvidor geral que se comprisem as coreisões pasados en especial as coreisões dos ouvidores geraes pasados miguel sisne e fr<sup>co</sup> taveiro / ontrosy proveo que porquanto esta enformado que susedem muitos esultos e delitos pelos que fasem entradas abusivamente ao sertão os quoaiz trazendo dele pesas do gentio da tera as enduzem hūas e outras antes de chegarem a povoado de que ao depois na repartição delas a muitos delitos e outras esorbitasões / outrosy proveo ho dito ouvidor geral que convensidos por duas testemunhas estes taes que enduzem pesas que outros em seus ranchos trouxerem serão condenados em sincoenta cruzados aplicados pera o conselho ametade e outra ametade pera a bula da crusada / proveo que nenhū morador consinta que negro seu venha a esta vila com pao de biquo nem arquo e frechas com pena de dous mil rs aplicados pera obras do conselho e acuzador / e desta maneira ouve o dito ouvidor geral esta coreisão por feita e acabada e asinou eu ambrosio pr<sup>a</sup> tabalião e escrivão da camara que ho escrevi - Simão <sup>alv</sup> de la Penha (Actas, 1915d, p. 14-15).

Na reunião, foram discutidas diversas questões, com destaque para o aumento significativo de delitos associados às incursões ao sertão. Segundo o ouvidor geral, autoridade superior aos próprios oficiais da Câmara, os homens que retornavam dessas expedições frequentemente se envolviam em conflitos no momento das trocas. Em resposta a esses problemas, foram estabelecidas penalidades para aqueles que trouxessem prisioneiros, e, visando evitar confrontos, os moradores foram proibidos de permitir a entrada dos prisioneiros na vila portando armamentos. Essa proibição, possivelmente, tinha o intuito de prevenir episódios violentos que poderiam ser desencadeados pelos indígenas em uma tentativa de fuga.

É evidente que quase quarenta anos após o episódio de 1607 mencionado anteriormente, a vila encontrava-se em um estado constante de instabilidade, enfrentando desafios comerciais e territoriais. Essa situação é associada ao conceito de “integração” política, pois, apesar da reunião demonstrar preocupação com a ordem e a regulamentação das atividades comerciais, as ações dos moradores indicam formas não convencionais de administração. Isso se torna

evidente ao considerar que as estratégias planejadas pela administração portuguesa não abordavam os desafios discutidos nas reuniões mencionadas.

Em última análise, uma das principais ações empreendidas pelos moradores e oficiais da vila - evidenciando certa “integração” política -, foi a resposta aos anos de conflitos com os jesuítas. Diversas situações foram abordadas em nosso trabalho, destacando as crescentes críticas mútuas entre ambas as partes. Os jesuítas discordavam das ações dos moradores, especialmente no que se referia ao apresamento dos indígenas. Por sua vez, a população sertanista criticava a proteção dos padres aos nativos e a expulsão dos moradores dos territórios aldeados. Isso culminou em ações práticas que resultaram na expulsão forçada dos jesuítas do planalto de Piratininga.

Os moradores já almejavam essa expulsão há algum tempo, mas em 1640 perceberam ser o momento propício. Diante de ameaças de grupos indígenas ao território de Piratininga, os camaristas solicitaram que os padres deixassem o território em nome da segurança religiosa. Como os jesuítas recusaram, a petição foi encaminhada ao capitão, que organizou um abaixo-assinado exigindo a saída imediata dos padres da vila.

termo da noteficação q se fes aos p<sup>ds</sup> da comp<sup>a</sup> de Jesu  
Aos dous dias do mes de julho do dito anno na caza do conselho despos de  
feito o vreador se abriu hũa caixinha que veo de são v<sup>te</sup> sobre o que se  
detreminou em são v<sup>te</sup> junto os precuradores de todas estas capetancias e en  
camera se abriu a dita caichinha junto a camera toda e aberta se achou nella o  
que se determinou em são v<sup>te</sup> e v<sup>ta</sup> en camera se leu ao povo que estava junto  
e ouverão por ben feito pellos precuradores o coall papell eu escrivão lli en  
vos allta e pelo povo todo que estava presente foi dito se dese a enxecusão o  
que se tinha feito e a requerim<sup>to</sup> do povo forão todos a saber povo e camera ao  
collejo da companhia de jesus lhe fizerão a noteficação a coall fis eu escrivão  
da camera a requerim<sup>to</sup> do povo e camera toda junta a dita noteficação ao  
reverendo p<sup>e</sup> reitor nicollaho betelho que dentro em seis dias despejasem esta  
villa e se recollhesem ao collejo do rio de jan<sup>to</sup> p<sup>a</sup> seguransa de suas vidas  
onrras e fazendas contra os allewantam<sup>tos</sup> do gentio de que não viven seguros  
como a esperiensa ten mostrado e pera seguransa e defensão de todas estas  
villas a que o enemigo não tenha entrada nellas lhes conven e he couza m<sup>to</sup>  
nesesaria que os reverendos se saião fora destas caetancias fundados en outras  
m<sup>tas</sup> couzas rezoins que darão a sua mag<sup>de</sup> e a seus ministros ou a quem de dr<sup>to</sup>  
pertenser pello que llhe requeremos o fizesen asin dentro en seis dias porq<sup>o</sup>  
allevantam<sup>tos</sup> con que o gentio amensão não sofre maior dilasão e a  
callamidade do tempo en que o inimigo rebelde ten tantas prasos deste estado  
ocupado os insita a continua vigilansia por cujas cauzas movidos estes povos  
estão resolutos entendendo convir asin ao s<sup>co</sup> del rei noso snr e nos por evitar  
allgũa endesensia que cõ o tumulto e ajuntamen<sup>to</sup> dos povos poderão suseder  
requeremos aos reverendos puzesen en ordem as suas couzas e se recolhesen  
ao collejo do rio de jan<sup>to</sup> dezocupando esta villa e capetania pera o que lhe  
daremos toda ajuda e favor dentro do dito termo alleas protestamos não  
encorer en sensuras ou excomunhão algũa e que susedento algũa dezorden  
sera a culpa emputada a vosas reverensias por sua contumacia e este he o teor

da notificação que o povo e camera junta fes aos reverendos padres e o ouve por notificado en que se asinou os ofisiaes da camera e povo declarado [...] (Actas, 1915d, p. 25-26).

A reunião revela determinações essenciais, como a manifestação do padre reitor, que instruiu os eclesiásticos a se retirarem para o colégio do Rio de Janeiro em seis dias. Ademais, os oficiais da Câmara instaram os jesuítas a deixarem a vila, destacando que seria o mais adequado para a salvaguarda das fazendas e vidas dos moradores. A recusa resultou em notificações dos oficiais, e nesse primeiro momento, evitaram a violência.

Em 1640, São Paulo testemunhou a realização da primeira e segunda intimação dirigida aos padres do colégio, culminando na expulsão em julho desse ano. Este motim foi orquestrado em conjunto com diversas vilas; os procuradores das localidades de São Paulo, Mogi Morim, Parnaíba, Santos, Iguape e São Vicente, todos interessados nas questões indígenas e, em sua maioria, opositores da Companhia, reuniram-se na casa do conselho por três dias (Leite, 1945). O relato dos acontecimentos foi registrado pelo superior de Santos, Padre Jacinto de Carvalhais.

[...] Três dias durou a junta e nela concluíram que botassem fora de tôda aquela Capitania aos Padres da Companhia, porque vendo-se os Padres da Companhia avexados e oprimidos com desejo de tornarem a suas Casas e Colégio, haveriam de Sua Santidade a suspensão da Bula, e de Sua Santidade e Majestade licença para os poderem ter como cativos, e liberdade de consciência para poderem fazer suas entradas no sertão. Ajudou muito a esta diabólica determinação o aviso que da cidade do Rio de Janeiro lhes mandaram, a saber, que botassem fora da Capitania os Padres da Companhia, porque logo no Rio de Janeiro fariam o mesmo; e confiscando as fazendas tôdas dos Padres poderiam dar a El-Rei passante de duzentos mil cruzados, como se fôsse o nosso católico Rei, Rei tirano e herege, que houvesse de deitar mão dos bens eclesiásticos [...] (Leite, 1945, p. 256).

Nesse contexto, observamos a principal forma de “integração” política que ocorreu nesse período. Formalizado pelos camaristas, a população utilizou meios legais e justificativas plausíveis para que os padres se retirassem do planalto. Nesse caso, a “integração” se justifica na utilização dos meios legais para alcançar o objetivo que favorecia os interesses da vila naquele momento.

Os moradores interessados na saída dos jesuítas utilizaram as Atas e a correspondência oficial para formalizar a necessidade da retirada deles. Não porque estavam prejudicando a organização que almejavam no território, mas sim visando à proteção. A pressão e a notificação do procurador evidenciam a tensão em torno da permanência dos padres; ao mesmo tempo, em reuniões posteriores, percebe-se que os moradores planejavam tomar posse da aldeia de

Marueri, nomeando um clérigo favorável a eles como capelão dos indígenas. Na documentação oficial, demonstraram preocupação quanto à vida e à integridade dos padres em meio a guerra em potencial. Os padres, por sua vez, não veem dessa forma. Para eles, a expulsão foi uma maneira da população retirar a legitimidade deles no território e, conseqüentemente, terem abertura para tomarem ações que não eram aceitas naquele momento. Salvador Correia de Sá e Benevides escreveu ao conselho ultramarino relatando esse resultado despovoador.

Sou testemunha de vista, que em S. Paulo e no Rio de Janeiro, onde fui muitas vezes Governador, quiseram as Câmaras ter jurisdição secular nas Aldeias, pondo Capitães das suas mãos; e, havendo na *Aldeia de Marueri* 1.000 casais, na de *S. Miguel* 700, na de *Pinheiros* 300 de língua geral, e na de *Guarulhos* mais de 800, quando os Padres da Companhia as largaram, daí a alguns anos, tornando a S. Paulo, achei a de *Marueri* com 120 casais, a de *S. Miguel* com 80, a dos *Pinheiros* com 30 e a dos *Guarulhos* com 70 (Leite, 1945, p. 239-240).

Os jesuítas foram obrigados a abandonar o colégio, suas casas, a vila e a capitania, alegando que estavam gerando danos à população; isso não foi registrado nas Atas, mas pelos padres que vivenciaram. Ansiosos para que saíssem, a população forneceu embarcações. De acordo com os padres, os camaristas não possibilitaram que eles respondessem por escrito, não aceitaram apelação nem documento testemunhável que pudesse confirmar o acontecimento. O superior de Santos, padre Jacinto de Carvalhais escreve: “Tudo negaram e o mesmo tabelião negou os papéis, que de seu ofício lhe pedi” (Leite, 1945, p. 257).

Após a expulsão dos padres jesuítas houve cartas a Coroa Portuguesa e ao Papa, processos civis e canônicos. Enquanto a controvérsia persistia, a Câmara de São Paulo buscou soluções para a permanência da religiosidade na vila, como bons cristãos.

[...] e asin mais requereo o dito precurador aos ditos ofisiaes da camera pasasen precatório ao p<sup>e</sup> m<sup>ell</sup> nunes vigario e ouvidor da vara pera saber o poder e autoridade que tem pera poder por cobro na fazenda dos padres da companhia de Jesus<sup>47</sup> p<sup>r</sup> q<sup>to</sup> os ditos padres sempre fizerão encaregasão de seus bens e fazenda aos ditos ofisiaes da camera e povo e que sendo que tivese o dito padre vigario poder e procurasão pera poder por em cobro fizese tudo autentico e juridico pera que en todo tempo conste e outrosim foi notificado o dito p<sup>e</sup> vigario que não alleasse nem dese nem desfizese nada dos ditos bens ate o cauzo se determinar allias todos os menoscabos da dita faz<sup>da</sup> e bens de tudo aver pello dito padre vigario e sendo que não tenha precurasão ou poder algũ requeria a elles ditos ofisiaes da camera en nome do povo acudisen a por cobro nos ditos bês e faz<sup>da</sup> dos ditos padres pera se por feitores e que lloguo pasasen precatório ao dito p<sup>e</sup> vigario pera se saber a verdade e outrosin

---

<sup>47</sup> Na mesma documentação, é interessante observar também a discussão sobre a posse dos bens da Companhia de Jesus.

requero o dito precurador do conselho e nome de todo este povo que na villa de santos são v<sup>te</sup> mogimirin parnaiba e na villa de santos en todas as mais villas destas duas capetانياs se selebrarão os sacram<sup>tos</sup> plubicam<sup>te</sup> e que somentes nesta villa o p<sup>e</sup> vigario fechava as portas da egreja não querendo selebrar e perturbando a todos os mais religiosos que não o selebrasen aos moradores desta villa dizendo estavam excomunguados contra toda a verdade sendo que o faz com mais zello odio e vingansa por aver sido padre da comapnhia e dizer plubicam<sup>te</sup> que era seu precurador sendo que dizendo ser juis do ecleziastico não pode ser precurador no que en tudo se mostra e declara por enemigo e parte deste povo e asim requeria a elles ditos ofisiaes mandasen fazer hũ requerim<sup>to</sup> ao dito p<sup>e</sup> vigairo selebrase misa ao povo e q<sup>do</sup> não avizasen ao provedor da faz<sup>da</sup> de sua mag<sup>dc</sup> Ilhe ponha verba no ordenado visto não ministrar os sacram<sup>tos</sup> plubicos lhes requeria en nome deste povo o desprovese da dita egreja e vigairaria e lhe ser dado enculpa asin isto como outras couzas m<sup>tas</sup> que a seu tempo se dirão o que visto pellos ditos ofisiaes mandarão tomar o dito requerim<sup>to</sup> e que lloguo se pasase carta precatória ao reverendo p<sup>e</sup> vigario e lhe fose notificado este requerim<sup>to</sup> do precurador do conselho e de como asin lhe tomarão o requerim<sup>to</sup> se asinarão m<sup>ell</sup> f~rz vellho escrivão da camara o escrevi [...] (Actas, 1915d, p. 40-42).

Na reunião, torna-se evidente a divergência de perspectivas. A recusa do padre vigário levou a Câmara a propor a transferência para Manuel Nunes, vigário e ouvidor. O embate religioso foi perceptível, já que a negativa do padre vigente em celebrar sacramentos, além de excomungar explicitamente outros clérigos e moradores, causava agitação na vila. Nesse contexto, surgiram petições buscando assegurar a continuidade do colégio e a administração dos rituais religiosos. A “integração” política se manifesta de maneira atípica, pois a religião era parte integrante da vida da população, evidenciado nas contribuições dos portugueses para a organização da vila. No entanto, os moradores viam a presença dos jesuítas como problemática, uma vez que esses expressavam sua contrariedade em relação a diversas atitudes da comunidade. Assim, os camaristas utilizaram ideias políticas como embasamento para as ações de expulsão dos eclesiásticos, que ficaram proibidos por anos de entrar em solo de São Paulo.

Após toda a situação relatada, o escrivão registrou uma das procurações feitas para o padre Manuel Nunes sobre a realidade após a saída dos jesuítas do local.

Trelado de hũa precurasão dos padres da companhia de jesus feita ao reverendo padre vigario m<sup>el</sup> nunes  
Ainda que tenho emcampado todos os bens deste collejo aos ofisiaes da camera asim os que immediatam<sup>te</sup> serven ao culto divino como os outros que posue este collejo como ecleziasticos que são en nome de sua santidade de que os ofisiaes da camera hão de dar conta pois lhes estão entregues e nos lansão fora de nossa possessão que temos ha noventa anos faço meu precurador ao Rd<sup>o</sup> P<sup>e</sup> vigario manoell nunes pera en meu nome e deste collejo precurar e examinar todas as couzas deste dito collejo dando quitasoins das dividas de que se pagar e olhando por todas as couzas a elle pertensentes com poder de administrar e reparar asin curais como fazendas moinhos vinhas e mais bens

do collegio como couza sua propria dando as ordens que pera bem da dita fazenda foren nessarias tomando contas de tudo pera que esteja em sua forssa quando julgar que os ofisiaes da Camera a quen tudo esta encarregado e de que hão de dar conta faltaren en algũa couza pera que se não percão de todo os bens eccleziasticos dedicados ao serviso divino e dos relegiozos pera que lhe dou todos os poderes en direito nessarios e peço ao mesmo reverendo padre olhe con particullar cuidado que se não fasão agravos aos escravos e indios forros do serviso deste collejo mandandolhes dizer algũas misas quando allgum delles morrer pagando a esmolla dos bens deste collejo - são paullo doze de julho de seis sentos e quorenta - o padre reitor nicollao botelho (Actas, 1915d, p. 42).

A procuração manifesta a inquietação do padre reitor Nicolau Botelho a Manuel Nunes diante da transferência de propriedades e bens do colégio, que estava sob posse dos jesuítas por 90 anos, para os oficiais da Câmara. Acima de tudo, a apreensão do jesuíta refere-se aos escravizados e indígenas que viviam e desempenhavam serviços no colégio jesuítico. O padre reitor solicita que o Manuel Nunes possa auxiliá-los e zelar por eles, assegurando que permaneçam firmes na fé cristã e não percam as crenças até então adquiridas.

Após o banimento dos jesuítas, frades franciscanos fundaram dois mosteiros em Santos e São Paulo para substituir a saída deles, tornando claro o apoio às ações dos moradores de São Paulo no sertão e com os indígenas. Se não eram favoráveis, ao menos foram coniventes. Conforme Leite (1945), os franciscanos se mantiveram em favor dos colonos, divulgando inclusive a venda de indígenas.

[...] entre as quais diziam que se podiam vender os Índios por seis ou sete mil réis, ao que não chamam venda, e que podiam os homens obrigar os Índios à servidão e outras coisas, e assim mais disseram contra a Companhia muitas coisas, dizendo e incitando aos homens a botar fora da terra os Padres da Companhia, falando-lhes à vontade, só afim de terem mais fãcilmente um pão de esmola (Leite, 1945, p. 262).

A citação revela acusações feitas pelos jesuítas contra os padres franciscanos, os quais foram apontados por disseminar ideias, como a permissão para a venda de indígenas por valores específicos, e conceder aos homens o direito de forçar os indígenas à servidão. Conforme o relato, a motivação por trás dessas ações sugere uma busca pelo próprio sustento dos padres por meio de esmolas, influenciando a população local a agir e manter-se firme na decisão de expulsar os jesuítas.

Em resumo, buscamos neste subtópico destacar diversas situações ocorridas na vila de São Paulo, registradas nas Atas e em cartas jesuíticas. A população, após anos de aprendizado e convivência com o planalto, conseguiu empregar estratégias e ações que foram além daquelas organizadas inicialmente pela Coroa portuguesa. Para essas situações, compreendemo-las como

parte da “integração” política, termo que empregamos para denotar ações próprias da identidade local ou adaptações das leis exigidas em nome da realidade de São Paulo.

Buscamos investigar situações relacionadas à administração camarista, explorando como eles reagiram diante das críticas dos padres jesuítas e das ações tomadas pelos moradores, que estavam em oposição àquelas exigidas pelas leis. Não apenas isso, mas também como a vivência no sertão interferiu diretamente no formato de vida na vila, como a recusa em manter o muro, a permanência dos moradores mais no sertão do que nas vilas do litoral, e a visão e poder de participação das mulheres na organização diária. Como resultado, a vila foi se reorganizando e produzindo novos significados ao seu modo de ver e viver, formando efetivamente a identidade de um grupo.

Entendemos que a ação que verdadeiramente demonstra e valida nossa metodologia pautou-se nas iniciativas dos moradores contra os jesuítas. Eles recorreram às normativas portuguesas como registro para expulsar os padres do território. A ambiguidade surge quando utilizam a documentação oficial para explicar a expulsão dos padres, ao mesmo tempo em que o fazem para obter maior autonomia nos territórios do planalto, algo que era dificultado pela presença dos religiosos. O objetivo era o acesso aos aldeamentos, o controle e, posteriormente, a comercialização desses nativos, algo que foi rigorosamente proibido pela Coroa e fiscalizado pelos jesuítas. O termo “integração” política aponta para as novas possibilidades de utilização que os moradores fizeram para antigas obrigações, conforme evidenciado em 1640.

#### 4.2.2 A “integração” social no território do planalto

Ao explorar as nuances da “integração” no contexto da história de São Paulo nos séculos XVI e XVII, percebemos que o termo, por vezes, não traduz fielmente a complexidade das relações e interações entre os diversos grupos sociais da época. Como já discutido anteriormente, não estamos aqui nesta pesquisa celebrando ações que foram louváveis, mas sim reconhecendo a existência inegável de diferentes atitudes no planalto paulista. Negativas ou positivas, foram elas que auxiliaram no processo da formação identitária.

“Integração” aqui não corrobora para o sentido harmônico da palavra, mas “integrar” no sentido de existir e se fazer existir. No caso dos moradores de São Paulo, eles foram um grupo social que não pôde ser ignorado e à medida que os anos foram passando, essa presença foi se tornando mais evidente. Neste subtópico, abordaremos a “integração” social que ocorreu no planalto e corroborou para a identidade de São Paulo. Para isso, demonstraremos por meio

de citações que apontam para momentos em que os moradores já se distinguiam visivelmente do padrão português, criando suas próprias normas e maneiras de viver.

Ao pensar na “integração” social, ressalta-se que as ações que propiciaram essa “integração” - como bem salientado, entre aspas - foram violentas, impositivas e muitas vezes com o mínimo diálogo possível. Houve processos nos quais se pôde visualizar algumas brechas de alianças e conciliação entre a população e os nativos do planalto, mas esse processo foi predominantemente violento. Suas ações não são louváveis, mas existiram no planalto, inegavelmente.

Para esta discussão, utilizaremos considerações históricas e narrativas produzidas pelos padres jesuítas. Num primeiro momento, abordaremos o cotidiano dos moradores e como ele evidencia a “integração” social, no formato de vida e de organização territorial. Também discutiremos como o processo de procura e acesso a novos caminhos e ao sertão auxiliou nesse processo. Em seguida, dialogaremos sobre as consequências do contato indígena na formação hereditária e identitária dos moradores de São Paulo. Esta parte será dividida em três discussões: a união familiar com os nativos, a utilização da medicina indígena e a utilização de guerras como movimento de organização social identitária. Pretendemos demonstrar como a “integração” social ocorreu sem intencionalidade, mas a partir de ações tanto dos portugueses como dos indígenas. Em alguns momentos, houve acordos e alianças que, juntas e involuntariamente, corroboraram para o processo de desaparecimento de organizações sociais indígenas no planalto após meados do século XVII.

Ao longo do trabalho, buscamos apresentar várias dessas questões que serão analisadas com mais afinco neste subtópico. Desde o início de nosso processo de escrita, não queríamos que a pesquisa principal se concentrasse apenas no último capítulo e, portanto, fomos trabalhando nas ideias para que o leitor percebesse que o meio de São Paulo já tinha todo esse processo acontecendo antes mesmo de ações mais contundentes, como as que iremos analisar a partir de aqui.

Uma das ideias já comentadas em capítulos anteriores foi sobre o cotidiano diário de quem viveu em São Paulo quinhentista e seiscentista. Era comum que os moradores transitassem sob dois espaços: o espaço que tinham no sertão, que dizia respeito as suas fazendas, e a casa que tinham dentro da vila. Era muito comum que os moradores ficassem mais tempo ausentes da vila e por isso precisavam de mobiliários que fossem condizentes com esse formato de vida. Um dos processos de “integração” social que foi abundantemente utilizado pela população foi a utilização de redes como cama. A rede permitia que a área de descanso se deslocasse para qualquer lugar, junto com seu proprietário.

O outro exemplo significativo da resistência das técnicas indígenas encontra-se nos métodos de tecelagem de redes que serão considerado mais detidamente em um dos capítulos deste volume. O europeu recém-chegado adotou imediatamente o costume de dormir e descansar em redes, e em toda a capitania de São Paulo representaram elas, por longo tempo, as verdadeiras camas da terra. Ainda em princípio do século passado, pareceu esse uso, ao naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, um traço distintivo dos paulistas, em confronto com os mineiros, que tinham sido atingidos mais em cheio pelas influências ultramarinas (Holanda, 1994, p. 171).

A aprendizagem com os indígenas foi algo que se incorporou a identidade social de quem viveu no planalto. Inicialmente foi vista como algo necessário, mas ao longo do tempo a permanência se fez pelo conforto, praticidade e identidade. Foram colocadas até mesmo nos inventários das famílias, algo digno de herança.

A importância que a rede assume para nossa população colonial prende-se, de algum modo, à própria mobilidade dessa população. Em contraste com a cama e mesmo com o simples catre de madeira, trastes “sedentários” por natureza, e que simbolizam o repouso e a reclusão doméstica, ela pertence tanto ao recesso do lar quanto ao tumulto da praça pública, à morada da vila como ao sertão remoto e rude (Holanda, 1994, p. 247).

Além de ser um local de descanso, as redes também se tornaram um meio de transporte para os mais abastados, que as utilizavam para se deslocar de um lugar para outro. Holanda (1994) menciona que essa forma de transporte era bastante comum entre as mulheres, que se moviam entre a casa na vila e as roças da família. A rede passou a ser uma parte da vida diária e, combinada com a realidade, poderia desempenhar diferentes funções.

Inicialmente, houve uma tentativa da Câmara de reprimir esse costume indígena, pois os hábitos indígenas eram considerados sinônimos de inferioridade. Na reunião de setembro de 1587, o procurador, numa tentativa de minimizar a iminente guerra contra os indígenas, pediu aos vereadores que proibissem os moradores de qualquer tipo de contato, inclusive trocas com os indígenas.

[...] e outrosi o dito percurador requireo aos ditos officiaes q̄ não consetisẽ q̄ nenhũa pessoa tomase nenhũ tupiãen nẽ os apartase hũs de outros senão q̄ en um corpo viesẽ juntos e estivesẽ juntos atee vir o dito capitão a esta villa nẽ lhe tomasẽ redes nem outra cousa nẽ os agravasẽ e os ditos officiaes responderão q̄ lhes parecia ben o q̄ requeria o dito percurador do c<sup>o</sup> (Atas, 1967, p. 329).

O procurador foi bastante direto ao orientar que nenhuma pessoa mantivesse contato com os indivíduos indígenas. Essa ideia, enfatizada pela guerra, fazia parte do imaginário ideal

de como um bom português deveria agir. No entanto, ao longo dos anos, observa-se que essa ordem não teve muita adesão, e as redes até mesmo passaram a ser utilizadas como moeda de troca em algumas transações comerciais. Além disso, nota-se que esses moradores já não se assemelhavam tanto com a identidade portuguesa como imaginavam.

Antes de considerar a técnica do fabrico de redes e a extensão da influência indígena sobre essa técnica, caberia aqui o exame do processo que levou à generalização de seu emprego. É sabido que o europeu recém-chegado ao Brasil aceitou o costume indígena sem relutância, e há razão para crer que, nos primeiros tempos, esses leitos maneáveis e portáteis constituiriam objeto de ativo intercâmbio com os naturais da terra. Tão grande seria sua procura, que em 1587, no regimento feito pelo Conselho da vila de São Paulo para bem definir as relações entre os moradores e o gentio tupinaen descido do sertão, foi necessário ordenar que nenhuma pessoa “lhe tomasse redes nem outra coisa”. E numa postura de 1590 determinava-se que os moradores não resgatassem com índios que viessem às casas de seus amigos a trazer cera, redes ou peças, sendo imposto àqueles que desobedecessem à ordem mil-réis de multa para o Conselho e cativos e acusador. Essa referência explícita não poderia ser mais significativa (Holanda, 1994, p. 245).

Percebemos que a “integração” social não ocorreu de forma consciente. Ações como essa da Câmara indicam uma tentativa dos vereadores de reduzir o contato da população com os nativos, algo que estava em conformidade com as normas de Portugal. No entanto, as ações continuaram acontecendo. Havia certa dificuldade dos moradores em se separar do contato com os indígenas, visto que eles faziam parte das incursões ao sertão, de suas famílias e do modo de trabalho nas fazendas.

Outro ponto que nos chama atenção no que diz respeito a “integração” social é o fato de como os moradores da vila se familiarizaram com o sertão, muitas vezes mais do que a própria vila. A passagem pelo sertão exigia uma organização social muito diferente daquela imposta dentro da vila, nos meios administrativos. Na vila, era importante as vestimentas, os cargos ocupados, a correspondência com a Coroa. No sertão, o formidável era a busca pelo desconhecido. Para isso, a aprendizagem com os nativos se fez presente nesse processo, ao fornecer formas de se guiarem pelo interior e a sobrevivência. Desde a alimentação até mesmo os medicamentos e a aprendizagem da organização social indígena - tendo em vista que o contato entre grupos aliados e inimigos era eminente - os indígenas tiveram voz ativa na organização desse processo.

Os adventícios guiavam-se muitas vezes pelos sentidos, que os faziam associar confusamente reminiscências do Velho Mundo às impressões do Novo. Isso explica bem como às espécies encontradas em nossas florestas puderam ser atribuídos, com frequência, nomes e virtudes próprios de espécies

diferentes, estas tipicamente européias. Em muitos casos orientava-os apenas uma segura e audaciosa observação nascida, na luta com o mundo ambiente, dos perigos cotidianos a que se sujeitavam exploradores e conquistadores. Compreende-se que aos naturais de São Paulo coubesse parcela considerável do esforço que iria desvendar em todas as direções a terra ignorada. Martius não deixa de registrar esse fato. “O mérito no descobrimento e na utilização das plantas curativas”, diz, “coube em maior grau aos paulistas, tanto quanto o descobrimento das minas de ouro”. Poderia acrescentar, sem hesitação, que isso só se tornou possível, em grande parte, dada a circunstância de, em São Paulo, mais do que em outras regiões brasileiras, terem permanecido longamente vivas e fecundas as tradições, os costumes e até a linguagem da raça subjugada (Holanda, 1994, p. 77).

Essa citação nos direciona a ideias relevantes e conecta-se à nossa teoria da “integração” social. Quando Holanda (1994) destaca que a população se orientava a partir de sentidos, ele demonstra que seguiam algo que já possuíam, neste caso, partiram do repertório de aprendizagens. Isso implica que a “integração” social surge de conceitos já preexistentes, de conhecimentos de outras vivências. Comparativamente, compreendemos que uma nova identidade surge como se fosse o resultado de uma bifurcação que se desvia da estrada principal. Essa estrada principal diz respeito aos valores e princípios aprendidos no processo de formação social. Ou seja, para os indígenas que tiveram mais contato com os portugueses, sair da estrada principal significou aprender o cristianismo, adotar novas indumentárias, falar uma língua diferente e comercializar outros produtos. Para os portugueses que tiveram contato com os indivíduos indígenas, entrar na bifurcação representou o acesso à organização territorial, a novos hábitos de vida e a uma linguagem diferenciada. E de certa forma, esses dois tipos de indivíduos acabam por se encontrar nessa bifurcação e a transformam numa nova estrada principal.

No surgimento desta nova estrada principal, uma das características individuais era visualizar o sertão como terras a serem compreendidas. Houve grande investimento em expedições para entendê-las, seja em busca de ouro, de mercadorias, ou de pessoas. O papel de viajante era parte da nova identidade, elemento da “integração” social, aprendida e aprimorada pelos conhecimentos dos nativos da região. Portanto, quando Holanda (1994) afirma que coube aos moradores de São Paulo esse esforço pela busca, ele representa este aspecto mencionado por nós em nossa teoria.

Em diversas passagens deste trabalho, afirmamos que, de forma geral, não houve reconhecimento do papel que os nativos tiveram enquanto população do planalto. Ao longo de quase quatro anos de pesquisa, não encontramos uma fala da época que mencionasse isso especificamente. No entanto, ao realizarmos leituras de diferentes cartas do padre Antônio Vieira, vislumbramos uma ideia que se aproximou muito de uma defesa de liberdade, mas

também de uma nova identidade. Em carta de 1694, o jesuíta conclama que os administradores deveriam refletir sobre suas ações diante dos nativos.

E quanto ao exercício dos índios nos meses livres, que os administradores os não deixem estar ociosos, obrigando-os com a moderação de livres, a que trabalhem, e façam suas lavouras, de que abundantemente se sustentem, estando a presente repartição para que lícita e suavemente se consigam os quatro intentos santos e verdadeiramente reais de sua majestade, a saber: a liberdade dos índios, a consciência dos paulistas, a conservação de suas povoações e serviço e remédio de suas famílias (Vieira, 1992, p. 120).

A citação aponta para as expectativas em relação aos indígenas cristãos: eles deveriam ser trabalhadores, moderadamente livres e participativos na comunidade. Notamos que essas atitudes já não se alinhavam com a forma original de ser nativo. Para nós, essa transformação representa uma parte da “integração” social, ou seja, o início da bifurcação da estrada. Em outras palavras, a formação identitária estava em curso antes mesmo de os indivíduos terem consciência. Essa formação estava ocorrendo durante o processo no qual os padres acreditavam que estavam instruindo os nativos a serem bons cristãos e portugueses.

Apesar de o termo sugerir essa ideia, a “integração” social não foi um processo sensível. Em uma época em que as ideias de propriedade de pessoas e violência sexual eram normalizadas, foram registradas diversas situações nesse sentido. O jesuíta Antônio Vieira (1992), ao abordar São Paulo, aponta indiretamente para essas características.

Primeiramente, é certo que as famílias dos portugueses e índios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola; e desunir esta tão natural ou tão naturalizada união seria gênero de crueldade entre os que assim se criaram e há muitos anos vivem. Digo, pois, que todos os índios e índias que tiverem tal amor a seus chamados senhores que queiram ficar com eles por sua livre vontade, o possam fazer em outra alguma obrigação mais que a do dito amor, que é o mais doce cativo a liberdade mais livre (Vieira, 1992, p. 117-118).

No trecho da carta, o eclesiástico afirma ser injusto separar as famílias de São Paulo - algo que ocorreria pela proibição do contato dos moradores com as populações nativas -, pois grande parte delas tinha origem indígena. Vieira (1992) deixa transparecer que, muitas vezes por escolha individual e não coercitiva, as mulheres e homens nativos optavam por continuar a viver em servidão em vez de abandonarem suas famílias, atribuindo a isso o verdadeiro significado de amor. No entanto, para nós, essa citação será utilizada sob outra perspectiva. Ela nos apresenta uma característica distinta da “integração” social, que seria a existência da

violência como aspecto expressivo na formação das famílias de São Paulo. Foi por meio da violência que as famílias foram constituídas, e os conhecimentos dessa identidade foram transmitidos pelos laços sanguíneos. A violência esteve presente em várias partes dos processos de formação identitária do planalto.

Para além de Vieira (1992), outros eclesiásticos registraram situações em São Paulo que são relevantes para a nossa pesquisa. O padre José de Anchieta (1933) analisou alguns eventos com moradores do planalto e trouxe um que achamos interessante para estudar. Ele destaca a vida de um cristão e como lidou com o processo da doença e da morte no século XVII.

Havia um Cristão, casado legitimamente, que havia muito tempo estava enfermo: fomos visitá-lo ao lugar cinco milhas<sup>48</sup> de Piratininga; consolou-se muito, confessou-se com muita dôr e contrição, e voltámos para casa: chegou um benzedor do sertão: o enfermo, assim por leviandade do coração, como pelo desejo da saúde, se deixou esfregar por aquele, e chupar segundo o rito dos Gentios; mas como não sentisse sinal de saúde que esperava, arrependido com grande dôr, uniu-se a nós outros a confessar o seu pecado, e estando junto da Igreja, onde com frequentes confissões pôde limpar a sua alma dos pecados, curâmo-lo, e, daí, a alguns dias, achando-se melhor, se tornou para sua casa, onde caiu em uma doença incurável, pela qual se fez trazer a Piratininga, para aí acabar de expirar. Os dias que aí viveu não os passou ociosamente, mas antes confortando-se com assíduas orações, confissões e admoestações saudáveis dos Irmãos, se aparelhava para passar o restante da vida: chegando depois o termo dela, mandou chamar os Irmãos, e pedindo um Sacerdote com um intérprete, disse-lhes: - “Assentai-me um pouco, em quanto me dura o uso da razão, para procurar o que pertence á salvação de minha alma; encomendai-me a Deus quando tiver falecido, enterrando-me na Igreja; mulher e filhos morem aqui para aprender as cousas da Fé e bons costumes” –, e dizendo estas e outras muitas cousas semelhantes com muita devoção, daí a pouco se partiu para a eterna, segundo cremos (Anchieta, 1933, p. 146-147).

Interpretamos dois pensamentos que corroboram para o início e desenvolvimento da “integração” social na região de Piratininga. Durante o relato, Anchieta menciona que o cristão deu ouvidos a um “benzedor do sertão”, um indivíduo que utilizou outros métodos medicinais além daqueles discutidos e utilizados pelos religiosos. O interessante dessa frase é que o padre não falou que o cristão deu atenção a um indígena, mas sim um morador do sertão. Esse “benzedor do sertão” pode aqui muito bem representar a identidade de que estamos descrevendo sua existência. Já não fazia mais parte dos grupos portugueses, mas também já não se encaixava no ideal indígena. É uma identidade nova, e convictos dos aspectos medicinais da floresta, esteve disposto a tentar utilizar suas habilidades na doença do cristão.

---

<sup>48</sup> A distância mencionada no documento original, "nove milhas", foi convertida para quilômetros para facilitar a compreensão moderna. Considerando que uma milha terrestre equivale aproximadamente a 1,60934 quilômetros, 9 milhas correspondem a 8,04km na metragem atual.

O segundo pensamento que produzimos é a de como o cristão de São Paulo, mesmo aqui colocado apenas como cristão, transitava entre duas realidades naquele momento, realidades que não deveriam - e nem queriam - se misturar. A vulnerabilidade de uma doença coloca os indivíduos em situações difíceis e nesse caso, o cristão esteve disposto a tentar qualquer ajuda, inclusive a medicina sertanista.

Como reagir, ante tal perigo, sem recorrer a remédios prodigiosos e divinos, já que não bastavam os humanos? Criava-se desse modo um meio propício ao desenvolvimento de delirantes medicinas, talismãs, simpatias, ensalmos, benzeduras, onde se denuncia uma generosa fantasia de homens crédulos e aterrados (Holanda, 1994, p. 106).

Holanda (1994) respalda nossa teoria de que a convivência com o sertão teve uma contribuição considerável no estímulo ao uso de medicinas alternativas no cotidiano. Percebemos como a “integração” social foi uma consequência viável do que vivenciavam. O cristão mencionado por Anchieta (1933), segundo ele, ficou arrependido e se voltou a tempo para o perdão e a busca pela salvação. Entretanto, diante de todas as questões apresentadas, questionamos essa realidade descrita por Anchieta. Trabalhando com passagens e informações implícitas, nos perguntamos se o cristão optou por se voltar para o cristianismo porque a medicina pagã não resolveu sua enfermidade. Nos indagamos se, caso fosse curado pelo benzedor sertanista, ele realmente se voltaria ao cristianismo. São esses indícios deixados nas passagens que nos permitem trazer perspectivas que vão além de uma descrição.

Antes de prosseguirmos com nossa análise, reiteramos nosso comprometimento com a pesquisa histórica. Ao longo da tese enfrentamos desafios consideráveis ao desenvolver as discussões sobre os indígenas nos séculos XVI e XVII. E, para validar nossa teoria, ponderamos vários métodos para abordar de maneira historicamente viável. Ao examinar as cartas dos religiosos e as Atas com esse olhar, percebemos como as possibilidades se abriram para novas discussões. Entendemos que as ideias de “integração” social são escassas e não se manifestam em todas as cartas lidas ou reuniões realizadas pelos vereadores. No entanto, em algumas ocasiões, essas ideias surgem, de forma modesta. Durante a leitura das fontes, as narrativas separadas não trazem muito sentido. No entanto, ao realizar o trabalho historiográfico, compreendemos a importância que elas têm quando são consideradas em conjunto. Aos poucos, coletamos as informações para que, em conjunto, pudessem fazer sentido. Nesse caso, entendemos que o relato de Anchieta (1933) ressalta a existência da medicina indígena no cotidiano por indivíduos que não eram indígenas, mas sim resultantes dessas diferentes organizações sociais.

Feita essa pequena observação, voltemos à discussão inicial. O padre José de Anchieta (1933), em cartas logo no início da formação da igreja no planalto, admitiu que já existiam, em meados do século XVI, indivíduos cristãos - filhos de mães indígenas e pais portugueses -, obstinados a não seguir e a ajudar outras pessoas a abandonarem a fé portuguesa.

O que não é tanto para admirar como a detestável maldade dos próprios Cristãos, nos quais acham não só exemplo de vida como favor e auxílio para cometerem delitos: porquanto, uns certos Cristãos, nascidos de pai português e de mãe brasileira, que estão distantes de nós nove milhas<sup>49</sup>, em uma povoação de Portugueses, não cessam, juntamente com seu pai, de empregar continuos esforços para derrubar a obra que, ajudando-nos a graça de Deus, trabalhamos por edificar, persuadindo aos próprios catecúmenos com assíduos e nefandos conselhos para que se apartem de nós e só a eles, que também usam de arco e flechas como eles, creiam, e não dêem o menor crédito a nós, que para aqui fomos mandados por causa da nossa perversidade. Com estas e outras semelhantes fazem que uns não acreditem na pregação da palavra de Deus, e outros, que já viamos entrarem para o aprisco de Cristo, voltem aos antigos costumes, e fujam de nós para que possam mais livremente viver. Tendo os irmãos gasto um ano quase inteiro no ensino de uns certos, que distam de nós 90 milhas<sup>50</sup> e tinham renunciado a costumes pagãos, estavam determinados a seguir os nossos, e haviam-nos prometido que nunca matariam aos contrários, nem usariam de carne humana em suas festas: agora, porém, induzidos pelos conselhos e palavras destes Cristãos e pelo exemplo da nefanda e abominável ignomínia de alguns deles, preparam-se não só para os matar, mas também para os comer (Anchieta, 1933, p. 46).

Diante da narrativa do padre, identificam-se dois momentos distintos. O primeiro destaca como as interações entre portugueses e indígenas resultaram em experiências diversas. Observamos que, desse vínculo familiar, surgiram filhos que seguiram as diretrizes portuguesas, tornando-se bons cristãos e desempenhando funções na Câmara da vila. A carta de Anchieta evidencia, por outro lado, que houve também descendentes que se inclinaram mais para o conhecimento transmitido pela família materna. Essa tendência não se ateu ao caso mencionado pelo padre, pois em suas palavras: “Tendo outro, irmão deste, usado de certas práticas gentílicas, sendo advertido duas vezes que se acautelasse com a Santa Inquisição, disse: ‘Acabarei com as Inquisições a flechas’. E são cristãos, nascidos de pais cristãos! Quem, na verdade, é espinho, não pode produzir uvas” (Anchieta, 1933, p. 46-47).

Num segundo momento, a narrativa permite visualizar a “integração” social no planalto. A presença de filhos de portugueses que renegavam sua origem europeia e até mesmo desafiavam a Inquisição e as ameaças religiosas evidencia como a identidade de São Paulo, efetivamente, teve suas raízes nos grupos sociais nativos. A resistência dos moradores em se

---

<sup>49</sup> A distância referida é de aproximadamente 14,5 quilômetros.

<sup>50</sup> A distância mencionada neste trecho se refere a aproximadamente 145 quilômetros.

submeterem e estarem propensos a confrontar o cristianismo indica uma crescente presença de indivíduos que se assemelhavam com formas alternativas de vida. Essa ideia pode ser confirmada quando notamos como esses habitantes deixaram de perceber os padres como figuras em seu cotidiano. A citação nos corrobora mudanças significativas de percepções.

Para finalizar, analisaremos as repercussões da “integração” social no planalto e nos habitantes que ali residiam. As guerras passaram a fazer parte do dia a dia desses moradores imbuídos da nova identidade. Esta fase da “integração” social revela um indivíduo que teve acesso a ensinamentos portugueses, conheceu princípios da moral cristã e foi influenciado pelas tradições indígenas. A vila, que foi inicialmente constituída sobre esses fundamentos, destacou-se especialmente nas expedições conjuntas com grupos indígenas aliados, unidos contra inimigos comuns.

Segundo John Manuel Monteiro (1992), os portugueses, ao chegarem na região de Piratininga, reconheceram que a compreensão local e o entendimento das questões que permeavam o cotidiano eram essenciais para a permanência dos indivíduos.

Ao chegar em São Vicente, os portugueses reconheceram imediatamente a importância fundamental da guerra nas relações intertribais. Procurando racionalizar o fenômeno, convenceram-se que os intermináveis conflitos representavam pouco mais que vendetas sem maior sentido; ao mesmo tempo, porém, perceberam que podiam conseguir muito através da manipulação desta prática tradicional. Considerando o estado de fragmentação política que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração da população nativa dependiam necessariamente do envolvimento dos portugueses nas guerras intestinas, através de alianças esporádicas. Ademais, pelo menos aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia uma possível fonte de mão-de-obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais (Monteiro, 1992, p. 96-97).

Ao examinarmos as informações fornecidas por Monteiro (1992), destacam-se três elementos que sustentam nossa teoria. Desde os primeiros contatos, os portugueses observaram que a estrutura social se manifestava por conflitos que impactavam diretamente nas relações entre os habitantes nativos. Essa percepção foi transmitida ao longo dos anos e registrada em várias ocasiões nas Atas. Compreendemos que uma das características fundamentais dessa “integração” social foi a noção de que, para se tornarem participantes constantes da dinâmica social no planalto, a população deveria posicionar-se tanto contra quanto a favor de grupos específicos. O estabelecimento de alianças com determinados nativos indígenas, como discutido em capítulos anteriores, tornou-se uma prática diária em São Paulo. Em algumas ocasiões, essas colaborações contribuíram para o desenvolvimento da vila, enquanto em outras

resultaram em prejuízos. No entanto, ressaltamos que tais alianças também influenciaram significativamente a vida dos moradores da terra.

Mas essas alianças, mesmo fortalecidas pelos laços de parentesco entre colonizadores e índios, se desgastavam com os efeitos nocivos de uma relação fundamentalmente destrutiva para os índios. Já é bem conhecida a trajetória dos Tupiniquim de Piratininga no século XVI, passando de aliados e parentes para escravos e aldeados em um curto espaço de tempo, aliás uma trajetória que se repete com frequência na história do Brasil colonial (Monteiro, 1992, p. 154)

Identificamos aqui as fragilidades das alianças, que passaram por diversas transformações ao longo da história. As consequências negativas afetaram de forma mais intensa os habitantes da terra do que os residentes da vila.

A segunda observação que pudemos extrair dos escritos de Monteiro (1992) é que, dada a natureza dos objetivos dos moradores, que incluíam perspectivas de conquista, dominação e exploração, eles logo compreenderam que o sucesso dependia da participação e envolvimento. A terceira constatação é que participar dos conflitos contribuía para o aumento do número de prisioneiros e da mão de obra desejada. A “integração” social se consolidou com esse pilar muito bem fundamentado. A população de São Paulo encarava a guerra como algo normalizado, integrado ao movimento cotidiano.

À medida que a identidade de São Paulo foi adquirindo contornos mais definidos, a comunidade utilizou organizações pré-existentes para estabelecer as bases de sua própria produção de significados para a vila. Nesse contexto, a guerra tornou-se uma situação inevitável naquele momento. Por meio dos conflitos, os moradores podiam impor resoluções, estabelecer acordos e criar abordagens para lidar com a realidade.

Salienta-se que os ataques e conflitos ocorreram muitas vezes porque os moradores contaram com o auxílio de grupos indígenas, que já no século XVII eram compostos por familiares e parentes dos habitantes de São Paulo.

A mobilização de grupos guerreiros com a finalidade de escravizar inimigos para servir os colonos não constava como nada original nas relações luso-indígenas mas, no caso de São Paulo seicentista, passou a assumir características e proporções nitidamente novas. De maneira geral, antes das expedições de grande porte contra os Guarani, os portugueses procuravam lidar com intermediários indígenas na sua busca de cativos. Alianças, relações de troca e mesmo relações de parentesco movimentavam cativos para a esfera européia (Monteiro, 1992, p. 153-154).

Percebe-se que os ataques eram direcionados ao inimigo em comum, enquanto os aliados caminhavam juntos para mais uma expedição. Nesse estágio da “integração” social, a população de São Paulo já tinha acesso a novas ideias particulares, mas ainda permanecia fundamentada nos três pilares das aprendizagens portuguesas, religiosidade cristã e, sobretudo, vivência e herança indígena. Por muito tempo, houve certa dificuldade para a História reconhecer a importância desses processos de forma equitativa, sem atribuir à formação portuguesa o papel predominante.

Basicamente ignorada pela historiografia vigente, a dinâmica interna do Brasil indígena teve suficiente profundidade e densidade para influenciar de maneira significativa a formação da colônia. A importância desta dinâmica não reside apenas nas configurações econômicas e sociais que ela imprimiu nas sociedades nativas, como também nas maneiras pelas quais ela foi integrada à memória histórica dos povos aborígenas. Neste sentido, foram as lições e a consciência de um passado indígena que forneceram as bases para a sua ação perante a situação historicamente nova da conquista. Fortes expressões desta tendência surgiram ao longo do século XVI nos movimentos sociais nativos, seja nas manifestações messiânicas ou nos movimentos de resistência armada, englobando a participação de diversas aldeias, como no caso da “Confederação dos Tamoios” (Monteiro, 1990, p. 91-92).

Monteiro (1990) destaca informações relevantes sobre esse contato e a produção de significados. Ele ressalta que a dinâmica interna dos habitantes nativos foi determinante para a construção da memória histórica. Isso implica que a consciência do passado proporcionou respostas a esses povos diante do contexto e da persistência na luta. Os séculos XVI e XVII testemunharam diversos movimentos bélicos indígenas, alguns deles registrados nas Atas como parte do processo de organização da vila, a exemplo do ano de 1564, quando os vereadores solicitaram autorização para atuar em uma guerra contra os franceses já iminente.

[...] o noutro genoro de gẽtio tamio q̃ posue ha banda do rio de janeiro tem dado muita hapresão as vilas de são visẽte e sãotos cõ virem muitas vezes por mar ã grãdes armadas de quanoas e nas quanoas vẽ frãsezes e fazião grãodes susesos de gẽte branca e escravos ho q̃ vm bem sabe hasim p<sup>f</sup> ho q̃ vio e soube no rio de janeiro como pelas mais enformasoes q̃ nesta quapitania lhe derão pelo q̃ tãobem soube nelas sempre e a tãta vigia e trabalho q̃ muitas vezes lhes não podem ja havodir quãdo de socoro tem nesedidade e o dito gentio tamoio e tão cõtinuo ã vir as ditas vilas e fazer os ditos salltos q̃ não tem medo nẽ hareseo nhũ ao virem fazer e não tão somẽte ho fazem por mar mas tãobem p<sup>f</sup> tera ã as fazendas e rosas dos ditos moradores e lhe levão toda a escravaria q̃ nas ditas fazendas trazem e lhe fazem seus mãotimẽtos e canaveais ho q̃ tudo isto e mui notorio e ã .... nisto q̃ quãodo dela vẽ nos tais tamoios não se vẽ cõ fundam<sup>10</sup> dos escravos q̃ podem levar mas a busquar molheres bãoquas como ele tem allgũas q̃ tomarão do q̃ tudo e no rio de janeiro ja sera sabedor pelas quais rezoas hasima decrarads esta dita vila não pode

fiquar da maneira ã q' hora esta e asim p<sup>r</sup> eles não serem posãotes até poderem defender como tãobem por hos do mar lhe não poderem socorer como ate agora sostentarão e defenderão sempre cõ ha fama e vida desta armada se vosa merse desta terra se for sem a deixar ã paz hou ho gentio cõquistado p<sup>r</sup> gera p<sup>a</sup> q' cõ medo e cõ ho quastigo q' lhe pode dar fique cõ menos forsa p<sup>a</sup> poderem cometer a dita vila e capitania como costumão e tãobem por termos por espiensia do dito gentio vir melhor e mais sedo a paz e de melhor võtade a paz por meio de gera q' por houtro meio q' se aja cõ eles pelo q' pedimos e requeremos ha vm da parte de ds e dell rei noso sãr vistas as quozas e nesesidades ã q' estamos e a perda q' se pode recear asim das despovoasã da dita vila como pelo mosteiro de são paulo dos padres da cõpanhia de jeshu q' nela esta fazendo muito fruito as allmas cõ sua dotrina e cõvertendo muitos indios e fazendo-os cristãos como tem feito o q' não podera deixar de ser se se vm for dela e não va sã nos deixar de maneira q' posamos viver na tera e não no fazendo asim protestamos p<sup>r</sup> todas as perdas e danos q' a esta vila vierem [...] (Atas, 1967, p. 43-44).

Retiramos parte das discussões desta reunião de 12 de maio porque elas contêm informações essenciais. Uma das que mais nos chama atenção é o fato de que - assim como os moradores de São Paulo -, os franceses, em busca de apoio para conquistar parte do território para a Coroa francesa, compreenderam a perspectiva de envolvimento nos embates bélicos mencionada por Monteiro (1992). Ou seja, expulsar os franceses da capitania de São Vicente implicava considerar os tamoios como adversários, uma vez que já eram aliados dos franceses. Outro ponto foi o registro da aliança dos moradores com os Tupiniquim e a necessidade que tinham de materiais e armamentos. Por isso, solicitam a aprovação do capitão e ouvidor para irem para a guerra. Esse tipo de registro, feito em meados do século XVII, não se repetirá nos séculos subsequentes. Com os traços de “integração” social existindo com mais ênfase, os moradores deixaram de justificar suas ações e passaram a agir no sertão com violência, características que serão denunciadas pelos padres jesuítas posteriormente.

Assim, a identidade paulista se formou a partir desses ideais de sociedade. Importa recordar que ao longo dos anos, essa identidade adquiriu outros formatos e sentidos. Compreendemos que o início desse processo ocorreu nos séculos XVI e XVII e, ao longo do tempo, os moradores foram promovendo e organizando novos significados para a vida e para seus objetivos.

No século XIX e XX, ocorreu uma tentativa historiográfica de enaltecer essa identidade estudada, esse indivíduo que aprendeu com o sertão uma outra forma de sobrevivência. Os bandeirantes foram valorizados, seus nomes batizaram ruas e rodovias, e bustos desses caçadores de gentes foram esculpidos em diferentes lugares do Brasil. As expedições, as persistentes buscas auríferas e a força de vontade de continuar vivendo apesar do frio, da fome

e de inúmeras doenças foram destacadas. Nesse processo de heroísmo, a narrativa encobriu a violência e a morte, romantizando a história.

Contudo, compreendemos que o resultado da “integração” social não foi verdadeiramente positivo para os habitantes nativos. À medida que os anos passaram e a “integração” social do território adquiriu contornos mais definidos, o apagamento histórico de diferentes sociedades indígenas foi uma das consequências.

De fato, os povos indígenas ao longo do litoral brasileiro começaram a sofrer profundas transformações no século XVI. O desafio do contacto e da conquista introduziu novas pressões que, a longo prazo, subverteram padrões já antigos e contribuíram para o declínio do Brasil indígena. Mas, mesmo enfrentando adversários desiguais como as doenças contagiosas, os exércitos coloniais e, sobretudo, uma economia atlântica em franca expansão, as sociedades nativas tiraram do seu passado tanto estratégias de sobrevivência quanto a consciência para resistir ao avanço da dominação colonial (Monteiro, 1990, p. 101).

Entendemos que um dos motivos que contribuíram para o declínio das populações indígenas foi o fato de que o contato entre portugueses e indígenas, bem como os casamentos entre eles, produziu certo enfraquecimento na identidade nativa. Além disso, temos as ações de captura e apresamento que também colaboraram para o enfraquecimento da força local, pois fizeram com que muitos grupos e famílias fugissem do planalto e fossem habitar outros lugares. Aqueles que eram capturados foram submetidos à vida moral e cristã, o que também auxiliou para que esse processo de declínio fosse mais eficaz.

Os contornos ideológicos da escravidão indígena em São Paulo ganharam corpo ao longo do século XVII, quando a introdução de milhares de índios escravizados em regiões longínquas mostrou a necessidade de criar uma estrutura institucional que ordenasse as relações entre senhores e escravos. O processo não foi simples, pois a legislação portuguesa em princípio coibia o cativeiro dos índios. Mesmo assim, os paulistas conseguiram contornar os obstáculos jurídicos que dificultaram a moldagem de um arranjo institucional que permitisse a manutenção e reprodução de relações escravistas. Assumindo o papel de administradores particulares dos índios - tidos estes como incapazes de administrar a si mesmos -, os colonos se apropriaram do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade do índio, sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão (Monteiro, 1992, p. 158).

Diante de todas essas situações apresentadas, percebemos que essa gestão da vida indígena que os residentes de São Paulo faziam, em nome da religião, mas também da produção agrícola em suas fazendas, gerou consequências negativas para a vivência das sociedades locais. Entendemos que a presença da “integração” social incentivou a fuga de indivíduos e a perda da identidade nativa. Compreender que o processo de “integração” envolveu agentes nativos,

europeus e outros tipos de atores é algo necessário de fazermos. Não é possível analisar diferentes perspectivas das ações dos moradores de São Paulo sem levarmos em consideração o fato de que a dinâmica interna indígena se fez presente ao longo dos séculos XVI e XVII.

Em resumo, não basta conhecer a política e as atividades dos agentes colonizadores - colonos, Jesuítas e Coroa - para entender a organização da sociedade colonial. A rigor é necessário também identificar a dinâmica interna das formações sociais que tornaram a ser dominadas, e procurar compreender dentro desta lógica as ações, reações e ajustamentos da parte dos indivíduos e das sociedades indígenas diante da presença dos brancos. Na articulação destes processos históricos - da expansão européia e das mudanças sociais indígenas - reside a gênese da sociedade colonial (Monteiro, 1992, p. 170).

Assim como Monteiro (1992), percebemos que a presença indígena e sua organização social, já orientada por milênios no planalto, fez parte da vida dos habitantes da vila. A “integração” social não representou apenas mudanças no ideal português dentro da vila, mas nas percepções das dinâmicas internas dos povos indígenas e sua reprodução no cotidiano. O uso das ações bélicas é um exemplo, já que foi uma dinâmica utilizada pelos nativos, e que fez parte da dinâmica da vila de São Paulo.

Em conclusão, buscamos neste subtópico destacar situações presentes na vila que evidenciaram como a “integração” social teve uma colaboração intensa para a formação identitária e a conseqüente transformação na organização do planalto. Para isso, investigamos eventos que não foram mencionados nas Atas da Câmara. Dado que as atas eram uma representação da identidade portuguesa, raramente foram registradas situações que comprovassem uma vila que se distanciava dos ideais lusitanos, com uma identidade nova, com características de suas vidas no sertão e com os indígenas. Assim, reunimos autores históricos como Monteiro (1990; 1992) e Holanda (1994) para auxiliar com perspectivas cotidianas de São Paulo. Agrupamos também trechos de cartas jesuíticas escritas por Anchieta (1933) e Vieira (1992) que confirmaram a existência dos diferentes formatos da “integração” social.

Como resultado, a presença da “integração” social foi se organizando e reorganizando de acordo com as dinâmicas locais do planalto de Piratininga. O desfecho principal desse processo se deu com o declínio das organizações indígenas no território, a partir de duas conseqüências: a primeira delas é a formação de indivíduos que tinham mães indígenas e pais portugueses que, ao longo da vida, se utilizaram desses dois formatos de vivência para estruturar suas próprias identidades. A segunda conseqüência foi que a guerra no cotidiano contribuiu para o declínio a medida em que os nativos fugiam do planalto, eram aprisionados e forçados a trabalhos manuais e a viverem de forma cristã.

A identidade que se formou na vila de São Paulo teve como origem processos distintos e diferentes entre si, e contribuiu para a aprendizagem de novos indivíduos. Esse morador, que muitas vezes não se reconheceu enquanto indígena nem enquanto português, se viu fazendo parte de um grupo específico, de uma identidade particular a vila. Entendemos que essa nova identidade foi uma das muitas que surgiram em diferentes partes do território brasileiro nesse mesmo período. A identidade do Brasil vai muito além do que afirmar que é resultado do contato entre portugueses, indígenas e africanos. Cada região do Brasil produziu novos significados para seus moradores. Cada grupo, cada sociedade indígena teve seus próprios sentidos, assim como os milhares de povos forçados a sair da África. Até mesmo os portugueses, sejam administradores, sejam religiosos, tiveram suas diferenças. E o contato dessas variáveis gerou identidades que formaram o Brasil. A identidade de nossa nação é, e sempre foi, muito plural, e precisamos dar mais voz a essa pluralidade não somente no passado, mas no nosso presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar as situações vividas pelos indivíduos que coabitavam o planalto de Piratininga durante os séculos XVI e XVII, a partir das Atas da Câmara e das cartas jesuíticas, foi um processo investigativo importante para nós, tanto academicamente quanto individualmente. Esse processo de pesquisa histórica trouxe contribuições significativas, permitindo a compreensão de que a formação de identidades no território brasileiro começou muito antes da promulgação da Independência do Brasil, no século XIX.

Além disso, possibilitou compreender a realidade local e as relações complexas entre os moradores nativos do planalto e os residentes da vila de São Paulo. Em determinado momento, permitiu identificar características importantes da formação identitária de São Paulo e as mudanças que representaram na vida dos portugueses e dos indígenas que habitaram a região.

Com essas diferentes documentações, pudemos identificar e analisar o início do movimento identitário no planalto e suas consequências na vida da população e das sociedades daquele período histórico. O estudo da vivência dos indivíduos, contidos nas atas da Câmara e nas cartas dos jesuítas, confirmou nossa hipótese de que, apesar dos moradores de São Paulo se entenderem como portugueses, eles já não adotavam o mesmo formato social de vida. Além disso, o contato com diferentes sociedades indígenas foi essencial para a produção de novos significados em meio a uma realidade distinta.

Localizar essa temática exigiu que pensássemos numa abordagem que pudesse observar e analisar diferentes perspectivas. Iniciamos nossos estudos de contextualização histórica, procurando fazer uma “varredura” nos conceitos da história da Companhia de Jesus e da existência das Câmaras em territórios para além de Portugal. Queríamos saber como essas instituições participaram, mas também quais mudanças foram produzidas pelo território para que elas também se alterassem. Iniciamos nossas investigações nas diferentes atas, desde 1562 até 1640. Utilizamos principalmente o período que compreende o início e fim da União Ibérica, que se iniciou em 1580. Entendemos que ele foi um marco para a narrativa, pois o formato de organização política e administrativa portuguesa teve suas características particulares. Depois percebemos que estudar apenas as atas não seria o suficiente. As informações encontradas eram escassas e estavam no meio de muitas questões administrativas, que não nos permitia a análise que buscávamos. Era possível retirar algumas ideias, mas como era uma produção administrativa, estava cercada por vários entraves.

Ao longo da leitura, percebemos a presença dos jesuítas nas descrições dos oficiais da Câmara e como muitas vezes esses moradores os criticavam. Decidimos então entender o contexto do planalto a partir do olhar cristão e dos padres jesuítas. A partir daí, decidimos que iríamos trabalhar diferentes teorias em cada um dos capítulos dessa tese.

No primeiro capítulo, pensamos em como seria interessante que o leitor compreendesse o processo histórico e o desenvolvimento de São Paulo enquanto vila e o desenvolvimento da Câmara. Não somente isso, mas como surgiu a Companhia de Jesus e suas atribuições na América. Essas duas instituições promoveram personagens que realizaram diversas ações a partir dos objetivos dessas instituições.

No segundo capítulo, exploramos as interações entre as instituições portuguesas e a dinâmica do território, especialmente no contexto do contato com os grupos indígenas. Esta abordagem se justifica pela constância dessas interações e pelas ideias que as fundamentavam. Dessa forma, examinamos o processo civilizatório europeu e as expectativas dos colonizadores em relação às suas ações na América. Paralelamente, consideramos a necessidade dos moradores de São Paulo em estabelecer suas próprias instituições e espaços diante das complexidades enfrentadas nesse processo. O contato constante com a realidade local e com os diversos grupos sociais presentes promoveu mudanças significativas, cuja análise detalhada será realizada nos outros capítulos.

No terceiro capítulo, focamos nossa atenção nas personagens nativas do planalto. Curiosamente, para esta pesquisa, conceituamos o “sertão” como uma personagem histórica. Ao consultarmos o significado da palavra no dicionário, chamou-nos a atenção sua definição de personagem como alguém que se destaca por características particulares e pela influência em situações específicas. Nesse sentido, reconhecemos que o sertão esteve sempre presente, interagindo com os moradores e influenciando suas vivências. Este capítulo explora como essa personagem contribuiu para questionamentos e transformações na vila de São Paulo.

No quarto e último capítulo, estruturamos nossas análises de forma a evidenciar a gênese e a formação de uma nova identidade no planalto. Dividimos nossas discussões em duas partes distintas: na primeira, examinamos as continuidades da experiência portuguesa e indígena na vila, destacando como essas realidades distintas contribuíram para moldar a identidade dos moradores paulistas. Em seguida, abordamos diversas ações dos moradores que ilustram esse processo de integração e troca entre os grupos que coexistiam no planalto. Essas ações, distintas tanto das praticadas pelos portugueses quanto pelos indígenas, demonstram a emergência de uma identidade única e híbrida entre os habitantes da região.

A chegada dos portugueses no planalto de Piratininga provocou mudanças consideráveis na paisagem social e política desde os séculos XVI e XVII. Seria equivocados de nossa parte entendê-las separadamente e quantificá-las como ações indígenas ou portuguesas. Compreendemos que os invasores organizaram o cotidiano do espaço de acordo com as leis da Coroa, mas as relações sociais e o contato com o território geraram novos sentidos para aquilo que havia sido planejado na Europa.

Para isso, nosso trabalho de doutoramento se propôs a apresentar a vila de São Paulo como um espaço onde emergiu uma nova identidade. Esse traço não era a identidade brasileira, mas uma dentre muitas que, juntas, moldaram os ideais de nação. Analisamos os espaços institucionais portugueses nos quais deveriam impor e reproduzir as leis e os costumes lusitanos, como foi o caso da Câmara e da Companhia de Jesus. Importante lembrar que as instituições são distintas dos indivíduos que delas fazem parte, pois ao longo do tempo pudemos observar as transformações, mesmo que sutis, do comportamento dos camaristas e dos padres no contato com o território de Piratininga.

Posteriormente, voltamo-nos para observar os fatores que influenciaram na aquisição de novos hábitos e valores para os moradores: os territórios inabitados do sertão e o acesso, o contato com diferentes povos indígenas que viveram e transitaram pela região. Com o passar dos anos, percebe-se que os moradores de São Paulo mantiveram diferentes ideais da identidade portuguesa, como as normas, a Câmara e a religião cristã. No entanto, percebe-se também a permanência de hábitos indígenas, como o modo de se vestir, as ações de conflitos bélicos e a linguagem nativa.

Observamos a existência da identidade de São Paulo sob dois aspectos possíveis: a análise da “integração” política, onde os moradores se valeram das aprendizagens portuguesas e aplicaram ações de organização do espaço, agora baseados nas necessidades do território e não exatamente daquilo que era exigido pela Coroa portuguesa. Também analisamos a “integração” social, onde visualizamos as nuances entre as ações da população e as consequências na identidade dos grupos indígenas do planalto. Ao longo do trabalho, fomos percebendo que muitas dessas ações tiveram consequências negativas para as populações nativas do planalto.

Este estudo abrangeu um período total de quatro anos, marcado por dois aspectos distintivos que consideramos relevantes destacar nesta introdução. O primeiro deles, logo no início do doutorado, demarca o momento em que o mundo foi assolado pela pandemia de COVID-19, e todos que passaram por essa experiência compreendem como esse contexto foi fator determinante. O impacto emocional, as dificuldades para participar de congressos

presenciais e para engajar em discussões visando contribuir para o desenvolvimento da tese foram notáveis.

O segundo diferencial foi a dificuldade que enfrentamos para obter financiamento para nossa pesquisa. Paralelamente a essa pesquisa, atuamos como docentes na Educação Básica durante os quatro anos. No entanto, devido à necessidade de conciliar o trabalho com a pesquisa acadêmica, dividimos nosso tempo entre as duas atividades. Reconhecemos a importância de uma bolsa de estudos nesse processo, pois nos possibilitaria adquirir materiais, participar de congressos e eventos acadêmicos.

No entanto, essa oportunidade nos foi negada, pois, de acordo com o programa de pós-graduação, não era permitido trabalhar enquanto se recebia a bolsa. Diante desse cenário, nós nos vimos diante de uma escolha difícil e percebemos o quanto ficar quatro anos fora do mercado de trabalho não era viável. Infelizmente, constatamos que, na atualidade, o acesso à docência está vinculado principalmente a concursos públicos - que frequentemente têm um processo longo de abertura - ou a instituições privadas, que tendem a privilegiar indicações em detrimento do currículo acadêmico.

Diante dessa conjuntura, fizemos uma escolha importante: elegemos por conciliar o trabalho com a pesquisa acadêmica. Reconhecemos que essa decisão implicou em desafios adicionais. Contudo, mesmo diante das adversidades, nos dedicamos para apresentar um resultado consistente, fruto de intensa pesquisa, dedicação e tempo investido.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que a organização dessa pesquisa partiu de uma inquietude que sentimos no meio acadêmico, enquanto historiador, e no meio docente, como professora de História do Ensino Básico. Desde o início, desejamos produzir novos sentidos para o movimento que ocorreu na vila de São Paulo, inserindo o máximo de considerações que pudéssemos a uma história que afirmava ser resultado da vitória dos portugueses sobre os grupos indígenas.

Numa tentativa, entre tantas outras, promovemos nossa pesquisa para combater essa visão. Não queríamos, de forma alguma, repetir o mesmo processo, mas sim introduzir um novo formato de análise. Logo que iniciamos nosso processo de doutorado com essa temática, enfrentamos desafios. Em 2020, grupos iniciaram uma série de movimentos com o objetivo de ressignificar a história de São Paulo. Em julho de 2020 foram colocados crânios ao lado de diferentes monumentos espalhados pela cidade, como forma de demonstrar uma nova visão,

um pedido de revisionismo histórico<sup>51</sup>. Em 2021 um grupo desembarcou de um caminhão, espalhou pneus pela via e nos arredores da estátua de Borba Gato e ateou fogo<sup>52</sup>.

Foi assim que percebemos que nossa pesquisa, apesar de estar centrada em quatro séculos atrás, fazia parte de um debate muito atual. Num primeiro momento, ficamos receosos de receber interpretações equivocadas sobre nossa tese, como se estivéssemos, assim como outros na produção historiográfica, fazendo mais uma vez uma apologia à construção e identidade violenta dos moradores de São Paulo, dos portugueses.

A partir dessas ações e intervenções, percebe-se que apesar da lei e da obrigatoriedade do ensino da história indígena na Educação Básica do Brasil, ainda temos poucos elementos que demonstrem aos brasileiros que a história foi formada pelo protagonismo de diferentes identidades. Não é dizer que houve primordialmente os portugueses e depois os grupos indígenas e povos africanos. Infelizmente, ainda temos poucos elementos que apontem para uma história com esse viés.

Apreensivos de estarmos incorrendo nesse viés mais uma vez, contamos com as contribuições valiosas dos professores Karla Maria da Silva e Lucio Tadeu Mota em nosso processo de qualificação, que nos orientou melhor sobre como inserir as ideias e discussões da pesquisa sobre os grupos indígenas.

As discussões sobre os heróis brasileiros permanecem atuais. Como qualificar um indivíduo enquanto herói se ele é humano? As ações, louváveis para alguns, foram desprezíveis para outros. Louváveis ou não, é difícil e não é suficiente para retirar as ações problemáticas que ocorreram na história. Como historiadores, sabemos que a construção histórica é um processo contínuo. Se para os moradores de São Paulo dos séculos XVI e XVII as ações de apresamento foram aceitas e naturalizadas, no mundo atual, na sociedade brasileira de hoje, é repugnante que essas estátuas ainda estejam lá.

Na sociedade e identidade brasileira, ao visualizar as estátuas e monumentos de alguns grupos e representá-los como seres de grande feito, diferentes grupos sentem suas histórias minimizadas, excluídas e reprimidas. Não vemos como interessante a destruição dos monumentos, pois eles representam também parte da história brasileira e das percepções de alguns grupos que foram protagonistas na construção da história do século XIX e XX. No entanto, torna-se necessário uma reestruturação e um movimento para repensar a existência

---

<sup>51</sup> Para proporcionar ao leitor o acesso direto à matéria mencionada, disponibilizamos o link correspondente: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml> Acesso em 03/01/2024.

<sup>52</sup> Segue o link para acesso a matéria completa: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml> Acesso em 03/01/2024.

dessas estátuas e monumentos, que resistiram ao tempo, mas precisam se readequar à história do século XXI.

Seria interessante uma reestruturação da história, promovida não apenas pelo meio acadêmico, mas também pelas secretarias estaduais, municipais e pelo próprio governo. O governo deve estar disposto a ouvir a comunidade e repensar a existência dessas estátuas, criando espaços próximos a elas para reflexão sobre os acontecimentos passados e as discussões críticas atuais. Substituir as estátuas antigas por novas não resolverá o problema a longo prazo. Consideramos uma possibilidade a instalação de placas ao lado das estátuas, apresentando novas perspectivas sobre a mesma personagem histórica. A longo prazo, podemos permitir que a população contribua na criação de novos nomes e ideias para a história do presente.

Por muito tempo, a produção historiográfica foi segmentada e realizada por pequenos grupos. Hoje, sentimos que a identidade brasileira clama por mais histórias, narrativas e visões de um mesmo tema. Se esse clamor existe, cabe a nós, historiadores, auxiliar nesse processo. Os historiadores não detêm a história. Somos seres em movimento, assim como a população, acompanhando as demandas do presente. E, em nosso presente, a identidade brasileira deseja se mostrar de maneira mais plural. Quer ser diversa, e precisamos permitir que assim seja, assim como ela sempre manifestou desde o seu início.

## REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Capítulos da história colonial** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. 195 p. ISBN 978-85-7982-071-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. IN: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

**ACTAS** da Camara da Villa de S. Paulo 1596 - 1622. Publicação oficial do Arquivo Municipal de S. Paulo. Vol. II. São Paulo: Duprat - Rua Direita, 1915. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/Atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>> Acesso em <14/02/2023>.

**ACTAS** da Camara da Villa de S. Paulo 1623 - 1628. Publicação oficial do Arquivo Municipal de S. Paulo. Vol. III. São Paulo: Duprat - Rua Direita, 1915b. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/Atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>> Acesso em <14/02/2023>.

**ACTAS** da Camara da Villa de S. Paulo 1629 - 1639. Publicação oficial do Arquivo Municipal de S. Paulo. Vol. IV. São Paulo: Duprat - Rua Direita, 1915c. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/Atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>> Acesso em <14/02/2023>.

**ACTAS** da Camara da Villa de S. Paulo 1639 - 1652. Publicação oficial do Arquivo Municipal de S. Paulo. Vol. V. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915d. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/Atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>> Acesso em <14/02/2023>.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In:\_\_\_\_. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ANCHIETA, Joseph. **Cartas, Informações, Fragmentos Historicos E Sermões Do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554 - 1594)**. Civilização Brasileira S. A., 1933.

**ATAS** da Câmara da cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Div. Arquivo Histórico do Dep. Cultura, 1967, 1v. e 2v. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>> Acesso em <14/02/2023>.

BAUMAN, Zygmunt. Cultura como conceito. In:\_\_\_\_. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 83-154.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, dez./2005.

BITTAR, Marisa. FERREIRA Jr., Amarilio. Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16. In: FERREIRA Jr., Amarilio. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 1, n. 1. **Educação Jesuítica no Mundo Colonial Ibérico (1549-1768)** Brasília: O Instituto, 2007.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1425-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRUIT, Héctor H. América no pensamento político de Bartolomé de las Casas. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1997.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: \_\_\_\_ (org). **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 227-248.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Editora Unisinos: São Leopoldo, RS, 2006.

CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.

CARDIM, Padre Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

**CARTAS AVULSAS**. Cartas Jesuíticas II (1550 -1568). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. Notas sobre a ação pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil de 1549 a 1599. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI Jr., Oriomar (organizadores). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial**. Vol I Maringá: Eduem, 2012.

CASTAGNA, Paulo. A música como instrumento de Catequese no Brasil dos Séculos XVI e XVII. In: MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar: Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **Revista GEOUSP**, Universidade de São Paulo, ed. 5, p. 41-55, junho 1999.

CHARTIER, Roger. **Escuchar a los muertos con los ojos**: Lección inaugural en el Collège de France. Madrid: Katz Editores, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3. ed. trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, J., NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

COSTA, Célio Juvenal. **A Racionalidade Jesuítica em tempos de arredondamento do Mundo: O Império Português (1540-1599)** 250 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2004.

COSTA, Célio Juvenal. MEN, Priscila Kelly Cantos. Características da educação nos colégios jesuítos em Portugal e no Brasil no século XVI. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI Jr., Oriomar (organizadores). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial. Vol. I** Maringá: Eduem, 2012.

COSTA, João Paulo Oliveira e., **A interculturalidade na Expansão Portuguesa: Séculos XV-XVIII**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2007.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

ELIAS, Norbert (1897-1990). **O Processo Civilizador**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

FINA, Wilson Maia. **Paço Municipal de São Paulo: Sua história nos quatro séculos de sua vida**. São Paulo: Anhambi, 1962.

FREITAS, Ludmila Gomide. **A Câmara Municipal da vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no século XVII (1628-1696)** 01/02/2006 207 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS Biblioteca Depositária: IFCH

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOODY, Jack. **O roubo da história: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Contexto, 2015.

HESPANHA, António Manuel. **As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna**, 2001. Disponível em <[https://www.academia.edu/21484934/ANT%C3%93NIO\\_MANUEL\\_HESPANHA\\_AS\\_ESTRUTURAS\\_POL%C3%8DTICAS\\_EM\\_PORTUGAL\\_NA\\_%C3%89POCA\\_MODERNA](https://www.academia.edu/21484934/ANT%C3%93NIO_MANUEL_HESPANHA_AS_ESTRUTURAS_POL%C3%8DTICAS_EM_PORTUGAL_NA_%C3%89POCA_MODERNA)> Acesso em 11/10/2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo 1 A época colonial**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: Américas e Europa. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1997.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

LEITE, SERAFIM. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Tômo VI: Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé; Estabelecimentos e assuntos locais; Séculos XVII - XVIII. São Paulo, 2004.

LEITE, SERAFIM. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Tômo VI: Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé; Estabelecimentos e assuntos locais; Séculos XVII - XVIII. Imprensa nacional: Rio de Janeiro, 1945.

LIMA, Igor Renato Machado de. **O fio e a trama: trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)**. 2006. 170f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LIMA, Sheila Conceição Silva. **Rebeldia no planalto: A expulsão dos Padres Jesuítas da Vila de São Paulo de Piratininga no Contexto da Restauração (1627-1655)**” 01/08/2006b 159 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central de Gragoatá/UFF.

MAIA, Marcus. **Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAIA, Patrícia Albano. Expansão territorial do Brasil colonial: o bandeirismo. IN: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. v.1. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia y Utopia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1941.

MARCHIORO, Marcio. Índigenas dos Sertões de São Paulo (1730-1822). IN: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (org.). **História dos Sertões: Conexões Coloniais**. Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

MENEZES, Sezinando Luiz. **Antônio Vieira: o império do outro mundo e o império deste mundo**. Maringá: Eduem, 2015.

MONTEIRO, J. M. Brasil indígena no século XVI: Dinâmica histórica Tupi e as origens da sociedade colonial. **Ler história**, n. 19, p. 91-103, 1990.

MONTEIRO, J. M. De índio a escravo: a transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. **Revista de Antropologia**, v. 30-32, p. 151-174, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. **Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu Editora; Comissão Pró-Índio e São Paulo, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, José Luis de. Arqueologia da Região Sudeste. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 194-217, dezembro/fevereiro 1999-2000.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas/Ethno-history: A methodology for the transdisciplinary approach of the history of indigenous people. **Patrimônio e Memória**, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

NUNES, Leonardo. Carta do P. Leonardo Nunes aos irmãos de Coimbra (S. Vicente, novembro de 1550). In: LEITE, Serafim (Ed.). **Monumenta Brasiliae: 1538-1553 v.2 1553-1558 v.3 1558-1563 v.4 1563-1568 v.5 Complementa Azevediana I (1539-1565)**. Monumenta Histórica Societatis Iesu, 1956. Vol I.

O'BRIEN, P. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

**ORDENAÇÕES MANUELINAS**, Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1984. Offset reprint. Originally published: Ordenações do Senhor Rey D. Manuel. Coimbra: Real Imprensa, 1797. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/11ind.htm>> Acesso em <14/11/2023>.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PAIVA, José Maria de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII**. Maringá: Eduem, 2012.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PREZIA, Benedito A. A Câmara da vila de São Paulo como manifestação da sociedade civil nos séculos XVI e XVII. **Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 29, 2008.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. **Os Tupi de Piratininga: Acolhida, resistência e colaboração**. Doutorado em História. PUC-SP: 2008b.

RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], v. 63, p. 42-66, 1 abr. 2016a. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p42-66>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/vLkjPnnvyz3B6vMbkpkhQcN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2023.

RÊGO, André Heráclio do. **Os caminhos do Sertão**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 472, p. 39-75, jul/set. 2016b. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/66122497/OS\\_CAMINHOS\\_DO\\_SERTAO.pdf](https://www.academia.edu/download/66122497/OS_CAMINHOS_DO_SERTAO.pdf) Acesso em: 16 maio 2023.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SIQUEIRA, Sônia A. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. 2ª edição. São Paulo: Fonte editorial, 2016.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879.

SPOSITO, Fernanda. **Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/ Rio da Prata, séculos XVI-XVII)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-26032013-110436. Acesso em: 2020-01-22.

TAUNAY, A. E. **São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VAINFAS, R. O sertão e o sertão na história luso-brasileira. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 19, p. 225-245, 5 dez. 2019.

VIEIRA, Andreza da Silva. **O cotidiano da vila de São Paulo de Piratininga a partir das atas da Câmara (1562-1596)**. 2019. 123 f. Dissertação (mestrado em História)--Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, 2019, Maringá, PR.

VIEIRA, Pe. Antônio. **Escritos Instrumentais sobre os índios**. São Paulo: Educ; Loyola; Giordano, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. **História** [online]. 2003, vol.22, n.2, pp.185-210.

WOORTMANN, K. **Religião e Ciência no Renascimento**. Brasília: UNB, 1997.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil [1532-1700]**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1947.